

Retratos de Assentamentos



Retratos de Assentamentos

Volume 25, Número 2, 2022

Retratos de Assentamentos

Volume 25, Número 2, 2022

ISSN 1516-8182
E-ISSN 2527- 2594

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Arte de Capa: *Arte em Aquarela: Regina Carmona/ Thatiany Mariano*
Diagramação: *Thatiany Mariano*

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7252
Revista eletrônica: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>
E-mail: contato@retratosdeassentamentos.com

Retratos de Assentamentos

Volume 25, Número 2, 2022

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

EDITORES

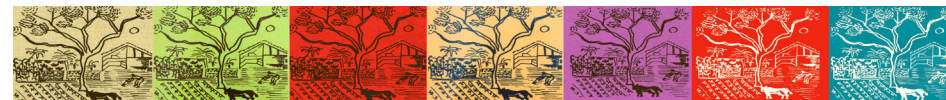
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker
Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL

Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leila Stein, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Marcelo Aláριο Ennes, Maria Aparecida Moraes Silva, Marilda Menezes, Oriowaldo Queda, Sérgio Pereira Leite, Sérgio Sauer, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA/DIAGRAMAÇÃO/NORMATIZAÇÃO

Thatiany Mariano



Retratos de Assentamentos

E-ISSN 1516 8182

Volume 25, Número 2, 2022

<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Araraquara – SP – Brasil, 1994. v.25, n.2, 2022. 299p.

ISSN 1516-8182
E-ISSN 2527- 2594



A esperança renasce! É um sentimento coletivo que nunca morre e nosso Retratos registra finalmente um momento dos mais importantes da história deste país.

A euforia toma conta das forças democráticas e traz alívio para todos que sofreram as agruras de um Estado de exceção que atingia principalmente os grupos vulneráveis – o campesinato entre eles. A solidariedade e a resistência daqueles que conseguiram evitar o pior será celebrada e ampliada.

E, de certa forma, já se reflete em muitos textos aqui apresentados: desafios, alternativas e estratégias inteligentes diante da pandemia e das ameaças de fome (a tragédia que atingiu mais de trinta milhões de brasileiros); os pobres do campo alimentando as populações carentes da cidade; o balanço das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil que ansiamos estar na iminência de retornar aos seus bons tempos; a reprodução social e as características dos sistemas produtivos, do uso e ocupação do solo pela agricultura familiar e suas fontes de renda a partir de estudos de caso em vários pontos dentro e fora do Brasil.

Outros textos trazem ao debate temas como os desafios das mulheres assentadas pelo reconhecimento de seus trabalhos em uma agroindústria; o relevante tema do acesso à água em contexto de um assentamento PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável); os conflitos resultantes da construção de usinas hidrolétricas; e os desafios da incorporação da noção de soberania alimentar no campo produtivo.

A produção científica que se apresenta neste número de Retratos expressa nossas esperanças. Temas que certamente voltarão a pautar o debate público e as ações do Estado, ao menos no governo federal, com a volta das estruturas ministeriais tão caras e importantes para a diversidade social e para o desenvolvimento do país. Desenvolvimento agrário e agricultura familiar, povos indígenas, igualdade racial, mulheres, direitos humanos, combate à fome... voltarão a ter guardas-chuvas institucionais para elaboração e execução de suas políticas públicas. Muitas das coisas já anunciadas nas estruturas do novo governo representam inovações aos governos petistas anteriores e indicam ampliação e foco no atendimento das pautas relativas aos diferentes grupos sociais.

Paralelamente, a recuperação do Estado para o povo brasileiro significará a retomada dos projetos de Educação, Cultura, Meio Ambiente e tantos outros. Os desafios que se colocam para o novo governo são sabidamente imensos. O país foi

destruído principalmente pelo anti-intelectualismo que acompanhava um projeto de necropolítica apoiado por forças internacionais. Portanto, agora também é tempo de reconstrução.

Dado este momento especial de euforia, que também nos envolve, a revista Retratos de Assentamentos pretende se manter como um espaço democrático para os debates, não apenas acadêmicos, mas para resgatar e recolocar a produção científica no seu devido lugar.

Não há como não lembrar a origem e a trajetória deste periódico, nascido no âmbito da FCL/Unesp Araraquara, especialmente pela sua história de luta e resistência. Retratos está completando 28 anos, seu primeiro número data de 1994. Neste mesmo período, o Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), núcleo responsável pela organização de Retratos estava se consolidando.

Discutido, a princípio, como perspectiva de socializar e analisar os dilemas e constrangimentos dos primeiros tempos dos assentamentos rurais e dos bloqueios que continuamente barraram a concretização da reforma agrária, tivemos o privilégio de ter seu primeiro número como fruto de um projeto interdisciplinar, Análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos do estado de São Paulo, desenvolvido por sete campi da Unesp, chegando a envolver mais de trinta pesquisadores e sessenta bolsistas de iniciação científica e aperfeiçoamento, financiado pelo CNPq, Finep e Fundunesp.

Uma experiência de pesquisa equiparada a um projeto de vida. O projeto representou uma das primeiras investidas de integração entre as pesquisas da graduação e da pós-graduação, na medida em que a quase totalidade dos bolsistas de IC e AT se encaminharam para cursos de pós-graduação com projetos ligados ao estudo dos assentamentos.

Desse projeto, resultou a publicação do primeiro censo dos assentamentos do estado de São Paulo, em 1995, construção multidisciplinar bastante significativa pelo exercício de integração de enfoques múltiplos e de pesquisadores provenientes das mais diferentes áreas científicas.

A partir de 2004, o periódico sofreu mudanças. Passou a fazer parte do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. Ampliou progressivamente suas temáticas. A construção de um novo modo de vida e um campo de possibilidades e diversidades, a inserção dos

assentamentos às economias regionais e aos territórios, as expressões de conflito, de acomodação e de resistência na relação com o poder local e com o desenvolvimento, em seus contrapontos e complementaridades. As perspectivas de gênero e da Agroecologia, que também passaram a ser temas recorrentes nos Retratos.

Desde então, a revista se abriu à publicação de artigos de diferentes lugares do Brasil e da América Latina, mantendo seriação semestral, publicada exclusivamente por meio eletrônico.

Uma diversidade integrada de temas que expressam a pluralidade que permeia as distintas dinâmicas territoriais, as quais revelam uma relação tensa entre a utopia e a política pública, entre o projetado e o vivido. Desta forma, a reforma agrária entra nesse campo analítico permeada por uma trama de tensões sociais que tem inviabilizado qualquer mudança nas estruturas agrárias e fundiárias do Brasil. Apesar disso, as experiências concretas nos assentamentos vão além do imaginário para apontar caminhos de que é possível conciliar a democratização do acesso à terra com o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Retratos comemora neste número as perspectivas de mudança nos rumos deste país e a importância do desabrochar de esperanças, do fortalecimento dos periódicos que valorizam, mais e mais, a ciência como produtora de saberes com retorno social, o meio rural como espaço de produção e reprodução social e o papel fundamental representado pelo conhecimento científico na consolidação da democracia. Que a leitura deste número alimente a utopia de um país menos desigual e livre do flagelo da fome.

Boa leitura!

Os editores.



Combatendo a desigualdade social diante da pandemia da Covid-19- as ações de solidariedade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Raquelibe da Silva Santos¹

Ivo Marcos Theis²

Valmor Schiochet³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo central apresentar uma reflexão sobre a importância dos movimentos socioterritoriais frente às ações de combate à desigualdade social no período de pandemia (2020-2021). Neste sentido, o texto trata de um debate sobre a pandemia da Covid-19 e os impactos decorrentes na sociedade e discute sobre o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), suas ações de solidariedade e o debate sobre o Plano de Reforma Agrária Popular. O estudo é finalizado com uma apresentação de dados, decorrentes do resultado de um questionário aplicado on-line sobre a visão da sociedade em torno do MST. Por fim, o artigo apresenta uma reflexão que evidencia o campesinato, o qual, apesar de toda subordinação que vem passando ao longo dos séculos e sofrendo com os impactos decorrentes do modelo de desenvolvimento do agronegócio, tem muito a contribuir com o desenvolvimento das regiões, quando vemos ações que pautam novas possibilidades de produzir, consumir e proteger a natureza, impulsionando a qualidade de vida no campo e na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Solidariedade; Pandemia; Movimentos; Socioterritoriais.

COMBATING SOCIAL INEQUALITY IN THE FACE OF THE COVID-19 PANDEMIC - THE SOLIDARITY ACTIONS OF THE LANDLESS RURAL WORKERS MOVEMENT

ABSTRACT: The main objective of this article is to present a reflection on the importance of socio-territorial movements in the face of actions to combat social inequality in this pandemic period, 2020-2021. In this sense, the article deals with a debate on COVID-19 and the impacts resulting from this pandemic. It discusses the emergence of the Landless Rural Workers Movement (MST), its solidarity actions and the debate on the Popular Agrarian Reform Plan. This study ends with a presentation of data, resulting from the result of a questionnaire applied online on society's vision of the MST. Finally, the article presents a reflection that highlights the peasantry, which, despite all the subordination that has been going through over the centuries and has been suffering from the impacts arising from the agribusiness development model, has much to contribute to the development of regions, when we see actions that guide new possibilities of producing, consuming and protecting nature, boosting the quality of life in the countryside and in the city.

KEYWORDS: Solidarity; Pandemic; Socio-territorial; Movements.

¹ Professora de Geografia. Mestre em Geografia. Estudante do curso de doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: sraquelinesantos@gmail.com

² Mestrado em Administração Pública. Doutorado em Geografia. Pós Doutor em Política Científica e Tecnológica e em Desenvolvimento Regional. E-mail: sraquelinesantos@gmail.com

³ Mestre em Sociologia Política e Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: sraquelinesantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

Partilhar os produtos da terra para ajudar as famílias necessitadas das periferias das cidades é um sinal do Reino de Deus que gera solidariedade e comunhão fraterna. [...] Pedimos a Deus Pai que derrame sua bênção sobre os produtos que vocês estão partilhando e que Ele abençoe também a todas as famílias que doaram e aquelas que vão receber os alimentos. E que o Espírito Santo vos proteja do vírus da Covid-19, vos dê coragem e esperança neste tempo de isolamento social! E neste dia dos agricultores, que o nosso Bom Deus proteja e abençoe todas as famílias que trabalham na terra e lutam pela partilha da terra e pelo cuidado de nossa casa comum!

Papa Francisco ao MST¹

O objetivo central do nosso artigo é apresentar uma reflexão sobre a importância dos movimentos socioterritoriais frente às ações de combate à desigualdade social desde março de 2020, período da pandemia da Covid-19. O escritor e jornalista Eduardo Galeano, em uma entrevista, disse: “Eu não acredito em caridade, eu acredito em solidariedade. Caridade é tão vertical, vai de cima pra baixo. Solidariedade é horizontal”. Com base nessa fala, retirada da página eletrônica do MST², é isto que o movimento promove, a solidariedade, quando cria uma campanha nacional de doação de alimentos no país, chegando a doar toneladas de alimentos para os mais pobres, pois a pandemia afetou drasticamente os grupos mais vulneráveis.

São essas ações que demonstram a existência de outro modelo de desenvolvimento pautado na proposta da Reforma Agrária Popular. É preciso pensar que as ações dos movimentos socioterritoriais no enfrentamento ao Estado e na posição que se colocam diante da sociedade são uma possibilidade de dialogarmos com outras condições de produção e de relação com a terra, o meio ambiente e a qualidade de vida no campo e na cidade.

Para este estudo, tomamos como referência debates sobre a Covid-19, conceitos dos movimentos socioterritoriais, ações de solidariedade do MST, o surgimento do movimento e a reforma agrária popular. Realizamos a aplicação de um questionário on-line, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e mídias sociais, com o objetivo de obter respostas sobre como as pessoas compreendem o MST, suas relações de produção, suas ações de luta e seus projetos políticos.

O levantamento de dados foi obtido através de plataformas on-line, a partir de um questionário elaborado pela base do Google Forms. Para a coleta de dados

¹ MST. Papa Francisco parabeniza ações de solidariedade do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/25/papa-francisco-parabeniza-acoes-de-solidariedade-do-mst/>. Acesso em: 4 ago. 2020.

² Solidariedade não é caridade: Em campanha de combate à fome, MST já doou mais de 2300 toneladas de alimentos em todo o país. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/25/solidariedade-nao-e-caridade/>. Acesso em: 2 set. 2020.

do questionário virtual, foi inserido um Termo de Consentimento, para explicar sobre a pesquisa e solicitar autorização dos respondentes para o uso posterior dos dados. Não se definiu uma amostra, pois o questionário foi publicado em redes sociais, listas de e-mails e listas de grupos e foi enviado via plataforma de mensagens instantâneas. A amostra não foi definida, uma vez que o questionário não tinha como objetivo direcionar-se a algum grupo específico, e sim disseminar-se para obter o maior número possível de respondentes. O questionário foi composto de 13 questões e foram obtidas 85 respostas.

O trabalho, portanto, contribui para uma reflexão sobre os movimentos socioterritoriais e suas ações no contexto do desenvolvimento das regiões, uma vez que o movimento em questão não delimita suas lutas a um grupo específico, mas à sociedade como um todo.

A PANDEMIA DA COVID-19

Antes da pandemia, o mundo já apresentava problemáticas relevantes para serem discutidas, como a fome, a falta de infraestrutura, a desigualdade social, o desemprego e a precarização da saúde. Com a pandemia, pareceu-nos que essas situações ficaram mais claras para alguns desavisados, pois mostrou-nos a problemática que é gerada em torno da sociedade. Não importou se o país era pobre ou rico, houve grandes consequências decorrentes da pandemia, porém é claro que, nos países mais pobres, ou naqueles que não há uma estrutura política forte, as consequências foram mais devastadoras, como foi o caso do Brasil.

As grandes transformações sociais, econômicas e ambientais têm gerado grandes choques na humanidade, principalmente se pensarmos nas condições de exploração ambiental que vivenciamos em pleno século XXI e em função da dinâmica de produção e consumo que a humanidade vivencia. A globalização, tida como o período das técnicas, do avanço da ciência, da tecnologia e da informação, é um contexto que proporciona mudanças de efeitos positivos e negativos na sociedade.

Estamos cada vez mais evoluídos em desenvolvimento tecnológico; as transações econômicas ocorrem instantaneamente; a internet nos liga ao mundo; melhoramos as condições de acesso à saúde, o aumento da expectativa de vida, a diminuição do analfabetismo e o acesso a mais conhecimento; temos melhor acesso à higiene básica, mas não temos um sistema global de saúde capaz de frear uma pandemia, que se expandiu rapidamente e modificou drasticamente a vida da maior parte da população mundial.

No caso do Brasil, a falta de políticas governamentais em torno do combate à pandemia da Covid-19 levou a um grande número de mortes no país, assim como ao aumento do número de desempregados, de desabrigados e de pobres no país³,

³ Brasileiros que vivem na extrema pobreza. <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/03/03/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-extrema-pobreza>.

afetando profundamente a vida das pessoas. De acordo com Alfredo Martins, em um artigo de opinião para o endereço eletrônico da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna (SPMI), o novo vírus da SARS-COV-2 foi designado como Covid-19. O vírus alterou profundamente a nossa vida, com a modificação da nossa rotina, a perda do espaço de trabalho, a perda de familiares, a diminuição da circulação de pessoas e o distanciamento social estabelecido como medida preventiva no combate à doença.

Quando estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia em 11 de março de 2020, foi preciso que os países tomassem medidas de enfrentamento para prevenirem-se do vírus, tais como: higienizar as mãos, usar máscaras, manter distância de 1,5 m das pessoas, ter cuidado ao tossir e evitar ambientes cheios. As recomendações da OMS, assim como dos países e seus respectivos estados e municípios, como é o caso do Brasil, indicaram uma parada brusca nas atividades cotidianas, e isso levou a uma drástica mudança nas relações de trabalho, consumo, ensino e produção.

As mudanças destacaram o posicionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e seu preparo para lidar com a situação pandêmica no país. Por outro lado, a gestão do governo, representada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, minimizou o problema,

[...] dizendo estar preocupado com o assunto, mas sem ver razão para alarme. Tal postura, apontada pelos veículos de comunicação como imitação do presidente estadunidense, Donald Trump, repete-se, com pequenas variações de teor e tom ao longo de todo o primeiro semestre de 2020, várias vezes, ecoada entre os seguidores políticos do governo e estimulada também por eles. A polarização, nesse caso, não se traduz apenas no debate público, mas tem consequências nas ações do poder público e da sociedade ante a expansão da Covid-19. (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020, p. 31)

Ao longo de toda a pandemia, vimos a fragilidade do Estado, em sua representação política, no tratamento dado às questões das condições sociais do país e das problemáticas agravadas pela Covid-19. Foi preciso um posicionamento isolado

[sileiros-que-vivem-na-extrema-pobreza-cresce-com-fim-do-auxilio-emergencial.ghtml](https://portal.unit.br/blog/noticias/pandemia-agravou-o-aumento-da-pobreza-no-brasil/)

Aumento da pobreza com o agravamento da COVID 19. Disponível em: <https://portal.unit.br/blog/noticias/pandemia-agravou-o-aumento-da-pobreza-no-brasil/>

Desemprego. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/23/no-de-desempregados-diante-da-pandemia-aumentou-em-34-milhoes-em-cinco-meses-aponta-ibge.ghtml>

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/04/30/interna_internacional,1262081/apos-um-ano-de-pandemia-brasil-tem-recorde-de-desempregados.shtml

Desabrigados. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/pandemia-aumenta-numero-de-moradores-em-situacao-de-rua-no-rio>. <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2021/02/20/com-pandemia-numero-de-moradores-de-rua-cresce-18percent-em-piracicaba-em-2020.ghtml>. Acesso aos sites no dia 17 de outubro de 2021.

de estados e municípios para enfrentar as problemáticas acentuadas pela doença e buscar manter o controle nesses locais para diminuir a transmissão do vírus.

A crise da Covid-19 provocou consequências sociais, econômicas, políticas etc., assim como uma profunda mudança nas relações de trabalho, que potencializou outras formas de se relacionar, se comprometer e se dedicar ao trabalho. Por exemplo, o home office apresentou outra possibilidade de pensar as relações de trabalho, com vantagens e desvantagens, seja para o trabalhador, seja para o empregador, mesmo assim, esse último tendeu a sair mais beneficiado dentro dessa relação, uma vez que o trabalhador aumentou sua carga de trabalho. Esse tem sido um modelo de trabalho que pode vir a ser uma opção para a economia mundial.

Outra questão que merece destaque é a saúde dos trabalhadores, a qual não foi levada em conta nem pelo governo, nem por algumas empresas. No Brasil, as carreatas feitas por empresários solicitando que a força de trabalho voltasse aos seus postos foram o reflexo dessa situação. O trabalhador é a força que move o capital, pois é através de sua força de trabalho que ele impulsiona a economia e a produtividade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, contribuiu com informações confiáveis para a sociedade sobre os impactos da pandemia nos indicadores de trabalho e saúde, mostrando as desigualdades presentes em nosso país. A pesquisa na página eletrônica do IBGE mostra-nos um panorama geral das condições de trabalho e saúde no Brasil (BGE/PNAD, 2020).

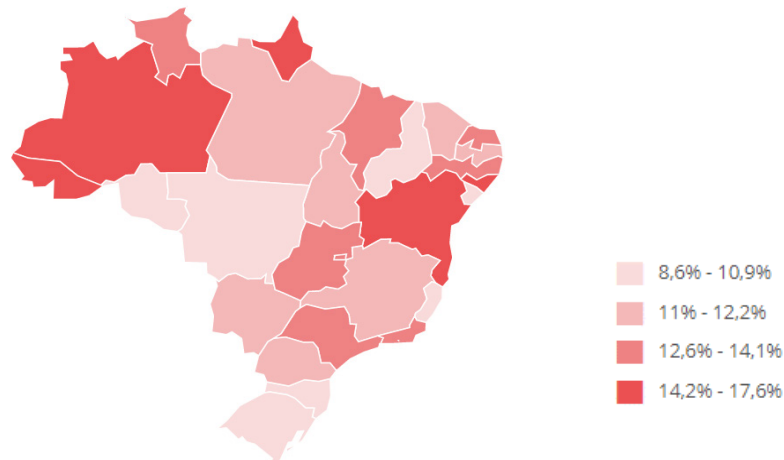
Na categoria trabalho, a pesquisa evidenciou tópicos sobre: subutilização da força de trabalho, ocupação, afastamento do trabalho (devido ao distanciamento social), trabalho remoto, auxílio emergencial, horas trabalhadas e rendimentos. Na categoria saúde, há uma delimitação precisa sobre a Covid-19, em que se leva em consideração os sintomas da doença, os sintomas associados à síndrome gripal, os estabelecimentos de saúde e as providências tomadas por quem não buscou estabelecimentos de saúde.

Com base numa leitura criteriosa dos dados apresentados pela PNAD-COVID19, percebeu-se a desigualdade presente no Brasil, fator esse colocado em pauta com a chegada da pandemia ao país. Com base nos dados da pesquisa (junho de 2020),

⁴ A PNAD-COVID-19 foi implementada em plena pandemia da Covid-19 não só para obter informações sobre os sintomas referidos da síndrome gripal, como também para ser utilizada como instrumento de avaliação e monitoramento do combate aos efeitos dessa pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro. Constitui uma pesquisa de amostra fixa de domicílios (“painel domiciliar”) que segue, mensalmente, as unidades amostradas em cada uma das quatro semanas do mês. A âncora dessa amostra é formada pelos domicílios entrevistados pela PNAD Contínua no primeiro trimestre de 2019; sendo assim, será possível não só avaliar o presente mas também, futuramente, a dinâmica temporal da pandemia, isto é, o antes, o durante e o depois (IBGE/PNAD, 2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: PNAD COVID-19: junho/2020: resultado mensal / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101737>. Acesso em: 18 out. 2021.

analisamos as unidades federativas e as disparidades no que se refere à taxa de desocupação, como podemos ver no Mapa 1 a seguir.

Mapa 1 – Taxa de desocupação.



Fonte: PNAD-COVID19, 2020.

Há uma elevada taxa de desocupação entre as regiões Norte e Nordeste e uma menor taxa de desocupação entre as regiões Sudeste e Centro-Oeste, mas um número muito expressivo é a baixa taxa de desocupação na Região Sul. A taxa de desocupação mostra o número de desempregados no Brasil, e ela é definida pela porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas (PNAD, 2020).

De acordo com o IBGE,

[...] no 2º trimestre de 2020, a taxa de desocupação, no Brasil, foi estimada em 13,3%. Esta estimativa apresentou aumento de 1,1 pontos percentuais em comparação com o 1º trimestre de 2020 (12,2%), e aumento de 1,3 pontos percentuais frente ao 2º trimestre de 2019 (12,0%). No confronto trimestral por Regiões, esse indicador apresentou o seguinte comportamento: Norte (estabilidade), Nordeste (estabilidade), Sudeste (aumento de 12,4 para 13,9), Sul (aumento de 7,5 para 8,9) e Centro-Oeste (aumento de 10,6 para 12,5). A Região Nordeste permaneceu registrando a maior taxa de desocupação entre todas as regiões (16,1%). (IBGE/PNAD, 2020, p. 7)

Com base nessas informações, observamos que houve uma desigualdade na taxa de desocupação entre as regiões do país. De acordo com o IBGE, com a

pandemia da Covid-19, a taxa de desocupação revelou a crise de empregabilidade e o crescimento do trabalho informal⁵ no Brasil. A pesquisa mostrou que o número de “trabalhadores informais foi de 29,0 milhões de pessoas em junho”, período que estamos analisando. O trabalho informal foi maior nas regiões Norte (49,4%) e Nordeste (45,6%).

A PNAD-COVID19 nos mostrou outro indicador que merece ser destacado: o afastamento do trabalho devido ao distanciamento social. Ao total, foram 7 milhões de pessoas afastadas do trabalho até o período de junho de 2020. Esse quadro atingiu, principalmente, trabalhadores domésticos sem carteira assinada, e essa situação, consequentemente, levou à necessidade de o Estado conceder um auxílio para a maior parte da população, pois tivemos milhões de pessoas ocupadas e afastadas que deixaram de receber remuneração, o que leva a uma incerteza social e econômica muito grande, pois os impactos da pandemia se somaram à crise econômica que o Brasil já vinha vivenciando.

De acordo com o IBGE, através da PNAD-COVID19,

[...] a população desocupada passou de 10,1 milhões para 11,8 milhões de pessoas (16,6%) no mês de junho. Portanto, neste mesmo período, a força de trabalho, que corresponde à soma da população ocupada e a desocupada, passou de 94,5 milhões para 95,3 milhões (0,8%). Quando analisa-se as diferenças entre homens e mulheres em relação a taxa de desocupação, entre as mulheres os indicadores são maiores com 14,1% e os homens com 11,1%, essas diferenças também estão divulgadas pelo IBGE entre cor ou raça, onde a população de cor preta ou parda tem um percentual de 14,0% de pessoas desempregadas, já em relação a população branca apenas 10,6% das pessoas desse grupo estão nos indicadores das taxas de desocupação. (IBGE/PNAD-COVID19, 2020, online)

Portanto, a Covid-19 evidenciou problemáticas já existentes em nosso país, que se agravaram diante da desigualdade social, por cor, nível de instrução, condições de acesso à saúde, à moradia etc. A PNAD-COVID19 nos deu um panorama dessas problemáticas quando evidenciou as diferenças e realidades nas condições de desenvolvimento e os efeitos perversos da pandemia sobre as condições de trabalho no Brasil.

Ao analisarmos as condições de desenvolvimento entre o campo e a cidade nas circunstâncias impostas pela pandemia, de acordo com o IBGE 2020, os

⁵ De acordo com o IBGE, o trabalhador informal é classificado como a pessoa que era ocupada como empregado do setor privado sem carteira; trabalhador doméstico sem carteira; empregador que não contribui para o INSS; trabalhador por conta própria que não contribui para o INSS; ou trabalhador não remunerado em ajuda a morador do domicílio ou parente (IBGE/PNAD-COVID19, 2020).

agrupamentos de atividades, como agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, foram os setores que menos afastaram pessoas, em torno de 5,2% (IBGE/PNAD-COVID19, 2020).

Nas regiões brasileiras, o campo brasileiro está organizado de formas diversas. Algumas áreas apresentam maior dinamismo econômico, e outras, maiores concentrações de renda, disputas por terras, conflitualidades na luta pelo território e precarização das relações de trabalho. Essas são algumas das características que determinam as condições do campo no Brasil. No contexto da pandemia, ao mesmo tempo que houve um aumento da produção de grãos, milhões de brasileiros estiveram em condições de pobreza extrema e fome. Para a Organização Mundial do Comércio (OMC), “cerca de três a cada quatro domicílios nas áreas rurais brasileiras (75,2%) apresentam estágios de insegurança alimentar entre agosto e dezembro de 2020” (CANAL AGRO, 2021).

Os fatores que agravaram as condições de desigualdade no campo estavam motivados pela alta concentração de terras no país, pelo avanço do agronegócio com a produção de commodities e pela falta de investimentos públicos na pequena produção e na agricultura familiar. No campo, o trabalho continuava mesmo sem o apoio de políticas públicas para os camponeses. Muitos camponeses que atuavam em feiras livres e que escoavam sua produção para supermercados e tinham venda direta com os consumidores sentiram os impactos da Covid-19, pois as vendas tornaram-se difíceis em função das medidas sanitárias adotadas pelos municípios e estados.

Por outro lado, os camponeses, principalmente aqueles ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), diante da pandemia, promoveram ações de solidariedade, que viabilizaram o escoamento da produção, mas contribuíram para a segurança alimentar de muitas famílias pobres em nosso país. O trabalho camponês vinculado ao movimento sempre fez ações do tipo, mas, nesse momento de pandemia, essas ações de solidariedade, direcionadas para atender aos que mais sofrem nesse momento, proporcionaram outra possibilidade de interação dos movimentos com a sociedade civil.

Somente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), já doou mais de 2,6 mil toneladas de alimentos frescos e agroecológicos, para as periferias das cidades, trazendo junto com os alimentos, a consciência da importância da luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular. Movimentos mais urbanos, como a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), também atuam levando doações e informações aos excluídos

pelo governo de ultradireita que assola o país no momento mais grave da nossa história. (MST, 2020, online)

Neste sentido, constatamos que os movimentos socioterritoriais, denominados desta forma por considerarmos que provocam alteração na criação ou recriação do território, são movimentos que, mesmo lutando pela terra e resistindo frente às profundas mudanças pelas quais vem passando o campo no Brasil, são um exemplo de luta e solidariedade nesse país. O conceito de movimentos socioterritoriais, elaborado pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, apresenta uma perspectiva geográfica, a qual evidencia que,

[...] para evitar mal-entendidos [...], enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica. (FERNANDES, 2005, p. 279)

Os movimentos socioterritoriais, a partir de uma perspectiva geográfica, são considerados movimentos que têm como “trunfo o território” [...] e que “criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios” (FERNANDES, 2005, p. 280).

Os movimentos de luta pela terra têm resistido desde o início do século XX diante das profundas mudanças pelas quais o campo vem passando no Brasil em função da expansão do agronegócio e das fronteiras agrícolas. Com os impactos ocasionados por esse processo de modernização no campo brasileiro, os camponeses sentiram e sentem na pele a subordinação, a proletarização e a desterritorialização. Por meio da luta e da organização em movimentos socioterritoriais, eles vêm adquirindo novos espaços, ou seja, reterritorializando-se, em função da conquista dos acampamentos e dos assentamentos. É por meio dessas ações que é possível considerar os movimentos socioterritoriais como principais agentes de mudança e de resistência no campo brasileiro.

Historicamente, o MST é criminalizado por suas ações de luta pela terra e de enfrentamento ao capitalismo, porém ele tem se sobressaído a partir da (re)criação da classe camponesa, e é por meio dessas ações no contexto da pandemia que os camponeses mostraram possibilidades de atuarmos frente a essa conjuntura de crise e nos permitiram pensar em outras possibilidades de sociedade, de relações

de trabalho, de produção e de consumo.

A lógica de desenvolvimento que pauta a economia agrária do Brasil é baseada em um modelo dos países centrais, ou seja, o agronegócio, a modernização e a industrialização no campo como fonte de produção e renda. Nesse panorama de modernização, a classe camponesa precisa ser apresentada como um grupo que resiste às condições impostas por esse modelo de desenvolvimento no campo.

O camponês, apesar de toda subordinação que vem passando ao longo dos séculos e do sofrimento com os impactos decorrentes do modelo de desenvolvimento global, tem muito a contribuir com o desenvolvimento das regiões, principalmente quando se refere à produção do campesinato no Brasil, pois este, dentro da lógica de desenvolvimento capitalista, através de sua resistência, nos mostra uma possibilidade de outro modelo de desenvolvimento.

Os camponeses estão na lógica do modelo de desenvolvimento que luta pela terra, pela reforma agrária, buscando implantar uma agricultura mais saudável e extinguir o uso de agrotóxicos. O modelo de desenvolvimento camponês tem outra lógica de produção, progresso e economia. Há uma relação com a terra para além de reconhecê-la como mercadoria. Portanto, compreender o campesinato é entender que ele se recria constantemente e tem buscado não se sujeitar às pressões do capitalismo sobre o campo, buscando alternativas de sobrevivência em meio ao avanço do agronegócio sobre seu território.

O agronegócio caracteriza o desenvolvimento do capitalismo no campo, ele é o retrato da modernização do campo e do aumento da concentração de terras em nosso país, bem como a centralização produtiva de monoculturas. O agronegócio é destrutivo, é um modelo de desenvolvimento que “promove a exclusão pela intensa produtividade” (FERNANDES; WELCH, 2004).

De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, “a produção de commodities no Brasil aumentou drasticamente nos últimos 60 anos” (ABRASCO, 2021, p. 15), o que evidencia o crescimento do agronegócio no país. O agronegócio tem como lógica a concentração e a exploração; é um modelo de produção que, atualmente, busca representar a imagem de um setor econômico que promove a alta produtividade e a geração de riqueza para o país (FERNANDES, [s. d.], p. 1.).

De acordo com Fernandes,

[...] o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária como se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola. O agronegócio vende a ideia de que seu modelo

de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Como se fosse possível comparar a produção de pães de uma padaria com a de uma empresa multinacional. (FERNANDES, [s. d.], p. 3-4)

Neste sentido, temos dois modelos de desenvolvimento: o do agronegócio, pautado na produção de *commodities*, na intensa produtividade e na concentração de terras, e outro pautado na agricultura camponesa, que tem como foco a produção na diversidade e no uso de múltiplos recursos naturais (FERNANDES, [s. d.]). Diante desses modelos de desenvolvimento distintos, a resposta à pandemia veio do modelo de desenvolvimento do campo, o qual vem contribuindo no combate à fome por meio da solidariedade e das doações de suas produções.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

A data de fundação do MST é janeiro de 1984 e tem como “berço o sul do país” (FERNANDES; STEDILE, 2005). O processo de modernização do campo alterou profundamente as relações de produção no Brasil; o avanço da soja, do café e do milho; a saída do homem do campo para o contexto urbano, ou seja, o êxodo rural, que foi se intensificando à medida que o campo se modernizou e o camponês já não conseguia garantir sua sobrevivência.

No entanto, nem todos os camponeses se sujeitaram a ir para a cidade em busca da famosa melhoria das condições de vida, discurso que permeava – e ainda permeia – a imagem da cidade, ou seja, lá havia melhores condições de trabalho, moradia, educação e saúde, porém, não se levava em consideração as problemáticas enfrentadas por quem vem de regiões distintas para a área urbana, como a falta de oportunidade de trabalho, devido à baixa escolarização, ou a falta de mão de obra qualificada para empregos específicos do espaço urbano, entre outros fatores.

É importante destacar que essa conjuntura é um dos princípios para o surgimento do MST, pois o início do movimento tem uma “base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive” (FERNANDES; STEDILE, 2005, p. 17).

O MST se constitui como um movimento popular que abrange os trabalhadores e camponeses; ele traz em si a realidade da luta do povo brasileiro. No caso de sua territorialidade, abrange todo o território nacional, e desde a década de 1980, busca melhores condições de vida, através da luta pela terra, por moradia, por educação

e por direitos necessários para a manutenção da vida no campo.

Segundo o professor e dirigente do movimento, João Pedro Stédile, o MST, ao se constituir como movimento, se organiza em sua base formativa a partir de princípios que são reconhecidos, como: direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, estudo, formação de quadros, luta pela terra e pela reforma agrária, vinculação com a base (FERNANDES; STEDILE, 2005). É no contexto dessa base formativa que também entra o combate à desigualdade social. Conforme Miguel Carter, “o MST é o maior e mais proeminente movimento social da América Latina”, que tem tido “esforços contínuos para combater os padrões históricos de desigualdade social no Brasil” (CARTER, 2010, p. 27).

Ainda de acordo com Carter (2010, p. 41), o “MST, desde a sua gênese, é uma associação de pessoas pobres”. A pobreza referida aqui é de renda, pois, no contexto da pandemia da Covid-19, vimos a expressão da riqueza do movimento quando lemos várias matérias, as quais demonstraram o suporte e o auxílio do MST no combate à pandemia com a distribuição de alimentos agroecológicos. Para Débora Nunes, da direção nacional do MST, mesmo que o movimento se destacou com ações de solidariedade na pandemia, “esta é uma prática existente desde o começo do Movimento Sem Terra, produzir alimentos saudáveis para alimentar o povo brasileiro não é uma tarefa nova para as famílias acampadas e assentadas da reforma agrária” (MST, 2020, online)⁶.

O MST é um movimento de luta pela terra, pela melhoria das condições de vida da sociedade, pois, na sua luta, está articulada a relação cidade-campo, logo não podemos pensar o movimento de forma isolada. As ações do movimento no contexto da pandemia foram bem marcantes, e ele continuou realizando práticas no combate à desigualdade social no Brasil, bem como criou estratégias de combate à fome no país, com suas produções agroecológicas. Segundo a plataforma on-line do movimento, “uma das [...] principais contribuições para a sociedade brasileira é cumprir o [...] compromisso em produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro” (MST, 2020, online).

Eles fortalecem a soberania alimentar de nosso país quando se organizam em “cooperativas, associações e agroindústrias”, desenvolvendo “a cooperação agrícola como um ato concreto de ajuda mútua que fortaleça a solidariedade e potencialize as condições de produção das famílias assentadas”, melhorando, nessa lógica, não só as condições de vida dos camponeses mas também da população urbana (MST, 2020).

Os movimentos socioterritoriais no Brasil enfrentam diariamente a negação de vários direitos para a sobrevivência, seja os do campo, da cidade, de gênero, entre outros. Contudo, o MST é um movimento que integra uma luta nacional desde

⁶ MST. Ações de solidariedade Sem Terra se espalham pelo país durante pandemia. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/16/acoes-de-solidariedade-sem-terra-sem-espalham-pelo-pais-durante-pandemia/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

1984, que, mesmo com suas controvérsias, contribui significativamente para várias mudanças sociais, econômicas e políticas. Sua luta não é individual, e sim social, e expressa “a força, a incisividade e as aspirações a uma mudança social fundamental” (CARTER, 2010, p. 495).

É é nessa luta pela mudança social que o MST, na pandemia da Covid-19, contribuiu para combater a desigualdade social em nosso país, doando alimentos saudáveis para a população, como “abóbora, batata-doce, arroz, feijão, mandioca, ovos, hortaliças, carnes, queijo, fubá, farinha de milho” (MAFORT, 2020), que fazem parte da nossa alimentação diária. São alimentos saudáveis, que não se produzem nos campos do agronegócio. Na contramão do agronegócio, o MST, junto aos camponeses, lutam, reivindicam direitos e fazem ações que contribuem para a conquista de quatro pilares, os quais o Estado nega à população: “terra e trabalho; produção de alimentos saudáveis; proteção da natureza, água e biodiversidade e a vida digna no campo”. Para isso, cria o Plano Emergencial da Reforma Agrária Popular, que tem como objetivo, com base nesses pilares, “enfrentar o problema da alimentação no Brasil: a distribuição de terra” (MAFORT, 2020, online).

REFORMA AGRÁRIA POPULAR

O debate da reforma agrária sempre esteve voltado para uma política de distribuição de terras, que diminuísse a alta concentração fundiária no Brasil. No entanto, desde que se instituiu o debate e a luta pela reforma agrária, nenhum governo contribuiu de forma efetiva para a realização de tal política pública. O que se construiu ao longo do tempo foi a formação de políticas públicas dentro do contexto neoliberal, assim como é a Reforma Agrária de Mercado⁷, que se consolidou como uma estratégia que beneficiou os grandes proprietários de terra e contribuiu para o aumento da pobreza no campo, devido ao endividamento dos camponeses, que se submeteram a processos de subordinação, bem como de resistência, para, desta forma, se fortalecerem dentro do sistema em que estão inseridos (RAMOS FILHO, 2013).

Estamos vivendo um ano atípico no mundo, e no Brasil, além de toda a problemática da pandemia, precisamos lidar com um governo que dá mais complexidade às situações que precisamos enfrentar: sociais, crise sanitária, saúde pública, educação, moradia, alimentação, direitos trabalhistas, desemprego etc. Há uma

⁷ Reforma Agrária de Mercado é um programa de financiamento de terras para trabalhadores sem-terra e minifundistas. [...] No Brasil este programa foi iniciado a partir da implantação do Projeto-Piloto Cédula da Terra – PCT. [...] A RAM trata-se de um mecanismo de reforma agrária pacífica, cuja intenção é desqualificar e despolitizar a reforma agrária constitucional, que prevê o mecanismo desapropriatório no processo de arrecadação das terras e que decorre, na maioria dos casos, das lutas dos trabalhadores em movimento. Com isso, atendia aos interesses dos capitalistas proprietários de terras em tentar controlar as lutas no campo, proteger a propriedade privada e viabilizar condições objetivas para o funcionamento do mercado de terras. (RAMOS FILHO, 2008, p. 45-46)

gama de problemas que precisamos encarar diariamente em nosso país e que se agravaram com a problemática da Covid-19.

A preocupação estava centrada em “salvar a economia” em detrimento de salvar vidas, e é neste sentido que o movimento socioterritorial, como o MST, teve uma importância significativa para os trabalhadores, sejam os do campo ou da cidade, pois o movimento se articulou para pensar em alternativas que ampliassem a melhoria das condições de vida da população, como foi o caso do lançamento do “Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida digna”, que foi na contramão da Reforma Agrária de Mercado (MST, 2020, online).

Segundo Kelli Mafort, em entrevista dada à página eletrônica do MST, “o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular é uma construção do MST para a sociedade brasileira e está dentro da conjuntura da pandemia, que expôs as diversas contradições do capital, especialmente em relação à desigualdade social”. É nessa conjuntura de pandemia que vimos a fragilidade do capital, pois este tem seus limites.

Já a Reforma Agrária de Mercado

[...] resulta de um acordo, durante o governo de FHC, de concessão de empréstimos pelo Banco Mundial para que os governos dos países credores criassem programas de financiamento voltados à compra de terras por camponeses pobres, sem-terra ou com pouca terra, por meio de três programas: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza. (RAMOS FILHO, 2013, p. 12)

Há conflitualidades na perspectiva de desenvolvimento da reforma agrária no Brasil. O governo, por um lado, desenvolve modelos que cada vez mais empobrecem o camponês e o endividam, gerando pobreza no campo; por outro lado, a luta dos movimentos socioterritoriais apresenta um modelo de desenvolvimento do campesinato sob outra lógica, a qual se reproduz a partir da ação coletiva, das cooperativas, das agroindústrias, dos acampamentos, dos assentamentos, das ocupações e da luta pela terra de um modo geral. No contexto de pandemia, o MST se sobressaiu mais uma vez, quando lançou o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular.

Conforme Mafort (2020), a pandemia expôs um problema social muito grave e que tem relação com a crise do sistema do capital, que é “uma crise política, econômica, ambiental e social”. Para a autora, a “pandemia também é proveniente de um enorme desequilíbrio do capital com a natureza”. É devido a essa problemática que enfrentamos a “COVID19 com um enorme custo humano, de vidas que estão sendo ceifadas, mortes que poderiam ser evitadas e por isso nós precisamos de

medidas emergenciais” (MST, 2020). Com base nessas medidas, o Plano é um importante passo para o acesso à reforma agrária popular; apenas sujeitos críticos, ativos e propositivos podem contribuir para mudar a realidade em que vivemos, e temos um claro exemplo disso através do MST.

Para Ricardo Antunes, o capitalismo é o sistema da relação entre o homem e a natureza dentro das relações de produção. Nele, há a destruição da natureza para o consumo humano, o avanço das técnicas, das mercadorias e, conseqüentemente, o acúmulo do capital e o próprio fortalecimento do capitalismo. Nesse sentido, o capitalismo é expansionista, incontrolável e destrutivo: expansionista, pois necessita expandir-se para obter mais-valor; destrutivo, pois explora a natureza, as relações de trabalho e tem sua expansão ilimitada; com isso, torna-se incontrolável. Para o autor, o capital é letal e autofágico (ANTUNES, 2020).

Contraopondo-se a esse processo autodestrutivo, o MST busca maneiras de ampliar as possibilidades de produção e de acesso à terra, à moradia, à alimentação saudável e à educação para todos. Os camponeses, nesse processo de enfrentamento ao capital, buscam superar a lógica destrutiva do mercado capitalista, portanto o Plano é uma estratégia que visa beneficiar não só o contexto do campo mas também urbano; é uma luta para toda a sociedade. O Plano se estrutura em quatro pilares, a saber: terra e trabalho; produção de alimentos saudáveis; proteger a natureza, água e biodiversidade e condições de vida digna no campo (Quadro 1).

O Plano Emergencial é uma alternativa para que os movimentos socioterritoriais possam mostrar à sociedade e ao governo a necessidade de olhar para o campo e combater o avanço do agronegócio sob o modo de vida camponesa. O ensejo pela realização da reforma agrária no Brasil é algo que vem sendo discutido há muito tempo. Mesmo com algumas ações de implantação de assentamentos e o desenvolvimento de políticas públicas para a educação, a saúde e a produção, ainda precisamos avançar muito, pois a alta concentração fundiária em nosso país é um dos pressupostos para as diversas problemáticas que há no território do campo.

Além desses fatores apresentados no texto, é preciso também dialogar com a sociedade civil, a qual, em sua maioria, não tem uma ampla visão dos movimentos socioterritoriais e suas ações. É com base nesse princípio que criamos um questionário para termos uma visão de como as pessoas compreendem os movimentos sociais em suas dimensões de luta, direitos, produção e ações.

Quadro 1 – Pilares do Plano Emergencial da Reforma Agrária do MST.

Terra e Trabalho	Produção de alimentos saudáveis	Proteger a natureza, água e biodiversidade	Condições de vida digna no campo
Arrecadação imediata das terras públicas devolutas e a destinação para a Reforma Agrária. Cobrar dívida de empresas e converter em terras. Assentar famílias próximas a centros urbanos. Suspensão dos despejos e reintegração de posse. Assegurar aos povos indígenas e povos quilombolas a demarcação e o reconhecimento dos seus territórios.	Retomada emergencial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Assegurar a PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Liberação de recursos para um plano nacional de agroecologia, garantindo imunidade para o povo brasileiro e o acesso à comida de verdade sem agrotóxicos. Incentivo para a produção de comida sem veneno.	Zelar pelos nossos bens naturais, pela natureza, incentivar o plantio de árvores, mas também a proliferação de agroflorestas. Fazer frente a toda essa política de desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, pelo ministro Ricardo Salles.	Debate ao enfrentamento da violência doméstica. Garantir para as populações no campo de assentamentos e acampamentos, moradia digna para que também a juventude permaneça no campo. Não permitir que nenhuma criança esteja desassistida neste processo de pandemia em relação às escolas do campo.

Fonte: MST – Entrevista exclusiva com Kelli Mafort, coordenação nacional do MST (2020-2021).

ANÁLISE DOS DADOS

A luta dos movimentos socioterritoriais, como o MST, vem avançando desde a década de 1980. Entender o papel desses movimentos na sociedade é de suma importância, uma vez que são os atores deles que historicamente contribuem para a luta de direitos e para o enfrentamento ao Estado e até mesmo ao capital. Infelizmente, boa parte da sociedade não está a par da luta dos movimentos socioterritoriais, como o MST, nem sabem de suas ações, devido à alta criminalização feita pela mídia. Por outro lado, na universidade, existem grupos que contribuem significativamente

para melhorar a visão da sociedade sobre o movimento e compreender que as ações dele são uma luta de todos e que é preciso uma relação campo-cidade para que as lutas do campo possam ampliar não só seus direitos mas também a melhoria da qualidade de vida de todos.

A metodologia usada para o levantamento de dados se deu através da criação de um questionário, após seminários desenvolvidos na disciplina Desenvolvimento Regional e Pandemia, momento em que surgiu a ideia de evidenciar a contribuição do campesinato no contexto da pandemia. A partir disso, criou-se o artigo e aplicou-se um questionário on-line, elaborado no Google Forms, que é um aplicativo para coletas de dados e pesquisas on-line. No questionário virtual, foi inserido um Termo de Consentimento, para explicar sobre a pesquisa e solicitar autorização dos respondentes para o uso posterior dos dados. Não se definiu uma amostra para a coleta de dados, pois, por ser on-line, gostaríamos de obter o maior número possível de respostas. O questionário foi divulgado através de e-mails para alunos do curso de Desenvolvimento Regional, nas mídias sociais, em plataformas de mensagens instantâneas, em listas de e-mails e em lista de grupos. Ele foi composto de 13 questões e foram obtidas 85 respostas.

Das perguntas dos questionários, levantamos informações sobre como as pessoas veem a luta pela terra; o que sabem sobre o movimento; como veem as ações de solidariedade do movimento em tempos de pandemia; qual a relação da produção dos camponeses e do agronegócio; se veem a necessidade de reforma agrária no país; se a reforma agrária é apenas um problema de quem está no campo; por fim, se conhecem o Plano Emergencial da Reforma Agrária.

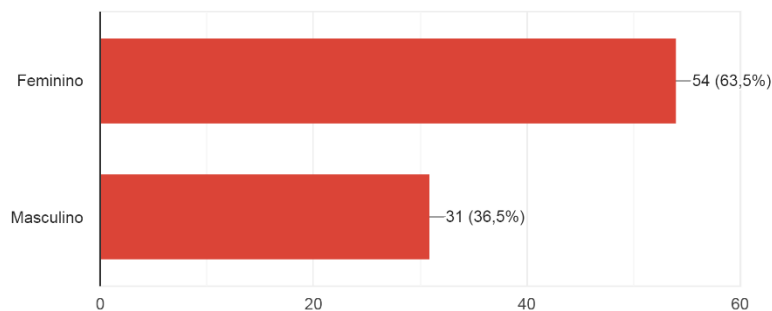
Nas primeiras questões, direcionamos para a identificação das pessoas e o nível de escolaridade. O maior número de respondentes era do sexo feminino (Gráfico 1); já em relação à escolaridade, a maior parte das pessoas pesquisadas apresentou um alto nível de formação, sendo 43,5% com graduação completa (Gráfico 2), o que pressupõe um maior grau de informação, quando comparado aos que concluíram o ensino médio (apenas 4,7%). Esse panorama da formação é importante para termos uma ideia de qual o perfil dos respondentes, entretanto não somos capazes de atribuir, através do questionário, quem sabe mais ou menos em relação ao movimento.

A terceira pergunta da pesquisa questionava se as pessoas conheciam ou não o movimento, e 70 pessoas, ou seja, 82,4%, responderam afirmativamente. Quando perguntadas sobre onde ouviram falar do movimento (se na mídia, livros ou outro meio), foram diversas respostas, contudo o que chamou atenção é que 48 pessoas, ou 56,5%, responderam que já leram sobre o movimento, enquanto 27,1% afirmaram que conheciam o movimento apenas através da mídia. As outras respostas afirmavam

que conheciam através de pesquisas, por meio de sites alternativos e da plataforma on-line do movimento; um dos respondentes fez estágio com o movimento, e outro conhecia o MST através do Fórum Social Mundial.

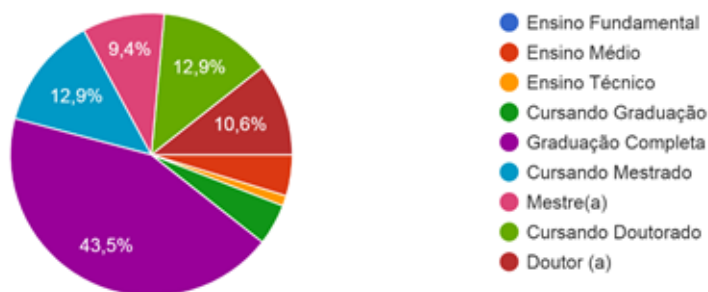
O que aqui se compreende é que as pessoas que tiveram acesso ao questionário e se dispuseram a respondê-lo, em sua maioria, conheciam o movimento ou tiveram alguma ligação com ele. É muito importante ver que há pessoas que estão atentas ou ligadas a uma discussão tão necessária em nossa sociedade.

Gráfico 1 – Sexo.



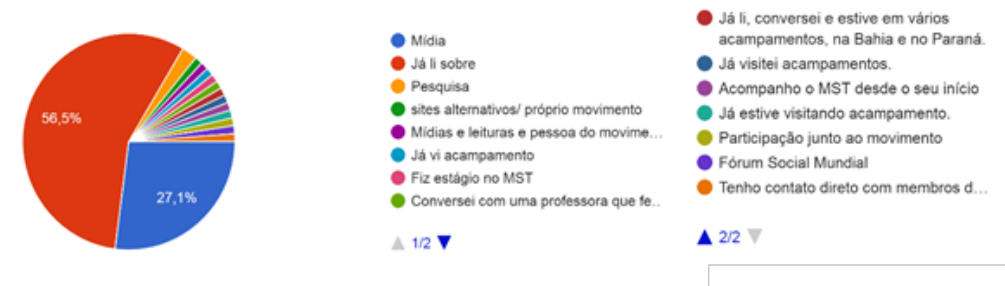
Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

Gráfico 2 – Grau de Escolaridade.



Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

Gráfico 3 – De onde o respondente conhece o MST.



Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

A luta pela reforma agrária está contida na luta pelo trabalho, pois é através do acesso à terra que os movimentos socioterritoriais estabelecem suas condições de vida, de produção e de acesso a outros direitos fundamentais. Na questão da produção, o MST é um movimento que tem lutado constantemente para estabelecer produções sem o uso de agrotóxicos e possibilitar uma melhor qualidade de alimentos saudáveis para quem tem acesso às suas produções.

Além disso, ele vem numa constante luta de combate à fome, como vimos na pandemia, em suas ações de solidariedade. Contudo, essas ações não se restringiram àquele momento, uma vez que o próprio movimento, em suas feiras de reforma agrária e nos armazéns do campo, instalados em cidades como São Paulo e Recife, busca atribuir preços justos às suas produções, bem como pratica muitas ações de solidariedade ao longo do ano.

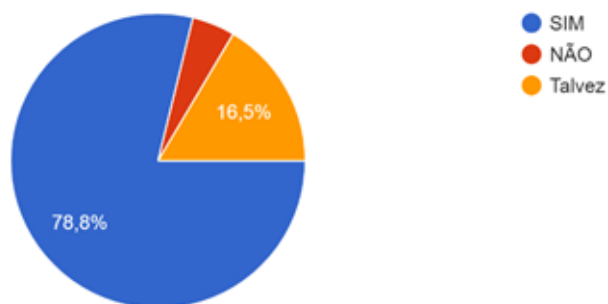
Sobre a pergunta: “Você considera que o MST é um movimento que pode ajudar no combate à fome no país?”, 78,8% dos respondentes disseram que sim, como podemos constatar no Gráfico 4.

Isso evidencia que a maior parte dos respondentes conhece o movimento. Além dessa pergunta, outra que pode ser alinhada a essa é: “Você considera que a organização popular é a melhor forma de combater as desigualdades do sistema capitalista?”. Para 74,1% das pessoas, as organizações populares ainda são a melhor forma de combater a desigualdade.

No Brasil, isso não é generalizado, quando vemos a grande criminalização de movimentos sociais ou comentários como esse posto no questionário: “[...] vejo muitos no MST próximo à minha casa com carros que parecem pertencer a pessoas de classe média alta, ou até mesmo classe alta. Deveria haver algo que tornasse o MST mais sério”. Vemos, aqui, que algumas pessoas não consideram que o movimento é sério e é organizado através de um projeto amplo, que engloba terra, trabalho,

educação, moradia, saúde e meio ambiente.

Gráfico 4 – Combate à fome - MST.



Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

Por outro lado, há pessoas que têm outra visão do movimento, como o comentário a seguir: “O MST, mais do que um movimento pela distribuição menos seletiva da terra, é um movimento pela justiça social; pela soberania alimentar; pelo combate à pobreza, fome e miséria; pela diminuição da desigualdade social; pela autonomia, independência e soberania do Brasil”.

A sociedade precisa conhecer o movimento em seu processo histórico para compreender suas lutas e suas reivindicações, assim como o próprio movimento continua se fortalecendo e buscando se reafirmar enquanto um agente propulsor de mudança nos territórios do campo e da cidade no Brasil, pois, como afirmou Werner Fuchs, em matéria para o MST, no dia 5 de junho de 2020:

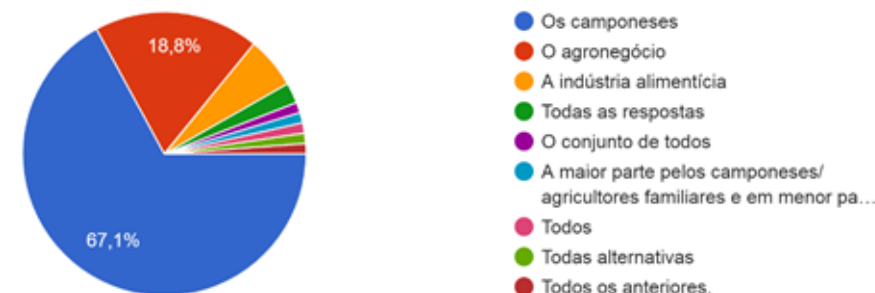
A força do MST está em ser um movimento não-armado, pacífico, mas ousado e firme. A ocupação de áreas é uma espécie de sequestro para forçar o governo a aplicar a lei da desapropriação. Nem sempre os meios de comunicação e a opinião pública sabem ou quer entender essa característica dos sem-terra. É mais fácil xingá-los de sujeitos fora-da-lei. Mas não é mais possível estagnar a transformação cultural camponesa de Norte a Sul, evidenciada na solidariedade e na “mística” dos símbolos, como a cruz de Ronda Alta, bandeira, bonés, etc. (FUCHS, 2020)

Nesse contexto de reconhecer o movimento como um exemplo de luta, solidariedade e organização, procuramos compreender como as pessoas veem o alimento que chega à sua mesa, ou seja, quem elas reconhecem como produtores

de seus alimentos.

Com base no Gráfico 5, a maior parte dos respondentes acredita que seus alimentos vêm dos camponeses, ou seja, dos produtores do campo. De fato, quem produz os alimentos são os camponeses, e o agronegócio apenas se apropria da produção de *commodities*. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, na agricultura familiar, temos a produção de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% do leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Gráfico 5 – Produção de alimentos.

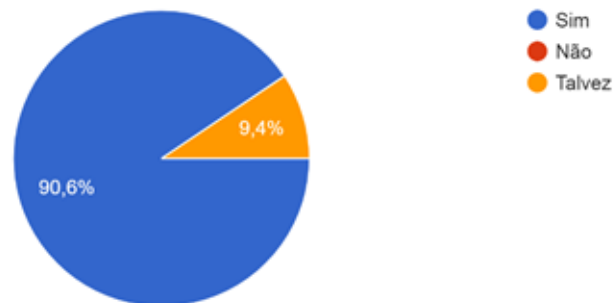


Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

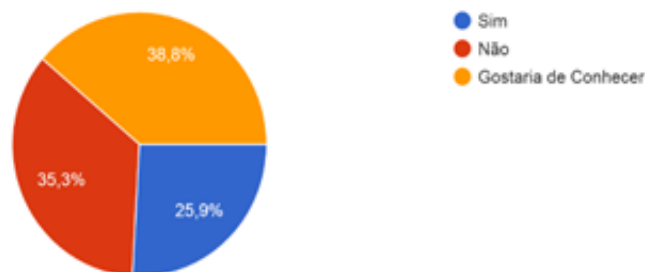
Nessa conjuntura, compreendemos que a reforma agrária é cada vez mais necessária para ampliar a produção dos camponeses, dando-lhes acesso à terra e a incentivos produtivos. Em nosso questionário, a maior parte das pessoas acredita que a luta pela reforma agrária é necessária em nosso país, o que nos mostra a importância do movimento em suas lutas e reivindicações ao Estado (Gráfico 6).

Nessa pandemia, o MST, assim como outros movimentos socioterritoriais, tiveram uma ampla participação em ações de solidariedade e contribuíram para pensar uma nova estratégia da reforma agrária, o que o movimento denominou de Plano Emergencial da Reforma Agrária. Vemos que os respondentes, em sua maioria, gostariam de conhecer o plano; 25,9% já conhecem a nova proposta (Gráfico 7).

O plano está alinhado ao que a pandemia nos mostrou com tanta evidência, ou seja, a realidade de um Brasil desigual e que muitos insistem em esconder. Sem o apoio do governo, os movimentos socioterritoriais em todas as regiões do país deram um show de solidariedade, quando distribuíram toneladas de alimentos para as populações mais vulneráveis.

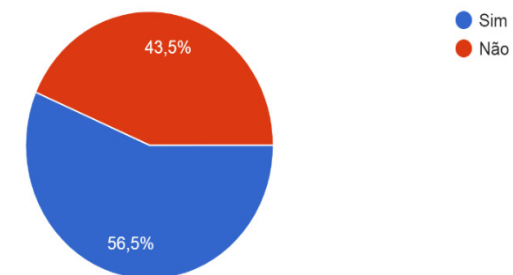
Gráfico 6 – Reforma agrária.

Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

Gráfico 7 – Plano Emergencial da Reforma Agrária.

Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

Para um respondente do questionário, “o MST deu uma aula de solidariedade durante a pandemia, mas infelizmente a grande mídia preferiu mostrar a ‘solidariedade’ das grandes empresas capitalista do que mostrar o que realmente deu certo nos movimentos sociais”. Em função dessa realidade, surge a seguinte pergunta: “Você conheceu, ou presenciou, alguma ação de solidariedade do MST na pandemia?”. Vimos, nas respostas, que ainda há muitas pessoas que não conheceram as ações do movimento na pandemia, em torno de 43,5%, o que equivale a 37 pessoas dentro do universo dos respondentes (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Ações de solidariedade do MST.

Fonte: Pesquisa on-line “As Ações de Solidariedade dos Movimentos Socioterritoriais em Tempos de Pandemia” (2020-2021).

O conjunto de respostas do questionário foi uma pequena amostra de que há muito para se aprender sobre os movimentos socioterritoriais, de forma muito especial, o MST, que na pandemia da Covid-19 viu uma oportunidade de demonstrar a solidariedade presente no movimento (FUCHS, 2020). Para Fuchs (2020), “o surgimento de epidemias cada vez mais agressivas (SARS, Ebola, Covid19) está diretamente ligado ao avanço predatório do capitalismo sobre o planeta”.

São os movimentos socioterritoriais que, através de suas ações frente ao Estado e ao capital, nos mostram as problemáticas que precisam ser debatidas na sociedade, tais como: desmatamento, mineração, concentração de terra e mudanças climáticas. Portanto, um planejamento articulado entre Estado, sociedade e movimentos socioterritoriais para a efetivação de uma reforma agrária popular pode nos ajudar a combater a degradação socioambiental à qual o sistema capitalista nos submete viver, tanto no território da cidade como no território do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 reestruturou nossas relações sociais, produtivas, econômicas, educacionais e de lutas sociais. Não imaginávamos que o ano de 2020 seria tão desafiador. No contexto dele, muitas pessoas precisaram se reinventar para adequar-se ao trabalho, ao ensino e até as lutas sociais, as quais, para alguns, passaram a ser de forma remota.

Não podemos dizer que essa situação provocou mudanças drásticas na sociedade, uma vez que, à medida que houve o afrouxamento das medidas de isolamento, vimos que a sociedade civil voltou a ocupar os espaços e se aglomerar. É um novo que precisamos enfrentar, conscientizando a população dos riscos e das necessidades de revermos nossas práticas em relação ao nosso comportamento diante da

natureza, nossa alimentação, nossa forma de produção etc.

A Covid-19 trouxe adversidades não só para a cidade mas também para o próprio território do campo. Em meio às profundas mudanças ocasionadas diante da pandemia, o presente trabalho buscou evidenciar que é possível encontrarmos modelos de produção e de desenvolvimento mais alternativos, os quais possam possibilitar a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Contudo, a conflitualidade tão presente na sociedade é outro desafio que precisamos enfrentar diante do desejo de sugerir mudanças que possam desenvolver outro modelo econômico, como o proposto pelo MST. É por meio da luta e da organização em movimentos socioterritoriais que eles vêm adquirindo novos espaços, ou seja, reterritorializando-se, em função da conquista dos acampamentos e dos assentamentos. É por meio dessas ações que é possível considerar os movimentos socioterritoriais como principais agentes de mudanças e resistência no campo brasileiro. E o movimento socioterritorial apresentado neste trabalho mostrou-nos como as ações de solidariedade são propulsoras para pensarmos mudanças diante da situação de desigualdade que vivemos no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio, *et al.* **Sopa de Wuhan**, Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 188 páginas 1.a edición: marzo 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. E-Book. São Paulo, Boitempo, 2020.

AUGUSTO BRANDÃO, Cristiane e SANTOS, Rogério Dultra (orgs) **Pandemias e Pandemônio** (Livro eletrônico), Tirant au Blanc, 2020. (**Pandemia da Precarização do Mundo do Trabalho**/vários autores - pp. 193 -246).

BBC. Sars, Mers, Ebola, coronavírus – por que há cada vez mais surtos de vírus mortais pelo mundo? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-5129608>. Acesso em 08 de agosto de 2020.

CANAL AGRO. **Fome no campo é agravada apesar de produção recorde**. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/saude-no-campo/fome-no-campo-e-agravada-apesar-de-producao-recorde/>. Acesso 18 de outubro de 2021

CARTER, Miguel. **Combatendo a Desigualdade Social - O MST e a Reforma**

Agrária no Brasil. São Paulo, Editora da UNESP, 2010.

FERNANDES, BERNARDO M.; STEDILE, João P. **Brava gente: a trajetória do MST e luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgrariaA_Bernardo.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires :CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282 Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/Aula%209b.pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2020.

FIOCRUZ. **A pandemia de covid-10 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada**. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1036/a-pandemia-de-covid-19-no-brasil-crnica-de-uma-crise-sanitria-anunciada>. Acesso em 04 de agosto de 2020.

FUCHS, Werner. **Reforma Agrária um caminho sem volta**. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/05/reforma-agraria-um-caminho-sem-volta/> > Acesso em 05 de agosto de 2020.

FURLAN, Reinaldo **O Significado da Crise da Sociedade Contemporânea**. In.: Aoristo. **International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics**, Toledo, n°1, v. 1(2017) p. 159-187. Disponível em: <https://outraspalavras.net/podcasts/fome-no-brasil-o-mst-tem-um-plano/>. Acesso em 04 de agosto de 2020.

HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha; VASCONCELOS, Wagner. **Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil**. **Estudos Avançados [online]**. 2020, v. 34, n. 99, pp. 25-44.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.00>. Acesso em: 17 out. 2020.

IBGE. Biblioteca Virtual. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.

IBGE. PNAD COVID19. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php> Acesso em: 17 out. 2020.

MAFORT, KELLI. **Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular:** por trabalho, alimentação, moradia e vida digna. Disponível em: [https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vidadigna/#:~:text=Kelli%20Mafort%20\(KM\)%3A%20O,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20desigualdade%20social](https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vidadigna/#:~:text=Kelli%20Mafort%20(KM)%3A%20O,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20desigualdade%20social). Acesso em: 22 de ago. de 2020.

MARTINS, Alfredo. **O SARS-CoV-2 vem para alterar os nossos hábitos.** Disponível em: <https://www.spmi.pt/o-sars-cov-2-vem-para-alterar-os-nossos-habitos/>. Acesso em: 17 out. 2020.

MATTEDI, Marcos A.; Ribeiro, Eduardo A. W.; Spiess, Maiko R. e Ludwig, Leandro. Epidemia e contenção: cenários emergentes da Pós-Covid-19. In.: **ESTUDOS AVANÇADOS**, v.34, n.99, 2020.

MATTEI, Lauro e Heinen, Vicente Loeblein. **Impactos da Crise da Covid-19 no Mercado de Trabalho.** In.: Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT).

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrrj** | n. 32 | dezembro 2016. pp. 123 – 151.

MORIN, Edgar. **Pour une crisologie.** *Communications*, v. 25, 1976. La notion de crise. pp. 149-163.

MST. **7 de Agosto é o Dia Nacional de Luta e Luto.** Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/04/7-de-agosto-e-o-dia-nacional-de-luta-e-luto/>. Acesso em: 09 de ago. de 2020.

MST. **Ações de solidariedade Sem Terra se espalham pelo país durante pandemia.**

Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/16/acoes-de-solidariedade-sem-terra-sem-espalham-pelo-pais-durante-pandemia/>. Acesso em: 19 de ago. de 2020.

MST. **Papa Francisco parabeniza ações de solidariedade do MST.** Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/25/papa-francisco-parabeniza-acoes-de-solidariedade-do-mst/>. Acesso em: 04 de ago. de 2020.

MST. **Reforma Agrária: um caminho sem volta.** Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/05/reforma-agraria-um-caminho-sem-volta/>. Acesso em 04 de ago. de 2020.

MST. **Solidariedade e Soberania Alimentar na Pandemia.** Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/27/artigo-%e2%80%8b-solidariedade-e-soberania-alimentar-na-pandemia/>. Acesso em 04 de ago. de 2020.

NERI, Marcelo C. **A escalada da Desigualdade:** qual foi o Impacto da Crise sobre a Distribuição de Renda e a Pobreza? Rio de Janeiro. FGV Social. Pesquisa disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em 04 de ago. de 2020.

OUTRAS PALAVRAS. **Solidariedade e participação para enfrentar a fome no RS.** Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/solidariedade-e-participacao-para-enfrentar-a-fome-no-rs/>. Acesso em 04 de ago. de 2020.

POLITIZE. **Qual a situação da agricultura familiar no Brasil?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/agricultura-familiar/>. Acesso em 04 de ago. de 2020.

RAMOS FILHO, E. S. **Questão Agrária atual:** Sergipe como referência para um Estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado (2003 – 2006). Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM:** subordinação e resistência camponesa. São Paulo. Outras Expressões, Clacso, 2013. Coleção CLACSO- CROP.

REDE BRASIL. **MST lança plano emergencial de reforma agrária:** ‘Vamos reerguer o Brasil com os trabalhadores. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com>.

[br/cidadania/2020/06/mst-lanca-plano-emergencial-de-reforma-agraria-reerguer-brasil-trabalhadores/](https://www2.ufjf.br/cidadania/2020/06/mst-lanca-plano-emergencial-de-reforma-agraria-reerguer-brasil-trabalhadores/). Acesso em 04 de ago. de 2020.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. **Pandemia e meio ambiente: impactos momentâneos ou nova normalidade.** Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/24/pandemia-e-meio-ambiente-impactos-momentaneos-ou-nova-normalidade/>. Acesso em 04 de ago. de 2020.



COVID-19 e seu enfrentamento entre os residentes do Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, estado de São Paulo

Scarlet Feitosa Santos¹

Miriane Lucindo Zucoloto²

Maria do Carmo Gullaci Guimarães Caccia-Bava³

Edson Zangiacomi Martinez⁴

RESUMO: Objetivo deste trabalho foi descrever a situação de saúde quanto à pandemia de COVID-19 e seu enfrentamento entre os residentes do Assentamento Mário Lago, pertencente ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Fazenda da Barra e localizado em Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Trata-se de um estudo transversal, descritivo, do tipo inquérito, com amostragem aleatória estratificada. Foram entrevistados 158 residentes, com idade entre 18 e 84 anos, entre 26 de outubro de 2021 e 28 de janeiro de 2022. Os resultados obtidos expõem uma situação de vulnerabilidade social da sua população, em que apenas 23,4% dos entrevistados chegaram ao ensino médio, e 95,6% possuem uma renda familiar de até três salários mínimos. Dentre os participantes do estudo, 17,1% tiveram resultado positivo para um teste de COVID-19, e 42,4% relataram que a pandemia diminuiu muito a renda das pessoas da casa, enquanto 3,8% ficaram sem renda. Para que as populações assentadas estejam mais bem preparadas para futuras crises como a provocada pela pandemia de COVID-19, é necessária a continuidade das ações já realizadas pelos movimentos sociais e populares do campo e assegurar a manutenção e o desenvolvimento das redes de suporte social.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos Rurais; COVID-19; Survey.

COVID-19 AND ITS COPING STRATEGIES AMONG THE RESIDENTS OF THE MÁRIO LAGO SETTLEMENT, RIBEIRÃO PRETO, STATE OF SÃO PAULO

ABSTRACT: The objective of this study was to describe the health situation regarding the pandemic of COVID-19 and its coping strategies among residents of the Mário Lago Settlement, belonging to the Fazenda da Barra Sustainable Development Project (PDS) located in Ribeirão Preto, state of São Paulo. This is a cross-sectional, descriptive, survey-type study with stratified random sampling. A total of 158 residents, aged between 18 and 84 years, were interviewed between October 26, 2021, and January 28, 2022. The results obtained expose a situation of social vulnerability of its population, in which only 23.4% of the interviewees reached high school, and 95.6% have a family income of up to three minimum wages. Among the study participants, 17.1% tested positive for a COVID-19 test, and 42.4% reported that the pandemic significantly

¹ Mestra em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP).E-mail: scarletsantos7@gmail.com

² Pós-doutoranda da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP). E-mail: mirianezucoloto@gmail.com

³ Professora Associada da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP).E-mail: mcbava@fmrp.usp.br

⁴ Professor Associado da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP).E-mail: edson@fmrp.usp.br

decreased household income, while 3.8% were left without income. In order for the settled populations to be better prepared for future crises such as the one caused by the COVID-19 pandemic, it is necessary to continue the actions already taken by the social and popular movements in the countryside and ensure the maintenance and development of social support networks.

KEYWORDS: Rural Settlements; COVID-19; Survey.

INTRODUÇÃO

O primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi relatado em 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, e a doença se espalhou rapidamente para outras cidades (CRODA *et al.*, 2020). As medidas de enfrentamento da doença trouxeram a necessidade do distanciamento social, resultando no fechamento temporário de muitos ambientes, incluindo escolas, universidades, academias de ginástica, restaurantes, escritórios e serviços públicos (AQUINO *et al.*, 2020). Embora necessárias para conter o avanço do número de casos, estas medidas contribuíram para a intensificação da vulnerabilidade social da população, incluindo a redução da prática de atividades físicas (MARTINEZ *et al.*, 2020), o aumento de riscos para a segurança alimentar e nutricional (RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020), o aumento do desemprego (COSTA, 2020), e o crescimento dos casos de alterações psicológicas, como ansiedade e depressão (BARROS *et al.*, 2020; SILVA-SANTANA *et al.* 2020).

Mueller *et al.* (2020) advertem que apesar da considerável atenção científica aos impactos da pandemia de COVID-19 nas áreas urbanizadas, pouca pesquisa tem examinado seu impacto sobre as populações rurais. Estes autores notaram que os efeitos da pandemia sobre as populações rurais do noroeste da América do Norte foram severos, com significativos impactos negativos sobre o desemprego, a satisfação geral com a vida, a saúde mental e as perspectivas econômicas. Lakhani *et al.* (2020) argumentam que os desafios para o enfrentamento da COVID-19 nas áreas rurais dos Estados Unidos incluem uma infraestrutura de saúde precária, inadequado letramento em saúde, e o fato de que a maioria da população rural possui saúde vulnerável com diversas comorbidades pré-existentes. Kumar *et al.* (2020) mostraram que o sistema de saúde rural na Índia não é adequado ou preparado para conter a transmissão da COVID-19, especialmente em muitos estados densamente povoados do norte da Índia, devido à escassez de médicos, leitos hospitalares e equipamentos. Em uma pesquisa que incluiu 726 aldeias localizadas em áreas rurais de sete províncias da China, Wang *et al.* (2021) relatam que apesar de observarem uma baixa taxa de infecção e nenhum óbito por COVID-19, a pandemia trouxe resultados sociais e econômicos bastante

negativos, incluindo altas taxas de desemprego, queda da renda familiar, aumento de preços e interrupção do aprendizado dos estudantes.

No Brasil, usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Arruda *et al.* (2018) evidenciaram as profundas desigualdades no acesso à saúde encontradas nas áreas rurais em comparação com as áreas urbanas. Os resultados mostraram que na população rural poucas pessoas possuem algum plano privado de saúde, existe baixa procura por serviços para exame de rotina, há maior dificuldade para acessar os serviços, as pessoas declaram uma pior percepção de saúde, e possuem menor renda e escolaridade. Silva e Pinto (2021) advertem que os serviços de transporte são rotineiramente insuficientes para a locomoção da população rural para os serviços de saúde, enquanto as medidas de isolamento social decorrentes da COVID-19 contribuem para agravar estas dificuldades. Em adição, as medidas afetam também o deslocamento de profissionais de saúde, que muitas vezes transitam de outras localidades para atender à população rural. Entretanto, encontramos uma grande escassez de pesquisas empíricas que descrevem as consequências da COVID-19 nas populações rurais brasileiras e as suas medidas de enfrentamento.

No Brasil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) define o assentamento rural como uma unidade associativa, autônoma e gerida pelos trabalhadores que ali residem e trabalham, trazendo o benefício de fomentar o desenvolvimento econômico, social e cultural e objetivando o acesso à terra para construção de unidades de produção agrícola. Os assentamentos são divididos em dois grupos: os projetos de reforma agrária criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA e os criados por outras instituições governamentais. No primeiro grupo, há os Projetos de Assentamento (PA), os ambientalmente diferenciados, denominados Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), os Projetos de Assentamento Florestal (PAF) e os Projetos Descentralizados de Assentamento Sustentável (PDAS) (ALVES FILHO; RIBEIRO, 2014). O PDS é uma “[modalidade ambientalmente diferenciada de Reforma Agrária, que permite a prática da agricultura familiar, extrativismo e atividades de baixo impacto ambiental]” (PORRO *et al.*, 2018), regularizada pela Portaria Incra nº 477/1999, modificada pela Portaria nº 1040/2002. O artigo 3º desta Portaria estabelece que os PDS [...] serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos, para as populações que já exercem ou venham a exercer atividades extrativistas ou de agricultura familiar em áreas de preservação ambiental, com supervisão e orientação do INCRA, IBAMA, órgão estadual ou municipal de meio ambiente ou organização não-governamental - ONG previamente habilitada[...].

No PDS Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, haviam 473 famílias assentadas, em uma área de 1.549,5 hectares, segundo dados do INCRA atualizados em dezembro de 2017. Segundo Borelli Filho (2009), este assentamento foi criado pelo INCRA em 2007, no modelo PDS, objetivando a produção agroecológica sem a utilização de agrotóxicos e não trazendo prejuízos ao meio ambiente, dado que se encontra em uma área de recarga do Sistema Aquífero Guarani. O processo de ocupação da Fazenda da Barra teve início em 2003, quando aproximadamente 500 famílias ocuparam a entrada do Sítio Braghetto sob a liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST argumentava que a fazenda deveria ser desapropriada para fins de assentamento, pois os proprietários estariam deixando de cumprir sua função social e ocasionavam prejuízos ao meio ambiente. Segundo Carvalho (2011), a área da Fazenda da Barra estava destinada à construção de um condomínio de luxo, dada sua proximidade com o perímetro urbano. O PDS se localiza a apenas 10 km do centro de Ribeirão Preto.

Desde a sua criação, o PDS Fazenda da Barra assume a prerrogativa do uso da terra com fins de preservação ambiental, além da agricultura familiar baseadas em práticas agroecológicas. Os assentamentos que compõem este PDS se diferenciam de outros por estarem situados numa área periurbana, sendo que seu entorno faz divisa com o complexo de bairros do Ribeirão Verde, situado na periferia da cidade, com características sociais marcadas pela pobreza e vulnerabilidade social. Este entorno se completa com uma extensa área de produção de cana que permeia os lotes que estão à margem. Detalhes sobre a criação do PDS Fazenda da Barra podem ser encontrados no trabalho de Gonçalves e Scopinho (2010).

O PDS Fazenda da Barra é dividido em quatro assentamentos, cada um organizado por um movimento social. Estes assentamentos, por sua vez, apresentam-se divididos em núcleos ou setores, segundo o próprio movimento ao qual ele faz parte. Os assentamentos são: Mário Lago, Santo Dias da Silva, Luiza Mahin e Índio Galdino. O assentamento Mário Lago pertence ao MST e é subdividido em 22 núcleos: Joaquim Pereira Vegas, Terra Sem Males, Manoel Gomes, Josué de Castro, Roseli Nunes, Zumbi dos Palmares, Dandara, Celso Furtado, Padre Jansen, Che Guevara, Patativa do Assaré, Camilo Torres, Antônio Conselheiro, Frei Tito, Caio Prado, Egydio Bruneto, Oziel Alves, Margarida Alves, Rosa Luxemburgo, Paulo Freire, Dom Helder Câmara e Salete Strozak. O assentamento Santo Dias da Silva pertence ao Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem-Terra (MLST) e é dividido em setores numerados de 1 a 5. O assentamento Luiza Mahin recebe o nome de seu próprio movimento e também possui alguns lotes junto aos setores 2 e 5 do assentamento Santo

⁵ Disponível em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>, dados atualizados em 31/12/2017.

Dias da Silva. O assentamento Índio Galdino igualmente recebe o nome de seu próprio movimento e é subdividido em três núcleos: Dorothy Stang, Joanilda Martins dos Santos e José Sebastião da Silva.

O PDS Fazenda da Barra integra a área de abrangência da Unidade Básica de Saúde (UBS) “Herbert de Souza - Betinho”, do Complexo Ribeirão Verde, sendo que a Equipe de Saúde da Família (ESF) “Dr. Luis Carlos Raya” é composta por dois médicos, duas enfermeiras, uma auxiliar de enfermagem, cinco agentes comunitárias de saúde, um dentista e um agente de saúde bucal, que desenvolve ações básicas de saúde em seu território. Na Fazenda da Barra, há uma Sala Interdisciplinar, onde esta equipe presta alguns atendimentos, e um consultório odontológico. Em adição, o Projeto Veredas, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP, reúne alunos do curso de Medicina em um trabalho de voluntariado, com o objetivo de prestar atendimento médico e proporcionar promoção de saúde para populações vulneráveis, incluindo a população do PDS Fazenda da Barra. Os atendimentos promovidos pelo Veredas incluem especialidades de oftalmologia, clínica médica, pediatria, ginecologia, geriatria, dermatologia e outras. O território do PDS Fazenda da Barra não possui creches e escolas, sendo que suas crianças e adolescentes precisam se deslocar até o bairro mais próximo, Ribeirão Verde, para ter acesso aos serviços de educação.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo descrever a situação de saúde quanto à pandemia de COVID-19 e seu enfrentamento entre os residentes do Assentamento Mário Lago, pertencente ao PDS Fazenda da Barra.

MÉTODOS

DESENHO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, do tipo inquérito (*survey*). As entrevistas foram feitas nos domicílios, por uma única entrevistadora, entre 26 de outubro de 2021 e 28 de janeiro de 2022.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão foram ter idade maior ou igual a 18 anos e ser residente no assentamento Mário Lago há um ano, ao menos. Não foram incluídas as pessoas que se apresentavam na condição de acampadas. Estas não compuseram o plano amostral por pertencerem a um grupo não fixo, ainda sem o direito à terra garantido pelas leis do Estado, sendo que seu número varia conforme as necessidades do movimento social a qual fazem parte. Esta confirmação se obteve através da pergunta [...] Você pertence a um assentamento ou a um acampamento? [...].

AMOSTRAGEM

Para os propósitos da amostragem, o território pertencente ao Assentamento Mário Lago foi dividido em 17 estratos, segundo suas subdivisões em núcleos ou setores e considerando suas proximidades geográficas. O tamanho amostral foi calculado considerando uma amostragem aleatória estratificada, com um coeficiente de confiança da 95%, uma precisão absoluta de 5%, e uma probabilidade de ocorrência de um evento de interesse (teste positivo para COVID-19) de 0,5. Esta probabilidade é baseada naquela que maximiza a variância em cada estrato e, conseqüentemente, gera o tamanho amostral capaz de cobrir quaisquer outras possibilidades para este parâmetro. Foi então calculado um número mínimo de 158 entrevistas. A Tabela 1 mostra o número de habitantes em cada estrato, segundo dados do INCRA atualizados em dezembro de 2017, e o número de entrevistas estabelecido para cada estrato.

Tabela 1 – Estratos do Assentamento Mário Lago do PDS Fazenda da Barra, número de habitantes e número estabelecido de entrevistas.

Estrato	Núcleos	Número de habitantes (a)	Número de entrevistas
1	Dandara	79	12
2	Roseli Nunes	97	15
3	Joaquim Pereira e Terra sem Males	59	9
4	Josué de Castro e Manoel Gomes	99	15
5	Celso Furtado	79	12
6	Zumbi dos Palmares	49	8
7	Che Guevara	59	9
8	Padre Jansen e Patativa do Assaré	47	8
9	Camilo Torres e Patativa do Assaré	47	8
10	Antônio Conselheiro e Frei Tito	46	7
11	Saleta Strozak	75	12
12	Rosa Luxemburgo	26	4
13	Caio Prado	72	11
14	Osiel Alves	24	4
15	Margarida Alves	40	7
16	Paulo Freire	20	4
17	Egydio Bruneto	83	13
	Total	1.001	158

(a) Segundo dados do INCRA, atualizados em dezembro de 2017.

Fonte: elaborado pelos autores usando dados do INCRA.

A escolha dos lotes dentro de cada estrato se deu de forma aleatória, através de uma permutação de uma sequência numérica. Os lotes foram numerados sequencialmente, de forma que a coleta se iniciou no primeiro lote da permutação, e se estendeu para os lotes subsequentes da lista até que fosse atingido o tamanho amostral definido para cada estrato. Em caso de recusa ou de um lote sem moradores, o lote seguinte da permutação era escolhido.

COLETA DOS DADOS

Os dados foram coletados nos domicílios localizados nos lotes sorteados, com o uso de um tablet e uma versão eletrônica do questionário implementado na plataforma REDCap (*The Research Electronic Data Capture, ver Patridge e Bardyn, 2018*). As entrevistas foram realizadas em diferentes períodos e dias da semana, incluindo sábados e domingos, para reduzir possíveis limitações quanto à ausência de trabalhadores nos domicílios.

VARIÁVEIS

Para caracterização dos participantes, o questionário incluiu perguntas sobre o estado civil ou marital, tempo de residência no assentamento, local anterior de moradia (rural ou urbana, no mesmo município ou em outro), escolaridade, e renda familiar. Foi perguntado também se o participante recebe benefício do Programa Bolsa Família (ou Auxílio Brasil), se possui plano de saúde particular, e se é cadastrado na Estratégia Saúde da Família (MACINKO; MENDONÇA, 2018). O Programa Bolsa Família foi um programa de transferência de renda que objetivou beneficiar famílias em situação de vulnerabilidade (COTTA; MACHADO, 2013), sendo substituído pelo Auxílio Brasil em dezembro de 2021 (BRASIL, 2021).

Os participantes foram indagados se fizeram teste para COVID-19 e, em caso afirmativo, qual foi o resultado do teste. Se o resultado foi positivo, foi perguntado se houve necessidade de internação, quais foram os sintomas persistentes, e se foi necessário fazer reabilitação. Foi questionado se o participante recebeu vacina da COVID-19 e, em caso afirmativo, qual foi a vacina. O participante também respondeu se teve familiar ou amigo próximo com sintomas graves ou falecimento por COVID-19, se solicitou o Auxílio Emergencial, e como a pandemia afetou a renda das pessoas da casa (as possíveis respostas a esta última pergunta foram “Aumentou ou ficou igual”, “Diminuiu um pouco”, “Diminuiu muito”, e “Ficou sem renda”). O Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982 de 2020, foi uma iniciativa do Governo Federal para minimizar os efeitos econômicos da pandemia para a parte mais vulnerável da população (CARDOSO, 2020).

A restrição do contato com as pessoas durante a pandemia de COVID-19 foi classificada conforme a proposta de Szwarcwald *et al.* (2020), considerando as seguintes opções de resposta: “Não fiz nada, levei vida normal”, “Procurei tomar cuidados, ficar a distância das pessoas, reduzir um pouco o contato, não visitar idosos, mas continuei trabalhando e saindo”, “Fiquei em casa, saindo só para compras em supermercado e farmácia”, e “Fiquei rigorosamente em casa, saindo só por necessidade de atendimento à saúde”. Considerando estas possíveis respostas, Szwarcwald *et al.* (2020) classificam a intensidade da restrição de contato físico respectivamente como “nenhuma restrição”, “pouca restrição”, “restrição intensa”, ou “restrição total”. Foi também incluída uma pergunta sobre o uso de fármacos com a intenção de prevenir a COVID-19. No caso de uma resposta positiva, o participante foi indagado sobre o fármaco utilizado, considerando as opções: chás, ervas e infusões com plantas, ivermectina, azitromicina, cloroquina ou hidroxicloroquina, homeopáticos, corticóides (como prednisona ou dexametasona), vitaminas (C, D ou coлекаliferol), zinco ou sulfato de zinco, ou outros fármacos.

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Os dados recolhidos na plataforma REDCap foram exportados para o programa R versão 4.1.1, que auxiliou nas tabulações e cálculos de estatísticas descritivas (médias, desvios padrão e porcentagens). A associação entre a intensidade da restrição de contato físico e as variáveis sexo, faixas etárias e renda familiar foi avaliada pelo teste exato de Fisher, com um nível de significância de 0,05 (ALTMAN, 1990). Na aplicação deste teste, as respostas “nenhuma” e “pouca” para a intensidade de restrição de contato físico foram classificadas como uma única classe, conforme Szwarcwald *et al.* (2020).

QUESTÕES ÉTICAS

Esta pesquisa é parte de um projeto maior que visa investigar a situação de saúde dos moradores do assentamento Mário Lago. Todos os participantes deram consentimento informado para participar deste estudo, que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (CAAE: 15092719.0.0000.5440).

RESULTADOS

Foram entrevistadas 158 pessoas em 116 domicílios, sendo 73 homens (46,2%) e 85 mulheres (53,8%). Durante a coleta de dados, quatro lotes foram encontrados desabitados, e outros os substituíram de acordo com a lista gerada aleatoriamente.

Quinze pessoas se recusaram a participar e outras vinte e três não atenderam aos critérios de inclusão, por serem menores de 18 anos, residirem no assentamento há pouco tempo ou alegarem estar na casa temporariamente. Essas pessoas também foram substituídas usando a listagem.

A Tabela 2 descreve os domicílios onde residem os participantes do estudo. Um pouco mais da metade dos domicílios (53,4%) tem as paredes externas de alvenaria sem revestimento, e em 14,7% dos domicílios vivem mais de uma família. O número de pessoas residentes por domicílio variou entre um e 15. Poucos domicílios recebem água da rede geral de distribuição (5,2%) e em muitos deles os residentes consomem água sem tratamento (58,6%). Muitos domicílios (35,3%) não utilizam serviços de limpeza ou descarte de lixo, e queimam ou enterram os resíduos no próprio lote. Um número expressivo de domicílios é abastecido pela rede geral de energia elétrica (99,1%), possui acesso à internet (82,8%) e há pelo menos um automóvel disponível (81,9%).

Tabela 2 - Características dos 116 domicílios em que residem os participantes do estudo.

Características	Classes	n (%)
Material das paredes externas	Alvenaria com revestimento	51 (44,0)
	Alvenaria sem revestimento	62 (53,4)
	Madeira aproveitada	3 (2,6)
Número de famílias residentes	Uma	99 (85,3)
	Duas	14 (12,1)
	Três	2 (1,7)
	Quatro	1 (0,9)
Número de pessoas residentes	Uma	24 (20,7)
	Duas	33 (28,4)
	Três	18 (15,5)
	Quatro	18 (15,5)
	Cinco ou mais	23 (19,8)
Número de cômodos	Um	20 (17,4)
	Dois	45 (39,1)
	Três	43 (37,4)
	Quatro	5 (4,3)
	Cinco	2 (1,7)

Tabela 2 - Características dos 116 domicílios em que residem os participantes do estudo (cont.)

Escoadouro dos banheiros	Fossa séptica	43 (37,1)
	Fossa rudimentar	63 (54,3)
	Fossa biodigestora	6 (5,2)
	Vala	2 (1,7)
	Não tem banheiro	1 (0,9)
	Não sabe/não respondeu	1 (0,9)
	Poço ou nascente fora do lote	81 (69,8)
Abastecimento de água	Poço ou nascente no próprio lote	25 (21,6)
	Rede geral de distribuição	6 (5,2)
	Água da mina	1 (0,9)
	Cisterna	1 (0,9)
	Enche galões nas casas vizinhas	1 (0,9)
	Não sabe/não respondeu	1 (0,9)
	Filtrada	39 (33,6)
Tratamento da água que bebe	Tratada de outra forma na casa	3 (2,6)
	Mineral industrializada	6 (5,2)
	Sem tratamento	68 (58,6)
Destino do lixo do domicílio	Caçamba ou serviço de limpeza	75 (64,7)
	Queimado no próprio lote	39 (33,6)
	Enterrado no próprio lote	2 (1,7)
Energia elétrica	Rede geral	115 (99,1)
	Outra origem	1 (0,9)
Acesso à internet	Sim	96 (82,8)
	Não	20 (17,2)
Há automóvel no domicílio	Sim	95 (81,9)
	Não	21 (18,1)

Fonte: elaborado pelos autores.

A idade dos entrevistados variou entre 18 e 84 anos, com uma média de 56,4 anos e um desvio padrão de 13,8 anos. A Tabela 3 mostra outras características dos participantes, de acordo com o sexo. Observa-se que a maioria se declarou como casada (65,8%) e residente no assentamento há mais de 10 anos (74,1%). Uma pessoa declarou sempre ter residido no assentamento. Grande parte dos participantes declarou residir no mesmo município antes de fixar-se no assentamento, mas em zona urbana (60,8%). A Tabela 3 descreve uma baixa escolaridade dos participantes, sendo que apenas 23,4% chegaram ao ensino médio. Em adição, 95,6% possui uma renda familiar de até três salários mínimos. Apenas 18,4% dos participantes ou familiares recebem benefício do Programa Bolsa Família (ou Auxílio Brasil), e uma grande maioria (90,5%) não possui plano particular de saúde, sendo dependente exclusivamente do SUS.

Tabela 3 - Características dos participantes ($n = 158$).

	Homens (%)	<i>n</i> Mulheres (%)	<i>n</i> Total <i>n</i> (%)
Estado civil/marital			
Casado(a)/mora junto	46 (63,0)	58 (68,2)	104 (65,8)
Solteiro(a)	13 (17,8)	11 (12,9)	24 (15,2)
Separado(a)	9 (12,3)	10 (11,8)	19 (12,0)
Viúvo(a)	5 (6,8)	6 (7,1)	11 (7,0)
Tempo de residência no assentamento			
1 a 2 anos	7 (9,6)	10 (11,8)	17 (10,8)
3 a 5 anos	4 (5,5)	3 (3,5)	7 (4,4)
6 a 10 anos	7 (9,6)	9 (10,6)	16 (10,1)
Mais de 10 anos	55 (75,3)	62 (72,9)	117 (74,1)
Sempre morou no assentamento	0	1 (1,2)	1 (0,6)
Local anterior de moradia			
Zona urbana, mesmo município	42 (57,5)	54 (63,5)	96 (60,8)
Zona rural, mesmo município	8 (11,0)	7 (8,2)	15 (9,5)
Zona urbana, outro município	12 (16,4)	19 (22,4)	31 (19,6)
Zona rural, outro município	11 (15,1)	4 (4,7)	15 (9,5)
Sempre morou no assentamento	0	1 (1,2)	1 (0,6)
Escolaridade			
Analfabeto(a) ou sem escolaridade	8 (11,0)	7 (8,3)	15 (9,5)
Fundamental I incompleto	25 (34,2)	27 (31,8)	52 (32,9)

Tabela 3 - Características dos participantes ($n = 158$). (cont.).

Fundamental I completo	4 (5,5)	7 (8,2)	11 (7,0)
Fundamental II incompleto	15 (20,5)	19 (22,4)	34 (21,5)
Fundamental II completo	4 (5,5)	5 (5,9)	9 (5,7)
Médio incompleto	4 (5,5)	9 (10,6)	13 (8,2)
Médio completo	10 (13,7)	7 (8,2)	17 (10,8)
Superior incompleto	3 (4,1)	3 (3,5)	6 (3,8)
Superior completo	0	1 (1,2)	1 (0,6)
Renda familiar			
Menos de 1 salário mínimo (SM)	28 (38,4)	27 (31,8)	55 (34,8)
Entre 1 e 2 SM	25 (34,2)	38 (44,7)	63 (39,9)
Entre >2 e 3 SM	16 (21,9)	17 (20,0)	33 (20,9)
Acima de 3 SM	3 (4,1)	2 (2,3)	5 (3,2)
Não sabe	1 (1,4)	1 (1,2)	2 (1,3)
Recebe benefício do Bolsa Família/Auxílio Brasil			
Sim	14 (19,2)	15 (17,6)	29 (18,4)
Não	59 (80,8)	70 (82,4)	129 (81,6)
Possui plano de saúde particular			
Sim	7 (9,6)	8 (9,4)	15 (9,5)
Não	66 (90,4)	77 (90,6)	143 (90,5)
Cadastro na Estratégia Saúde da Família			
Possui	60 (82,2)	73 (85,9)	133 (84,2)
Não possui	11 (15,1)	9 (10,6)	20 (12,7)
Não sabe ou não lembra	2 (2,7)	3 (3,5)	5 (3,1)

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 4 descreve o perfil dos participantes em relação à COVID-19. Observa-se que 60,8% responderam que não fizeram teste para COVID-19, e dentre os 39,2% que fizeram, 43,5% tiveram o resultado positivo. Apenas seis participantes necessitaram de internação. Os sintomas comuns mais persistentes foram fraqueza muscular, fadiga e dor. A imensa maioria (93,7%) recebeu vacina da COVID-19 e uma grande parte (55,1%) teve familiar ou amigo próximo com sintomas graves ou falecimento pela doença.

Tabela 4 - Perfil dos participantes em relação à COVID-19 ($n = 158$).

	Homens	Mulheres	Total
	n (%)	n (%)	n (%)
Fez teste para COVID-19			
Sim	26 (35,9)	36 (42,4)	62 (39,2)
Não	47 (64,4)	49 (57,6)	96 (60,8)
Resultado do teste ($n = 62$)			
Positivo	7 (26,9)	20 (55,6)	27 (43,5)
Negativo	19 (73,1)	16 (44,4)	35 (56,5)
Necessitou ser internado ($n = 27$)			
Sim	1 (14,3)	5 (25,0)	6 (22,2)
Não	6 (85,7)	15 (75,0)	21 (77,8)
Sintomas persistentes ($n = 27$)			
Fraqueza muscular	4 (57,1)	6 (30,0)	10 (37,0)
Fadiga, cansaço	3 (42,9)	6 (30,0)	9 (33,3)
Dor	2 (28,6)	6 (30,0)	8 (29,6)
Perda de memória, confusão mental	1 (14,3)	4 (20,0)	5 (18,5)
Falta de ar	2 (28,6)	2 (10,0)	4 (14,8)
Tosse	2 (28,6)	1 (5,0)	3 (11,1)
Alteração no paladar	0	3 (15,0)	3 (11,1)
Outro sintoma	1 (14,3)	3 (15,0)	4 (14,8)
Necessitou reabilitação ($n = 27$)			
Sim	1 (14,3)	0	1 (3,7)
Não	6 (85,7)	20 (100)	26 (96,3)
Recebeu vacina da COVID-19			
Sim	69 (94,5)	79 (92,9)	148 (93,7)
Não, mas pretende receber	2 (2,7)	3 (3,5)	5 (3,2)
Não, e não pretende receber	2 (2,7)	3 (3,5)	5 (3,2)
Qual vacina recebeu ($n = 148$)			
AstraZeneca	30 (43,5)	33 (41,8)	63 (42,6)
Coronavac	15 (21,7)	24 (30,4)	39 (26,4)
Pfizer	7 (10,1)	10 (12,7)	17 (11,5)
Janssen	4 (5,8)	6 (7,6)	10 (6,8)
Não lembra	13 (18,8)	6 (7,6)	19 (12,8)
Teve familiar ou amigo próximo com sintomas graves ou falecimento por COVID-19			

Tabela 4 - Perfil dos participantes em relação à COVID-19 ($n = 158$) (cont.).

Sim	37 (50,7)	50 (58,8)	87 (55,1)
Não	36 (49,3)	34 (40,0)	70 (44,3)
Não quis responder	0	1 (1,2)	1 (0,6)
Como a pandemia afetou a renda das pessoas da casa			
Aumentou ou ficou igual	33 (45,2)	35 (41,2)	68 (43,0)
Diminuiu um pouco	10 (13,7)	7 (8,2)	17 (10,8)
Diminuiu muito	27 (37,0)	40 (47,1)	67 (42,4)
Ficou sem renda	3 (4,1)	3 (3,5)	6 (3,8)
Solicitou o Auxílio Emergencial			
Sim e conseguiu receber	32 (43,8)	42 (49,4)	74 (46,8)
Sim, mas não conseguiu receber	1 (1,4)	1 (1,2)	2 (1,2)
Não	40 (54,8)	42 (49,4)	82 (52,0)

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 5 mostra que os percentuais de participantes que declararam nenhuma (“não fez nada, levou a vida normal”), pouca (“procurou tomar cuidados, tomou distância das pessoas, reduziu um pouco o contato, não visitou idosos, mas continuou trabalhando e saindo”), intensa (“ficou em casa, só saindo para compras em supermercado ou farmácia”), e total restrição de contato físico (“ficou rigorosamente em casa, saindo só por necessidade de atendimento à saúde”) foram, respectivamente, 1,9%, 19,6%, 34,8%, e 43,7%. A Tabela 5 mostra que a intensidade da restrição de contato físico foi maior para as mulheres (valor $p = 0,02$) e para os mais idosos ($p = 0,02$), mas sem evidência de associação com a renda familiar ($p = 0,27$), com o fato de ter tido COVID-19 ($p = 0,19$) ou com o relato de familiares ou amigos com caso grave ou óbito pela doença ($p = 0,37$).

Tabela 5 - Restrição de contatos físicos durante a pandemia de COVID-19 ($n = 158$).

	Intensidade da restrição de contato físico				Teste exato de Fisher ^(a) (valor p)
	Nenhuma n (%)	Pouca n (%)	Intensa n (%)	Total n (%)	
Toda a amostra	3 (1,9)	31 (19,6)	55 (34,8)	69 (43,7)	-
Sexo					
Homens	1 (1,4)	22 (30,1)	22 (30,1)	28 (38,4)	0,02
Mulheres	2 (2,4)	9 (10,6)	33 (38,8)	41 (48,2)	
Faixa etária					
Até 45 anos	0	10 (32,3)	15 (48,4)	6 (19,4)	0,02
45 a 60 anos	0	15 (23,8)	18 (28,6)	30 (47,6)	
Mais de 60 anos	3 (4,7)	6 (9,4)	22 (34,4)	33 (51,6)	
Teve COVID-19					
Sim	0	5 (18,5)	6 (22,2)	16 (59,3)	0,19
Não teve ou não testou	0 (2,3)	26 (19,8)	49 (37,4)	53 (40,5)	
Teve familiar ou amigo próximo com caso grave ou falecimento por COVID-19					
Sim	1 (1,1)	21 (24,1)	27 (31,0)	38 (43,7)	0,37
Não	2 (2,9)	10 (14,3)	28 (40,0)	30 (42,9)	
Renda familiar					
Menos de 1 SM	1 (1,8)	7 (12,7)	19 (34,5)	28 (50,9)	0,27
Entre 1 e 2 SM	1 (1,6)	13 (20,6)	26 (41,3)	23 (36,5)	
Acima de 2 SM	1 (2,6)	10 (26,3)	10 (26,3)	17 (44,8)	
Situação laboral					
Trabalha no assentamento	0	13	20	24	(b)
Fora do assentamento	1 (5,3)	12 (63,2)	1 (5,3)	5 (26,3)	
Dona de casa	0	0	6 (50,0)	6 (50,0)	
Aposentado/pensionista	2 (3,8)	4 (7,5)	20 (37,7)	27 (50,9)	
Doente ou inválido	0	0	0	3 (100,0)	
Desempregado	0	2 (16,7)	7 (58,3)	3 (25,0)	
Estudante	0	0	1 (100,0)	0	

(a) Considerando as respostas “nenhuma” e “pouca” da intensidade de restrição de contato físico como uma única classe.

(b) Não calculado, dada a presença de valores pequenos nas células da tabela.

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 6 descreve os fármacos usados com a intenção de prevenir a COVID-19, sendo que o participante podia indicar mais de uma opção durante a entrevista. Observa-se que 71,5% dos participantes relatou não ter usado nenhum fármaco, enquanto aqueles mais utilizados foram chás, ervas ou infusões com plantas (13,9%), ivermectina (13,9%), e azitromicina (9,5%).

Tabela 6 - Uso de fármacos com a intenção de prevenir a COVID-19 ($n = 158$).

	Homens n (%)	Mulheres n (%)	Total n (%)
Não usou nenhum fármaco	57 (78,1)	56 (65,9)	113 (71,5)
Chás, ervas, infusões com plantas	10 (13,7)	12 (14,1)	22 (13,9)
Ivermectina	9 (12,3)	13 (15,3)	22 (13,9)
Azitromicina	5 (6,8)	10 (11,8)	15 (9,5)
Cloroquina ou hidroxicloroquina (HCQ)	4 (5,5)	9 (10,6)	13 (8,2)
Homeopáticos	4 (5,5)	8 (9,4)	12 (7,6)
Corticóides (prednisona, adexame-sona)	4 (5,5)	6 (7,1)	10 (6,3)
Vitaminas (C, D, colecalciferol)	1 (1,4)	4 (4,7)	5 (3,2)
Zinco ou Sulfato de Zinco	0	1 (1,2)	1 (0,6)

Fonte: elaborado pelos autores.

DISCUSSÃO

O Mário Lago é o maior assentamento do PDS Fazenda da Barra, sendo que os nossos resultados expõem uma situação de vulnerabilidade social da sua população. Entre os participantes deste estudo, pouco mais da metade reside em casas de alvenaria sem revestimento (53,4%), com dois ou três cômodos (39,1% e 37,4%, respectivamente), tendo a fossa rudimentar como a forma predominante de escoadouro dos banheiros (54,3%). O destino dado ao lixo é predominante em caçambas (64,7%), mas nota-se a quantidade expressiva de resíduos queimados no próprio lote (33,6%). O abastecimento de água, o escoadouro dos banheiros e a gestão de resíduos descrevem o saneamento ambiental, e este se mostrou ineficiente neste assentamento. O PDS Fazenda da Barra se localiza em área de recarga do Aquífero Guarani, e os riscos de contaminação do solo são iminentes e decorrentes de uma falta de planejamento da rede de esgoto, gestão de resíduos e da insuficiência do abastecimento de água pelos poços comunitários que levam à perfuração de poços artesianos em lotes familiares.

Os achados do perfil sócio demográfico dos participantes compartilham similaridades com estudos em assentamentos rurais. Na presente pesquisa foram entrevistadas 85 mulheres (53,8%) e 73 homens (46,2%) com uma média de idade de 56,4 anos (desvio padrão 13,8 anos). A média de idade mais avançada dos participantes pode estar relacionada com o fenômeno do envelhecimento da população rural, condição na qual a geração dos filhos das pessoas entrevistadas se muda para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho (DOS ANJOS; CALDAS, 2005). Segundo a Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA), realizada em 2004, para o estado de São Paulo, a média da população adulta jovem rural (20 a 50 anos) é inferior à média urbana estadual e sugere que o efeito da migração dos jovens do campo para as cidades (DIPIERRO; ANDRADE, 2009). A maioria dos entrevistados sobrevive com até três salários mínimos (95,6%), sendo a baixa renda familiar também descrita em outros estudos sobre populações de assentamentos (MORAES; SANT'ANA, 2016; BARBOSA *et al.* 2020).

Dentre os participantes do estudo, 27 tiveram resultado positivo para um teste de COVID-19, o que representa 43,5% daqueles que foram testados e 17,1% do total de 158 pessoas. Até o mês de início das entrevistas, em outubro de 2021, foram notificados 112.107 casos confirmados de COVID-19 no município de Ribeirão Preto, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (RIBEIRÃO PRETO, 2021). Considerando um tamanho populacional projetado pelo IBGE em 711.825 habitantes, podemos estimar que aproximadamente 15,7% dos residentes em Ribeirão Preto tiveram COVID-19 desde o início da pandemia até outubro de 2021, o que não é um número muito distante daquele encontrado entre os moradores do assentamento Mário Lago. Os sintomas persistentes relatados entre aqueles que tiveram COVID-19 foram fraqueza muscular, fadiga e dor, o que é compatível com os achados de outros estudos (VARGHESE *et al.*, 2021; SEEßLE *et al.*, 2021). Observou-se que 93,7% dos entrevistados declaram ter recebido a vacina para COVID-19, sendo que em Ribeirão Preto, os dados da Secretaria Municipal da Saúde mostraram que em outubro de 2021, 88% da população entre 40 e 49 anos haviam recebido a primeira dose da vacina (RIBEIRÃO PRETO, 2021). Esta porcentagem, para a população do município entre 50 e 59 anos, 60 e 64 anos, 65 a 69 anos, 70 a 74 anos, e 75 anos ou mais, correspondeu respectivamente a 94%, 96%, 97%, 95% e 100%. Estas informações sugerem que o panorama da pandemia de COVID-19 entre os moradores do assentamento, em relação à frequência de casos, sintomas e cobertura vacinal, não foi muito diferente daquele observado para o município de Ribeirão Preto. Entretanto, 42,4% dos entrevistados relataram que a pandemia diminuiu muito a renda das pessoas da casa, enquanto 3,8%

ficaram sem renda. Em uma pesquisa que incluiu 45.161 participantes de todo o Brasil, 24,8% declararam que a renda familiar diminuiu muito durante a pandemia, enquanto 7,0% ficaram sem renda (ALMEIDA *et al.*, 2020). Em outra pesquisa em que foram entrevistados 9173 idosos residentes no Brasil (60 anos ou mais), 23,6% relataram que a renda familiar diminuiu muito ou ficaram sem renda. Isto mostra que a pandemia de COVID-19 trouxe profundos impactos econômicos para os moradores do assentamento, mais intensamente que o observado na população geral do país. Mesmo se tratando de uma população vulnerável, 53,2% dos entrevistados não receberam o Auxílio Emergencial do governo.

Em relação ao enfrentamento da pandemia, os percentuais de participantes que declararam nenhuma (“não fez nada, levou a vida normal”) ou pouca restrição de contato físico (“procurou tomar cuidados, tomou distância das pessoas, reduziu um pouco o contato, não visitou idosos, mas continuou trabalhando e saindo”) foram, respectivamente, 1,9% e 19,6%. Estes percentuais são bastante próximos àqueles encontrados no estudo de Szwarcwald *et al.* (2020) em uma amostra de 20.494 adultos residentes no Sudeste do Brasil (respectivamente 1,5% e 22,8%). Entretanto, o percentual de moradores do assentamento Mário Lago que declarou total restrição de contato físico (“ficou rigorosamente em casa, saindo só por necessidades de atendimento à saúde”) foi 43,7%, enquanto este percentual foi estimado em 15,7% no estudo de Szwarcwald *et al.* (2020). Em parte, esta discrepância pode ser explicada pela idade dos entrevistados. Observamos que 19,4% dos respondentes com até 45 anos de idade declararam total restrição de contato físico, enquanto este percentual foi de 47,6% e 51,6% entre aqueles com 45 a 60 anos e mais de 60 anos, respectivamente. Entre os homens, 38,4% relataram total restrição de contato físico, enquanto este percentual foi de 48,2% entre as mulheres. Na literatura, outros estudos mostram maior adesão das mulheres às medidas de prevenção à COVID-19 (PEIXOTO *et al.*, 2020; VILLELA *et al.*, 2021). O fato de ter tido COVID-19 ou amigos e parentes com formas graves da doença, ou que faleceram em consequência dela, não mostrou associação com a restrição de contato físico.

Nota-se que 28,5% dos participantes relataram o uso de algum fármaco com a intenção de prevenir a COVID-19. Do total de participantes, 13,9% relataram o uso de chás, ervas ou infusões com plantas. O uso de plantas medicinais é uma prática cultural frequente em assentamentos rurais, estudada por vários autores (BRITO; MARÍN; CRUZ, 2017; MELO; SANTOS; COELHO-FERREIRA, 2021; SANTOS *et al.*, 2021). O mesmo percentual de participantes relatou o uso de ivermectina como prevenção da COVID-19. A ivermectina é um medicamento amplamente utilizado para o tratamento e controle de

muitas doenças parasitárias, mas sem evidência comprovada para o tratamento e prevenção da infecção por coronavírus (POPP *et al.*, 2021; REIS *et al.*, 2022). O uso da azitromicina é citado por 9,5% dos participantes, enquanto o uso da cloroquina ou hidroxicloroquina é citado por 8,2%. Estes fármacos também não possuem nenhuma evidência científica de eficácia para tratamento e prevenção da COVID-19 (DIAZ-AROCUTIPA; BRAÑEZ-CONDORENA; HERNANDEZ, 2021; KAMEL *et al.*, 2021). A pandemia de COVID-19 no Brasil foi caracterizada pelo sensacionalismo, medo e desinformação, sendo a mídia social amplamente utilizada para apoiar a falsa utilidade dos “tratamentos precoces” destinados a prevenir a COVID-19 e lançar dúvidas sobre os métodos realmente eficazes, como o uso de máscaras e o distanciamento social (GALHARDI *et al.*, 2020; FURLAN; CAMELLI, 2021). O uso indiscriminado destes medicamentos foi bastante comum durante a pandemia (MELO, 2021; TACCONI; HITES; DAUBY, 2022), e os presentes resultados mostram que tal prática também foi bastante frequente entre os residentes do Assentamento Mário Lago. Esta prática de automedicação pode trazer efeitos adversos graves (TEMPLE; HOANG; HENDRICKSON, 2021).

Entre as possíveis limitações do presente estudo, podemos citar que os dados populacionais usados para a determinação do tamanho amostral foram atualizados em 2017, e na época em que o estudo foi planejado, não tínhamos informações atualizadas disponíveis. O desenho transversal do estudo permite avaliar associações entre variáveis, mas estas relações não podem ser interpretadas como causas e efeitos. As limitações deste estudo incluem também o viés de memória, uma vez que os participantes podem ter alguma dificuldade para recordar determinados eventos, e a coleta de dados em um único assentamento rural, o que dificulta a extrapolação dos resultados para outras populações. Nossos resultados abordam alguns aspectos clínicos da COVID-19 entre os residentes no assentamento, e estratégias farmacológicas e de restrição de contato físico adotadas por estas pessoas. Entretanto, há muitas outras consequências negativas da pandemia que não foram abordadas no presente estudo. Por exemplo, Lavratti e Veronez Júnior (2022) alertam que as medidas sanitárias adotadas contra a COVID-19 também contribuíram para o agravamento da violência contra a mulher no campo e nos territórios da Reforma Agrária, principalmente negras, pobres e LGBTs, que já eram expostas a uma maior invisibilidade e falta de acesso aos direitos e às políticas públicas. Além disso, há o possível aumento da insegurança alimentar e nutricional, o agravamento de doenças crônicas, a redução de atividades físicas e hábitos saudáveis, o surgimento ou aumento de sensações de ansiedade e depressão, e a deterioração da qualidade de vida. Freitas (2021) também acrescenta os problemas decorrentes da redução da produção agropecuária, e da diminuição

dos produtos comercializados, dos canais de comercialização utilizados e da renda dos agricultores assentados.

Apesar destas limitações, o presente estudo trouxe uma importante caracterização da situação de saúde dos moradores do assentamento Mário Lago em relação à COVID-19, considerando que há poucos estudos semelhantes a esse na literatura. No contexto da pandemia, o MST debateu e aprovou o “Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação e vida digna”, sendo o documento elaborado a partir de quatro pontos básicos: terra e trabalho, produção de alimentos saudáveis, proteção da natureza, água e biodiversidade, e condições de vida digna no campo para todo o povo (MATHEUS; FELICIANO, 2021). Este último ponto inclui garantias de acesso para todas as famílias aos programas de reformas e construção de moradias no meio rural, estratégias para a permanência dos jovens no campo com oferta de trabalho, renda e educação; o enfrentamento à violência doméstica e lgbtfobia no campo e ampliação e fortalecimento do SUS. Para oferecer uma vida digna a uma população, é necessário conhecer seu perfil de saúde e as suas vulnerabilidades. O presente estudo mostrou que apesar da população residente no PDS Fazenda da Barra ser assistida por uma Unidade Básica de Saúde com Equipe de Saúde da Família, e contar com iniciativas como o Projeto Veredas, poucos domicílios do assentamento Mário Lago recebem água da rede geral de distribuição e em muitos deles os residentes consomem água sem tratamento. Em adição, a maioria dos participantes do estudo sobrevive com até três salários mínimos, menos de um quarto chegou ao ensino médio, e 57% relatou reduções na renda familiar durante a pandemia. Portanto, é necessário assegurar a manutenção e o desenvolvimento das redes de suporte social nesta população, nas suas dimensões estrutural e física (PIZZINATO *et al.*, 2018). A dimensão estrutural inclui a participação social, as redes sociais e a integração na comunidade, aspectos esses que são essenciais para o cotidiano de populações rurais assentadas. No contexto de uma pandemia, a participação social, em uma concepção de cidadania ativa, auxilia o trabalhador rural a conhecer seus direitos e deveres perante o SUS e incentiva a sua participação na formulação e fiscalização das políticas de saúde (CUNHA, 2010). A dimensão funcional refere-se à percepção do indivíduo quanto à disponibilidade e a forma de apoio que lhe é oferecida, sendo dividida em três funções: apoio emocional, apoio informativo e apoio material (PIZZINATO *et al.*, 2018). O apoio informativo oferece possibilidades de conhecer e se beneficiar de recursos que antes eram desconhecidos. Os apoios emocional e material, como exposto por Mateus e Feliciano (2021), representam formas de relações humanas baseadas na solidariedade, na cooperação, no atendimento às necessidades básicas da população e do cuidado com a vida. Fortalecidas as redes

de suporte social, espera-se que uma posição ativa e colaborativa do indivíduo resulte em maior conhecimento sobre a COVID-19 e atitudes apropriadas ao seu enfrentamento, incluindo desde a adesão às medidas de mitigação da epidemia até o fortalecimento de toda a sociedade local para a minimização dos seus efeitos econômicos. Tais estratégias são intimamente relacionadas à educação popular em saúde, de forma que profissionais de saúde e lideranças dos movimentos sociais devem trabalhar em sintonia para garantir um diálogo autêntico entre todos os atores e, conseqüentemente, a participação social ativa em momentos de crise.

CONCLUSÃO

A população em estudo apresenta grande vulnerabilidade social, sendo as pessoas bastante afetadas economicamente pela pandemia de COVID-19. Para que as populações assentadas estejam mais bem preparadas para futuras crises como a provocada pela pandemia de COVID-19, é necessária a intensificação do provimento de melhores condições de vida, o fortalecimento das ações já realizadas pelos movimentos sociais e populares do campo, assegurar a manutenção e o desenvolvimento das redes de suporte social, de forma a superar as fragilidades prévias, como dificuldade de acesso e locomoção até os serviços essenciais, as comorbidades pré-existentes e a precariedade das condições de vida, trabalho e habitação.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os moradores do PDS Fazenda da Barra, a toda a equipe da Unidade Básica de Saúde (UBS) “Herbert de Souza - Betinho”, do Complexo Ribeirão Verde, e a Equipe de Saúde da Família (ESF) “Dr. Luis Carlos Raya”, por todo o apoio oferecido e pelo acolhimento da nossa pesquisa. Agradecemos também a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e as lideranças de todos os movimentos sociais do PDS que permitiram a nossa pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001. Scientia terminus amovere.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. S. *et al.* Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. E200105, 2020.

ALTMAN, D. G. **Practical Statistics for Medical Research**. CRC press, 1990.

ALVES FILHO, J. P.; RIBEIRO, H. Environmental health at the country side: the case of sustainable development projects in rural settlements of the state of São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 2, p.14-31, 2014.

AQUINO, E. M. L. *et al.* Social distancing measures to control the COVID-19 pandemic: potential impacts and challenges in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446, 2020.

ARRUDA, N. M.; MAIA, A. G.; ALVES, L. C. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 6, p. e00213816, 2018.

BARBOSA, T. C. S. *et al.* Perfil socioeconômico e ambiental de agricultores familiares em um assentamento rural no Estado do Piauí. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 41856-41865, 2020.

BARROS, M. B. A. *et al.* Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2020427, 2020.

BORELLI FILHO, D.; FERRANTE, V. L. S. B. A luta pela terra na região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do Assentamento Mário Lago. **Retratos de Assentamentos**, v. 12, n. 1, p. 305-330, 2009.

BRASIL. Medida Provisória no 1.061, de 9 de agosto de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 6, 10 ago. 2021. Seção 1.

BRITO, M. F.; MARÍN, E. A.; CRUZ, D. D. Plantas medicinais nos assentamentos rurais em uma área de proteção no litoral do nordeste brasileiro. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, p. 83-104, 2017.

CARDOSO, B. B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1052-1063, 2020.

CARVALHO, J. G. **Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto**. 2011. 209f. (Tese de Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2011.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, p. 54-60, 2013.

CRODA, J. *et al.* COVID-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 53, p. e20200167, 2020.

CUNHA, A. P. *et al.* **Participação social dos trabalhadores rurais assentados do movimento sem terra, no Sistema Único de Saúde**. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DOS ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

DI PIERRO, M. C.; ANDRADE, M. R. Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 246-257, 2009.

DIAZ-AROCUTIPA, C.; BRAÑEZ-CONDORENA, A.; HERNANDEZ, A. V. QTc prolongation in COVID-19 patients treated with hydroxychloroquine, chloroquine, azithromycin, or lopinavir/ritonavir: A systematic review and meta-analysis. **Pharmacoepidemiology and Drug Safety**, v. 30, n. 6, p. 694-706, 2021.

FREITAS, N. S. D. **Canais de comercialização para agricultores familiares do Assentamento do Anauerapucu, Santana, Amapá: interface com a pandemia do Covid-19**. 2021. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia), Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2021.

FURLAN, L.; CARAMELLI, B. The regrettable story of the “Covid Kit” and the “Early Treatment of Covid-19” in Brazil. **The Lancet Regional Health - Americas**, v. 4, p. 100089, 2021.

GALHARDI, C. P. *et al.* Fact or fake? An analysis of disinformation regarding the Covid-19 pandemic in Brazil. **Ciencia & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4201-4210, 2020.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão

Preto -SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 239-262, 2010.

KAMEL, A. M. *et al.* Efficacy and safety of azithromycin in Covid-19 patients: A systematic review and meta-analysis of randomized clinical trials. **Reviews in Medical Virology**, v. 32, n. 1, p. e2258, 2022.

KUMAR, A.; NAYAR, K. R.; KOYA, S. F. COVID-19: Challenges and its consequences for rural health care in India. **Public Health in Practice**, v. 1, p. 100009, 2020.

LAKHANI, H. V. *et al.* Systematic review of clinical insights into novel coronavirus (CoVID-19) pandemic: persisting challenges in US rural population. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 12, p. 4279, 2020.

LAVRATTI, I. M.; VERONEZ JÚNIOR, W. R. Mulheres sem terra em tempos de pandemia de covid-19: enfrentamento às violências em Assentamentos da Reforma Agrária do Estado de São Paulo. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v. 8, p. 37-50, 2022.

MACINKO, J.; MENDONÇA, C. S. Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 18-37, 2018.

MARTINEZ, E. Z. *et al.* Physical activity in periods of social distancing due to COVID-19: a cross-sectional survey. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4157-4168, 2020.

MATHEUS, F. A.; FELICIANO, C. A. Reforma agrária, agroecologia e os desafios para a construção de novas formas de relação sociedade-natureza durante e pós-pandemia. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 1, p. 44-67, 2021.

MELO, J. R. R. Self-medication and indiscriminate use of medicines during the COVID-19 pandemic. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 4, p. e00053221, 2021.

MELO, P. M. C. O.; SANTOS, R. S.; COELHO-FERREIRA, M. Dinâmicas de conhecimento e uso de plantas medicinais em um assentamento rural de Belém do Pará-PA. **Rodriguésia**, v. 72, p. e00662018, 2021.

MORAES, M. D.; SANT'ANA, A. L. Características Socioeconômicas do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina (MT): uma análise sob a ótica da adoção ou construção de conhecimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, p. 589-606, 2015.

MUELLER, J. T. *et al.* Impacts of the COVID-19 pandemic on rural America. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 118, n. 1, p. 2019378118, 2021.

PATRIDGE, E. F.; BARDYN, T. P. Research electronic data capture (REDCap). **Journal of the Medical Library Association: JMLA**, v. 106, n. 1, p. 142-144, 2018.

PEIXOTO, S. V. *et al.* Comportamentos em saúde e adoção de medidas de proteção individual durante a pandemia do novo coronavírus: iniciativa ELSI-COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, sup. 3, p. e00195420, 2020.

PIZZINATO, A. *et al.* Analysis of the support network and the social support in perception of users and professionals of the basic social protection. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 23, n. 2, p. 145-156, 2018.

POPP, M. *et al.* Ivermectin for preventing and treating COVID-19. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, v. 7, n. 7, p. CD015017, 2021.

PORRO, R.; PORRO, N. S. M.; WATRIN, O. D. S.; ASSUNÇÃO, H. D. N.; JUNIOR, S. Implicações sociais, econômicas e ambientais de uma iniciativa de manejo florestal comunitário em assentamento na Amazônia Oriental. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 4, p. 623-644, 2018.

REIS, G. *et al.* Effect of Early Treatment with Ivermectin among Patients with Covid-19. **New England Journal of Medicine**, 2022. Online ahead of print.

RIBEIRÃO PRETO. **Boletim Epidemiológico Ribeirão Preto, 29/10/2021**. Ribeirão Preto: Secretaria da Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/saude/boletim-novo-coronavirus-covid-19>. Acesso em 6 Abril 2022.

RIBEIRO-SILVA, R. C. *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020.

SANTOS, D. C. A. *et al.* Narrativas de vida de mulheres assentadas rurais durante a pandemia de Covid-19. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 29, p. 62340, 2021.

SCHEAFFER, R. L.; MENDENHALL, W.; OTT, R. L.; *et al.* **Elementary Survey Sampling**. 7th Edition. Duxbury Press, 2011.

SEEßLE, J. *et al.* Persistent Symptoms in adult patients 1 year after coronavirus disease 2019 (COVID-19): a prospective cohort study. **Clinical Infectious**

Diseases, p. ciab611, 2021.

SILVA, B. N.; PINTO, E. S. G. Saúde rural em tempos de pandemia da covid-19. **Revista Cuidarte**, v. 11, n. 3, p. 1-3, 2020.

SILVA-SANTANA, V. V. R. *et al.* Alterações psicológicas durante o isolamento social na pandemia de covid-19: revisão integrativa. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 2, p. 754-762, 2020.

SZWARCWALD, C. L. *et al.* Adesão às medidas de restrição de contato físico e disseminação da COVID-19 no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2020432, 2020.

TACCONI, F. S.; HITES, M.; DAUBY, N. From hydroxychloroquine to ivermectin: how unproven “cures” can go viral. **Clinical Microbiology and Infection**, 2022.

TEMPLE, C.; HOANG, R.; HENDRICKSON, R. G. Toxic effects from ivermectin use associated with prevention and treatment of COVID-19. **New England Journal of Medicine**, v. 385, n. 23, p. 2197-2198, 2021.

VARGHESE, J. *et al.* Persistent symptoms and lab abnormalities in patients who recovered from COVID-19. **Scientific Reports**, v. 11, n. 1, p. 1-8, 2021.

VILLELA, E. F. M. *et al.* COVID-19 outbreak in Brazil: adherence to national preventive measures and impact on people's lives, an online survey. **BMC Public Health**, v. 21, n. 1, p. 1-10, 2021.

WANG, H. *et al.* Tracking the effects of COVID-19 in rural China over time. **International Journal for Equity in Health**, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2021.



Análise bibliométrica das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil

Helena Carvalho De Lorenzo¹

Alessandra Santos Nascimento²

Geralda Cristina de Freitas Ramalheiro³

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida⁴

Resumo: Este artigo apresenta um mapeamento da produção científica sobre as políticas públicas para a agricultura familiar, a partir da análise bibliométrica da literatura presentes na base Google Scholar. Ao demonstrar a evolução e o perfil bibliográfico dessa produção buscou-se verificar se tais publicações indicam a construção de um espaço coletivo capaz de socializar os conhecimentos já acumulados e, ao mesmo tempo, estimular novas teorias e abordagens. Foram analisadas 512 publicações científicas (trabalhos publicados em anais, artigos e livros) presentes na base de dados Google Scholar, no período de 1947 até 2021, vinculadas ao tema. Destacaram-se como resultados principais: a existência de três períodos com relação à evolução do número de publicações sobre o assunto e a presença de autores e temas clássicos. Nas fases mais recentes observou-se grande aumento do número de autores, mas poucos com significativa centralidade e influência sobre os demais. Constatou-se uma dispersão expressiva quanto às temáticas centrais, o que sugere a inexistência de um campo específico relacionado ao estudo das políticas públicas para a agricultura familiar. Por fim, a pesquisa possibilitou um retrato amplo e multifacetado do tema políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; políticas públicas; coletivo de autores; Google Scholar; bibliometria.

BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES FOR FAMILY AGRICULTURE IN BRAZIL

Abstract: This article presents a mapping of scientific production on public policies for family farming, based on a bibliometric analysis of the literature present in the Google Scholar database. By demonstrating the evolution and bibliographic profile of this production, it is verified whether such publications indicate the construction of a collective space capable of socializing the knowledge already accumulated and, at the same time, stimulating new theories and approaches. We analyzed 512 scientific publications (works published in proceedings, articles and books) present in the Google Scholar database, from 1947 to 2021, linked to the theme. The main results were: the existence of three periods in relation to the evolution of the

¹ Vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Meio Ambiente da UNIARA e Doutora em Geografia/Organização do Espaço pela UNESP. E-mail: helenadelorenzo@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA. Doutora em Sociologia e Especialista em Governança e Novos Arranjos de Gestão pela UNESP. Pesquisadora Senior do Laboratório de Política e Governo da UNESP. E-mail: alesantosnas@gmail.com

³ Professora na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos pela UFSCAR e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da Uniara. E-mail: gee.cristina@gmail.com

⁴ Professor e Pesquisador dos Programas de Pós Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da UFSCAR e de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara-SP Graduação em Engenharia pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: manoel77@yahoo.com.br

number of publications on the topic and the presence of authors and classic themes. In the most recent phases, there is a large increase in the number of authors, but few authors have centrality and have great influence on the others. There was an expressive dispersion regarding the central themes, which indicates the inexistence of a specific field of studies, but suggests the beginning of a path to the construction of a collective of authors. Finally, the research made possible a broad and multifaceted portrait of public policies for family farming in Brazil.

Keywords: Family farming; public policy; collective of authors; Google Scholar; bibliometrics.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), de 2012, é uma categoria social muito diversificada, que agrupa uma ampla população e distintas atividades econômicas que compartilham entre si certas características comuns: 1) o lugar onde se trabalha é também onde se mora, no qual as atividades rurais (agropecuária, silvicultura, aquicultura, extrativismo e pesqueira) são as principais fontes de renda da família; 2) as atividades agrícolas podem ser complementadas com outras não agrícolas que se realizam dentro ou fora da unidade de produção familiar (a saber: empregos temporários, prestação de serviços, pequenas agroindústrias, artesanatos etc.), e 3) a referida população apresenta acesso limitado aos recursos de terra e capital. No Brasil, a caracterização deste tipo de agricultura contempla a noção segundo a qual a pequena propriedade rural é definida pela Lei da Reforma Agrária (Lei 8.629/93) como a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais sendo que cada módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, a depender da área total do município.

O termo agricultura familiar ao longo da história agrária brasileira teve diferentes nuances: camponesa, pequena produção familiar, agricultura de subsistência, dentre outras, relacionadas às transformações vividas pelo agricultor familiar moderno e que foram se mesclando com as formas de produção anteriores, por vezes, fortalecendo sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Assim, uma diversidade de aspectos foi sendo incorporada ao conceito e foram surgindo muitos estudos sobre o tema. De fato, os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil são bastante conhecidos, e as especificidades do setor exigiram políticas públicas pertinentes para viabilizar esses pequenos empreendimentos produtivos: promover a fixação do homem ao campo, evitando novos fluxos de êxodo rural, e contribuir para melhor organização do mercado interno e do próprio desenvolvimento nacional. Por outro lado, como se sabe, trata-se de um segmento extremamente importante para a sobrevivência e

reprodução da população e encontra-se presente na própria história da formação da economia e sociedade brasileiras.

No caso do Brasil, os mais conhecidos estudos sobre a produção familiar mostraram que a mesma se contrapôs ao modelo fundiário hegemônico que, desde da época colonial, esteve calcado na posse da terra pelo latifúndio, abarcando uma maior proporção das terras. Esta forma de ocupação de caráter bimodal manteve uma estrutura agrária com unidades produtivas de diferentes dimensões territoriais e de racionalidades socioeconômicas distintas, com a primazia da ocupação da maior parte do estoque nacional de terras pelo patronato latifundiário, caracterizando uma situação de concentração fundiária (ABRAMOVAY, 2007).

Em meados dos anos de 1990 se iniciaram a formulação, a criação e a execução de um amplo espectro de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Elas foram propostas para atender as demandas por proteção dos ambientes ocupados pelos pequenos agricultores familiares que, excluídos do processo de modernização, enfrentavam o dilema do êxodo rural e competiam, em níveis desiguais com grandes empreendimentos globais, caracterizados pela lógica do agronegócio. É dessa época, o aparecimento das principais políticas públicas de apoio, ou de fomento, à agricultura familiar que se centraram, principalmente, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na Previdência Social Rural e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (ABRAMOVAY, 2007; ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005). A legitimidade dessas políticas também esteve relacionada com a atuação de um conjunto de organizações de movimentos sociais e sindicais, cujas bandeiras centrais foram o acesso à terra e à afirmação da viabilidade econômica da produção familiar. Tais políticas e a atuação dos diferentes atores sociais envolvidos com as mesmas foram muito estudadas em virtude de sua relevância socioeconômica no contexto rural do país, e as contribuições científicas sobre o tema têm sido muito diversificadas, e mesmo dispersas, em razão da própria pluralidade de abordagens que o tema sugere e inclui. Isso constitui um grande desafio para os pesquisadores que iniciam no estudo do tema, notadamente o caso dos autores do presente artigo.

Surgiu, assim, a necessidade de conhecer quais as direções que esses estudos têm apontado, procurando responder as seguintes questões: *se e como* o tema das políticas públicas para a agricultura familiar se configura como um espaço coletivo capaz de socializar os conhecimentos já acumulados e, ao mesmo tempo, instigar novas teorias e abordagens *no Brasil*? Quais são as características da produção acadêmica e o perfil dos estudos sobre a temática *no país*? E quais são seus principais temas e expoentes *nacionais*?

Visando responder às questões formuladas, o trabalho *realizou uma análise bibliométrica* na base de dados Google Scholar sobre a produção científica acerca

da temática das políticas públicas para a agricultura familiar **no Brasil**. Como objetivos específicos, este artigo buscou traçar um perfil e a evolução dos estudos ao longo do tempo, identificar as características dos pesquisadores e de sua produção, e **apontar** as principais revistas que **trataram** do tema.

O artigo foi estruturado em três seções, além da presente introdução. Na segunda seção, denominada de metodologia, buscou-se explicar as características da pesquisa bibliométrica realizada. Na terceira seção foi apresentado um quadro da evolução das publicações científicas identificadas pela pesquisa ao longo do período de 1947 a 2021, bem como os autores e as temáticas priorizadas. Esta seção encontra-se organizada nos seguintes tópicos: 3.1) trajetória das publicações e contribuições ao tema; 3.2) formação de redes, temas e influências; e, 3.3) origem dos pesquisadores, tipos de publicação e periódicos. E, na seção 4, considerações finais, destaca-se a identificação de uma tendência nas publicações ao longo do tempo: a evolução do tema a partir dos estudos clássicos para a predominância de produção de artigos sobre as relações entre Estado e sociedade civil. Também foram identificados um número elevado de publicações e de autores e uma dispersão expressiva quanto às temáticas centrais, além de apontar alguns problemas e sugestões sobre como trabalhar com a base de dados Google Scholar em investigações com viés bibliométrico.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa uma vez que buscou caracterizar o estado da arte em relação a tópicos e teorias discutidos, além das tendências observadas. E, um viés quantitativo, posto que identificou a recorrência de autores, revistas e temas. Tal investigação seguiu tanto a lógica descritiva quanto a explicativa, que foram viabilizadas pela pesquisa documental e pela estratégia bibliométrica. Ressalta-se que esta estratégia incidiu na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever determinados aspectos da literatura. Logo, sua principal finalidade consistiu em mapear a **produção dos** autores; identificar instituições e áreas de conhecimento, bem como o fator de impacto dos periódicos (FERREIRA; ALVARENGA, 2011). Desse modo, tal estratégia possibilitou esclarecer os processos de comunicação e de desenvolvimento da referida temática, ao demonstrar sua evolução e utilização histórica **no Brasil**.

A escolha da base Google Scholar se deveu à importância de a mesma enfatizar autores nacionais e, assim, possibilitar a identificação e o potencial para a constituição futura de uma nova área de estudos. Na realidade, antes de efetuar a opção pela base Google, outras bases foram investigadas tais como Scopus e Web of Science. Tal investigação constatou que estas bases não contemplavam de forma

satisfatória a presença de pesquisadores nacionais sobre a referida temática, o que, em si, já se constituía como um indicativo de sua inadequação para a proposta da investigação. Isto, somado a inexistência de estudos que exploram a base Google para investigações bibliométricas nesta temática justifica a escolha desta base.

Outra justificativa para a referida seleção consistiu no número elevado de publicações que ela contém. Tal base também se caracteriza por assegurar um acesso mais democrático, seja ao propiciar o resgate de artigos científicos em toda a web, seja ao ter como alguns de seus atributos a simplicidade, a rapidez e a amplitude na obtenção das informações (PUCCINI *et al.*, 2015).

Contudo, se por um lado, a escolha da base Google foi importante para a perspectiva adotada, pois ressalta a produção nacional, por outro lado, cria novos desafios, dado que esta base não foi estruturada para a realização de estudos bibliométricos. Ou seja, encontra-se na contramão de bases como Scopus e Web of Science. Com esta característica, o trabalho investigativo na base Google enfrentou alguns problemas, dentre os quais, a dificuldade para delimitar as palavras-chave, isto é, os conceitos e/ou expressões que seriam utilizados nas buscas, visto que haviam duas opções: ou se efetivava buscas sem filtros, o que resultaria num número elevado de retornos, ou se abordava a localização dos termos nos títulos das publicações, o que poderia limitar o alcance dos resultados. Ainda que correndo algum risco, optou-se por utilizar como filtros as palavras-chave localizadas nos títulos das publicações.

Como palavras-chave foram utilizados os termos: “Agrarian Reform policy”; “family farm policy”; “family farming policy”; “Políticas agricultura familiar”; “Políticas públicas agricultura familiar”; “Public policies family farm”; “Public policies family farming”, e “Reforma agrária políticas públicas”, presentes nos títulos das publicações. Estas expressões foram empregadas com o intuito de conjugar políticas públicas e agricultura familiar em uma mesma área de estudos, desta forma, buscou-se variações terminológicas capazes de propiciar tal combinação. Foram usadas expressões em português e inglês por dois motivos, o primeiro, para alcançar as publicações dos pesquisadores brasileiros; e, o segundo, por consistir num procedimento já adotado por muitas revistas em âmbito nacional e internacional.

Para a presente investigação, foram considerados os seguintes tópicos de um estudo bibliométrico: 1) identificar as tendências e o crescimento do conhecimento em uma área; (2) identificar as revistas do núcleo de uma disciplina; (3) prever as tendências de publicação; (4) estudar a dispersão e a obsolescência da literatura científica; (5) prever a produtividade de autores individuais; (6) medir o grau e padrões de colaboração entre autores; (7) avaliar os aspectos estatísticos da

linguagem, das palavras e das frases; e, por fim, (8) medir o crescimento de determinadas áreas e o surgimento de novos temas (VANTI, 2002).

Esta pesquisa também se apoiou em três leis principais para os estudos bibliométricos: a Lei do quadrado inverso desenvolvida em 1926 por Lotka (Alvarado, 2002), que se refere ao cálculo de produtividade de autores, ou seja, que estima quantos autores estão produzindo pouco material científico e quantos estão produzindo muito; a Lei de Bradford, que trata da dispersão de autores em diferentes periódicos científicos, com o objetivo de determinar em qual periódico, ou quais periódicos, se concentram os artigos sobre determinada área; e a Lei de Zipf, que diz respeito à frequência de palavras em determinado texto. A partir desse procedimento foi formulado o princípio da economia do uso de palavras, sendo que a mesma palavra foi utilizada diversas vezes indicando o assunto do documento (ARAÚJO, 2006).

Com base nessas considerações, foi definida a sequência de etapas para a execução da análise bibliométrica deste trabalho:

1. *Delimitação do processo de localização de arquivos: escolha da base, palavras-chave e período de pesquisa.* A busca no banco de dados não foi limitada por uma série temporal, logo, propiciou uma identificação da evolução cronológica e da maturidade linear das publicações, o que indicou a expansão ou retração do estado da arte. Ressalta-se que, considerando o enfoque do artigo, ou seja, as políticas públicas para a agricultura familiar como um campo de estudos, optou-se que os filtros das palavras-chave contivessem sempre os termos políticas ou políticas públicas, em português ou inglês, no título dos artigos. O levantamento realizado deixou de incluir alguns temas que são importantes para o estudo da agricultura familiar, tais como camponês e campesinato em virtude do entendimento que o conceito de agricultura familiar já era amplo o suficiente para contemplar as importantes produções sobre pequena produção e camponês no Brasil.

Salienta-se que foram coletadas todas as publicações, em todos os tipos de documentos, tais como, artigos científicos, artigos de opinião, trabalhos publicados em anais de eventos, livros e capítulos de livros, dentre outros, do banco de dados da base Google.

Seguindo os critérios mencionados anteriormente foram identificadas 1250 publicações. Contudo, após o refinamento da pesquisa permaneceram 512 publicações, já que os arquivos ora estavam duplicados ou com acesso impossibilitado.

2. *Exportação dos registros.* O resultado das buscas bibliográficas foi exportado e carregado na ferramenta de gerenciamento de referências bibliométricas EndNote, gerando um conjunto único com todas as publicações. Esse software, gerenciador

de bibliografias para publicação científica, permitiu pesquisar, armazenar e organizar as referências bibliográficas recolhidas em bases de dados credenciadas (YAMAKAWA et al., 2014).

3. *Refinamento de critérios de seleção.* Nesta etapa do desenvolvimento da pesquisa foram aplicados os seguintes procedimentos: a) exclusão de publicações sem autoria; b) supressão de publicações duplicadas, ou seja, eliminação de textos que foram localizados em mais de uma busca; e, c) remoção de publicações cujos os textos completos não estavam disponíveis para download. Aplicados os critérios de refinamento da seleção resultaram as 512 publicações mencionadas.

4. *Padronização dos dados.* Para garantir a consistência das informações provenientes das diferentes fontes de dados foi necessária a normalização dos resultados. Ressalta-se que o Google Scholar não apresenta metadados codificados para a análise bibliométrica. Ao exportar os resultados da pesquisa para o gerenciador de referência, demandou-se um exaustivo trabalho artesanal de consolidação dos metadados. Desta forma, foi feito o preenchimento manual de informações faltantes dos autores (exemplos: nome, sobrenome, afiliação e localização da instituição), dos artigos (exemplos: ano de publicação, idioma, tipo de documento, local de publicação, resumo e principal temática, ou temáticas), das referências citadas (exemplos: autor, ano, título do trabalho) e as palavras-chave. Este procedimento manual, apesar de trabalhoso, garantiu a padronização e a consistência das informações presentes nas publicações anteriormente selecionadas para a realização das análises.

6. *Análise dos dados.* Após a padronização de todos os dados, foi possível realizar operações de análise com rapidez e precisão nas 512 publicações. Os dados bibliométricos retirados das publicações foram: quantidade de publicações por ano; e tipos de fontes de publicação, se eventos ou periódicos. Já dos autores foram selecionados: a quantidade; as instituições de vínculo, e os países de origem. As informações coletadas possibilitaram, por exemplo, a identificação dos principais autores. As referências citadas nos artigos constituíram outra fonte importante de informação analisada. Elas possibilitaram identificar as bases conceituais que fundamentavam os trabalhos. Essa identificação foi propiciada pelo software VOSviewer@ que permitiu a elaboração das figuras presentes neste artigo. Salienta-se que o tratamento das referências só foi possível pelo download dos materiais completos, o que permitiu a leitura de todo o material levantado.

Finalmente, com vistas à verificação do perfil desses autores e seus colaboradores, foram sinalizadas algumas questões sobre as relações de influência dos pesquisadores principais para a atração de novos pesquisadores, sobretudo buscou-se destacar as possíveis relações de autoridade e de ligação científica.

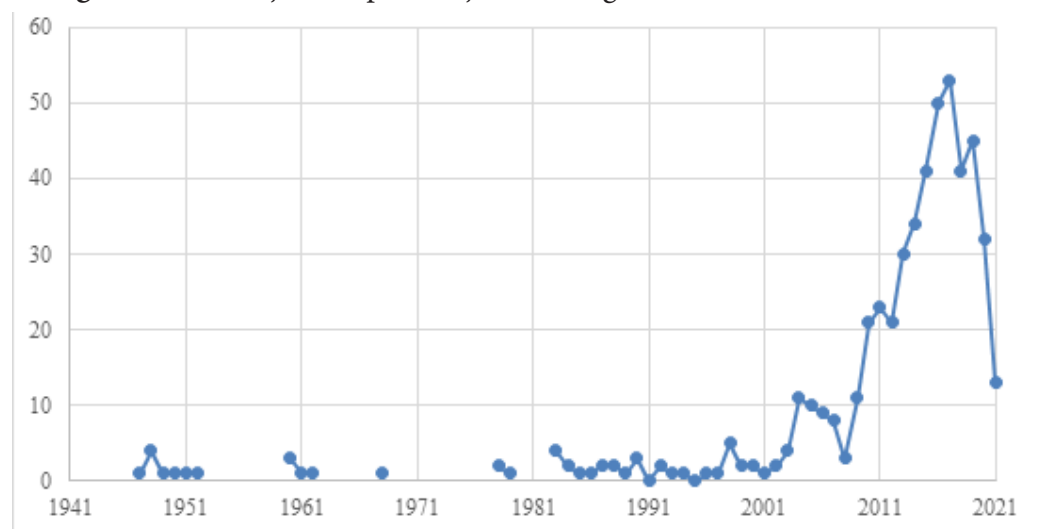
Ainda nesse caminho, foi necessário identificar as instituições científicas que cada um dos principais expoentes participa, sua área de formação e interlocução com o tema.

RESULTADOS

TRAJETÓRIA DAS PUBLICAÇÕES E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Segundo os dados apurados nesta pesquisa, expressos na Figura 1, pode-se observar a evolução do número de estudos publicados, de 1947 até 2021, que contemplam o tema das políticas públicas para a agricultura familiar. Considerando a quantidade das publicações, seus temas e contribuições foi possível identificar a existência de três períodos: de 1947 a 1970; de 1970 a 1990, e de 2000 até 2021.

Figura 1 – Evolução das publicações ao longo dos anos de 1947 a 2021.



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Embora esta divisão não signifique rupturas no enfoque, pois, por vezes, tais períodos se interpõem, ela expressa mudanças na evolução e na importância das políticas para agricultura no desenvolvimento brasileiro e também na temática da agricultura familiar. Se o aumento do número das publicações a partir de 2000, como se buscará mostrar, pode ser explicado pela ampliação das próprias políticas públicas em caráter nacional, a queda do número das publicações, a partir de 2017, requer outras investigações para ser devidamente explicada. No entanto, é possível sugerir que a redução e o desmonte das políticas para a agricultura familiar, observados, principalmente, após 2019, e a pandemia da covid-19, além de

apresentarem novos desafios para a articulação dos grupos de estudiosos sobre a temática, geraram atrasos nas publicações e expressaram uma diminuição do interesse governamental pelas políticas para agricultura familiar no país.

As primeiras publicações foram empreendidas entre os anos de 1947 e 1970 e surgiram como resultado do trabalho incansável de intelectuais dedicados à análise do desenvolvimento econômico brasileiro e da formação social e histórica do Brasil, a exemplo de Caio Prado Júnior, Ignácio Rangel e Celso Furtado. Os primeiros artigos e estudos sobre o tema estavam voltados aos autores clássicos como Caio Prado Júnior, considerado um dos principais pensadores sobre a formação da sociedade brasileira. Ele escreveu sobre a questão agrária, entre os anos de 1940 e 1960, argumentando que o modo de produção capitalista, marcado por seu caráter altamente concentrador da renda, promovia e intensificava a carência da maior parte da população brasileira. Dessa forma, o passado colonial do Brasil permanecia vivo e incrustado na debilidade das forças produtivas e na precariedade das relações de trabalho, características estas que saltavam aos olhos ao se observar a realidade rural do país e determinavam, assim, a questão agrária nacional (PRADO JR., 1966). Já Ignácio Rangel definiu a questão agrária do Brasil a partir de suas funções no processo de acumulação do capital, enfatizando as relações entre campo e indústria na modernização capitalista (RANGEL, 2000). Por sua vez, na obra de Celso Furtado, a emergência da questão agrária se relacionou com a industrialização, considerada o pré-requisito básico para o desenvolvimento econômico do país (FURTADO, 1979). Para esses autores, a temática agrária compreendia uma questão política que dialogava com a luta para obter conquistas sociais, econômicas, políticas e culturais que atendessem a maioria da população.

Conhecido como “antigo debate”, os estudos surgidos nas décadas supracitadas ficaram marcados pela análise das questões clássicas do papel da agricultura e da pequena produção no desenvolvimento do capitalismo agrário, mas também foi estendido à reflexão sobre suas chances de persistir em face da modernização agrícola, que se desencadeou no país a partir dos anos de 1970, quando a ascensão do agronegócio e a formação dos complexos agroindustriais impuseram uma situação nova à agricultura familiar (LAMARCHE, 1993; CARNEIRO, 1997; GRAZIANO DA SILVA, 1981, 1996, 1997; DELGADO, 2014).

Os estudos publicados entre os anos de 1970 e 1990, além de reafirmarem as temáticas anteriores, apontaram a atuação dos movimentos sociais e de alguns governantes que, desde meados do século XX, passaram a incorporar a preocupação com o tema, mas ainda voltados à importância da agricultura na formação da nação e superação das desigualdades sociais presentes na realidade brasileira.

Observa-se ainda uma mudança nos títulos dos estudos, os quais passaram a enfatizar políticas sociais e assistenciais (GRAZIANO, 1978; GRAZIANO NETO, 1982; DELGADO, 2008).

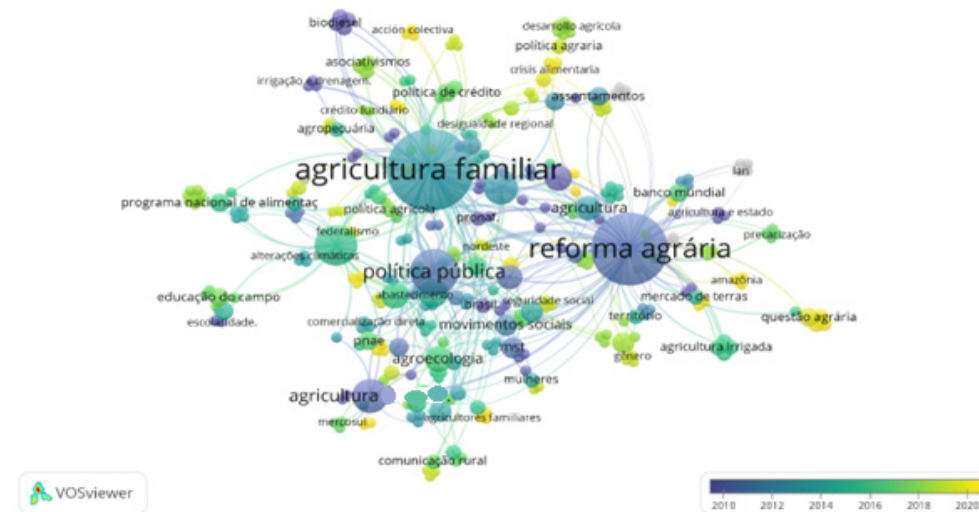
Ainda sobre as pesquisas divulgadas no período: elas foram essenciais para que fosse possível entender porque, após décadas de condicionantes pouco favoráveis, as formas de trabalho e produção familiares não apenas não desapareceram no meio rural brasileiro, mas, em muitas situações, conseguiram se fortalecer e desenvolver novos mecanismos de reprodução social e inserção econômica. Graziano da Silva (1997) bem como Delgado (2008), estudando as décadas de 1970, 1980 e 1990 apontam que o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar vão depender da implementação de instrumentos adequados de política pública diferenciada e da capacidade das organizações representativas dos agricultores familiares de exercerem algum controle social sobre a execução desses instrumentos, tendo em vista resistir à sua apropriação pelos grandes produtores. De alguma forma, os resultados diversos observados nas publicações mostram a importância das políticas públicas específicas, que só vão surgir no final dos anos de 1990.

No decorrer dos anos 2000, os estudos dão forte ênfase às relações entre Estado e sociedade civil, incluindo análises das políticas públicas para a agricultura familiar que começam a surgir e se consolidar. Este último aspecto se reflete no aumento gradual de suas publicações. Tal impulso quantitativo ocorreu quando as ofertas de políticas públicas com enfoque na agricultura familiar se expandiram. Esta ampliação do escopo das publicações contemplou as várias nuances dessas políticas como a segurança alimentar, a sustentabilidade, o crédito, o gênero, a educação, a moradia, a diversidade da produção, as compras institucionais, inclusão produtiva, entre outros. Esses novos enfoques evidenciam a importância de lançar luz sobre essa temática pela perspectiva das políticas públicas, posto que estas se tornaram instrumentos essenciais do Estado para o prosseguimento e a sobrevivência das formas diversas de agricultura familiar no país, frente ao desenvolvimento recente e avassalador do agronegócio e suas consequências territoriais.

Na Figura 2, há a identificação dos principais temas presentes nas publicações relacionadas às políticas públicas para a agricultura familiar. Já o recorte temporal, de 2010 a 2021, expressa a diversidade e o crescimento dos temas. Nas publicações foram observados três núcleos temáticos principais, respectivamente: agricultura familiar, reforma agrária e política pública. Entretanto, a agricultura familiar ainda é o tema central dos estudos, agregando o maior número de autores e investigações. O que também se observa é que, embora atualmente mais desenvolvida e presente nos artigos, a preocupação com as políticas públicas para a agricultura familiar está inteiramente inserida no grande tema da agricultura familiar, sendo recorrentes

as pesquisas e a produção de artigos sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Outros tópicos como desenvolvimento sustentável, extensão rural, pluriatividade, comercialização e mercados institucionais, desenvolvimento local, previdência, inserção social, autonomia e agroindústria são relevantes para a temática da agricultura familiar, no entanto, a forma como estão expostos, ou as palavras-chave utilizadas nos textos analisados, não os aproximam da questão sobre as políticas públicas, na construção da Figura 2.

Figura 2 – Principais temas das publicações organizados pelas palavras-chave (2010-2021).



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Ainda quanto aos principais temas estudados, com importantes reflexos na ampliação das pesquisas e artigos sobre o tema, cabe ainda destaque a criação do PAA, em 2003, visando articular a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar (distribuição de alimentos) para a população em vulnerabilidade social. Embora concebido como uma ação estruturante no Programa Fome Zero, o PAA apresentou certa “timidez” em seus anos iniciais, dadas certas mudanças políticas e o fato de ser compreendido a partir da lógica de “projetos pilotos” pelas organizações da agricultura familiar. Contudo, a partir de 2006, sua expansão foi crescente assim como seus resultados para as dinâmicas locais e para o fortalecimento das organizações da agricultura familiar (GRISA, 2012; MÜLLER, 2007). Tal fato se reflete no grande número de publicações e enfoques no período.

Os estudos sobre o tema da construção social dos mercados e programas de recorte social e assistencial também ganharam importante projeção nacional e internacional, servindo de exemplo a ser “replicado” ou “exportado” para outros países (NIEDERLE, 2014; ABRAMOVAY, 2009; WILKINSON, 2005; MALUF, 2004). Após romper com importantes barreiras institucionais, como a Lei de Licitações, o PAA desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar. Foram fundamentais neste caminho, a mudança no PNAE e a criação da Lei nº 11.947/09 que determinou que, no mínimo, 30% dos recursos federais para a alimentação escolar fossem destinados para a aquisição de alimentos da categoria social (NIEDERLE, 2014; ABRAMOVAY, 2007, 2005; WILKINSON, 2005; MALUF, 2004).

Um outro aspecto que suscitou diversas investigações e resultou em publicações sobre as políticas para a agricultura familiar foi o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), surgido em 2004. Visando estimular a produção e compra de oleaginosas da agricultura familiar, além de promover a produção de oleaginosas geradoras de biodiesel via política agrícola (crédito rural, Ater e seguro agrícola), o Programa instituiu o selo “combustível social”, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵, ao produtor de biodiesel que adquirisse a matéria-prima e assegurasse a assistência técnica aos agricultores familiares beneficiando-se, em contrapartida, de financiamentos e incentivos comerciais e fiscais. Ainda que bastante controverso do ponto de vista da segurança alimentar e da questão ambiental, sobretudo pelo fato de concentrar-se no uso da soja como matéria-prima, a produção de biodiesel incrementou os mercados para a agricultura familiar e suas organizações, gerando, inclusive, inúmeros estudos sobre o tema (FLEXOR; KATO, 2014).

Outra dimensão muito presente nos artigos levantados sobre as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil foram os estudos sobre os efeitos das ações de comercialização, ressaltando a criação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para os produtos da socio biodiversidade (PGPM-Bio) em 2008. Por meio da Lei nº 11.775/08, estabeleceu-se a modalidade de subvenção direta, que assegura ao extrativista o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior àquele fixado pelo governo federal. Diferente do PAA e do PNAE, não se trata de aquisições pelo poder público, mas de uma complementação financeira repassada diretamente aos extrativistas, ou a suas organizações, até atingir o preço mínimo de comercialização. O tema foi amplamente contemplado em estudos divulgados depois de 2010.

⁵O MDA foi extinto em maio de 2016, criou-se em seu lugar a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Assim, a pertinência e a necessidade de participação do Estado por meio de políticas públicas passaram a ter uma nova tônica nas pesquisas, as quais sem desconhecer a importância da questão agrária, e da própria reforma agrária, passaram a apresentar forte demanda por abordagens mais específicas sobre o papel e as respostas das políticas implementadas.

Mantendo aderência à análise qualitativa, propiciada pela análise de conteúdo dos títulos, resumos e palavras-chave, inspirada no trabalho de Bardin (2011), confirma-se outro aspecto interessante na investigação bibliométrica realizada. Segundo esta, antes dos anos de 2000, as pesquisas giravam em torno da temática da reforma agrária e do desenvolvimento nacional, destacando-se a importância da ampliação da produção e o enfoque na questão do campesinato e do crédito rural. Com o passar dos anos, principalmente a partir de 2000, ampliou-se o uso gradativo e constante da terminologia agricultura familiar, a qual foi fortalecida pela legislação proposta na Lei nº 11.326/06. Tal utilização evidencia um reflexo da aderência do campo prático ao campo teórico.

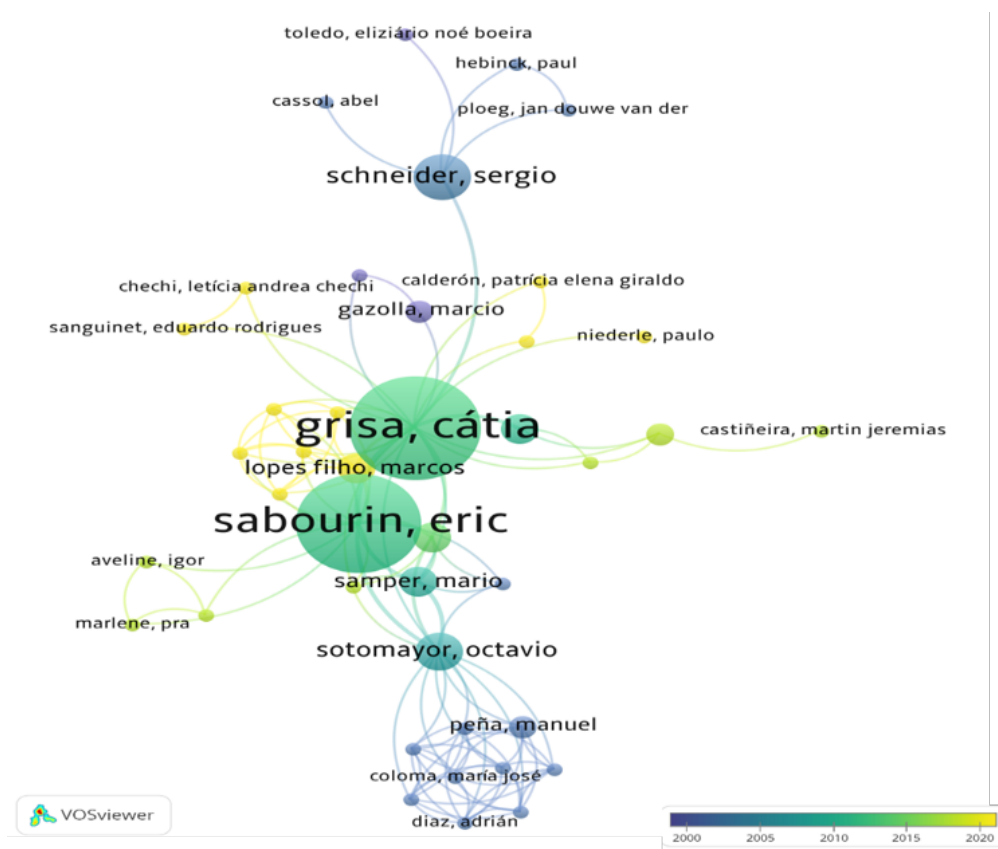
FORMAÇÃO DE REDES DE PESQUISADORES: INFLUÊNCIAS E INTERDISCIPLINARIDADE

Os dados levantados também possibilitaram a identificação de redes de autores que mais publicaram e dos trabalhos em coautorias, com títulos relacionados à temática das políticas públicas para a agricultura familiar. A *Figura 3* evidencia os autores nacionais que mais agregam pesquisadores, formando uma rede de interseção das pesquisas entre políticas públicas e a agricultura familiar. As contribuições destes intelectuais contemporâneos apontam um novo rumo para os estudos de políticas para a agricultura familiar no Brasil, por incluir metodologias específicas para o estudo das políticas públicas, principalmente relacionadas à gestão, implementação e avaliação das políticas. Suas investigações se destacaram pela resignificação teórica e metodológica do tema. Esses estudiosos mostraram avanços significativos em relação à definição e compreensão das características e do significado do grupo de pesquisadores denominado agricultura familiar, especialmente no que concerne ao reconhecimento da sua diversidade econômica e heterogeneidade social. Suas pesquisas apontaram para a importância do Estado e das políticas específicas para os diversos tipos de estabelecimentos familiares, permitindo o desenvolvimento de distintas estratégias de uso da terra, e dos demais meios de produção, para alcançar a reprodução social e gerar excedente econômico que possa assegurar receitas adequadas.

A leitura das publicações e a análise de seus resumos, palavras-chave e citações, observadas na *Figura 3*, revelam também que alguns autores são citados de forma recorrente por um número expressivo de trabalhos, de 2000 a 2021. Ou seja,

autores como Sergio Schneider, Eric Sabourin, Catia Grisa e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco são referências compartilhadas no conjunto de publicações submetidas à análise bibliométrica. O tamanho do rótulo e do círculo significa o peso deste, neste caso, o quão citado é o nome do autor. Já a cor é para representar a que cluster o nome pertence, isto é, para expressar um conjunto de autores que possui alguém em comum. Pela coloração observada na Figura 3, pode-se apontar os autores que têm maior centralidade na formação de redes de pesquisadores.

Figura 3 – Autores que mais atraem pesquisadores para a temática.



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Nesta direção, frente ao significativo aumento da produção científica relativa ao tema das políticas públicas para a agricultura familiar, a partir dos primeiros anos do século XXI, foi possível constatar a constituição de uma rede de autores organi-

zados em diferentes grupos de pesquisa que se caracterizam por uma considerável diversidade institucional.

Autores como Sergio Schneider e Cátia Grisa se destacam tanto pelo número de trabalhos, quanto em função do número elevado de citações dos seus trabalhos no material publicado pela rede de pesquisadores da agricultura familiar. As citações e indicações identificadas pelo presente estudo corroboraram a preocupação destes intelectuais em estabelecer diferentes períodos e contextos, inclusive, de reconhecer a existência de três gerações, ou referências, de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Vale um destaque especial para o estudo de Grisa e Schneider que, já em 2014, apontava para a existência de três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar, sendo a primeira pautada pelo fortalecimento do viés agrícola e agrário da categoria social; a segunda focada em políticas sociais e assistenciais, e, a terceira, pela construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental. Também na análise destes autores, destacam-se as relações entre Estado e sociedade civil que se modificaram e se complexificaram ao longo do tempo. Para eles, as três gerações e as diversas formas de relacionamento entre sociedade civil e Estado seguem e coexistem em arenas públicas até hoje (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Ao terem suas publicações sendo referenciadas, de forma reiterada por outros pesquisadores desta rede, inclusive pelo presente estudo, é possível sinalizar que o tema tem gerado a criação de um espaço coletivo capaz de socializar os conhecimentos já acumulados e, ao mesmo tempo, estimular críticas, retificações e acréscimos e, com isso, fortalecer as abordagens já propostas. Contudo, apesar de numerosos estudos identificados na rede, não se observa uma tendência nova, mas o fortalecimento das proposições já levantadas no estudo de Grisa e Schneider (2014).

Outras lentes para a verificação das influências da temática foram apresentadas por Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e Guilherme Costa Delgado. Eles analisaram a predominantemente a relevância da presença do Estado e das políticas públicas, dado que a agricultura familiar brasileira representa um segmento importante do setor rural, sendo responsável pela produção de 70% dos alimentos do país e também pela manutenção dos agricultores no campo. Diante deste diagnóstico, tais estudiosos enfatizaram a importância de direcionar políticas públicas específicas para essa categoria de produtores. Seus estudos incentivaram outros autores, a exemplo de Octavio Sotomayor e Mario Samper, responsáveis por diversas investigações com novas abordagens, principalmente com estudos comparados sobre as políticas para a agricultura familiar entre países latino-americanos.

De um outro ponto de vista, considerando a citação como um indicador prático da comunicação científica, que indica os pesquisadores de maior impacto, isto

é, aqueles que formam as novas gerações e também constroem novas hipóteses, conceitos e teorias numa área, nos termos apontados por Altafin, (2007) e Vanz e Caregnato (2003), os resultados obtidos sinalizam, principalmente, os trabalhos de autoria de Sergio Schneider, Eric Sabourin, Cátia Grisa, Flávio Sacco dos Anjos, Octavio Sotomayor, Valdemar João Wesz Junior, Federico Villarreal, Guilherme Costa Delgado e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco. Ao serem referenciados entre si e também por uma rede de pesquisadores, que atua de forma eventual na temática das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, confirmam a existência de um processo de construção de um espaço coletivo capaz de socializar os conhecimentos, estimulando críticas, retificações e acréscimos e, com isso, fomentar a criação de novas categorias e abordagens sobre esta temática.

Apesar de forte concordância entre os diversos estudos sobre os avanços das políticas públicas para a agricultura familiar, há também a ocorrência de divergências expressas nas mesmas pesquisas, principalmente sobre os caminhos para responder as demandas dos agricultores familiares e dos atores sociais envolvidos. Na visão de parte dos estudiosos, o fato de as demandas de tais atores ainda não terem sido inteiramente atendidas impõe a necessidade de realizar novas mobilizações sociais, mesmo que as políticas tenham se ampliado e novos instrumentos e estratégias de ação tenham se expandido (DIESEL; NEUMANN, 2012; SILVA; SCHMITT, 2012).

Do ponto de vista metodológico, os estudos pesquisados refletem a interdisciplinaridade do tema pelo uso de referenciais teóricos sociológicos, geográficos ou históricos, de natureza mais abstratos, quanto pela presença marcante de metodologias mais pragmáticas com forte ênfase no uso da análise de ciclos de políticas públicas, fases do ciclo, particularmente, voltadas para a etapa da implementação. Há forte presença de estudos de caso para avaliação das políticas públicas, tendo como marco teórico os conceitos de eficácia, eficiência e efetividade. Tais estudos passaram a abarcar o conteúdo e o impacto da política na dinâmica da agricultura familiar em situações específicas, por meio de análises de casos únicos ou comparados. Também foram observadas publicações que investigaram a avaliação da produtividade, das estratégias de comercialização, da implementação de práticas sustentáveis, sob o ângulo da agricultura familiar, e sua interface junto às questões econômicas, sociais, culturais, associativistas e ambientais.

SOBRE OS PESQUISADORES: ORIGEM INSTITUCIONAL, TIPOS DE PUBLICAÇÃO E PERIÓDICOS

Interessante observar que poucos autores publicam mais de uma vez. Algumas especificidades da produção teórica dos autores ficam evidenciadas no Quadro 1.

Apurou-se nos 512 textos analisados, que dos 721 autores que publicaram na área, 88,9% o fizeram apenas uma única vez, 8% apresentaram dupla recorrência de publicação e 2% tripla recorrência.

Quadro 1 – Detalhamento do número de recorrência dos 721 autores em 512 textos analisados.

Recorrência	Frequência	Representatividade
Recorrência una	641	88,90%
Dupla recorrência	58	8,04%
Recorrência tripla	14	1,94%
4 Recorrências	3	0,42%
5 Recorrências	2	0,28%
6 Recorrências	1	0,14%
Altíssima recorrência (<13)	2	0,28%

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Assim, embora exista um número relativamente grande de estudiosos na rede, apenas oito autores publicam sistematicamente, colaborando para legitimá-la e assumindo uma posição central nos debates e abordagens propostos. São eles: Sergio Schneider, Eric Sabourin, Cátia Grisa, Flávio Sacco dos Anjos, Octavio Sotomayor, Valdemar João Wesz Junior, Federico Villarreal, Guilherme Costa Delgado e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.

Observa-se assim, que, de um lado, há pesquisadores cujas publicações se caracterizam por uma alta capacidade de influenciar novos trabalhos, o que pode ser percebido por intermédio do número de citações que recebem, salientando que uma das formas de mensurar o impacto das publicações científicas é por intermédio da citação (GLÄNZEL, 2003). Tais estudiosos são retratados aqui como especialistas e influenciadores, ou seja, como teóricos extremamente dedicados ao assunto e que publicaram mais de quatro vezes, conforme pode ser consultado no Quadro 1, promovendo a formação de um novo subcampo, ou de uma nova área de estudos. De outro, há um grande número de pesquisadores eventuais na temática. Tais autores são intelectuais experientes que, ao longo de suas trajetórias acadêmicas, perpassaram pelas áreas de políticas públicas e agricultura familiar. Isso seria um indicativo da interdisciplinaridade da temática de políticas públicas para a agricultura familiar. Ao observar tais achados, é possível supor que o tema das políticas públicas para a agricultura familiar possa ser caracterizado como pertencente a ambos os campos: o da agricultura familiar e o das políticas públi-

cas. Isto sugere a transversalidade da temática e propõe um caminho para explicar a diversidade metodológica nos estudos de avaliação de tais políticas. Também se observou um grande número de autores que só publicam uma vez e não retornam ao campo.

O Quadro 2 nos possibilita apresentar os vínculos institucionais dos intelectuais que mais publicaram na temática, nas duas primeiras décadas do século XXI, e apontar que a interdisciplinaridade é um atributo da temática das políticas públicas para agricultura familiar. Este apontamento é corroborado pela pluralidade que emerge das áreas de formação dos intelectuais que compõem essa rede, conforme podemos aferir no Quadro 2: Geografia Rural e Política, Ciências Sociais, Comunicação Social, Ciências Econômicas, Sociologia, Relações Internacionais, História, Agronomia, dentre outras. Possivelmente, pesquisadores de outros campos de estudos, ou mesmo pesquisadores já destacados no campo da agricultura ou da agricultura familiar, migram e/ou incorporam o campo das políticas públicas, criando uma área de interface.

Quadro 2 – Autores que mais publicaram e seus vínculos institucionais (2000-2021).

Autores	Número de publicações	Nacionalidade	Área de formação	Instituição de vínculo
Arzeno, Mariana Beatriz	3	Argentina	Geografia rural e política	Facultad de Filosofía y Letras-Universidad de Buenos Aires
Caldas, Nádia Velleda	3	Brasil	Ciências Sociais	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (UF-Pel).
Campos, Ana Paula Teixeira de	3	Brasil	Comunicação Social	Universidade Federal de Viçosa, UFV – Departamento de Administração Pública
Fernández, Lisandro Federico	3	Argentina	Ciências Sociais	Universidad Nacional De La Plata / Facultad De Cs. Agrarias Y Forestales / Departamento De Desarrollo Rural
Flexor, Georges Gérard	3	França	Ciências Econômicas	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar.
González, Fernando	3	Argentina	Sociologia	Universidad de Buenos Aires
Le Coq, Jean-François	3	Costa Rica	Engenheiro Agrônomo	Centro Internacional de Agricultura Tropical: Cali, CO

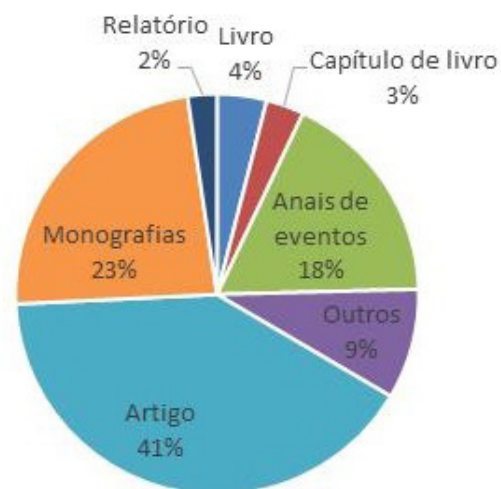
Quadro 2 – Autores que mais publicaram e seus vínculos institucionais (2000-2021) (cont.).

Lopes Filho, Marcos	3	Brasil	Relações Internacionais	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Ribeiro, Dinalva Donizete	3	Brasil	Geografia	Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia, Setor de Desenvolvimento Rural
Samper, Mario	3	Costa Rica	História	Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – IICA
Schmitt, Claudia Job	3	Brasil	História	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Silva, Danielle Wagner	3	Brasil	Engenharia Agrônoma	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) - Desenvolvimento Rural
Silva, Sandro Pereira	3	Brasil	Ciências Econômicas	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Souza-Esquerdo, Vanilde Ferreira de	3	Brasil	Agronomia	Faculdade de Engenharia Agrícola - Feagri/Unicamp
Anjos, Flávio Sacco dos	4	Brasil	Agronomia	Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Agronomia
Sotomayor, Octavio	4	Chile	Engenheiro Agrônomo	CEPAL
Wesz Junior, Valdemar João	4	Brasil	Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Villarreal, Federico	5	Brasil	Economia e Administração social	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira	5	Brasil	Agronomia	Universidade Estadual de Campinas
Schneider, Sergio	6	Brasil	Sociologia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Sabourin, Eric	14	Brasil	Engenheiro Agrônomo	Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Dével
Grisa, Cátia	15	Brasil	Engenheiro Agrônomo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Outro resultado observado diz respeito ao tipo de publicação encontrada. Verifica-se, na Figura 4, que 41% dos textos foram apresentados em modelos de artigos científicos e 23% em monografias, principalmente, dissertações e teses.

Figura 4 – % Tipos de publicação.



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

A preponderância de publicações em artigos demandou uma análise dos periódicos que os publicaram. Constatou-se alta pulverização das revistas, uma vez que 80% dos periódicos concentram 57% das publicações. Detalhando ainda mais, percebe-se que apenas 4% dos periódicos reúnem 17% das publicações, e, que, os outros 16% dos periódicos representam 26% das publicações restantes.

Dentre os 4% dos periódicos, que reuniram 17% das publicações, as principais revistas foram: Revista de Economia e Sociologia Rural; Revista Extensão Rural, DEAER – CCR; Cadernos de Agroecologia; Estudos Sociedade e Agricultura; Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas, e Redes (Santa Cruz do Sul. Online). Tal qual especificado no Quadro 3, tais revistas veiculam tanto os autores clássicos do campo de agricultura familiar como os do subcampo, isto é, os das políticas públicas para a agricultura familiar.

Quadro 3 – Detalhamento dos periódicos que mais concentraram as publicações.

Periódicos com maiores concentrações	Qualis Uni-ficado	Representação no total de publicações
Revista de Economia e Sociologia Rural	A3	4,6%
Revista Extensão Rural, DEAER – CCR*	B3	3,4%
Cadernos de Agroecologia	B3	2,3%
Estudos Sociedade e Agricultura	A3	2,3%
Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas	A4	2,3%
Redes (Santa Cruz do Sul. Online) *	A3	2,3%

* Nota: Não foi possível confirmar a alteração do Qualis 2019.

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada foi possível observar que a temática das políticas públicas para a agricultura familiar apresenta certa potencialidade para a construção de um novo agrupamento acadêmico, conforme sugere o texto de Kuhn (1970), ao tratar da formação do conhecimento científico. Este autor expôs que tal agrupamento não se desenvolve em uma linha contínua e acumulativa, mas que avança em saltos qualitativos derivados de questionamentos sobre a validade de princípios, teorias, conceitos básicos e procedimentos metodológicos. De acordo com Kuhn (1970), é fundamental considerar a atuação e a influência dos grupos que integram a comunidade científica. Com isso, este estudioso chama a atenção para o processo de formação de novos pesquisadores e de socialização do trabalho científico, o que é considerado por Bourdieu (1973), em outro registro, como a semente de um novo campo.

Os dados levantados pela pesquisa, como se buscou mostrar, apontam para a existência de um tema que, tendo sua raiz em autores seminais e clássicos, mais recentemente vem se conformando como um novo espaço de conhecimento científico com o surgimento de novos estudos e novos autores, que têm legitimado o tema. Desse modo, a rede de autores que se forma sinaliza a importância dos grupos de pesquisa para o funcionamento, manutenção, descobertas e legitimidade da área de política pública para a agricultura familiar na comunidade científica brasileira.

Os procedimentos metodológicos adotados asseguraram a identificação de tendências e aumento do conhecimento sobre a referida temática que, tendo se

iniciado em meados do século XX, se expandiu a partir dos seus anos finais em decorrência de o surgimento de políticas específicas para o segmento, apontando, inclusive, a dispersão e o incremento da literatura científica brasileira a partir dos anos 2000.

A pesquisa constatou a formação de uma rede de pesquisadores com elevada concentração em alguns autores, os quais também apresentam considerável capacidade de influenciar nos estudos do tema. Os demais autores da rede, embora possam ter relações com os autores centrais, apresentam publicações ocasionais. Há uma dispersão bastante significativa quanto à origem dos pesquisadores da referida rede, sugerindo a existência de um potencial de ampliação de tais estudos por várias universidades no Brasil e no exterior.

No que se refere às características das publicações analisadas é importante destacar a forte presença da interdisciplinaridade. Esta última se expressou seja por meio da pluralidade que emerge das áreas de formação dos intelectuais que compõem essa rede de pesquisadores, seja por intermédio da riqueza de seu conjunto temático. Ou seja, por englobar conceitos e abordagens tão distintas como desenvolvimento sustentável, extensão rural, pluriatividade, comercialização e mercados institucionais, desenvolvimento local, previdência, autonomia e agroindústria, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), assentamentos rurais, políticas agrícolas, extensão rural, agricultores familiares, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros.

Outro aspecto que precisa ser mencionado é que os indicadores investigados na base são relevantes para visualizar a contribuição científica nacional. Desse modo, o recurso metodológico da análise bibliométrica possibilitou a visualização do conjunto da produção científica produzida pelo e no Brasil sobre a temática, a sua inserção, interlocução e impacto em âmbito nacional. No que tange a esfera internacional isso ficou sinalizado pelos vínculos institucionais sintetizados no Quadro 2 deste artigo.

No decorrer da pesquisa percebeu-se a importância da citação e da coautoria como estratégias de incremento da produção científica. Contudo, o artigo não apresentou o emprego da análise de coautoria, que fica como uma sugestão para estudos futuros. É sabido que este tipo de investigação pode apontar prováveis linhas de pesquisas existentes no campo das alianças entre os pesquisadores, e também, entre as instituições as quais estes se encontram vinculados.

Por fim, cabe ainda mencionar que os resultados obtidos contribuíram para mapear o conhecimento disponível sobre a temática de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, além de representarem um ponto de partida para os estudiosos encontrarem pistas para as respostas que ainda não tenham sido dadas

no referido subcampo. Tais resultados também demonstraram que a escolha de determinadas palavras-chave tem funcionado como um filtro que pode limitar ou potencializar encontrar os expoentes presentes na literatura especializada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria de estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA, N. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidaria**. Campinas: Alinea, 2007.

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M-G. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de ciência & tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2005.

ALVARADO, Rubén URBIZAGÁSTEGUI. A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. **Ciência da informação**, v. 31, p. 14-20, 2002.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/ CONCEITO % 20 DE % 20 AGRICULTURA%20FAM.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2007.

ARAÚJO C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre-RS, v. 12, n. 1, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. **Cultural reproduction and social reproduction**. London: Tavistock, 1973.

CARNEIRO, M. J. Política Pública e Agricultura: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**. p. 70-82, abr. 1997.

DELGADO N. G. **Liberalização comercial e agricultura familiar no Brasil**. A Experiência das Décadas de 1980 e 1990. Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente nas Américas, julho 2008.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S. **Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional: Reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS.** Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012.

FERREIRA, A. R.; ALVARENGA, L. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Enc. Bibli.** R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, v. 16, n. 31, p.51-70, 2011.

FLEXOR, G.; KATO, K. **Políticas de Promoção dos Biocombustíveis e Agricultura Familiar: o que sugerem as recentes experiências internacionais?** 2014 (mimeo).

FURTADO, C. **Análise do Modelo Brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GLÄNZEL, W. **Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators.** Bélgica, 2003. Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~ajhol/futuro/references/01%23 Bibliometrics Module KUL BIBLIOMETRICS%20AS%20A%20RESEARCH%20FIELD.pdf](https://www.cin.ufpe.br/~ajhol/futuro/references/01%23%20Bibliometrics%20Module%20KUL%20BIBLIOMETRICS%20AS%20A%20RESEARCH%20FIELD.pdf). Acesso em: 9 de janeiro de 2018.

GRAZIANO NETO, J. **Questão Agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Os desafios das agriculturas brasileiras.** A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, p. 157-183, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. "Antecedentes históricos". In: _____. **Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1978.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. Difusão, convergência e tradução nas políticas de compras públicas da agricultura familiar no âmbito da REAF Mercosul. **Mundos Plurales-Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, v. 3 n. 2, p. 9 - 30, 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Brasil: duas décadas de políticas públicas para a agricultura familiar.** Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas [recurso eletrônico]. San José, Costa Rica: IICA. San José, Costa Rica, p. 77-111, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina**, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez., 2008.

KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions.* Chicago and London: University of Chicago Press, 1970. LOTKA, A. J. A distribuição de frequências da produtividade científica. **Jornal da Academia de Ciências de Washington**, v. 16, n. 12 (19 de junho de 1926), pp. 317-323. Publicado por: Washington Academy of Sciences. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24529203>. Acesso em: 21 jun. 2008.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez., 2014.

MÜLLER, A.L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre-RS, 2007.

NASEER, M. M.; MAHMOOD, K. Use of bibliometrics in LIS research. **LIBRES: Library of Information Science Research Eletronic Journal**, v. 19, n. 2, p. 1-11, sept. 2009.

NIEDERLE, P. A. **Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em RESR, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PUCCINI, L. R. S.; GIFFONI, M. G. P.; FERREIRA, L.; UTAGAWA, C. Y. Comparativo entre as bases de dados PubMed, SciELO e Google Acadêmico com o foco na temática Educação Médica. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda – RJ, v. 10, n. 28, p. 75-82, 2015.

RANGEL, I. A Questão agrária. In: SILVA, J. G. (Org.). **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

SILVA, M. K. S.; SCHMITT, C. J. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. In: Encontro Anual da ANPOCS, 36, 2012, Águas de Lindóia (SP), **Anais...** Águas de Lindóia-SP: ANPOCS, 2012.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, mai./ago., 2002.

VANZ, S. A. de S.; CAREGNATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, v. 9, n. 2, p. 295-307, jul./dez., 2003.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr., 2005.

YAMAKAWA, E. K. *et al.* Comparativo dos softwares de gerenciamento de referências bibliográficas: Mendeley, EndNote e Zotero. **Transinformação** [online]. v. 26, n. 2, p.167-176, 2014.



Sistemas de produção, nível de reprodução social e estratégias para a agricultura familiar no município de Independência, RS

Roberto Carbonera¹

Nilvo Basso²

Felipe Esteves Oliveski³

Marjorie Reis Muller⁴

Maria Anastácia Johnn Deckmann⁵

Giovana Palombo Sandri⁶

RESUMO: Estudou-se a agricultura do município de Independência, RS, quanto à evolução histórica, zoneamento agroecológico, sistemas de produção, nível de reprodução social e estratégias de desenvolvimento. Os dados foram obtidos através de entrevistas realizadas junto a trinta e cinco agricultores no segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018 e do uso de mapas temáticos e dados estatísticos. A agricultura evoluiu da colonização, modernização, crise na produção de grãos, para desenvolvimento, na virada do milênio. Identificaram-se dez tipos de sistemas de produção e três estudos de casos. Os sistemas patronais e agricultores familiares intensivos possuem elevados níveis de renda e uso intensivo de tecnologia. No entanto, predominam sistemas familiares. Entre eles, dois sistemas e um caso atingem o nível de reprodução social, um salário mínimo mensal por unidade de trabalho. Porém, dois tipos e um estudo de caso não atingem este nível. Utiliza-se, ainda, tração animal em um tipo e um estudo de caso. Conclui-se que as políticas públicas deveriam priorizar os tipos e casos que não atingem o nível de reprodução social, sob pena de abandonarem suas atividades agrícolas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento rural; Comunidades Rurais; Dinâmica Agrária; Políticas Públicas.

PRODUCTION SYSTEMS, LEVEL OF SOCIAL REPRODUCTION AND STRATEGIES FOR FAMILY FARMING IN THE MUNICIPALITY OF INDEPENDÊNCIA, RS

ABSTRACT: The main objectives of this work were to study agriculture in the municipality of Independência, RS, regarding historical evolution, agroecological zoning, production systems, level of social reproduction and development strategies. Data were obtained through interviews with thirty-five farmers in the second half of 2017 and first half of 2018 and the use of thematic maps and statistical data. Agriculture evolved from colonization, modernization, crisis in grain production, to development, at the turn of the millennium. Ten types of production systems and three emerging case studies were identified. Employer systems and intensive

¹Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade, Unijui. E-mail: carbonera@unijui.edu.br

² Prof. Curso de Agronomia, Unijui. E-mail: nilvob@unijui.edu.br

³ Engenheiro Agrônomo, Mestre, Curso de Agroomia Unijui. E-mail: felipe.oliveski@unijui.edu.br

⁴ Mestranda, Sistemas Ambientais e Sustentabilidade, Unijui. E-mail: marjorie.muller@sou.unijui.edu.br

⁵ Mestranda, Sistemas Ambientais e Sustentabilidade, Unijui. E-mail: maria.ajd@sou.unijui.edu.br

⁶ Mestranda, Sistemas Ambientais e Sustentabilidade, Unijui. E-mail: giovana.sandri@sou.unijui.edu.br

family farmers have high levels of income and intensive use of technology. However, family systems predominate. Among these, two systems and a case reach the level of social reproduction, a monthly minimum wage per unit of work. However, two types and a case do not reach this level. Animal traction is also used in a type of grain production and in a case study. From this, it was concluded that public policies should prioritize types and case studies that do not reach the level of social reproduction, under pain of abandoning their agricultural activities.

KEYWORDS: Agrarian Systems; Sustainability; Exclusion of Farmers.

INTRODUÇÃO

Para a compreensão das dimensões dicotômicas que se apresentam no cenário agrário é fundamental o conhecimento da evolução temporal iniciada nos primórdios de desenvolvimento da agricultura. A relação entre a atividade agrícola e a economia é historicamente simbiótica, que advém do capitalismo e da queda do feudalismo, impulsionado pela primeira revolução industrial (BRUM, 2009).

A colonização da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1930, apontou para uma relação básica entre economia e produção rural através do tripé desenvolvimentista: agricultura colonial, comércio e indústria. Na década de 1960, com a implantação de uma série de políticas de “modernização da agricultura”, a atividade produtiva tomou um viés agroindustrial. A capitalização dos sistemas produtivos proporcionou o fortalecimento da prática da monocultura, abrindo espaço para a incorporação em larga escala de produtos químicos e tecnológicos, com o intuito de maximizar os ganhos (ROTTA, 1999).

A tendência do capital subordinou e subordina, ainda hoje, a produção aos imperativos da acumulação, a custos de avanços perdulários e destrutivos. As externalidades ambientais e socioeconômicas dos sistemas de produção afetaram as atividades do agricultor familiar, o que limitou a sua expressão e desenvolvimento. Os sistemas produtivos sofreram com os impactos da escassez de elementos advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia, mas também dos desdobramentos ideológicos e políticos (SILVA, 2010).

As incursões do capital financeiro de multinacionais e transnacionais influenciaram diretamente na criação de políticas públicas do setor, cujos estudos apontam como principal fator de indução, o crescimento econômico e a venda externa da região da produção agrícola. Segundo Stédile (2013), 10% dos estabelecimentos agrícolas controlam 80% do valor da produção no Brasil.

Estudos desenvolvidos na década de oitenta no Noroeste do RS revelaram que metade dos agricultores não tinham renda equivalente a um salário mínimo mensal

proveniente de suas atividades agrícolas (DUDERMEL, 1990). Este trabalho, contudo, estabeleceu diretrizes para a agricultura familiar no sentido de reverter seus sistemas de produção para atividades com maior capacidade de agregação de valor por unidade de área, como atividades de produção de leite, olericultura, criação de agroindústrias, e não cultivar, exclusivamente, a produção de trigo e soja, predominantes à época.

Na agricultura familiar, o maior percentual dos custos da produção está geralmente associado à remuneração da força de trabalho da família, embora haja situações em que as condições de acesso à terra imponham taxas agressivas, e o acesso ao capital acabe por reduzir severamente o valor agregado recebido pelo agricultor. A complexidade dos sistemas agrícolas transpõe a elaboração de projetos e impõe a necessidade do conhecimento das categorias de produtores, assim como os impactos de produções na região analisada, a fim de se ter uma dimensão das principais inter-relações econômicas, sociais e ambientais (DUFUMIER, 2010; MIGUEL, 2018). Bouttes *et al.* (2019) demonstraram que a mudança das práticas agrícolas, convertendo-as em agricultura orgânica, pode ser um mecanismo poderoso para reduzir a vulnerabilidade agrícola. Enquanto que Pessoa & Brandenburg (2017) afirmam que a agricultura ecológica é uma estratégia de fomento à segurança e soberania alimentar.

O domínio dos estudos de análise e diagnóstico dos sistemas agrários passaram a ser incorporados para melhor compreensão da realidade agrária e agrícola. Estes estudos servem, também, para dar suporte a realização de ajustes nas políticas públicas e de adequação das atividades às diferentes categorias de sistemas de produção. Com efeito, existe uma vasta produção de conhecimentos sob este enfoque, com elevada contribuição acadêmica e científica expressa em diversos trabalhos publicados que permitem uma melhor compreensão da realidade agrícola e agrária (SILVA NETO; BASSO, 2015; WUNSCH, 2015; BASSO *et al.*, 2018; FRITZ FILHO, MIGUEL & FRITZ, 2018; GAZOLLA, LIMA & BRIGNONI, 2018; CARBONERA *et al.*, 2020; ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020).

Frente a isso, a presente pesquisa teve como objetivo realizar o diagnóstico dos sistemas de produção, bem como propor linhas estratégicas de desenvolvimento da agricultura do município de Independência, Rio Grande do Sul, através do estudo da evolução da agricultura, da leitura da paisagem e dos níveis de reprodução social dos principais sistemas de produção.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado no município de Independência, Rio Grande do Sul, emancipado de Três de Maio em 1965. Localiza-se na mesorregião Noroeste do

Estado e está inserido na microrregião abrangida pelo Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Noroeste. Sua área territorial é de 358,28 km², imitada ao Sul, pelo município de Catuípe; ao Norte, por Três de Maio; ao Leste, por Alegria e por Giruá, a Oeste. Possui uma população de 6.617 habitantes e 1.336 unidades agrícolas (IBGE, 2010). Situado a 372 metros de altitude, tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 27° 50' 44" Sul, Longitude: 54° 11' 33" Oeste.

Os resultados deste estudo foram obtidos através de entrevistas realizadas junto a trinta e cinco agricultores no segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018 e do uso de mapas temáticos e dados estatísticos. A metodologia utilizada fundamenta-se na teoria dos sistemas agrários. Assim, foram realizadas as etapas de zoneamento agroecológico, caracterização da evolução e diferenciação dos sistemas agrários, caracterização da tipologia e estudo dos sistemas de produção, análise do itinerário técnico realizado nos sistemas de cultivo e criação e proposição de linhas estratégicas de desenvolvimento. O estudo seguiu a metodologia, em sete etapas, descrita em uma vasta bibliografia (LIMA *et al.*, 2005; DUFUMIER, 2010; WUNSCH, 2015; SILVA NETO; BASSO, 2015; BASSO *et al.*, 2018; MIGUEL, 2018).

Na primeira etapa, realizou-se o diagnóstico da trajetória de evolução e diferenciação geográfica, técnica e socioeconômica da agricultura, com a finalidade de definir zonas homogêneas de desenvolvimento, bem como estabelecer uma pré-tipologia das unidades de produção, baseada nas categorias sociais e nos sistemas de produção. Os dados e informações foram obtidos através da leitura da paisagem, análise de mapas sobre as características agroecológicas, consultas em fontes secundárias e estudos já realizados sobre a agricultura do município, também através de entrevistas semiestruturadas aplicadas junto aos agricultores.

Na segunda etapa, foi elaborada uma tipologia das unidades de produção, estas foram reunidas em categorias que expressam as condições socioeconômicas e as estratégias produtivas patronais e familiares. Nas unidades patronais, a produção é realizada pela família e por trabalhadores assalariados, permanentes ou temporários. As unidades de agricultora familiar executam as atividade por um grupo familiar ligado por laços de consanguinidade e parentesco, que possui até quatro módulos fiscais, gestão familiar, renda principal proveniente da unidade de produção e residir na propriedade ou próximo (FAO/INCRA, 1995; SCHNEIDER, 2016). As unidades de produção foram agrupadas conforme as combinações de meios de produção e atividades produtivas. Já os sistemas de produção desenvolvidos em cada tipo foram analisados observando-se a combinação das atividades técnicas empregadas, condições ambientais e econômicas vigentes.

Na terceira etapa, realizou-se a caracterização técnica dos sistemas de produção, com a elaboração de fluxogramas de funcionamento das entradas, que são

os insumos utilizados, o processamento e as saídas, representadas pelos produtos. Para tanto, desenvolveu-se o calendário do uso mensal do solo, da utilização da mão de obra, das máquinas, equipamentos, e das necessidades e disponibilidades monetárias, com o intuito de promover a identificação de picos de demanda e os períodos de ociosidade.

Na quarta etapa, foram avaliados os sistemas de produção em termos econômicos, com o objetivo de comparar seus resultados quanto à contribuição na produção anual de riqueza para a sociedade e rentabilidade para os agricultores (LIMA *et al.*, 2005; DUFUMIER, 2010; SILVA NETO; BASSO, 2015).

A Produção Bruta (PB) é a produção gerada pela unidade de produção familiar, em um ano. Obtém-se pela multiplicação dos produtos e alimentos gerados pelos seus respectivos preços recebidos pelos agricultores, no processo de comercialização.

A produção bruta é obtida pela seguinte equação:

$$PB = Q \times P$$

Em que:

PB = Produção Bruta

Q = Quantidade do produto vendido,

P = Preço do produto vendido.

A Margem Bruta (MB) representa a margem obtidas pelos agricultores deduzindo-se os custos variáveis da produção bruta. É obtida pela seguinte equação:

$$MB = PB - CV$$

Em que:

MB = Margem Bruta,

PB = Produto bruto,

CV = Custos variáveis de produção

O Valor Agregado (VA) utiliza-se na avaliação econômica dos sistemas de produção como medida de geração de riqueza. O cálculo anual do VA do sistema de produção é igual ao valor da Produção Final (PF), menos o valor do conjunto de bens, serviços consumidos durante o ciclo de produção, ou Consumo Intermediário (CI), e menos a Depreciação (D) das máquinas, equipamentos e instalações, conforme expresso a seguir:

$$VA = PB - CI - D$$

Em que:

VA = valor agregado;

PB = valor da produção bruta anual;

CI = valor do consumo intermediário anual;

D = depreciações de máquinas, equipamentos e instalações.

A Renda Agrícola (RA) anual obtida pelo produtor e sua família foi calculada

para cada sistema de produção, subtraindo-se o valor agregado (VA), os juros (J), os impostos (I), a renda da terra (T) e a remuneração da mão-de-obra assalariada (S), conforme apresentado a seguir:

$$RA = VA - J - S - T - I$$

Em que:

RA = renda agrícola;

VA = valor agregado;

J = juros pagos aos agentes financeiros;

S = salários pagos aos trabalhadores contratados;

T = arrendamentos pagos aos proprietários da terra;

I = impostos e taxas pagas ao Estado.

A quinta etapa consiste da análise das possibilidades de reprodução socioeconômica das unidades de produção em função do tipo de sistema de produção. Corresponde à renda mínima necessária para assegurar o funcionamento dos sistemas de produção no curto prazo (compra de insumos, manutenção dos equipamentos e benfeitorias), e longo prazo (reposição dos meios de produção, bem como as necessidades em bens de consumo das famílias dos agricultores). Esta análise pressupõe que, quando os sistemas de produção praticados não geram um nível de remuneração do trabalho familiar no mínimo equivalente ao seu custo de oportunidade, os agricultores tendem a não acumular fundos suficientes para a reposição dos equipamentos, o que culmina na exclusão do processo produtivo. Em caso de remunerações positivas do trabalho, os agricultores acumulam o suficiente para aperfeiçoar e ampliar suas condições de produção, reinvestindo na unidade de produção. O cálculo da renda agrícola é representado pelo modelo linear da remuneração do trabalho:

$$RA/UTf = ((PB/ha - CI/ha - GP/ha)/SAU) SAU/UTf - GNP/UTf$$

Em que:

RA/UTf = renda agrícola (RA) por unidade de trabalho familiar (UTf);

SAU/UTf = superfície agrícola (SAU) por unidade de trabalho familiar (UTf);

GP/ha = gastos proporcionais (GP) à superfície (ha);

GNP/UTf = gastos não proporcionais (GNP) por unidade de trabalho familiar (UTf), que não variam em relação à área.

Esta análise permite a identificação de possíveis dificuldades financeiras, relacionando à remuneração média do trabalho familiar (RA/UTf) com o nível de reprodução social, equivalente à renda mínima para assegurar o desenvolvimento das unidades de produção e consumo dos agricultores. Para as unidades de produção tipo familiar, foi considerado um valor de R\$ 937,00, equivalente a um salário

mínimo mensal, que, incluindo o décimo terceiro, corresponde a uma renda anual por unidade de trabalho familiar de R\$ 12.181,00. Para as unidades de produção familiar, com produções intensivas, considerou-se um nível de reprodução social (NRS) equivalente a três salários mínimos por unidade de trabalho e para as unidades de produção Patronal, estabeleceu-se um NRS correspondente a uma RA/UTF de dez salários mínimos mensais.

Na sexta etapa, estudou-se o funcionamento dos sistemas de cultivo e criação. A partir da identificação dos sistemas, exploram-se os itinerários técnicos envolvidos com o intuito de explicitar as regras de decisão, as condições de realização das práticas e seus efeitos. Procurou-se identificar o uso de insumos, suas quantidades, modo de aplicação, condições e metas, procurando provocar uma avaliação do produtor sobre os resultados obtidos, assim como verificar se existem demandas de aconselhamento agrônômico.

Na sétima etapa foram elaboradas linhas estratégicas para o desenvolvimento da agricultura do município. A partir dos resultados das análises realizadas nas etapas anteriores, foi possível identificar e propor alternativas de ação técnica e de políticas para o desenvolvimento dos diferentes tipos de unidades de produção, para aumentar a capacidade de reprodução dos agricultores. Tais alternativas são avaliadas quanto ao interesse econômico geral da sociedade e do ponto de vista do interesse do agricultor.

Enfim, ao seguir os princípios de análise e diagnóstico de sistemas agrários reúnem-se as condições para propor linhas estratégicas de desenvolvimento, elaboradas a partir de respostas a questões, como: Qual é a problemática do desenvolvimento da agricultura? Qual é o público alvo prioritário de políticas, projetos e ações de desenvolvimento? Quais são os níveis de intervenção institucional frente à diversidade de situações e tipos de agricultores? Quais atividades, ou produções agropecuárias com maior potencial de agregação de valor e geração de renda podem ser estrategicamente recomendadas em projetos de intensificação, conversão ou expansão dos sistemas de produção? Quais são as condições e ações necessárias para viabilizar a implantação dos projetos de desenvolvimento agrícola propostos?.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO

A estrutura fundiária constitui-se de 1.336 estabelecimentos. Destes, 96 % possuem menos de 100 ha e ocupam 63,02 % da área, se enquadram, portanto, na categoria de agricultura familiar. Chama atenção que, dois dos estabelecimentos, que possuem mais de 1.000 ha, representam 0,15% e detêm 7,84% da área (Tabela 1). Salienta-se, ainda, que 47 estabelecimentos têm entre cem a mil hectares, ou

seja, representam 3,51 % dos estabelecimento e possuem 29,13 % da área.

Desta forma, percebe-se que o município apresenta um predomínio de unidades de produção de base familiar. São mais de 1.200 estabelecimentos que demandam apoio de políticas públicas para se manterem na atividade (DUDERMEL, 1990; LIMA *et al.*, 2005; WUNSCH, 2015; SILVA NETO; BASSO, 2015).

Tabela 01 - Estrutura Fundiária do Município de Independência, RS.

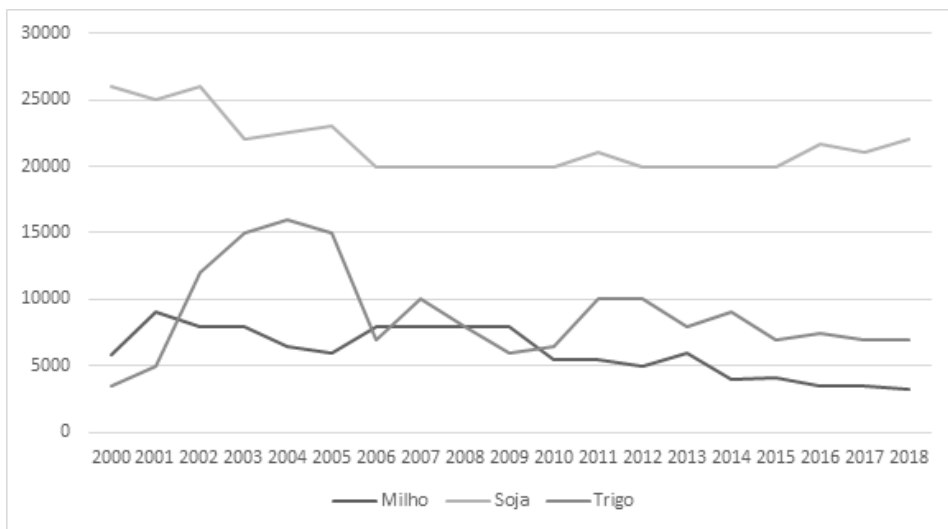
Área (Hectares)	Número de Unidades de Produção	Participação Percentual (%)	Área das Unidades (Hectares)	Percentual da Área Total (%)
Total	1336	100	31.898	100
Mais de 0 a menos de 5 ha	244	18,26	641	2,01
De 5 a menos de 10 ha	328	24,55	2.241	7,03
De 10 a menos de 20 ha	388	29,04	5.225	16,38
De 20 a menos de 50 ha	253	18,94	7.606	23,84
De 50 a menos de 100 ha	70	5,24	4.390	13,76
De 100 a menos de 200 ha	33	2,47	4.300	13,48
De 200 a menos de 500 ha	13	0,97	3.995	12,52
De 500 a menos de 1.000 ha	1	0,07	1.000	3,13
De 1.000 a menos de 2.500 ha	2	0,15	2.500	7,84

Fonte: IBGE (2020).

Entre as atividades produtivas desenvolvidas no município, a produção de grãos tem grande importância econômica. Presente em quase todos os sistemas de produção analisados, exceto nas unidades dedicadas exclusivamente à pecuária leiteira, a cultura da soja é a principal atividade. Ao longo dos últimos anos, o plantio de soja apresenta destaque em termos de área cultivada, entre vinte a vinte e cinco mil hectares, com pequenas variações. No verão, a cultura do milho apresenta decréscimo na área, sendo cultivados em torno de cinco mil hectares. No plantio de inverno, a cultura do trigo apresenta elevadas oscilações de área cultivada, de sete a quinze mil hectares (Figura 1).

Percebe-se que a associação dos cultivos de soja e trigo, no verão e no inverno, estão amplamente incorporados no município. Isso decorre do direcionamento da pesquisa para viabilizar tecnologias e cultivares mais adequadas às duas culturas, como etapa de modernização da agricultura (MANTELLI, 2006; ALVES; TEDESCO, 2015).

Figura 1 - Evolução da área plantada dos principais cultivos no município de Independência, RS, no período de 2000 a 2018.



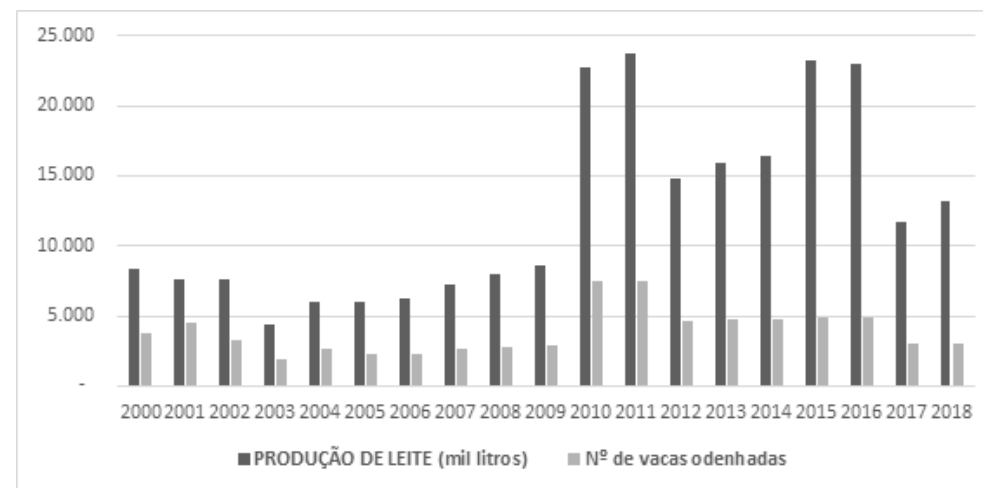
Fonte: IBGE (2020).

A bovinocultura de leite passou por profundas mudanças ao longo dos últimos anos no município. Passou de atividade secundária para ser a principal atividade de muitos agricultores, principalmente, familiares. Desenvolveu-se graças ao incremento da produtividade, mesmo com pouca variação no número de animais ordenhados (Figura 2). A partir do ano de 2010, a produção de leite foi triplicada. Este é o resultado de um longo período de adaptação da agricultura familiar, que priorizou esta atividade em detrimento dos cultivos de trigo e soja. Tal mudança, justifica-se porque a atividade se ajustou ao ambiente agroecológico e à existência de mão de obra familiar, por agregar mais renda por unidade de área, mesmo que apresente oscilações ao longo do tempo (DUDERMEL, 1990; BREITENBACH; FROEHLICH; BRANDÃO, 2009; SOUSA E SILVA *et al.*, 2014; BASSO *et al.*, 2018; LUCCA; AREND, 2020; CARBONERA *et al.*, 2020).

Para além da bovinocultura de leite, a bovinocultura de corte apresenta destaque

entre as atividades de produção animal, com mais de 10.000 cabeças. A suinocultura teve forte declínio a partir de 2007 e a ovinocultura teve um leve incremento (IBGE, 2020).

Figura 2 - Produção de leite e número de vacas ordenhadas no município de Independência, RS, no período de 2000 a 2018.



Fonte: IBGE (2020).

EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DA AGRICULTURA

A agricultura evoluiu a partir de quatro grandes períodos com base na análise de fatos ecológicos, técnicos e socioeconômicos (Tabela 02). A ocupação do território e instalação da agricultura colonial e da criação de gado de corte ocorreu de 1920 a 1960. Dos anos de 1960 a 1980, foi implantada a modernização da agricultura, com a introdução do uso do calcário, fertilizantes, sementes e agrotóxicos em áreas de campos. Dos anos de 1980 a 2000, aumentaram as preocupações com a conservação do solo, o controle da erosão, o início do plantio direto, a introdução da bovinocultura de leite, diminuição da suinocultura e crises no mercado de grãos. Na virada do milênio, ocorreu uma ampliação da preocupação ambiental, com a introdução do plantio direto, aumento do cultivo de soja, diminuição da área de trigo e intensificação da produção leiteira.

Tabela 02 - Síntese da história agrária do município de Independência, RS.

Períodos	Fatos Ecológicos	Fatos Técnicos	Fatos Socioeconômicos
1920/1960	- Região de mata e de campo; - Abertura de áreas (derrubadas e queimadas) - Pousios.	- Gado extensivo; - Produção de milho, trigo, mandioca e suínos; - Tração animal; - Ferramentas manuais; - Trilhadeira.	- Comércio de terras; - Colonos de Ijuí, Cruz Alta e Santo Ângelo; - Frigoríficos e moinhos; - Comerciantes de suínos; - EMATER e Cooperativas.
	- Aumento cultivo no campo; - Desmatamento; - Degradação do solo; - Uso calcário e adubos; - Plantio convencional.	- Diminui da suinocultura e bovinocultura - Plantio de trigo e soja; - Mecanização; - Uso de insumos químicos.	- Diminuição suinocultura; - Cooperativas (Assistência técnica, comercialização); - Crédito rural.
1961/1980	- Diminuição desmatamento; - Práticas conservacionistas; - Uso de terraços; - Início plantio direto.	- Cultivos de soja e trigo; - Diminui suinocultura; - Bovinocultura de leite; - Aumento de Pastagens.	- Produção do leite; - Crises produção de grãos; - Endividamento - Aumento do êxodo rural.
	- Conservação do solo; - Plantio direto; - Preocupação ambientais.	- Bovinocultura de leite; - Diminuição trigo; - Introdução do fumo; - Máquinas, equipamentos.	- PRONAF; - Mercado do leite; - Concentração/seleção; - Cultivo de soja.
1981/2000			
2001/2019			

Fonte: Os autores (2020).

ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO

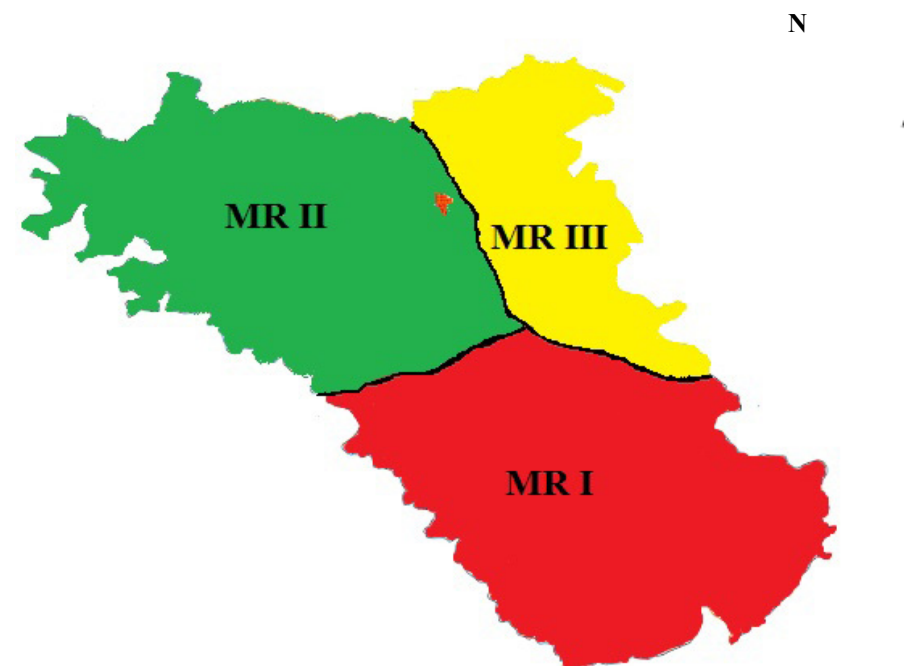
As transformações ocorridas nas condições produtivas possibilitam configurar três microrregiões definidas pelos tipos de agricultura, conforme o zoneamento agroecológico e socioeconômico do município (Figura 3).

A microrregião I caracteriza-se pela formação de *nitossolos* e relevo plano, localizada ao Sul do município. Abriga os rios Buricá e Santa Rosa, que são muito importantes, para além de lagos e riachos. Os recursos hídricos possibilitaram a construção de barragens e miniusinas. A economia caracteriza-se pela produção de grãos em larga escala, com propriedades capitalizadas e forte inserção tecnológica. A densidade demográfica é baixa por conter propriedades de grande porte.

A microrregião II também apresenta nitossolos pela presença do rio Santa Rosa, no entanto, possui áreas com declives e vales com ocorrência de chernossolos argilúvicos. É composta por propriedades de médio porte. Apresenta densidade

demográfica intermediária. Sua produção agrícola baseia-se no cultivo de grãos, embora algumas propriedades se dediquem à atividade leiteira. Apresenta elevado aporte tecnológico, contratação de mão de obra e agricultura familiar consolidada.

Figura 3 - Mapa do Zoneamento Agroecológico do Município de Independência, RS.



Fonte: Os autores (2020).

Na terceira microrregião, o relevo é ondulado, possui áreas com declives acentuados, há a presença do rio Buricá, córregos e sangas. Predomina a agricultura familiar, unidades de produção de pequeno porte e alta densidade demográfica. A principal atividade é a produção leiteira, porém ainda existem unidades que produzem grãos em pequena escala e com baixo nível de mecanização e/ou tração animal.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES

A análise dos sistemas de produção identificou dez tipos de agricultores e três casos emergentes que representam a diversidade técnica e socioeconômica da agricultura

de Independência. Para a análise dos sistemas de produção estes foram divididos em três grupos, ou seja, familiares, familiar com produções intensivas e patronais.

Os sistemas de produção dos tipos patronais conseguem ultrapassar o nível de reprodução social, considerado neste estudo de dez salários mínimos mensais. Isso ocorre principalmente pela produção em maior escala, devido à elevada superfície agrícola útil que cada unidade de trabalho possui (SAU/UTF). Nota-se que os sistemas de produção analisados atingem elevado nível de renda agrícola (Figura 4). O sistema Patronal Grãos supera a marca de R\$ 500.000,00 de renda para cada unidade de trabalho. O tipo Familiar Grãos Gado de Corte alcança quase R\$ 162.000,00 de renda líquida por unidade de trabalho. Já os do tipo Familiar Arrendatário Grãos e Familiar Grãos e Leite Intensivo conseguem um nível de renda de quase R\$ 100.000,00 por unidade de trabalho. Alguns tipos de agricultores familiares intensivos não conseguem atingir a renda estipulada em 10 salários mínimos mensais, porém apresentam elevados níveis de renda.

A contribuição marginal econômica dos sistemas, avaliada pela margem bruta média por hectare de área útil (MB/SAU) entre esses produtores apresentam elevado nível de intensificação entre os sistemas. O tipo Familiar Grãos e Gado tem um valor de R\$ 2.055,38 de margem bruta por hectare útil, enquanto o tipo Patronal Grãos apresenta o valor de R\$ 2.807,91 por hectare de margem bruta, similares para os sistemas Familiar Grãos e Leite Intensivo e Familiar Arrendatário e Grãos. Entretanto, o estudo de caso especial Patronal Leite Intensivo atinge o valor de R\$ 8.302,18 por hectare útil.

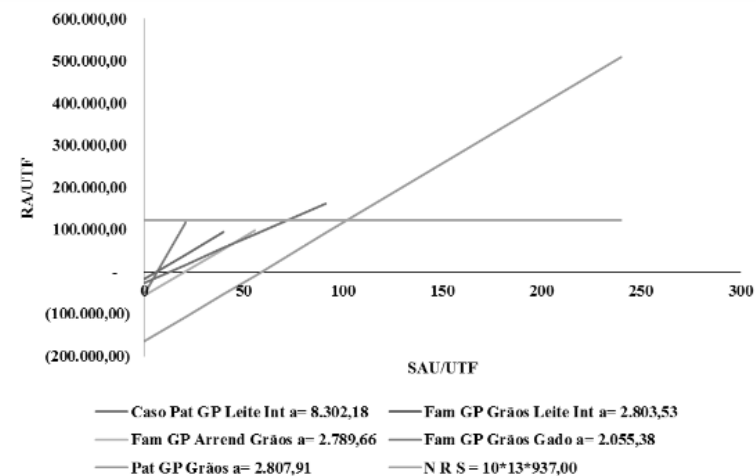
Estes números revelam que a agricultura de grande porte, também chamada de agronegócio, vive um momento de pleno desenvolvimento, com elevados níveis de margem bruta e renda agrícola por hectare. Dentre as atividades, destaca-se, ainda, a importância da produção intensiva de leite. Breitenbach, Froehlich e Brandão (2009) concluíram que o principal fator de incentivo para a produção de leite é o monetário.

Entre os dois sistemas de produção de produtores familiares intensivos, apenas um consegue ultrapassar o nível de reprodução social considerado de três salários mínimos mensais (Figura 5). O tipo Familiar Grãos e Leite, ao associar a atividade de grãos com a atividade leiteira, consegue gerar e atingir R\$ 44.614,31 de renda por unidade de trabalho familiar. Já o tipo Familiar Grãos gera R\$ 34.372,50 de renda por unidade de trabalho familiar e fica muito próximo de atingir o nível de três salários mensais.

Sobre a contribuição marginal dos sistemas, margem bruta média por hectare de superfície útil (MB/SAU) entre os produtores familiares intensivos, constata-se que a contribuição econômica da pecuária leiteira nos sistemas de produção eleva

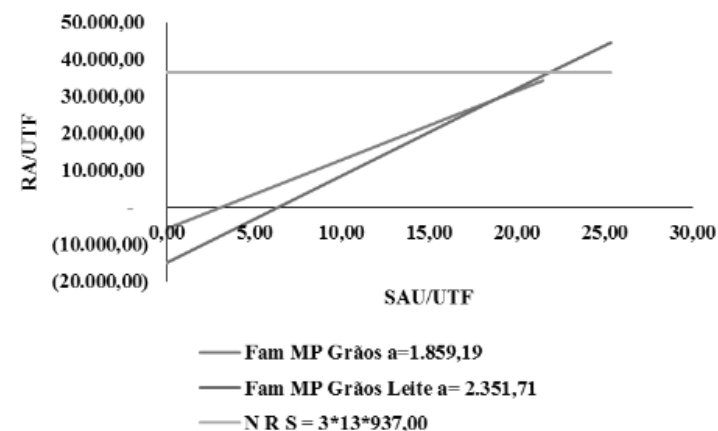
o nível de margem bruta. Produtores com gado de leite alcançam a margem bruta por hectare de R\$ 2.351,71, enquanto que a produção de grãos atinge R\$ 1.859,19 por hectare. Estes dados reforçam a importância da atividade leiteira nos sistemas de produção (VILELA; RESENDE, 2014).

Figura 4 - Unidades de produção dos tipos Patronal e Familiar Intensivo e Nível de Reprodução Social, Independência, RS.



Fonte: Os autores (2020).

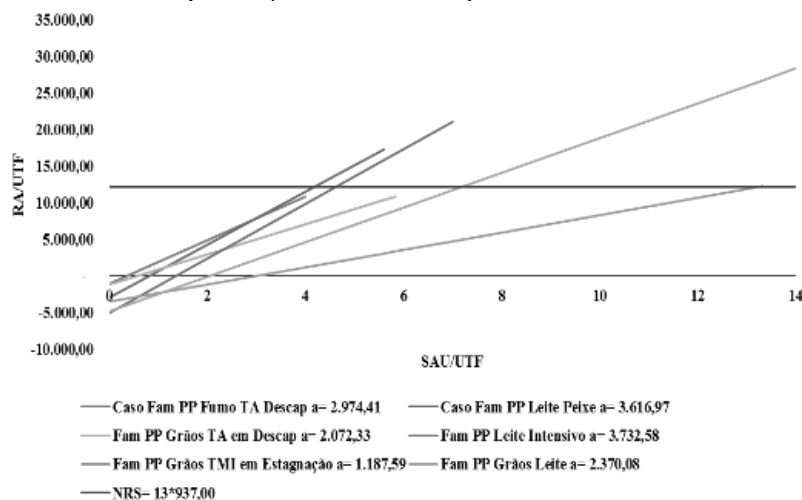
Figura 5 - Unidades de produção pertencentes aos tipos Familiar Intensivo e Nível de Reprodução Social, Independência, RS.



Fonte: Os autores (2020).

Entre os tipos de sistemas de produção de agricultores familiares, entretanto, percebe-se uma grande diferenciação em termos de desempenho econômico. Alguns tipos não atingem o nível de reprodução socioeconômica de um salário mínimo mensal proveniente das atividades agrícolas (Figura 6).

Figura 6 – Tipos de sistemas de produção Familiar de Pequeno Porte e Nível de Reprodução Social, Independência, RS.



Fonte: Os autores (2020).

O tipo de sistema de produção Familiar Grãos, Tração Mecanizada Incompleta (TMI), em Estagnação, gera R\$ 1.187,59 de margem bruta por hectare e não atinge o nível de reprodução social. Encontram-se em situação similar o tipo de sistema de produção Familiar Grãos, Tração Animal (TA) em descapitalização, e o caso de estudo Familiar Fumo em descapitalização. Destaca-se, aqui, a presença de agricultores familiares que ainda desenvolvem suas atividades de produção de grãos e fumo com o uso da tração animal. Miguel (2016) também constatou a estratificação social em que há, de um lado, a formação e consolidação de um segmento de agricultores familiares capitalizados e fortemente tecnificados, e de outro, segmentos consideráveis de agricultores familiares confrontados com um processo de exclusão e empobrecimento. Tal fator vai ao encontro de trabalhos realizados por outros autores (ANDRIOLI, 2008; ALTIERI, 2010).

Entre os sistemas de produção familiares, entretanto, existem dois sistemas e um tipo especial que atingem o nível de reprodução social. O sistema Familiar Leite Intensivo atinge a mais elevada margem bruta por hectare, com R\$ 3.723,58. O tipo Familiar Grãos e Leite atinge o nível de reprodução social, com uma margem bruta

de R\$2.370,08 por hectare. Enquanto que o estudo de caso, Familiar Leite e Peixe, atinge o nível de reprodução social, com R\$3.616,97 de margem bruta por hectare.

De dez tipos de sistemas de produção e três casos emergentes presentes no município, dois tipos e um caso emergente não atingem o nível de reprodução social. Isto significa que este público de produtores necessita de um olhar diferenciado para melhorar seus níveis de produção e qualidade de vida. Este estudo mostra, ainda, que quanto menor a área da unidade de produção, maior deve ser o nível de intensificação ou a adoção de atividades com maior potencial de geração de renda por unidade de área, com destaque para a produção leiteira, para se obter o nível de reprodução social. Estes dados dialogam com os resultados obtidos em outras pesquisas que identificaram a diversidade de sistemas presentes em um mesmo território (DUDERMEL, 1990; WUNSCH, 2015; SILVA NETO; BASSO, 2015; BASSO *et al.*, 2018; FRITZ FILHO, MIGUEL; FRITZ, 2018; CARBONERA *et al.*, 2020).

Entre os sistemas de produção estudados, observa-se que existem alguns sistemas com elevados níveis tecnológicos, e outros que não conseguem minimamente mecanizar seus processos de produção. Observa-se, também, enorme disparidade de renda agrícola, o que se reflete em elevadas desigualdades socioeconômicas entre os agricultores.

ANÁLISE TÉCNICA E POTENCIAL DE RENDA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

A partir da análise dos principais tipos e estudos de caso representativos dos sistemas de produção, foram identificadas possíveis limitações técnicas e realizadas proposições e/ou indicativos de aconselhamentos que podem auxiliar no desenvolvimento destes sistemas.

Sob o ponto de vista da produção vegetal, foram identificadas situações em que ocorrem deficiências de acompanhamento na realização e interpretação de análises de solo. Isso implica em aplicações de corretivos e fertilizantes em desacordo com a necessidade das culturas, afastando a possibilidade de um uso mais racional e eficiente destes produtos. Constatou-se, também, a existência de níveis baixos de teores de matéria orgânica que influenciam negativamente a atividade microbológica do solo e que, conseqüentemente, comprometem o potencial produtivo dos cultivos. Isso pode ser resolvido com a realização da análise periódica do solo, com a correta interpretação, e com o uso de corretivos e fertilizantes estritamente necessários.

A rotação de culturas também não vem acontecendo de forma eficiente, o que ocasiona a incidência de moléstias, insetos e plantas invasoras, e até mesmo contribui com a compactação e erosão do solo. Isto possibilita, assim, o surgimento de novas espécies de invasoras, com é o recente caso do capim rabo de burro

(*Schizachyrium microstachyum*), que ocorre nas lavouras (AMARANTE, *et al.*, 2019). A não realização de rotação de culturas está associada aos níveis elevados de renda obtidos pela cultura da soja. A cultura do milho, que seria a principal opção de rotação, apresenta maior sensibilidade a variações ambientais e instabilidade de preços do produto.

Outro aspecto muito importante diz respeito à utilização de agrotóxicos, pelos quais a dosagem, em muitos casos, está sendo utilizada em desacordo com as especificações técnicas do produto, além da não observação dos horários e condições climáticas recomendados para a aplicação. Existem produtos muito voláteis que acabam por não ter uma ação efetiva, além de prejudicar lavouras de vizinhos e poluir o meio ambiente. Este problema está relacionado, principalmente, ao uso do herbicida 2,4-D que teve seu uso ampliado nos últimos anos.

Na produção animal foram observados problemas relacionados especialmente à atividade leiteira, como ao manejo da ordenha, sanidade do rebanho, calendário de vacinação, manejo nutricional inadequado, conforto térmico animal, distribuição e lotação de animais em pastejo e em relação ao manejo reprodutivo. Neste aspecto, percebe-se carência de assistência veterinária que poderia resolver muitos dos problemas apontados.

Embora sobressaia-se os cultivos de soja, milho e trigo, outras espécies são cultivadas, como a aveia, a cevada, a linhaça, o girassol, canola, fumo e feijão. Em termos de criações, destacam-se a bovinocultura de leite e corte, e em menor proporção a piscicultura, com diferentes potenciais de renda (Tabela 3).

Verifica-se o elevado grau de intensificação da atividade leiteira que, nos sistemas de criação intensivos, obtém renda líquida superior aos R\$ 4.800,00 por hectare. No caso do *Compost barn*, segundo o estudo de caso aqui realizado, a renda pode chegar a R\$ 11.870,35 por hectare útil. Ganha destaque, ainda, a cultura do fumo, com R\$ 6.345,15 de renda por hectare. O estudo de caso com a piscicultura evidenciou elevado potencial econômico, com renda de R\$ 14.433,00 por hectare. As culturas de soja e milho também apresentam elevados desempenhos, quando conjugados os fatores de produtividade e preços elevados pode se aproximar de R\$ 2.000,00 de renda líquida por hectare.

Por outro lado, observa-se uma baixa contribuição econômica das culturas de inverno. A cultura do trigo apresenta uma variação de R\$ 160,00 a R\$ 413,00 de renda por hectare. Enquanto que a cultura da aveia apresentou um maior potencial de renda, com condições de chegar a R\$ 700,00. Neste cenário, chamou a atenção o desempenho da cultura da canola que, de acordo com o estudo de caso, alcançou um valor de R\$ 1.160,35 de renda por hectare.

Tabela 03 - Potencial de renda agrícola (RA) por unidade de área, Independência, RS.

Atividades	RA/ha Menor	RA/ha Maior
Cultura da Soja	1.537,60	1.967,55
Cultura do Trigo	161,87	413,70
Cultura da Aveia	2.89,47	694,56
Cultura do Milho	909,35	1.805,45
Cultura da Linhaça	586,65	786,90
Bovino cultura de Leite	2.218,10	4.821,60
Bovino cultura de Leite, <i>Compost Barn</i>		11.870,35
Bovino cultura de Corte		963,20
Cultura da Soja, Safrinha		1.229,80
Cultura da Cevada		307,00
Cultura da Canola		1.160,35
Cultura do Girassol		356,45
Cultura do Fumo		6.345,15
Cultura do Feijão		1.191,36
Piscicultura		14.433,00
Prestação de Serviços Máquinas		1.222,84
Subsistência		1.102,50

Fonte: Os autores (2020).

LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Uma questão que se destaca do ponto de vista do desenvolvimento diz respeito ao acentuado grau de dependência econômica da cultura de soja na maioria dos sistemas de produção praticados pelos agricultores. Para enfrentar isso, alguns agricultores estão vivendo um processo de conversão de seus sistemas de produção, com a inclusão de atividades que possuem maior potencial de geração de valor agregado e renda por unidade de área. Estes agricultores experimentam novas alternativas, como a integração lavoura-pecuária com a engorda de gado a pasto na estação do inverno, e a produção leiteira, as quais, quando combinadas com as atividades tradicionais, podem representar um rumo para projetos de desenvolvimento.

A análise da agricultura também demonstrou elevada disparidade entre os tipos

de sistemas de produção e os estudos de casos. De dez tipos de sistemas de produção e três casos emergentes presentes no município, dois tipos e um caso emergente não atingem o nível de reprodução social. Estes deveriam ter uma estratégia de intervenção para o processo de desenvolvimento, pois contrário tendem a arrendar ou vender suas terras e, com isto, abandonar a atividade agropecuária. Esta estratégia implica em avaliar as possibilidades de implementação de projetos de conversão e de intensificação dos sistemas de produção, ou melhoria das condições de trabalho e produção dos sistemas atualmente praticados.

O exame dos projetos de conversão e intensificação produtiva deve considerar a questão da formação técnica e gerencial dos agricultores e a garantia de serviços de assistência técnica, além de apoio nos processos de comercialização. Quanto aos produtores que se encontram melhor estruturados e em processo de acumulação de capital, a intervenção deve ser direcionada para a garantia de serviços de logística e de capacitação técnica e gerencial.

Outro aspecto relevante diz respeito a questão da sucessão, principalmente, nas unidades de produção familiar em que predominam agricultores e agricultoras com idade avançada, pois os filhos já não se interessam em assumir a propriedade. Uma das hipóteses desse desinteresse dos jovens em permanecer na agricultura pode estar relacionada à falta de perspectivas de uma renda e condições de vida condizente com suas expectativas. Esta realidade pode ser verificada em muitas das unidades de produção familiar.

Recomenda-se que o poder público municipal mantenha e acentue suas políticas e ações de apoio à agricultura através da Secretaria de Agricultura. Que priorize os tipos de agricultores acima referidos, visando consolidar seus sistemas de produção através de crédito, assistência técnica e apoio na estruturação de novos mercados para novas atividades, como podem ser a suinocultura, a piscicultura, olericultura, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo realizar o diagnóstico dos sistemas de produção e propor linhas estratégicas de desenvolvimento da agricultura de um pequeno município situado no interior de Rio Grande do Sul, através do estudo da evolução da agricultura, da leitura da paisagem e dos níveis de reprodução social dos agricultores.

A estrutura fundiária demonstrou uma acentuada concentração de agricultores familiares, em contraste à presença de limitadas unidades com grandes áreas. Predominam os cultivos de soja, milho e trigo, e as criações de bovino de leite e corte. A trajetória da agricultura passou por um processo de colonização, seguido

pela modernização, crise na produção de grãos e novo processo de desenvolvimento na virada do milênio. O município apresenta três regiões geográficas distintas, uma originária de campos, uma intermediária e outra de floresta, composta majoritariamente por agricultores familiares.

Foram identificados dez tipos de sistemas de produção e três estudos de casos emergentes. Entre eles, quatro tipos e um estudo de caso referem-se a sistemas patronais ou agricultores familiares intensivos, que apresentam renda agrícola mensal superior a dez salários mínimos mensais. Existem dois tipos familiares intensivos que atingem três salários mínimos mensais por unidade de trabalho, e, por fim, quatro tipos e dois estudos de casos de agricultores familiares. Entre estes, dois sistemas e um tipo especial atingem o nível de reprodução social: familiar leite intensivo; familiar grãos e leite; e o estudo de caso familiar leite e piscicultura.

Entretanto, o tipo de sistema de produção familiar grãos, tração mecanizada incompleta, em estagnação, não atinge o nível de reprodução social. Em situação similar, encontram-se o tipo de sistema de produção familiar grãos, tração animal, em descapitalização, e o estudo de caso familiar fumo, tração animal, em descapitalização. Destaca-se ainda, a presença de agricultores familiares que desenvolvem suas atividades de produção de grãos e fumo com o uso da tração animal.

Entre os sistemas de produção, portanto, observa-se que existem sistemas com elevados níveis tecnológicos e sistemas que não conseguem minimamente mecanizar seus processos de produção. Observa-se, também, enormes disparidades de renda agrícola, o que reflete em elevadas desigualdades socioeconômicas entre os agricultores. Em futuros trabalhos, podem ser incorporados aspectos subjetivos, objetivos e intersubjetivos como indicadores de análise da condição de bem viver.

Por fim, em termos de estratégias de desenvolvimento, deveriam ser priorizados os tipos de sistemas de produção e os estudos de casos que não conseguem atingir o nível de reprodução social, sob pena de abandonarem suas atividades agrícolas.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa. Ao Mestrado em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e aos professores e estudantes do curso de Agronomia da UNIJUÍ que coletaram e analisaram, preliminarmente, os dados. À Prefeitura Municipal de Independência, pelo apoio na realização das pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L.C.S.; SAMPAIO, C.A.C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 53, p.78-101, 2020.

ALTIERI, M.A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, v.13, n.16, p. 22-32, 2010.

AMARANTE, A. A. do; AGOSTINETTO, D.; SCHERER, C.; BIANCHI, M. A. Distinção de espécies de capim Rabo-de-Burro. **Boletim Técnico N° 72**. Santa Maria: Mais Soja, 2019.

ALVES, C.T.; TEDESCO, J.C. A revolução verde na mesorregião noroeste do RS (1960-1970). **Teoria e Evidência Econômica**, v.21, n. 45, p.257-281, 2015.

ANDRIOLI, A.I. Soja Orgânica Versus Soja Transgênica: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. **Contexto & Educação**, v. 23, n. 80, p. 195-122, 2008.

BASSO, N.; HENRIQUES, A. O.; UHDE, L.T.; CARBONERA, R. Diagnóstico e estratégias de desenvolvimento agrícola do município de Capão do Cipó, RS. **Brazilian Journal of Development**, v.4 , n. 6, p. 3268-3287, 2018.

BOUTTES, M.; BIZE, N.; MARÉCHAL, G.; MICHEL, G.; CRISTOBAL, M.S.; MARTIN, G. Conversion to organic farming decreases the vulnerability of dairy farms. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 39, n.19, 2019.

BREITENBACH, R.; FROEHLICH, J.M.; BRANDÃO, J.B. Estratégia emergencial reativa de desenvolvimento local: mobilização social para intensificação da produção leiteira. **Desenvolvimento em questão**, v.7, n.13, p.129-156, 2009.

BRUM, A.L. **Agribusiness**: coleção de educação à distância, série livro texto. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. 82 p.

CARBONERA, R.; FERNANDES, S.B.V.; OLIVEIRA, F.G. DE; MELLO, J.B.; UHDE, E.M.; RIGO, D.S. Diversidade de sistemas produtivos e sustentabilidade na agricultura. **Desenvolvimento Regional em debate**, v.10, n. 98-118, 2020.

DUDERMEL, T. **Brésil Meridional, les enjeux d'une agriculture en crise: capitalistes et paysans du Nort-Ouist do Rio Grande do Sul face aux bouleversements économiques**. Thèse (Doctorat), INAP-G. Paris, 1990. 336 f.

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas**. Trad. Vitor de Athayde Couto, Pref. René Dumont. Salvador: EDUFBA, 2010. 326 p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília, 1995.

FRITZ FILHO, L.F.; MIGUEL, L. DE A.; FRITZ, K.B.B. Diferenciação e dinâmica dos sistemas agrários do município de Passo Fundo, no Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em questão**, 16 (42), 301-341, 2018.

GAZOLLA, M.; LIMA, A.J.P. DE; BRIGNONI, C. Valor agregado em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs). **Desenvolvimento e Meio ambiente**, 49, 239-263, 2018.

IBGE. **Cidade Independência**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/independencia/panorama>. Acesso em: 14/06/2020.

LIMA, A. J. P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A. C.; MÜLLER, A. G. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 3.ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005.

LUCCA, E.J.; AREND, S.C. A pecuária leiteira e o desenvolvimento da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, 7 (3), 107-142, 2019.

MANTELLI, J. O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul. **Geosul**, 21 (41), 87-105, 2006.

MIGUEL, L.A. Apontamentos acerca da evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul, Brasil. In: **Anais ... do XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. SBSP: Pelotas. 2016. 20 p. Disponível em http://www.sbsp.org.br/z1files/pub/146843273253697_Lovois-de-Andrade-Miguel-atualizado-em-07-06-2016.pdf

MIGUEL, L.A. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018. 212 p.

PESSOA, K.; BRANDENBURG, A. Novos agentes no movimento ecológico na agricultura brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 38, n. 133, p. 83-96, 2017.

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento**: análise de um modelo de integração entre o regional e o global. Ijuí: Ed. UNIUI, 1999. 188p.

SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, v.21, n.3, p. 11-33, set/dez. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8390>. Acesso em: 18/8/2019.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010. 256 p.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org.) **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. 2ª ed. Ijuí: Ed. UNIUI, 2015. 336 p.

SOUSA e SILVA, G.; COSTA, E.; BERNARDO, F.A.; GROFF, F.H.S.; TODESCHINI, B.; SANTOS; D.V. DOS; MACHADO, G. Panorama da bovinocultura no Rio Grande do Sul. **Acta Scientiae Veterinariae**, v. 4, p.1215, 2014.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VILELA, D.; RESENDE, J. C. de. Cenário para a produção de leite no Brasil na próxima década. In: **Anais ... Simpósio sobre sustentabilidade da pecuária leiteira na Região Sul do Brasil**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2014.

WUNSCH, J. A. O diagnóstico do estabelecimento agrícola. In: Carbonera, R.; Fernandes, S. B. V.; Silva, J. A. G. **Sistemas agropecuários e saúde animal**. Ijuí, Editora UNIUI, p. 129-154, 2015.



Análise do uso e ocupação do solo de assentamentos de reforma agrária em Uberlândia/MG

Jandir Pereira Blasius¹Talita Teles Assunção²Rodolfo Busolin Alves dos Santos³Sander Faria Araújo⁴Fernando Vasconcelos Pereira⁵Katia Alcione Kopp⁶

RESUMO: O monitoramento do meio físico contribui para a seleção de práticas de manejo adequadas para manutenção da cobertura e qualidade do solo. Neste sentido, este trabalho teve por objetivo analisar o uso e ocupação do solo de Projetos de Assentamentos (PAs) de reforma agrária em Uberlândia/MG, a fim de identificar a produtividade agrícola e características de preservação ambiental. A metodologia consistiu no processamento de fotos aéreas e dados de campo. O uso e ocupação do solo dos PAs foi classificado em: produção vegetal, pastagem, Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Os resultados destacaram produção vegetal considerável, porém pouco diversificada. Os maiores índices de APP foram encontrados nos PAs Palma da Babilônia, Valci dos Santos, Canudos e Paciência. Somente os PAs José dos Anjos e Zumbi dos Palmares não atenderam ao índice mínimo estabelecido pelo Código Florestal para RL. De forma geral, foram verificados bons índices de preservação ambiental e produtividade agrícola nos PAs investigados.

PALAVRAS-CHAVE: Aerolevantamento; Geotecnologias; Produção vegetal; Reserva legal; Área de preservação permanente.

ANALYSIS OF THE USE AND OCCUPANCY OF THE LAND OF AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN UBERLÂNDIA/MG

¹ Doutorando e Mestre em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) E-mail: jandirblasius@gmail.com

² Doutoranda no Programa de Ciências Ambientais na Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: talitamineracao@gmail.com

³ Mestre em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)E-mail: rodolfo_busolin@hotmail.com

⁴ Especialista em Saúde e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Tecnólogo em Gestão ambiental pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). E-mail: sanderfaria84@gmail.com

⁵ Mestre em Agricultura e Informações Geoespaciais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Email: nandovasconcelosp@gmail.com

⁶ Professora adjunta do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Goiás e professora colaboradora do curso de Educação Intercultural de Formação Superior de Professores Indígenas, Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestra em Zoologia de Vertebrados pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Bióloga pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: kakopp@gmail.com

ABSTRACT: The monitoring of the physical environment contributes to the selection of adequate management practices to maintain soil coverage and quality. In this sense, this work aimed to analyze the use and occupation of land in agrarian reform Settlement Projects (PAs) in Uberlândia/MG, in order to identify agricultural productivity and characteristics of environmental preservation. The methodology consisted of processing aerial photos and field data. The use and occupation of land in the PAs was classified in: vegetable production, pasture, Permanent Preservation Area (APP) and Legal Reserve (RL). The results highlighted considerable plant production, but little diversified. The highest APP indices were found in the PAs Palma da Babilônia, Valci dos Santos, Canudos and Paciência. Only the PAs José dos Anjos and Zumbi dos Palmares did not meet the minimum index established by the Forest Code for RL. In general, good levels of environmental preservation and agricultural productivity were verified in the investigated PAs.

Keywords: Aerial photos; Geotechnologies; Vegetables production; Legal reserve; Permanent preservation area.

INTRODUÇÃO

Assentamento rural é definido como um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo governo, a fim de tornar as terras de latifúndios sem uso em unidades produtivas (INCRA, 2016). Ainda, a Lei nº 12.651/2012, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal Brasileiro - define assentamentos rurais como pequenas propriedades ou posse rural, que são exploradas mediante o trabalho do agricultor/empreendedor familiar (BRASIL, 2012).

Os procedimentos legais para criação de assentamentos rurais estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008 e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão federal responsável pelo seu estabelecimento e pela definição de critérios para distribuição das terras.

Os assentamentos podem ser divididos em dois grupos: os criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PAs), que incluem os ambientalmente diferenciados e o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS); e os implantados por instituições governamentais e reconhecidos pelo INCRA, para acesso às políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA (INCRA, 2016).

Para estabelecimento de um assentamento rural é necessário conhecer as particularidades e potencialidades dos componentes ambientais e socioeconômicos das áreas. A implantação de assentamentos intensifica a pressão exploratória sobre os recursos naturais e o meio ambiente (LIMA CHAVES; OLIVEIRA LIMA, 2021).

Geralmente, as glebas não possuem o percentual mínimo de área de Reserva Legal (RL) exigido pelo Código Florestal Brasileiro. Sendo assim, o Art. 12º desta Lei permite computar as áreas de Reserva Legal (RL) em regime coletivo, de acordo com a área do imóvel antes de ser fracionado (BRASIL, 2012). Este artifício possibilita a constituição de uma única RL para o assentamento, promovendo a proteção da biodiversidade e melhoria da qualidade ambiental.

Para garantia do cumprimento da legislação é necessário monitorar o uso e ocupação do solo nos assentamentos rurais, uma vez que o manejo inadequado infere na manutenção da qualidade de sua cobertura. O monitoramento pode ser realizado com o uso de geotecnologias, como a análise e interpretação de imagens, que permite avaliar a cobertura e uso do solo e gerar diagnósticos ambientais preliminares. Os diagnósticos orientam a distribuição das terras de acordo com o método de produção familiar e auxiliam no planejamento de possíveis intervenções na área (BARROS *et al.*, 2018).

O processamento digital e a classificação das imagens de aerolevante fornecem informações detalhadas sobre determinada área. Os mapas de uso e cobertura do solo destacam informações sobre áreas de pastagem, agricultura, vegetação nativa, cursos de rios, feições geológicas e demais recursos naturais. Ainda, possibilitam a identificação de áreas de riscos causados pela dinâmica natural ou por forças antrópicas, identificação de áreas intensamente degradadas, bem como a variação temporal da paisagem e do uso e ocupação do solo.

Diversos trabalhos destacam a qualidade de dados obtidos através de geotecnologias, consideradas como ferramentas promissoras, pela facilidade e agilidade na captação e extração de informações em escalas locais e regionais (SANTOS; PETRONZIO, 2011; REZENDE *et al.*, 2011; OLIVEIRA *et al.*, 2013; COSTA *et al.*, 2016; BARROS *et al.*, 2018).

Nesse sentido, o presente trabalho teve o objetivo de analisar o uso e ocupação do solo dos 15 (quinze) PAs de reforma agrária existentes no município de Uberlândia - MG e verificar índices de produção vegetal e características de preservação ambiental.

APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

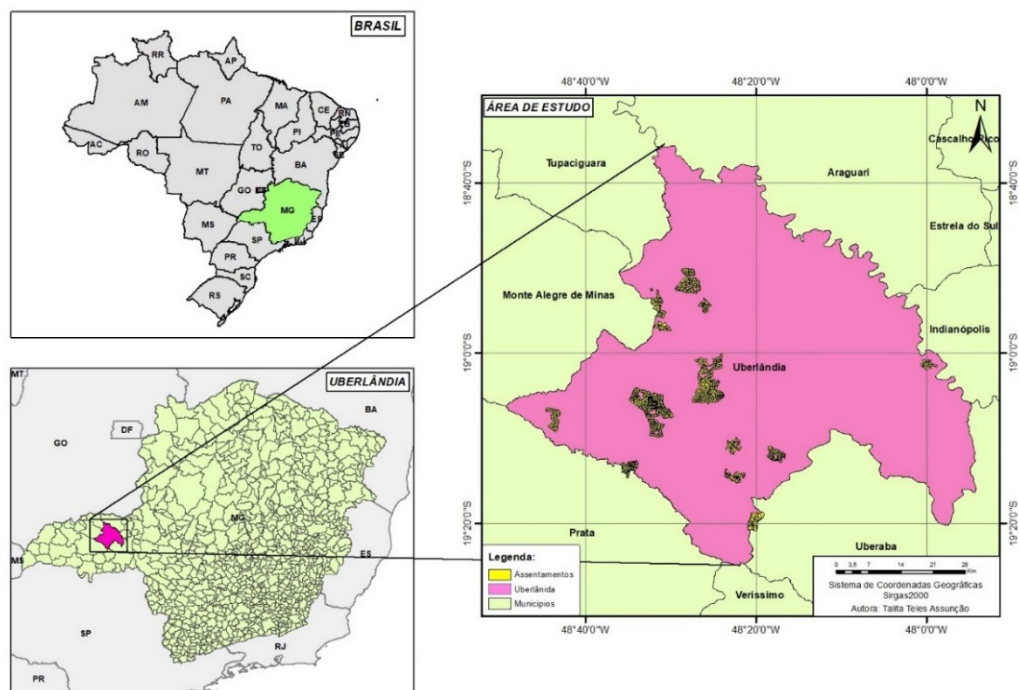
O estudo foi realizado em 15 (quinze) PAs, que são compostos por 857 lotes (Figura 1), distribuídos na extensão territorial do município de Uberlândia - MG. Este é o segundo maior município do estado e está localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro, entre as coordenadas 18°54'41,90" S e 48°15'21,63" W.

O município possui uma área total de 4.115,09 km², sendo que 219 km² correspondem à região da zona urbana e 3.896,82 km² a zona rural (PMU, 2019).

A área municipal é coberta por vegetação natural (18%), agricultura (27%), silvicultura (4,2%), pastagens (45%), zona urbana (4,8%) e 1% é referente aos corpos hídricos (SANTOS; PETRONZIO, 2011).

A geologia local é composta basicamente por rochas ígneas extrusivas, sedimentares e metamórficas. Por estar inserido na Bacia do Paraná, do tipo intracratônica, possui um embasamento do tipo cratônico e está associado a um corpo de rocha basáltica, da Formação Serra Geral que constitui uma sucessão de derrames basálticos, intercalados com as litofácies das partes mais inferiores da bacia sedimentar (MILANI; RAMOS, 1998). Nos PAs, objetos de estudo, há ocorrência de rochas da Formação Vale do Rio do Peixe e Formação Marília, com a presença de arenitos eólicos e laminitos arenosos, respectivamente, inseridos na borda leste da Bacia Bauru (RIBEIRO, 2001; FERNANDES; COIMBRA, 2000).

Figura 1 - Mapa de localização dos Projetos de Assentamentos Rurais localizados no município de Uberlândia – MG.



Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o Mapa de Solos do Estado de Minas Gerais (Folha 02), o solo do município de Uberlândia está representado em menor área territorial pelas classes: Cambissolo Háplico Tb Eutrófico e Argissolo Vermelho-amarelo

Eutrófico, que estão associados às rochas do Grupo Araxá e da Sequência Maratá, e Latossolo Vermelho Distrófico; e em maior área, por Latossolos Vermelho Distrófico e Vermelho-amarelo Distrófico, devido à predominância de rochas do tipo basáltica, da Formação Serra Geral (FEAM, 2010).

De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, os latossolos são solos bem desenvolvidos, geralmente muito profundos e típicos de regiões tropicais e equatoriais (SANTOS *et al.*, 2018). No caso dos solos de Uberlândia, sua origem é atribuída aos basaltos da Formação Serra Geral e às condições climáticas tropicais da região e do intemperismo. Este contexto gerou um solo rico e com potencial para agricultura, visto que as áreas mais adequadas para plantio são compostas por Latossolos Vermelho-amarelo, pela disponibilidade de micro e macronutrientes.

Os dados utilizados no desenvolvimento do presente estudo foram coletados em junho de 2016 pela empresa: GI Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento, situada na cidade de Itumbiara – GO. Os dados foram tratados em 2020 e consistiam em: fotos aéreas georreferenciadas, demarcações dos assentamentos, da zona urbana, drenagens, identificação da produção vegetal, pastagens e dados de campo.

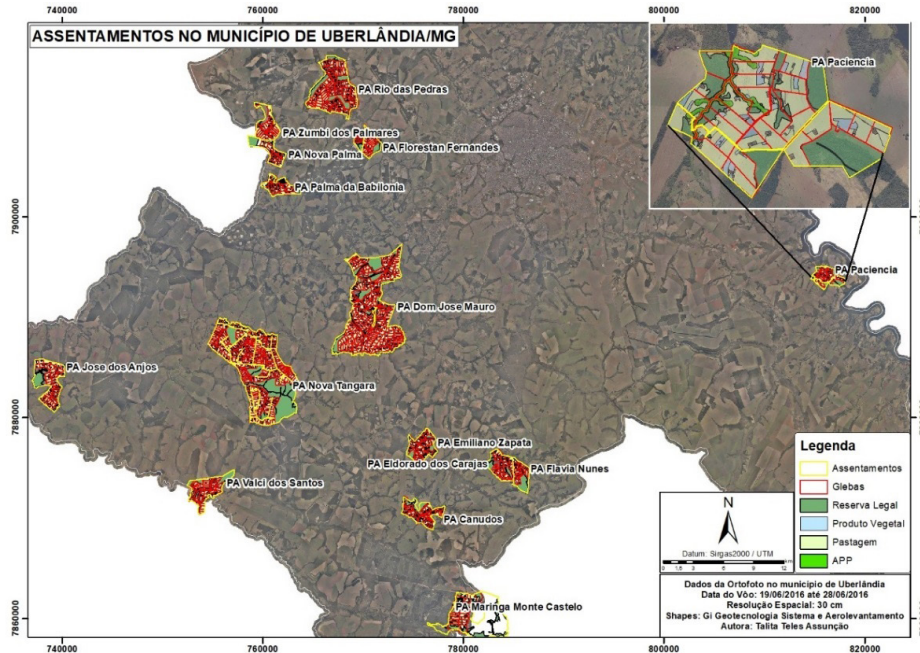
Para obtenção das imagens aéreas foi utilizado o posicionamento relativo cinemático em tempo real – RTK (da sigla do inglês, *Real Time Kinematic*), para que os dados fossem processados em tempo real, através da técnica de resolução de ambiguidades OTF (da sigla do inglês, *On the Fly*), que consiste no ajuste dos dados pela recuperação de ciclos durante o deslocamento da antena de recepção, com a coleta de dados na estação de referência e transmissão para o receptor móvel via rádio (MONICO, 2008).

No posicionamento em tempo real, a estimativa da posição da estação de interesse ocorre praticamente no mesmo momento em que os dados são coletados. No período pós-processado, as posições dos pontos coletados são estimativas geradas após a coleta de dados (HOFMANN-WELLENHOF *et al.*, 1997). Com o uso da tecnologia RTK os levantamentos topográficos tradicionais apresentam vantagens pela possibilidade de adquirir informações de campo em tempo real (RIBAS; THUM, 2014).

Na Figura 2 é apresentado o mapa de localização dos PAs do município de Uberlândia – MG, bem como a demarcação das áreas de RL, APP, pastagem e produção vegetal. Os PAs abordados foram: Fazenda Douradinho, Canudos, Eldorado dos Carajás, Emiliano Zapata, Flávia Nunes, Florestan Fernandes, José dos Anos, Maringá-Monte Castelo, Nova Tangará, Nova Palma, Paciência, Palma da Babilônia, Rio das Pedras, Valci dos Santos e Zumbi dos Palmares.

Os dados georreferenciados foram processados no software livre QGIS, versão 3.10.2 (QGIS DEVELOPMENT TEAM, 2019).

Figura 2 - Mapa de localização e demarcações territoriais dos Projetos de Assentamentos no município de Uberlândia-MG.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise e interpretação dos dados de uso e ocupação do solo permitiu a classificação das áreas dos PAs em quatro categorias: produção vegetal (dividida em 19 sub-categorias), pastagem, RL e APP.

Os parâmetros de áreas de RL e APP foram discutidos e comparados com o trabalho de Maywald e Marçal Júnior (2013), que também utilizaram os PAs do município de Uberlândia/MG como objeto de estudo, e com o Código Florestal Brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados referentes à categoria “produtos vegetais” cultivados nos diferentes PAs de Uberlândia/MG foram agrupados na Tabela 1. A categoria “NI: Não Informado” refere-se às glebas, em que não foi possível a especificação dos produtos vegetais cultivados. Sendo assim, 145,5 ha (15,7%) de terras com produção vegetal não foram especificadas.

Os PAs Maringá-Monte Castelo, Nova Palma, Valci dos Santos e Zumbi dos Palmares possuem áreas que transpassam os limites do município estudado. Portanto, a análise das áreas de cultivo de produção vegetal foi realizada apenas dentro do limite municipal.

Os PAs Maringá-Monte Castelo e Zumbi dos Palmares não prestaram informações durante o levantamento dos dados ou não utilizam de forma diversificada suas áreas territoriais para cultivo das categorias vegetais investigadas.

No PA Palma da Babilônia foi identificado apenas o cultivo de eucalipto em torno de 35,52% da sua área total. Enquanto, no PA Valci dos Santos é realizado o plantio de hortaliças em uma área equivalente a 2,34% da sua área total de cultivo, apenas.

No PA Nova Palma é predominante o cultivo de banana (63,09%) e de eucalipto (35,49%). Este PA apresenta baixa diversidade de produtos vegetais, porém utiliza aproximadamente 99% de sua área disponível para cultivo.

No PA Dom José Mauro mais da metade da área de cultivo é utilizada para a produção de milho (30,21%) e eucalipto (29,02%), enquanto outros produtos vegetais apresentam menor área de cultivo, tais como: cana de açúcar (11,19%), hortaliças (6,07%), maracujá (5,18%), banana (3,13%), guariroba (2,12%), capineira (1,31%), pomares (0,19%) e manga (0,08%). Esse foi o único PA identificado que cultiva manga, em uma área total de 0,2 ha.

O PA Eldorado dos Carajás utiliza mais da metade da sua área de cultivo para a produção de mandioca (67,62%), seguido por eucalipto (9,56%), cana de açúcar (4,68%), limão (3,65%) e hortaliças (3,63%).

O PA Emiliano Zapata possui 46,82% da sua área de cultivo destinada à produção de hortaliças, enquanto a produção de eucalipto ocupa uma área de 34,79% do total da área voltada à produção vegetal. Este é o único PA que produz sorgo e melancia, com área de 7,55% e 4,13%, respectivamente. Ainda, produz milho (3,54%) e mandioca (1,17%).

O PA José dos Anjos possui 81,66% de sua área utilizada apenas para o cultivo de eucalipto. Também produz outras culturas, em menores proporções, como hortaliças (6,09%), cana de açúcar (3,27%), maracujá (1,85%), capineira (1,76%) e mandioca (1,02%).

O PA Nova Tangará produz alta variedade de produtos vegetais devido ao número elevado de glebas. Este PA destina uma área de 70,73% do total, para o cultivo de eucalipto. Também produz hortaliças (6,71%), milho (2,14%), maracujá (2,01%), mandioca (1,59%), capineira (1,07%), cana de açúcar (0,75%) e pomares (0,74%). É o único assentamento que produz café e pimenta, com áreas de 0,51% e 0,21%, respectivamente.

Tabela 1 - Produtos vegetais cultivados nos Projetos de Assentamentos de reforma agrária em Uberlândia/MG.

PRODUTOS VEGETAIS	PROJETOS DE ASSENTAMENTOS																TOTAL	
	Canudos		Dom José Mauro		Eldorado dos Carajás		Emiliano Zapata		Flavia Nunes		Florestan Fernandes		José dos Anjos		Maringá-Monte Castelo		ha	%
	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	ha	%
Madeira	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2,3	0,3
Cultivo misto	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6,5	0,7
Banana	--	--	6,9	3,1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	12,6	1,4
Café	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2,1	0,2
Cana	0,8	7,1	24,7	11,2	0,4	4,7	--	--	--	--	0,7	3,9	2,2	3,3	--	38,5	4,2	
Capineira	--	--	2,9	1,3	--	--	--	--	--	--	--	--	1,2	1,8	--	10,5	1,1	
Eucalipto	2,3	18,9	64,1	29,0	0,8	9,6	9,9	34,8	--	--	5,8	32,2	55,4	81,7	--	449,8	48,6	
Guariroba	--	--	4,7	2,1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6,2	0,7	
Hortaliça	6,8	56,9	13,4	6,1	0,3	3,6	13,3	46,8	2,0	9,0	7,8	42,8	4,1	6,1	--	102,1	11,0	
Limão	--	--	--	--	0,3	3,9	--	--	0,2	1,0	--	--	--	--	--	2,2	0,2	
Mandioca	--	--	--	--	6,0	67,6	0,3	1,2	0,3	1,6	--	--	0,7	1,0	--	18,6	2,0	
Manga	--	--	0,2	0,1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,2	0,0	
Maracujá	--	--	11,5	5,2	--	--	--	--	--	--	2,6	14,3	1,3	1,9	--	25,9	2,8	
Melancia	--	--	--	--	--	--	1,2	4,1	--	--	--	--	--	--	--	1,2	0,1	
Milho	--	--	66,7	30,2	--	--	1,0	3,5	--	--	--	--	--	--	--	94,1	10,2	
NI	2,1	17,1	25,3	11,4	0,9	10,6	0,6	2,0	19,4	88,5	1,4	7,8	2,9	4,3	8,8	100,0	145,5	15,7
Pimenta	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,9	0,1	
Pomar	--	--	0,4	0,2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3,8	0,4	
Sorgo	--	--	--	--	--	--	2,2	7,6	--	--	--	--	--	--	--	2,2	0,2	
TOTAL	11,98		220,91		8,86		28,41		21,87		18,31		67,86		8,8		925,24	100,00

*A: área total de cultivo do assentamento em hectares; PA: percentual de área utilizada para cultivo de produtos vegetais; NI: Não Informado.

Fonte: Elaborado pelos autores. ▶▶

Tabela 1 - Produtos vegetais cultivados nos Projetos de Assentamentos de reforma agrária em Uberlândia/MG (cont.).

PRODUTOS VEGETAIS	PROJETOS DE ASSENTAMENTOS															TOTAL	
	Nova Palma		Nova Tangará		Paciência		Palma da Babilônia		Rio das Pedras		Valci dos Santos		Zumbi dos Palmares		ha	%	
	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)	A (ha)	PA (%)			
Madeira	--	--	--	--	2,3	11,3	--	--	--	--	--	--	--	--	2,3	0,3	
Cultivo misto	--	--	--	--	6,5	31,2	--	--	--	--	--	--	--	--	6,5	0,7	
Banana	5,4	63,1	--	--	0,3	1,4	--	--	--	--	--	--	--	--	12,6	1,4	
Café	--	--	2,1	0,5	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2,1	0,2	
Cana	--	--	3,2	0,8	1,2	5,6	--	--	5,3	6,9	--	--	--	--	38,5	4,2	
Capineira	--	--	4,5	1,1	1,1	5,4	--	--	0,8	1,0	--	--	--	--	10,5	1,1	
Eucalipto	3,0	35,5	296,9	70,7	5,6	27,0	2,0	35,5	4,0	5,1	--	--	--	--	449,8	48,6	
Guariroba	--	--	--	--	--	--	--	--	1,5	2,0	--	--	--	--	6,2	0,7	
Hortaliça	--	--	28,2	6,7	1,9	9,2	--	--	24,1	31,4	0,1	2,3	--	--	102,1	11,0	
Limão	--	--	1,7	0,4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2,2	0,2	
Mandioca	--	--	6,7	1,6	1,0	5,1	--	--	3,5	4,6	--	--	--	--	18,6	2,0	
Manga	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,2	0,0	
Maracujá	--	--	8,5	2,0	--	--	--	--	2,1	2,8	--	--	--	--	25,9	2,8	
Melancia	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1,2	0,1	
Milho	--	--	9,0	2,1	--	--	--	--	17,3	22,5	--	--	--	--	94,1	10,2	
NI	0,1	1,4	55,0	13,1	0,8	3,9	3,6	64,5	17,9	23,3	3,7	97,6	3,0	100,0	145,5	15,7	
Pimenta	--	--	0,9	0,2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,9	0,1	
Pomar	--	--	3,1	0,7	--	--	--	--	0,3	0,4	--	--	--	--	3,8	0,4	
Sorgo	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2,2	0,2	
TOTAL	8,557		419,734		20,687		5,515		76,829		3,827		2,987		925,24	100,00	

*A: área total de cultivo do assentamento em hectares; PA: percentual de área utilizada para cultivo de produtos vegetais; NI: Não Informado.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O PA Paciência é o único assentamento que possui área de corte de madeira (11,34%) e cultivo misto (31,18%), além de possuir plantações de eucalipto com área de 26,98%. Ainda, cultiva hortaliças (9,17%), cana de açúcar (5,57%), capineira (5,39%), mandioca (5,06%) e banana (1,35%).

OPARio das Pedras possui 31,41% da sua área total de cultivo destinado à produção de hortaliças e 22,48% de milho. Possui também outras variedades de cultivo em menores áreas, tais como: cana de açúcar (6,88%), eucalipto (5,14%), mandioca (4,55%), maracujá (2,79%), guariroba (1,96%), capineira (1,04%) e pomares (0,36%).

A diversificação na produção de alimentos e o cultivo de plantas alimentícias não convencionais denotam, além da preocupação ambiental, o resgate de espécies tradicionais, que podem ser fonte de renda para os pequenos agricultores (LIMA CHAVES; OLIVEIRA LIMA, 2021).

De forma geral, foi verificado que cerca da metade da área total de cultivo dos PAs é destinada ao plantio de eucalipto (48,62%), seguido pelo plantio de hortaliças (11,03%), milho (10,17%), cana de açúcar (4,17%) e maracujá (2,8%) e outras culturas em percentuais menores. Portanto, a produção vegetal não foi considerada diversificada.

Nesse sentido, Vinha e Schiavinatto (2015) salientam que o aumento da produção, a diversificação e a melhoria na qualidade dos produtos poderiam gerar benefícios comerciais, com geração de renda e melhorias na alimentação local e dos consumidores finais.

Na Tabela 2 são agrupados os dados referentes às áreas de cada PA, com as respectivas áreas das glebas, de cultivo (produto vegetal), de RL, de pastagem e de APP. Os dados apresentados foram demarcados pelo processo de interpretação de imagem e confirmados pelo trabalho de campo.

Os PAs que possuem maior número de glebas são: Dom José Mauro e Nova Tangará, que também possuem as maiores extensões territoriais e áreas de cultivo.

Dentre todos os PAs, apenas três utilizam mais que 5% de sua área total para a produção vegetal: Nova Tangará (8,3%), José dos Anjos (6,7%) e Flávia Nunes (5,2%). No total, há o uso de 925 ha para a produção vegetal, que representa 4,6% do total das áreas dos assentamentos.

Com exceção dos PAs Maringá-Monte Castelo (que possui grande parte de seu território em outro município) e Flávia Nunes, os demais utilizam mais de 40% da sua área total para a pastagem, com destaque para os PAs: Zumbi dos Palmares (65,1%), Dom José Mauro (61,6%), José dos Anjos (61,4%) e Rio das Pedras (60,2%) que possuem mais de 60% do seu território destinado para a pastagem. Do total, mais de 10.450 ha, que representa 51,98% do total das áreas dos assentamentos, são destinadas para a pecuária local. Esta atividade fornece alimento aos agricultores (pecuária de corte), bem como renda pela venda de gado de corte, leite e seus derivados (NEVES; SCHMITZ, 2021).

De acordo com o Código Florestal Brasileiro - Art. 12º (inciso I c), os imóveis rurais devem possuir 20% da área total do imóvel constituído de RL (área com cobertura de vegetação nativa).

Os assentamentos são projetos criados que dividem uma área em diversas glebas. Geralmente, as glebas não atendem ao disposto no Código Florestal Brasileiro quanto a área de RL. Sendo assim, o Art. 12º estabelece que em caso de fracionamento do imóvel rural, será considerada a área do imóvel antes do fracionamento.

Sendo assim, apenas os PAs José dos Anjos e Zumbi dos Palmares não atingem os 20% de RL disposto na legislação vigente, os quais possuem 18,4% e 7,2%, respectivamente.

Os PAs que possuem o maior percentual de RL são Flávia Nunes (45,3%), Emiliano Zapata (43,5%) e Nova Palma (42,2%). Entretanto, suas áreas de RL são menores quando comparado com os PAs Dom José Mauro e Nova Tangará que possuem 986,35 ha e 1.658,92 ha, respectivamente. Isto ocorre devido à diferença de tamanho das áreas.

Os demais PAs possuem de 20% a 40% de suas áreas definidas como RL, que equivale a 28,79% da área total dos assentamentos e ocupa cerca de 5.786,77 ha.

Em relação às APP, que são “áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade (...)” (BRASIL, 2012), o Código Florestal Brasileiro não apresenta valores de referência, apenas instruções de como as APP devem ser demarcadas.

Nesse quesito, os PAs que possuem as maiores percentuais de APP com referência à área total de cada PA são: Palma da Babilônia (7,6%), Valci dos Santos (6,9%), Canudos (6,3%) e Paciência. Enquanto, os PAs que possuem as maiores áreas de APP em hectares são: Nova Tangará com 146,4 ha, Dom José Mauro 130 ha e Rio das Pedras 100 ha. No geral, as APP representam apenas 3,66% da área total dos assentamentos (734,97 ha). Este estudo analisou dados de demarcação de APP, porém não fez diferenciação sobre o estado de conservação, uma vez que a APP é definida independente do seu estado de proteção ou grau de sucessão ecológica em que se apresenta.

Vale ressaltar que conforme disposto no Art. 15º do Código Florestal Brasileiro, é permitido computar as APP no cálculo percentual da RL, desde que: não implique na conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo; que a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação; e o proprietário ou possuidor tenha requerido inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR). Mesmo assim, os PAs José dos Anjos e Zumbi dos Palmares não atingem o percentual estabelecido pela legislação, com índices de 19,2% e 11,9%, respectivamente.

Tabela 2 - Área total, número de glebas, área das glebas, áreas e porcentagem de terras destinadas para produção vegetal, reserva legal, pastagem e áreas de proteção permanente dos Projetos de Assentamentos rurais em Uberlândia/MG.

Projetos de assentamentos	Área total (ha)	Número de glebas	Área das glebas (ha)	Produto Vegetal (ha)	Produto Vegetal (%)	Reserva Legal (ha)	Reserva Legal (%)	Pastagem (ha)	Pastagem (%)	APP (ha)	APP (%)
Canudos	667,65	25	496,342	11,988	1,8	227,280	34,0	345,741	51,8	42,277	6,3
Dom José Mauro	4468,51	207	3411,076	220,918	4,9	986,359	22,1	2.753,036	61,6	130,096	2,9
Eldorado dos Carajás	596,90	24	396,672	8,862	1,5	149,440	25,0	315,599	52,9	32,210	5,4
Emiliano Zapata	645,11	25	477,40	28,481	4,4	280,827	43,5	267,812	41,5	33,709	5,2
Flávia Nunes	417,48	15	238,949	21,879	5,2	189,244	45,3	145,097	34,8	18,644	4,5
Florestan Fernandes	495,09	23	361,414	18,312	3,7	175,833	35,5	232,520	47,0	14,964	3,0
Jose dos Anjos	1013,40	47	767,852	67,863	6,7	186,401	18,4	622,676	61,4	7,924	0,8
MMC*	2116,04	23	798,443	8,803	0,4	634,047	30,0	367,355	17,4	37,857	1,8
Nova Palma*	445,23	15	323,065	8,557	1,9	188,022	42,2	185,803	41,7	25,541	5,7
Nova Tangará	5045,00	252	3780,424	419,734	8,3	1.658,922	32,9	2.818,257	55,9	146,403	2,9
Paciência	460,39	30	382,914	20,687	4,5	143,855	31,2	265,043	57,6	28,261	6,1
Palma da Babilônia	465,34	14	372,126	5,515	1,2	167,025	35,9	217,841	46,8	35,231	7,6
Rio das Pedras	1907,84	89	1533,497	76,829	4,0	465,062	24,4	1.148,680	60,2	100,007	5,2
Valci dos Santos*	813,99	45	617,627	3,827	0,5	294,959	36,2	409,527	50,3	55,951	6,9
Zumbi dos Palmares*	545,23	24	427,467	2,987	0,5	39,499	7,2	355,086	65,1	25,896	4,7
TOTAL	20.103,204	858	14.385,268	925,240	4,6	5.786,775	28,79	10.450,073	51,98	734,971	3,66

*Possuem limites que transpassam o município de Uberlândia – MG. APP: Área de Preservação Permanente; MMC: Maringá Monte Castelo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entretanto, o Art. 54º dispõe que para cumprimento da manutenção da RL nos imóveis de assentamentos rurais e agricultura familiar (Art. 3º - inciso V) é possível contabilizar as áreas de plantio de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais (composta por espécies exóticas), cultivadas em sistema intercalar ou consórcio com as espécies nativas (BRASIL, 2012).

Sendo assim, o PA José dos Anjos possui 19,2% de áreas de RL (juntamente com APP) + 6,7% de sua produção vegetal, que resulta em um montante de 25,9% (considerando toda produção e não somente o cultivo de eucalipto). Entretanto, considerando que metade da área de cultivo dos PAs é voltada para a monocultura de eucalipto, esta conversão não é válida, pois na somatória de RL o sistema de cultivo deve estar atrelado à práticas agroecológicas.

Mesmo com esta “brecha” na legislação, o PA Zumbi dos Palmares não atinge o valor mínimo estabelecido e contabiliza um total com 12,4% de sua área classificada como RL. Para adequação, este PA pode firmar parceria através de programas de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente, como o Programa Buriti, que foi criado pela Lei Municipal nº 12.736, de 10 de julho de 2017, que possui o objetivo de proteger, recuperar nascentes e realizar plantio de matas ciliares.

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006) apresenta princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica (BRASIL, 2006). Logo, os assentamentos podem utilizar os insumos das áreas de RL e APP para consumo ou para comércio de modo sustentável, como consta no Art. 20º do Código Florestal Brasileiro.

Os PAs do município de Uberlândia apresentaram certa variedade na produção vegetal, principalmente hortaliças, que podem ser vendidas em feiras livres e/ou participar do Programa de Agricultura Familiar de Uberlândia, que promove o desenvolvimento econômico local e renda para os pequenos agricultores, além de garantir alimento saudável às famílias, escolas e entidades filantrópicas atendidas. Provavelmente, a variabilidade das atividades produtivas estejam associadas ao histórico do uso da terra, que produziu um mosaico de paisagens com distintas coberturas vegetais (NEVES; SCHMITZ, 2021).

Os pequenos produtores ou produtores da agricultura familiar são os principais geradores de alimentos que chegam até a mesa dos brasileiros, que representa mais de 60% dos alimentos gerados e consumidos no país (MITIDIERO JUNIOR *et al.*, 2017).

Outra possibilidade é a participação dos agricultores rurais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é reconhecido como um instrumento de política pública voltada à promoção do desenvolvimento local,

social e econômico de pequenos agricultores familiares e pela segurança alimentar e nutricional da comunidade (NASCIMENTO *et al.*, 2021).

A Prefeitura de Uberlândia possui diversos programas e presta serviços aos produtores rurais, como: manutenção das estradas rurais, incentivo à produção agroecológica, empréstimo de maquinários e auxílio técnico, doação de mudas e acesso à programas de conservação do solo.

Maywald e Marçal Junior (2013) também estudaram os PAs de Uberlândia, porém alguns PAs foram criados após 2013 e não foi incluído o PA Dom José Mauro, por exemplo. Os autores destacaram um percentual de RL total de 20,23%, valor inferior ao encontrado no presente estudo (28,79%). Entretanto, a porcentagem de APP (5,65%) foi superior ao encontrado no presente estudo (3,66%). Esta disparidade pode estar associada à diferença do número de assentamentos analisados em cada estudo. Cabe ressaltar que as APP analisadas não fazem diferenciação quanto ao grau de conservação, uma vez que sua definição não considera este critério.

A divergência entre os trabalhos também pode ser explicada pela interpretação de RL e APP e pela fonte de dados, uma vez que Maywald e Marçal Junior (2013) utilizaram dados do INCRA e o presente estudo, da empresa GI Geotecnologia Sistema e Aerolevanteamento, com a inclusão de dados atualizados do INCRA.

O município de Uberlândia possui 10 parques (9 municipais e 1 estadual), três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), e duas Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Desconsiderando a ARIE do Lago da Hidrelétrica de Miranda, os parques e reservas possuem juntos cerca de 3.154,63 ha de áreas protegidas, enquanto as áreas protegidas dos PAs possuem mais que o dobro deste montante (6.521,74 ha). Dessa forma, áreas de RL e APP dos assentamentos contribuem expressivamente para a manutenção e conservação do meio ambiente no município.

CONCLUSÕES

Diante ao exposto, este trabalho realizou a análise do uso e ocupação do solo dos 15 (quinze) PAs de reforma agrária existentes no município de Uberlândia/MG e identificou as áreas destinadas para produção vegetal, pastagens e APP e RL.

A produção vegetal dos assentamentos Maringá-Monte Castelo e Zumbi dos Palmares não foi analisada pela falta de informações prestadas durante o levantamento de dados. Os demais PAs apresentaram produção vegetal considerável, porém pouco diversificada. Da área total dos PAs analisados, mais da metade é destinada para o plantio de eucalipto e pastagens e com menor representatividade, em ordem: hortaliças, milho, cana de açúcar, maracujá e outras

culturas. O predomínio de cultivo de eucalipto e pastagem pode estar atrelado à baixa necessidade de manutenção e retorno financeiro relativamente rápido.

Apenas os PAs Nova Tangará, José dos Anjos e Flávia Nunes apresentaram mais de 5% de sua área total voltada para produção vegetal. A maioria dos PAs apresentaram grande extensão territorial voltada para pastagens.

Com exceção dos PAs José dos Anjos e Zumbi dos Palmares, os demais assentamentos atenderam ao índice mínimo estabelecido pelo Código Florestal (20%) para RL. Em relação às APP, por não haver índices de referência na legislação, as áreas foram computadas de acordo com o Código Florestal e os PAs Palma da Babilônia, Valci dos Santos, Canudos e Paciência apresentaram os maiores índices.

Apesar da existência de programas de incentivo e fomento à produção orgânica familiar, a maioria dos PAs apresenta baixa diversificação na produção vegetal. No entanto, a existência destes programas é de extrema importância para fortalecimento da agricultura familiar e tem o intuito de garantir a segurança nutricional e promover o consumo de alimentos saudáveis.

AGRADECIMENTOS

À empresa GI Geotecnologia Sistema e Aerolevante, pela disponibilização dos dados utilizados para a elaboração do presente estudo.

REFERÊNCIAS

BARROS, K. L. C.; DA SILVA, E. M. R.; DE MENDONÇA, B. A. F.; PEREIRA, M. G.; FRANCELINO, M. R. **Análise temporal da cobertura e uso da terra do assentamento rural Fazenda do Salta, Barra Mansa, RJ.** Embrapa Agrobiologia. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm#art3>. Acesso em: 20 out. de 2020.

COSTA, E. M.; ANTUNES, M. A. H.; DEBIASI, P.; DOS ANJOS, L. H. C. Processamento de imagens RapidEye no mapeamento de uso do solo em ambiente de Mar de Morros. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 51, n. 9, p.1417-1427, set. 2016.

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Mapa de Solos do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.** Fundação Estadual do Meio Ambiente. 2010 (Folha 02).

FERNANDES, L.A.; COIMBRA, A.M. Revisão estratigráfica da parte oriental da Bacia Bauru (Neocretáceo). **Revista Brasileira de Geociências**, v. 30, n. 4, p. 717-728, 2000.

HOFMANN-WELLENHOF, B., LICHTENEGGER, H. e COLLINS, J. 1997. **Global Positioning System: theory and practice.** Springer Wien New York. p.386.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006.** Brasília: MDA/IBGE. 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Assentamentos Rurais.** 2020. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>>. Acesso em: 05 Fev. 2021.

MAYWALD, P.G.; MARÇAL JÚNIOR, O. Estrutura de Áreas protegidas dos assentamentos de reforma agrária no município de Uberlândia-MG, Brasil: um estudo de ecologia de paisagem. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 1, p. 75-90, 2013.

LIMA CHAVES, J.; OLIVEIRA LIMA, J. R. Políticas públicas para segurança alimentar e nutricional: dificuldades e possibilidades observadas em relação aos agricultores do assentamento palestina, Cravolândia – Bahia. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 2, p. 39-54, 2021.

MILANI, E.J.; RAMOS, V.A. Orogenias paleozóicas no domínio sul-ocidental do Gondwana e os ciclos de subsidência da Bacia do Paraná. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 28, n. 4, p. 473-484, 1998.

MITIDIERO JUNIOR, M.A.; BARBOSA, H.J.N.; DE SÁ, T.H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. PEGADA-A **Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, 2017.

MONICO, J. F. G. **Posicionamento pelo NAVSTAR – GPS**: Descrição, Fundamentos e Aplicações. Editora UNESP – São Paulo. 2008.

NASCIMENTO, F. L.; BOTTA FERRANTE, V. L. S.; ALMEIDA, L. M. M. C. ; DE ALMEIDA, G. F. A segurança alimentar dos agricultores familiares em Polos agroflorestais de Rio Branco-AC. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 2, p. 55-83, 2021.

NEVES, E. C. C.; SCHMITZ, H. Um Balanço da operacionalização do PRONAF em Marabá e suas implicações em um assentamento rural entre 2013 e 2019. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 2, p. 84-104, 2021.

OLIVEIRA, F. P.; FERNANDES FILHO, E. I.; SOARES, V. P.; SOUZA, A. L. Mapeamento de fragmentos florestais com monodominância de aroeira a partir da classificação supervisionada de imagens Rapideye. **Revista Árvore**, Viçosa, v.37, n.1, p.151-161, 2013.

PMU - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Órgãos públicos**. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

QGIS DEVELOPMENT TEAM, 2019. **QGIS Geographic Information System**. Open Source Geospatial Foundation Project. Disponível em: <http://qgis.osgeo.org>>.

RIBAS, A.A.; THUM, A.B. **A utilização da tecnologia RTK NTRIP: análise da viabilidade do uso para georreferenciamento de imóveis rurais**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo/RS, 2014.

REZENDE, R. A.; PRADO FILHO, J. F.; SOBREIRA, F. G. Análise Temporal da Flora Nativa no Entorno de Unidades de Conservação – APA Cachoeira das Andorinhas e FLOE Uaimii, Ouro Preto, MG. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.35, n.3, p.435-443, 2011.

RIBEIRO, D.T.P. Diagênese das rochas do membro Serra da Galga, formação Marília, grupo Bauru (cretáceo da bacia do Paraná), na região de Uberaba, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 31, n. 1, p. 7-12, 2001.

SANTOS, A.B.; PETRONZIO, J.A.C. Mapeamento de uso e ocupação do solo do município de Uberlândia-MG utilizando técnicas de Geoprocessamento. **Anais.. XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, Curitiba - PR, Brasil, INPE p. 6185, 2011.

SANTOS, H. G.; JACOMINE, P. K. T.; DOS ANJOS, L. H. C.; OLIVEIRA, V. A.; LUMBRERAS, J. F.; COELHO, M. R.; ALMEIDA J.A.; ARAÚJO FILHO, J.C.; OLIVEIRA, J.B; CUNHA, T. J. F. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

VINHA, J. F. S. C; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Nera**, v. 26, p.183-203, 2015.



Caracterização dos novos agricultores familiares de três assentamentos rurais de Castilho-SP

Adrielle Rodrigues Prates¹

Antonio Lázaro Sant'Ana²

Débora Pavani Silva³

RESUMO: Apesar do crescente êxodo rural causado pela mudança nos padrões de competitividade do capitalismo moderno no campo e pela crise de sucessão familiar no meio rural, o número de agricultores familiares aumentou segundo dados do Censo Agropecuário 2006, em relação ao de 1995/96. No município de Castilho (SP) o surgimento de novos agricultores familiares tem sido predominantemente ligado à implantação de assentamentos rurais de reforma agrária. Objetivou-se neste trabalho analisar as características desses agricultores, dos seus estabelecimentos e da produção. Para tanto, aplicou-se um questionário, em 2014, junto a 35 agricultores familiares de três assentamentos (N. S. Aparecida, Cafeeira e Terra Livre), em Castilho (SP). Verificou-se que a grande maioria dos agricultores já tinham algum vínculo com o campo antes de serem assentados, e que apesar das dificuldades enfrentadas, estes recorrem a várias estratégias para se manterem no campo, como utilização de mão de obra familiar, combinação de atividades agrícolas que servem para o autoconsumo e comercialização, produção de leite para geração de renda, conciliação de renda agrícola e não agrícola, além de se organizarem em associações. Notou-se que o viés patriarcal ainda é muito presente no meio rural, sendo este um aspecto que agrava a crise da sucessão familiar na agricultura.

PALAVRAS-CHAVE: Novos Estabelecimentos Familiares; Assentamentos Rurais; Estratégias dos Agricultores.

CHARACTERIZATION OF THE NEW FAMILY FARMERS OF THREE RURAL SETTLEMENTS OF CASTILHO-SP

ABSTRACT: Despite the growing rural exodus caused by the change in the patterns of competitiveness of modern capitalism in the countryside and the crisis of family succession in rural areas, the number of family farmers has increased according to data from the 2006 Agricultural Census, compared to 1995/96. In the municipality of Castilho (SP), the emergence of new family farmers has been predominantly related to the implementation of rural land reform settlements. The objective of this work was to analyze the characteristics of these farmers, their establishments and production. Therefore, a questionnaire was applied in 2014 to 35 family farmers from three rural settlements (N. S. Aparecida, Cafeeira and Terra Livre), in Castilho (SP). It was found that the vast majority of the interviewed farmers already had some connection with the field before being settled, and that despite the difficulties faced, they resort to various strategies to remain in the field, such as using family labor, combination of agricultural activities that serve for family self-consumption and marketing, milk production for income generation, reconciliation of agricultural and non-agricultural income, in addition to organizing themselves into associations. It was noted that the patriarchal bias is still very present in rural areas, which is an aspect that aggravates the crisis of family succession in agriculture

¹ Doutorado pelo programa em Horticultura da Faculdade Ciências Agrônômicas (FCA)/ UNESP. E-mail: adrielle.prates@unesp.br

² Professor Adjunto na UNESP/FEIS do departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia. E-mail: lazaro.sant@unesp.br

³ Doutoranda em Agronomia pela UNESP/FEIS E-mail: debora.pavani@unesp.br

KEYWORDS: New Family Establishments; Rural Settlements; Farmers' Strategies.

INTRODUÇÃO

As análises sobre os impactos do avanço tecnológico direcionado a ganhos de escala e sobre as mudanças no padrão da competitividade no capitalismo moderno mostram que esses processos resultaram na expulsão do campo de milhões de agricultores familiares no mundo todo, dificultando também a sucessão nesse segmento social. Em países europeus, a crise de sucessão na agricultura familiar já é uma realidade há algumas décadas (BOURDIEU, 2002; CHAMPAGNE, 2002), enquanto no Brasil alguns trabalhos realizados, na década de 1990 em Santa Catarina (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; SILVESTRO *et al.*, 2001), também já relatavam as mudanças que estavam ocorrendo no padrão sucessório e as dificuldades que as famílias tinham para formar os sucessores.

Outras pesquisas mais recentes que tratam da sucessão na agricultura familiar a partir do estudo dos jovens rurais (CASTRO 2005; SPANEVELLO, 2005; ANJOS, CALDAS E COSTA, 2006; AHLERT, 2009; BATESTIN, 2010; FOGUESATTO *et al.*, 2016) dão uma indicação da importância que tem assumido este tema no contexto brasileiro. A linha adotada nestas pesquisas, de verificar quais são os mecanismos que têm causado o êxodo de jovens permitiu constatar alguns impasses, como a dificuldade de geração e diversificação da renda nas unidades familiares, ausência ou insuficiência de políticas públicas de apoio à agricultura familiar; as exigências do trabalho na agricultura combinada com a sua desvalorização social, a dificuldade de conciliar o trabalho não agrícola e o modo de vida rural, a estrutura de poder patriarcal predominante e a falta de infraestrutura geral no campo, especialmente aquelas ligadas ao lazer. Quase todos os trabalhos confirmam a crise de sucessão e delineiam uma perspectiva difícil para a agricultura familiar.

Sem menosprezar a importância da abordagem da sucessão na agricultura familiar a partir da perspectiva dos jovens, ou seja, da permanência ou da migração destes, os dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006 mostram que aumentou o número de estabelecimentos familiares (em relação ao Censo Agropecuário de 1995/6), o que indica que de alguma forma esse processo de sucessão vinha ocorrendo, o que inclui, em algumas regiões, a criação de novas unidades familiares por meio dos assentamentos rurais e/ou pela via do mercado de terras.

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais geral a qual fez uma investigação buscando identificar quem são estes novos agricultores familiares, o que estão produzindo e quais estratégias estão utilizando para se manter na terra, em algumas Microrregiões Geográficas (MRG) do Estado de São Paulo (Andradina, Jales, Auriflora e Nhandeara).

A MRG de Andradina foi palco de uma intensiva atividade de reforma agrária com pressão dos movimentos sociais, e Castilho, é o município com maior número de assentamentos de reforma agrária do referido Território, totalizando 11 assentamentos. Por ser a forma predominante de constituição de novas unidades familiares na MRG de Andradina, este trabalho refere-se à investigação que buscou identificar as mudanças ocorridas a partir da criação de novos estabelecimentos familiares, caracterizando e analisando as estratégias dos agricultores, em três assentamentos rurais de Castilho (SP). Os estudos realizados especificamente em assentamentos rurais têm dado a compreensão de questões como organização familiar e produtiva, infraestrutura, qualidade de vida, serviços de assessoria técnica prestadas às famílias, relações mercantis e problemas enfrentados pelos beneficiários (SIMONATO *et al.*, 2014). Dessa forma, os assentamentos provenientes da reforma agrária configuram uma recriação da agricultura familiar, o que justifica a expressão novos agricultores.

AGRICULTURA FAMILIAR

Para Schneider (2003), a noção de “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro apenas na década de 1990, de forma tardia em comparação a outros países desenvolvidos que possuem tradição no tema, mas nas próximas décadas ganhou legitimidade, sendo associada a temas como desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Outros fatores que potencializaram este debate em meio à sociedade foram também o aumento de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf (FAO/INCRA, 2000).

De acordo com a Lei 11.326/2006 que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (2006), a agricultura familiar é definida como um pequeno estabelecimento rural (até quatro módulos fiscais) no qual se desenvolve atividades econômicas, utilizando predominantemente mão de obra familiar, sendo que parte da renda da família deve ser oriunda do estabelecimento rural (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar é definida nesse trabalho como uma forma de produção e modo de vida em que o trabalho e a gestão do estabelecimento são predominantemente familiar, incluindo produtores com distintas lógicas produtivas e de reprodução social, e diferentes graus de tecnificação, de inserção no mercado e de geração de renda (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1999).

Segundo Mergarejo Netto (2008), não há um único modelo de agricultor familiar; este pode se diferenciar a cada região, pois cada local proporciona unidades de produção, valores e dificuldades diferentes e estes agricultores têm a capacidade de se adaptar, mas sem fugir do princípio em que se produz para as necessidades básicas

com troca e/ou comercialização do excedente. O referido autor afirma também que a unidade familiar é modelada de acordo com a interferência do ambiente externo, estando interligada com a demanda do mercado.

Uma característica importante da agricultura familiar é o fato de estar mais ligada ao abastecimento do mercado interno. Soares *et al.* (2009) afirma que a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento econômico e sustentável no ambiente rural, sendo a principal atividade econômica de várias regiões do Brasil, com grande importância na geração de empregos e renda.

De acordo com Sant’Ana *et al.* (2014) a agricultura familiar vem enfrentando problemas como: a estrutura fundiária, o tipo de acesso à terra, às políticas macroeconômicas e setoriais; e de fatores internos ou específicos da unidade familiar, como os recursos financeiros disponíveis, a quantidade e a qualificação da mão-de-obra, a tecnologia empregada, a forma de gestão, a distância dos mercados e a possibilidade ou não de combinação de rendas agrícolas e não-agrícolas.

Almeida (1999) e Carmo (2009) afirmam que pode estabelecer-se certa continuidade entre a forma de organização da família camponesa tradicional, que se esforça, à medida do possível, para diversificar as atividades agrícolas entre os componentes do seu grupo familiar; e as famílias do campesinato que, devido à modernização, buscam diferentes fontes de rendimento, atuando também em atividades não agrícolas. Portanto as mudanças atingem a natureza e o conteúdo das atividades exercidas, que passam a incorporar os componentes e os conceitos da modernidade, o que provoca fortes alterações socioeconômicas e culturais nos modos e estilos de vida.

A criação de novas unidades familiares por meio da constituição dos assentamentos rurais, no processo de reforma agrária, visa à produção de alimentos básicos dirigidos especialmente para o mercado interno no intuito de combater a fome e a miséria, geração de renda, redução do êxodo rural, diminuição da concentração de terras nas mãos da elite latifundiária improdutiva, promovendo a democracia efetiva e a justiça social (INCRA, 2013).

CARACTERÍSTICAS DO LOCAL DA PESQUISA: O MUNICÍPIO DE CASTILHO (SP)

O município de Castilho localiza-se na MRG de Andradina, composta também de outros 10 municípios: Andradina, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanápolis. Essa Microrregião caracteriza-se, historicamente, pela forte concentração fundiária, com a predominância de grandes fazendas de criação extensiva de bovinos de corte. A construção de três hidrelétricas, entre 1960-90, agravou os problemas fundiários da região. A CESP (Companhia Energética de São Paulo)

buscou amenizar a situação criando alguns (re)assentamentos. As vistorias INCRA na região com apoio do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), na década de 2000, constatou mais de 50 imóveis rurais improdutivos, o que ocasionou a desapropriação de parte dessas propriedades para a constituição de assentamentos rurais de Reforma Agrária, após a pressão dos movimentos sociais rurais da região que organizaram dezenas de acampamentos na região (SANT'ANA, 2016).

De acordo com o Incra (2018) foram criados 38 assentamentos somente na Microrregião Geográfica de Andradina. A pecuária de corte continua sendo uma importante atividade, mas a produção de leite vem tendo cada vez mais destaque, sendo que na quase totalidade dos lotes estas duas atividades estão interligadas como pecuária mista. Outro processo produtivo que ocorreu aumento vertiginoso foi o plantio de cana-de-açúcar que passou a ocupar o segundo lugar em termos de área plantada, sendo menor apenas que a área de pastagens (IBGE, 2006).

De acordo com os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), o município de Castilho possuía, em 2010, cerca de 18mil habitantes, sendo 13.592 (75,49%) na área urbana e 4.414 (24,51%) na área rural. Este é um percentual bem maior de população do campo em comparação com os demais municípios da MRG de Andradina, pois, de acordo com Sant'Ana (2016), Castilho apesar de possuir em torno 23.500ha de cana de açúcar, também possui dez assentamentos rurais de reforma agrária, além de um reassentamento implantado pela CESP (Projeto Jupιά) e de parte do assentamento Timboré (que abrange principalmente Andradina). Esses assentamentos, abarcam aproximadamente 1.100 famílias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na etapa inicial da pesquisa foram utilizados como procedimentos metodológicos uma revisão bibliográfica, referente à agricultura familiar, e um levantamento de dados secundários da região sobre as características gerais do município de Castilho, como aqueles disponíveis no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por meio de um estudo de caso, realizou-se uma pesquisa de campo para levantar informações sobre os *novos* agricultores familiares de Castilho. Em função de reunir o maior número de assentamentos de reforma agrária, criados na década de 2000, de Castilho também apresenta maior número de *novos* agricultores familiares, o que orientou a escolha deste município para investigar esses agricultores no âmbito social e econômico, no intuito de buscar possíveis estratégias para fortalecer a agricultura familiar, principalmente por meio de políticas públicas.

A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2014, em três assentamentos de Castilho, de modo a abranger o tempo de três a doze anos de tra-

balho autônomo das famílias em um estabelecimento rural. Foram pesquisados: o Assentamento Terra Livre, oficialmente criado em agosto de 2003, conta com 41 famílias em uma área total de 628,32ha; o Assentamento Nossa Senhora Aparecida II, implantado no final de 2004, possui área total de 976,45ha que foi dividido em 73 lotes; e por último o Assentamento Cafeeira, que teve sua implantação em outubro de 2007, sendo o maior dos três, com área total de 1.968,58ha, dando origem a 125 lotes (INCRA, 2018).

Como já mencionado, a pesquisa buscou contemplar produtores que apresentam um tempo de efetiva e plena gestão do lote por no mínimo 3 anos e máximo de 12 anos. Este quesito deve-se a opção de não pesquisar produtores que acabaram de assumir a propriedade (menos de três anos), pois podem estar ainda se adaptando à nova condição ou resolvendo questões contingentes da gestão anterior ou, no caso dos assentados, não ter recebido os recursos para iniciar o processo produtivo. O limite de 12 anos buscou contemplar a condição de se enquadrarem como jovens agricultores. Atendidos estes critérios, a escolha das famílias assentadas foi realizada ao acaso, em cada um dos três assentamentos.

O público pesquisado totalizou 35 produtores assentados. Este espaço amostral não foi definido por critério estatístico, portanto não tem a pretensão de representar o conjunto de produtores do município estudado, mas busca apreender qualitativamente as características e perspectivas desse grupo de produtores, visando entender como está se processando a constituição de *novas* unidades familiares. Do total de famílias pesquisadas, 22 são do Assentamento N. S. Aparecida II, sete do Assentamento Cafeeira e seis do Assentamento Terra Livre.

A coleta dos dados se deu por meio de um questionário semiaberto, ou seja, composto de perguntas fechadas e abertas (CHIZZOTTI, 1991), aplicado em visitas *in loco*, que tem como função abrir um diálogo entre o entrevistado e o entrevistador e ao mesmo tempo conduzir a entrevista de maneira adequada, visando à caracterização dos produtores e da unidade de produção, em termos socioeconômicos. Marconi e Lakatos (2005) afirmam que o questionário é um instrumento de coleta de dados formado por uma série ordenada de perguntas, sobre uma situação deliberada. As perguntas abertas possibilitam ao informante responder livremente e emitir opiniões; já as perguntas fechadas são aquelas que o informante define sua resposta de acordo com as opções apresentadas (GONZAGA, 2015).

Por meio do questionário foram levantados dados sobre o perfil da família, em termos de idade, escolaridade, ocupações presentes e anteriores dos membros da família; os tipos de atividades produtivas desenvolvidas; tecnologia e mão-de-obra empregada, formas de gestão das atividades, dificuldades encontradas, estratégias e formas de organização da produção e da comercialização.

Os dados obtidos foram analisados por meio da estatística descritiva, utilizando-se de gráficos e tabelas (SILVESTRE, 2007). Os resultados estão estruturados em três partes: na primeira são abordadas as características gerais das famílias, do trabalho e da renda; na segunda a caracterização do estabelecimento e da produção; e na terceira e última são abordadas questões sobre políticas públicas, organizações, questões de gênero e o papel dos jovens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS FAMÍLIAS, DO TRABALHO E DA RENDA.

Do total de 35 pesquisados⁴, 40% (14) são do sexo masculino e 60% (21) do sexo feminino. Observou-se que durante a pesquisa a maioria (91,5%) das mulheres solicitou a ajuda do companheiro, ou respondeu ao questionário porque seus companheiros não se encontravam no lote na hora da visita (predominantemente por trabalharem fora da propriedade, em outro estabelecimento ou na cidade). Também o fato da pesquisa ser realizada por uma mulher influencia quem vai atender aquela demanda. Apenas três (8,5%) mulheres são realmente líderes da unidade familiar, ou seja, respondem pelas decisões tomadas pela família em relação à propriedade, por não ser casada ou ser viúva. Esses dados demonstram que a figura do homem como chefe de família ainda é marcante no meio rural, sendo que muitas vezes o trabalho doméstico, o trabalho reprodutivo, trabalho de cuidado não remunerado aos membros da família, não é considerado entre os homens e mesmo entre as mulheres, como trabalho no lote. Siliprandi (2011) relata que as mulheres agricultoras ainda não são vistas como trabalhadoras e como cidadãs, e seu trabalho é considerado apenas uma ajuda dentro da família, enquanto o homem é considerado como o verdadeiro produtor rural.

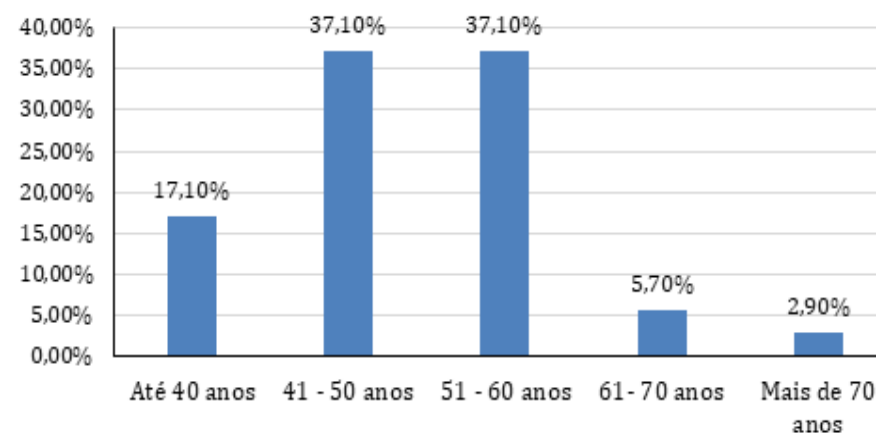
Observou-se que 54,2% (19) dos agricultores pesquisados possuem até 50 anos de idade, sendo que nas faixas entre de 41 a 50 anos e de 51 a 60 anos concentram-se 74,2% (26) dos produtores. O pesquisado mais novo tinha 37 anos e o mais velho 72 anos (Figura 1). Holanda Júnior e Campos (2003) comentam que a idade do produtor pode influenciar na administração do estabelecimento, em relação às diferenças das perspectivas entre jovens e mais velhos, como questões de cunho técnico e a continuidade na terra.

A média é de 50 anos de idade. Essa média de idade condiz com outros trabalhos desenvolvidos no Território de Andradina com produtores assentados, em que se constatou uma média de idade entre as produtoras de 49 anos, e de 52 anos entre os produtores (SILVA, 2016). Se considerarmos que quase 50% dos agricultores

⁴ Na apresentação dos resultados desta pesquisa é usado o termo "agricultores/produtores" na forma genérica, indicando tanto o sexo feminino, como o masculino, apenas para facilitar a redação; embora se reconheça que esta forma genérica muitas vezes serve de mecanismo para tornar invisível o papel desempenhado pelas mulheres.

entraram no lote há 10 anos (Figura 2), conclui-se que chegaram à propriedade em média com 40 anos, em uma idade produtiva, mas não jovens.

Figura 1 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função da idade.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Quase a metade (48,6%) dos pesquisados acompanhou o surgimento do seu respectivo assentamento rural, trabalhando na área há cerca de 10 anos, já que todos esses assentamentos são originários da luta pela Reforma Agrária e dois foram implantados entre 2003 (Terra Livre) e 2004 (N. S. Aparecida II).

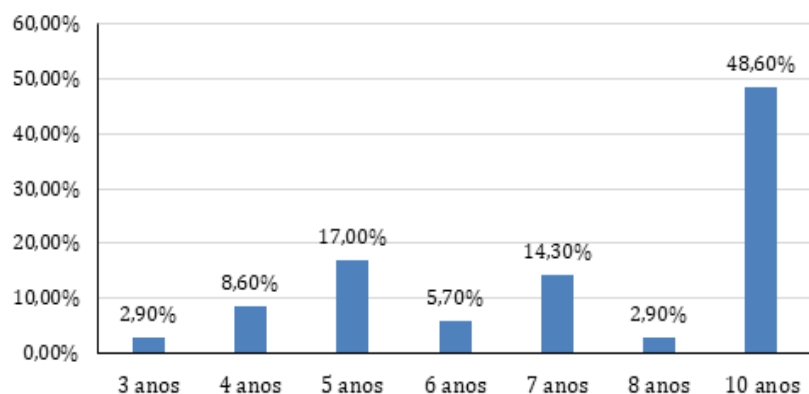
Embora na época da pesquisa (2014), esses novos agricultores tivessem trabalhado até 10 anos na área, a grande maioria já apresentava um período maior com experiência no desenvolvimento de atividades agrícolas, sendo que 71,4% (25) dos agricultores entrevistados apresentavam mais de 21 anos de experiência (Figura 3), mencionando trabalhar no campo desde quando eram crianças ou adolescentes.

Essa grande experiência com trabalhos agrícolas é decorrência de que até a vinda para o assentamento, a maioria (77,2% - 27) desses novos agricultores já tinha algum tipo de vínculo com a agricultura (Tabela 1). Esses trabalhadores iniciaram a sua vida como agricultores em uma propriedade que já era da família ou em propriedades de terceiros.

Dentre os agricultores pesquisados, somente 22,8% (8) nunca exerceram outro tipo de profissão, sendo a agricultura a única atividade realizada ao longo da vida. Mais da metade (54,4% - 19) citaram que antes de exercer a atividade não agrícola, já tinham trabalhado na agricultura quando crianças e/ou adolescentes, ou seja, o trabalho não agrícola constituía-se em uma realidade completamente diferente

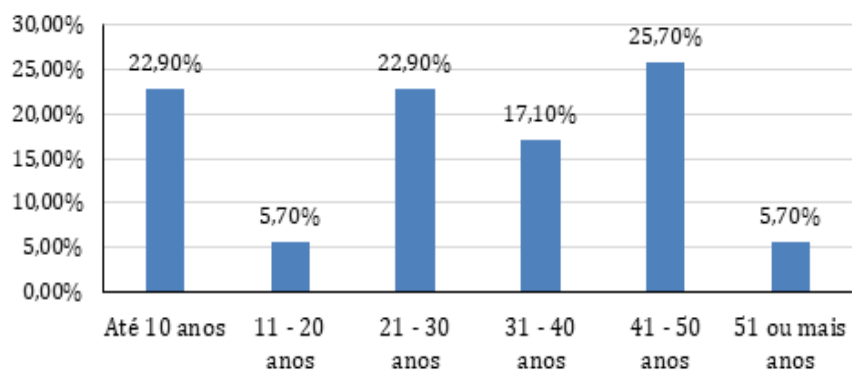
da sua origem. Costa (2004), afirma que a volta do trabalhador rural à terra do assentamento é idêntica ao retorno da raiz à terra. Trata-se de um movimento inverso ao êxodo rural de períodos anteriores, fato também constatado em estudos sobre migrações no Brasil que apontam um fluxo de retorno das cidades para as “origens”, ou seja, para os lugares que sofreram grande esvaziamento em períodos anteriores (DESCONSI, 2007).

Figura 2 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função dos anos de trabalho como agricultor



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Figura 3 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função dos anos em que trabalharam como agricultor ao longo da vida.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Tabela 1- Profissões exercidas pelos *novos* agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, até o momento da entrada no lote.

Profissões	Nº	%
Somente agricultura	8	22,8
Agricultura + Profissões não agrícolas	19	54,4
Somente profissões não agrícolas	8	22,8

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Quase dois terços dos pesquisados (65,7% - 23) pararam de estudar antes de completarem o ensino fundamental, enquanto menos de um quarto (22,9% - 8) concluíram o ensino médio (que inclui o ensino técnico) ou superior (Figura 4). Esses resultados coadunam com discussão feita por Silvestro (2001) sobre o fato de que a maior parte das pessoas mais velhas que viviam no meio rural tiveram menores oportunidades para continuar os estudos, pois tinham que ajudar nas atividades do campo e também porque não haviam escolas próximas que ofereciam ensino além do antigo primário (atual 5º ano).

A fim de verificar a possível relação entre um maior grau de escolaridade dos filhos dos *novos* agricultores com a permanência (ou não) desses no trabalho do campo, foi questionado ao agricultor se possuía filhos com ensino superior e quantos desses participavam do trabalho na unidade produtiva. Verifica-se na Figura 5 que do total de entrevistados, 62,9% (22) não possuem filho que concluiu o ensino superior. Estes percentuais são maiores do que a média brasileira, pois segundo o IBGE, em 2010, apenas 11,95% tinham curso superior no Brasil (IBGE, 2010).

Quando se relaciona a graduação dos filhos com a participação desses no trabalho (Figura 5), observa-se um percentual muito menor, em que apenas 5,7% (2) das famílias contam com um filho que possui curso superior trabalhando no lote. Estes resultados mostram que a grande maioria dos jovens, filhos de agricultores familiares, não concilia o investimento em educação feito pelos pais com a permanência no estabelecimento familiar. De modo geral, observou-se na realização da pesquisa (de modo empírico) que os jovens que saem para estudar não veem a unidade produtiva como algo economicamente promissor, enquanto o jovem que continua com o trabalho na unidade familiar, muitas vezes não tem oportunidade de continuar os estudos ou não vê o curso superior como algo importante para o seu trabalho no estabelecimento rural.

Figura 4 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função do grau de escolaridade.

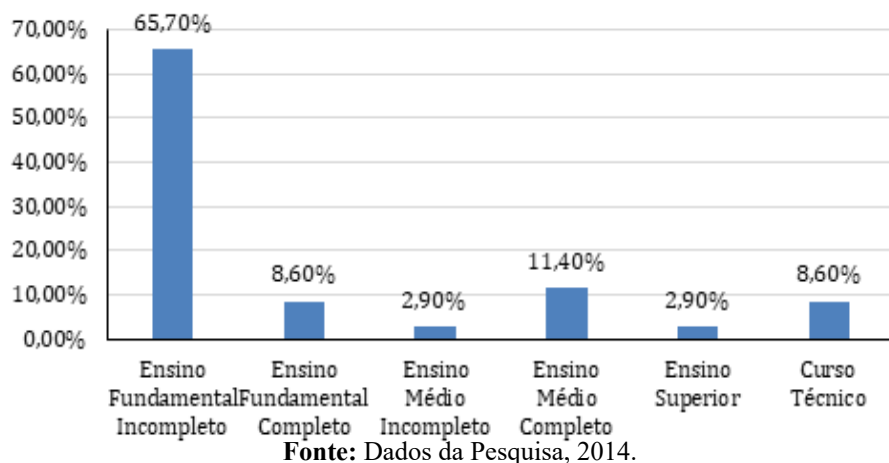
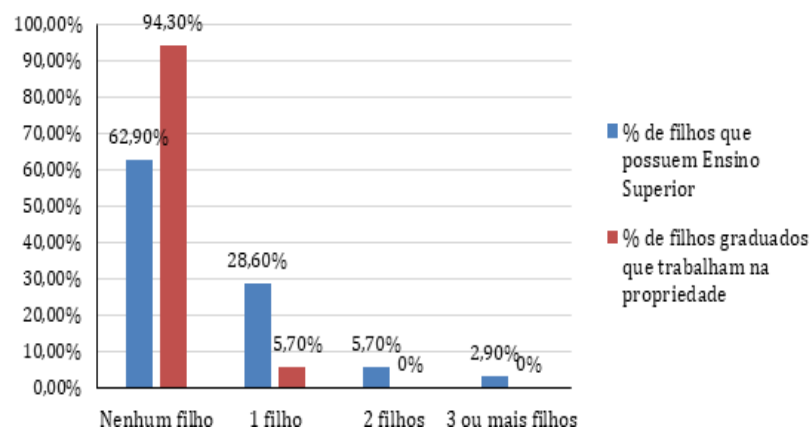


Figura 5 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em relação aos filhos que possuem ensino superior e aos que também trabalham no lote.



Silvestro (2001) relaciona esse fator de capacitação com a sucessão da agricultura familiar, identificando dois modelos: ou fica na propriedade o filho com menor formação e educação formal porque avalia que não tem chances no mercado externo devido a deficiência de escolaridade; ou permanece o filho com capacitação e alta escolaridade, mas este também, frequentemente, encontra dificuldades para implantar diretrizes dentro da propriedade.

Em relação à utilização de mão-de-obra, a maioria dos produtores entrevistados

(57,1% - 20) utiliza somente mão-de-obra familiar para realizar as atividades produtivas do lote. Entre agricultores que recorrem à mão-de-obra de terceiros, predomina a contratação esporádica, por 25,7% (9) dos produtores, referente aqueles que trabalham alguns ou vários dias por mês, mas somente em determinadas épocas do ano. A troca de dias também é pouco utilizada (5,7%), sendo mais frequente quando o produtor faz silagem de milho (Figura 6).

A renda monetária bruta total média da maioria das famílias (60% - 21), de acordo com declaração dos pesquisados, situa-se entre 1,0 e 2,0 salários mínimos (SM), mas um percentual expressivo (31,4% - 11) possui entre 2,1 e 5,0 SM de renda monetária bruta total e nenhuma família auferiu renda menor do que um salário mínimo (Figura 7). Embora o valor seja baixo, aproximadamente três em cada quatro agricultores pesquisados consideraram que a renda familiar aumentou depois de ter obtido o lote (Figura 8), o que leva a deduzir que a situação das famílias anterior ao assentamento era bem precária.

Figura 6 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, de acordo a utilização de mão-de-obra.

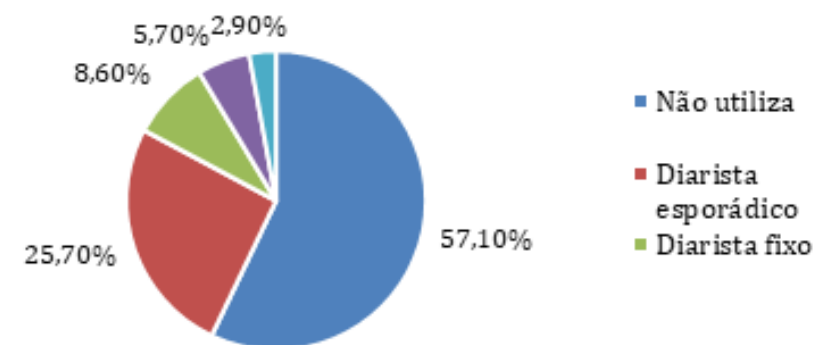
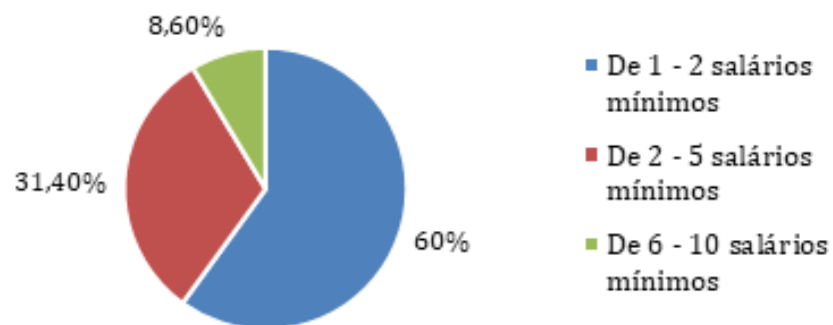
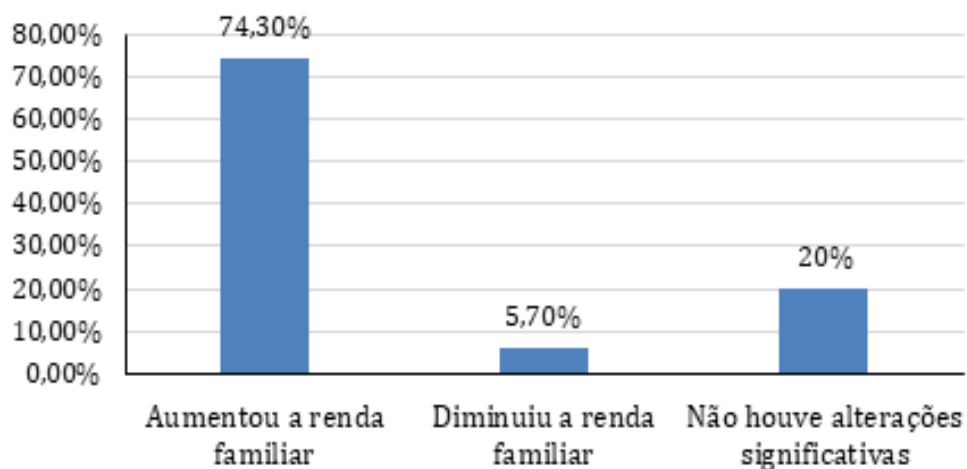


Figura 7 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função da renda monetária bruta mensal média da família.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Figura 8 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em relação a possíveis mudanças na renda familiar após ter obtido o lote.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Do total pesquisado, 20% (7) disseram que não houve alterações significativas na renda por considerarem que a renda que eles obtêm do lote somada ao complemento da renda não agrícola está próximo do valor que recebiam anteriormente. Observou-se também que dentre os agricultores pesquisados que não tiveram mudança nos

rendimentos, a maioria apresentava idade avançada, tendo a aposentadoria como um importante componente da renda, sendo em alguns casos a principal fonte de renda.

Quanto à composição da renda familiar, constatou-se que 82,9% (29) das famílias possuem rendas não agrícolas. No total, foram citadas 20 origens de renda diferentes, em que 15 são provenientes de trabalho (pluriatividade) e cinco constituídas de benefícios e outras rendas (como aluguel) (Tabela 2). A renda não-agrícola mais frequente dessas famílias é a aposentadoria (45,7% do total) com um percentual bem maior do que a fonte que aparece em seguida, o auxílio doença, recebido por 11,4% das famílias. Este tipo de renda está diretamente relacionado com o percentual de agricultores com idade mais avançada.

Tabela 2 - Número e percentual de rendas não agrícolas das famílias pesquisadas nos três assentamentos de Castilho - SP, de acordo com a fonte da renda.

Fonte de renda não agrícola	N ^{o*}	%	Fonte de renda não agrícola	N ^{o*}	%
Aposentadoria	16	45,7	Guarda (segurança)	1	2,9
Auxílio doença	4	11,4	Técnico em Enfermagem	1	2,9
Trabalho em Agroindústria Sucroalcooleira	3	8,6	Técnico em Segurança do Trabalho	1	2,9
Artesanato	2	5,7	Professora de Inglês	1	2,9
Trabalho em tanque de resfriamento de leite	2	5,7	Trabalho em Indústria	1	2,9
Bolsa Família	2	5,7	Bolsa de iniciação científica	1	2,9
Aluguel de imóveis	2	5,7	Tratorista	1	2,9
Pedreiro	2	5,7	Manicure	1	2,9
Pensionista	1	2,9	Funcionário Público	1	2,9
Trabalho de Doméstica	1	2,9	Motorista	1	2,9
Cozinheira	1	2,9			

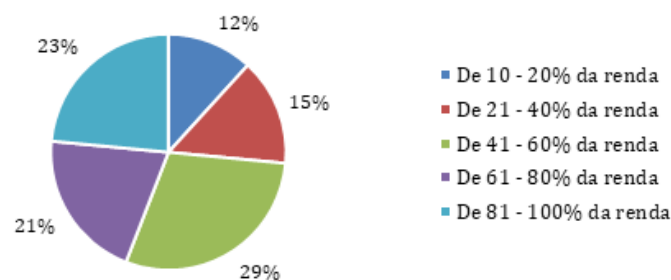
*Total com repetição – agricultor familiar podia citar mais de uma fonte de renda.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nas figuras 9 e 10 estão discriminadas a participação relativa (o quanto representa em termos percentuais da renda monetária bruta total das famílias) da origem da renda familiar em agropecuária e trabalho não agrícola. Verificou-se que a agricultura e pecuária representa mais de 40% da renda para 73% dos entrevistados, sendo

que para 44% deles, representa mais de 60% da renda. Nos extremos verifica-se que 23% dos pesquisados obtêm no máximo 30% da renda por meio da produção agropecuária, enquanto outros 23% consegue auferir mais de 80% de sua renda da agricultura e/ou pecuária (Figura 9).

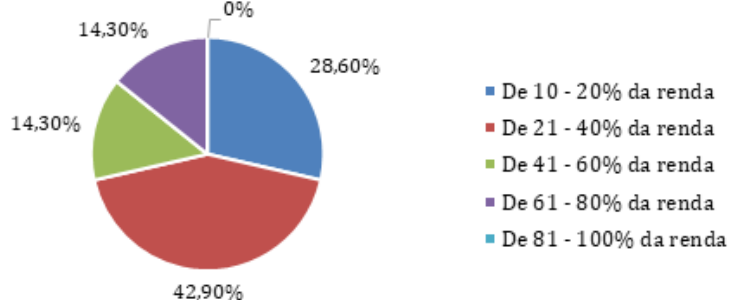
Figura 9 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função da participação relativa da renda proveniente



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A renda proveniente de trabalho não agrícola apresenta uma importância relativamente menor para a grande maioria das famílias, quando comparada à renda agropecuária, mas é fundamental para compor a renda da família. Neste caso, para 71,5% das famílias, este tipo de renda representa no máximo 40% da renda monetária bruta total, enquanto nenhum agricultor pesquisado declarou que a renda proveniente do trabalho não agrícola chega a mais de 81% do total (Figura 10).

Figura 10 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função da participação relativa da renda proveniente do trabalho não agrícola em relação à renda bruta total da família.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Esses resultados indicam que grande parte das famílias pesquisadas é pluriativa (recebe renda proveniente de trabalho não agrícola), embora estas rendas, na maioria dos casos, sejam complementares à renda agropecuária. Alguns autores (PETINARI; BERGAMASCO; TERESO, 2010; WANDERLEY, 1999) afirmam que o trabalho externo de membros da família nem sempre indica abandono ou degradação da atividade agrícola, mas podem ter papel complementar à renda agrícola e constituir-se em uma estratégia de reprodução social das famílias.

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO E DA PRODUÇÃO

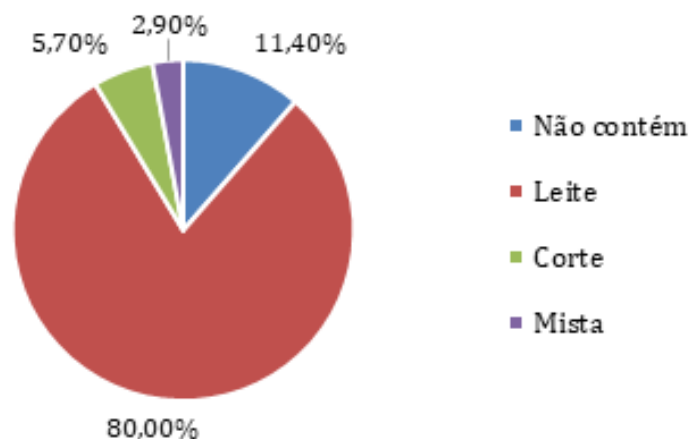
No Território de Andradina, a partir da década de 2000, o tamanho dos lotes dos assentamentos foi unificado pelo INCRA em aproximadamente 12 hectares para os casos padrão e em 3,0 ou 3,5 hectares para os lotes pararurais (estes destinados a pessoas que não possuem família na área ou já apresentam idade mais avançada), excluída a área de 20% da reserva legal (que em alguns casos é coletiva e não anexa ao lote). Como a pesquisa refere-se aos *novos* agricultores familiares que obtiveram a terra por meio da reforma agrária, os tamanhos dos lotes dos pesquisados se encontram nessa faixa de área.

Apesar do lote padrão ser definido com o tamanho de 12 hectares, como dito anteriormente, este tamanho pode sofrer pequenas variações. Entre os agricultores pesquisados, a maioria (62,9%) possui área de 11,7ha; 31,4% estão em lotes de 12ha e apenas 5,7% possuem lotes pararurais de 3,0ha. Cabe ressaltar que uma das características da unidade de produção familiar é possuir de um a quatro módulos fiscais¹ e no caso de Castilho - SP, o tamanho do módulo fiscal é 35 ha (INCRA, 2013), portanto, essas famílias dispõem de uma área própria bem inferior ao limite considerado adequado.

Constatou-se que 88,6% (31) dos agricultores pesquisados possuem criação de bovino, considerando todas as finalidades da exploração, sendo que a maior parte é para pecuária leiteira (Figura 11). Apenas uma minoria (11,4% - 4) se dedica exclusivamente à exploração vegetal. Outras pesquisas realizadas demonstram uma predominância da pecuária como a principal atividade produtivas dos assentamentos da região (SANT'ANA *et al.*, 2007; SILVA, 2012). A cadeia produtiva de leite é uma das alternativas que o pequeno produtor tem para se manter no campo, principalmente por ser viável implantá-la em pequenas áreas (CARVALHO, 2006).

¹ Módulo Fiscal é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para que as propriedades rurais sejam consideradas economicamente viáveis (BRASIL, 2005).

Figura 11 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, em função da presença ou não de rebanho bovino e da finalidade da criação.

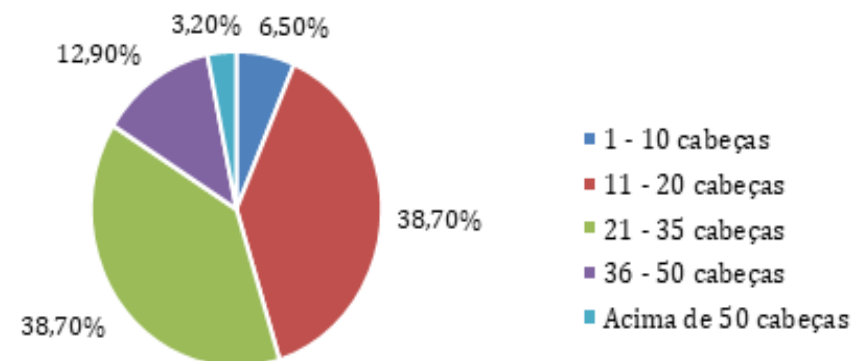


Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Como a bovinocultura é a principal atividade de quase todos pesquisados, a maioria destes (54,8%) possui mais de 21 cabeças de gado (Figura 12), embora haja a limitação do tamanho do lote. Na época da aplicação do crédito do Pronaf Investimentos, nos assentamentos da região predominou a compra de matrizes para iniciar a atividade leiteira, sendo esta a origem da maioria dos rebanhos das famílias assentadas. Silva (2012), em pesquisa realizada no Território, mencionou que era costumeiro os produtores se referirem a esta linha de crédito do Pronaf como o “Pronaf do gado”, embora esse recurso seja para investimentos em qualquer atividade produtiva. Aqueles que possuem maior número de animais, via de regra, recorrem ao arrendamento de pastos de outros assentados.

O destino da produção bovina pode ser observado na Tabela 3. A bovinocultura leiteira, presente em 80% dos lotes, combina a produção de leite com a venda de bezerros, que é bastante valorizada pelos produtores. Nota-se que a comercialização de animais para intermediários é predominante (82,8%), muitas vezes a um preço mais baixo do que o de mercado (pois o produtor não tem como transportar até o frigorífico, por exemplo). A produção de leite é predominantemente dirigida à duas cooperativas de produtores, a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR), uma cooperativa regional de famílias assentadas ligada ao setor de produção do MST e a Cooperativa Primavera (COPRIMA).

Figura 12 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados, em três assentamentos de Castilho - SP, quanto ao número de cabeças de bovinos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Tabela 3 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados, nos três assentamentos de Castilho-SP, quanto ao destino da produção (carne e leite).

Destino da produção	N ^{o*}	%
Venda de gado para intermediário	29	82,8
Venda de gado para frigorífico	2	5,7
Venda de leite para COAPAR	24	68,6
Venda de leite para COPRIMA	6	17,1
Leite para autoconsumo	1	2,9

*Total com repetição – agricultor familiar podia citar mais de um destino.

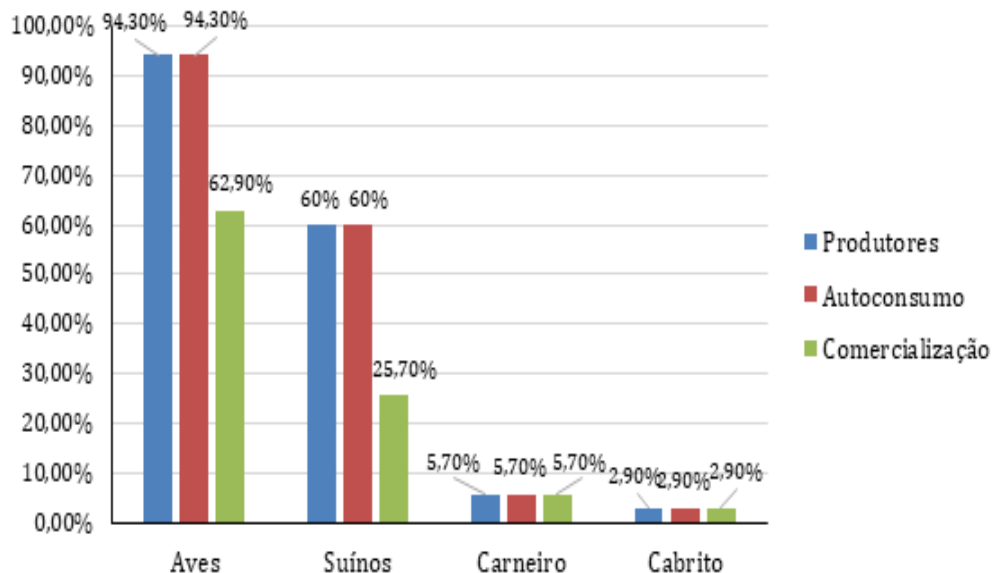
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Entre os *novos* agricultores pesquisados, além da criação de bovinos, também apareceram outras criações, como aves, suínos, ovinos e caprinos, sendo esses dois últimos os menos frequentes (5,7% e 2,9% respectivamente). Em todos os lotes que possuem criação de aves, suínos, ovinos e caprinos, os agricultores utilizam para o autoconsumo (Figura 13).

Grisa e Schneider (2008) citam em seu estudo sobre autoconsumo em municípios do Rio Grande do Sul que os produtos de origem animal direcionados para esse fim correspondem a cerca da metade do produto bruto médio anual em reais dos estabelecimentos. Buainain, Romeiro e Guanziroli (2002) calcularam que o autoconsumo corresponde a cerca de 20% do produto gerado na unidade produtiva. Já Leite (2004) destaca que o autoconsumo possibilita às famílias rurais um padrão

de alimentação superior aquele encontrado nas famílias urbanas situadas em níveis de renda similares. Campoi e Ferrante (2006, p. 59) comentam também que: “O autoconsumo ganha significado como parte das estratégias dos assentados para permanecer na terra”.

Figura 13 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados, em três assentamentos de Castilho - SP, em função da produção, autoconsumo e comercialização de aves, suínos, ovinos e caprinos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Sobre à exploração vegetal, em função da bovinocultura destacar-se entre os pesquisados, a pastagem é a cultura que se encontra em maior frequência nos lotes (97,1%). Em seguida foram citadas as frutíferas diversas, as olerícolas folhosas, entre outras culturas (Tabela 4). Nota-se que todos os produtos de origem vegetal, com exceção da pimenta, são utilizados prioritariamente para o autoconsumo do que para comercialização.

Tabela 4 - Distribuição das culturas quanto ao número e percentual de agricultores familiares pesquisados em três assentamentos de Castilho - SP, que utilizam fertilizantes, agrotóxicos e em relação ao destino da produção.

Culturas	Produtores		Fertilizantes		Agrotóxicos		Autoconsumo		Comercialização	
	N ^o *	%	N ^o *	%	N ^o *	%	N ^o *	%	N ^o *	%
Pastagem	34	97,1	7	20	0	0	34	97,1	0	0
Frutíferas (Pomar)	25	71,4	8	22,8	8	22,8	23	65,7	6	17,1
Mandioca	17	48,6	9	25,7	7	20	17	48,6	7	20
Olerícolas folhosas	13	37,1	4	11,4	3	8,9	12	34,3	4	11,4
Milho	12	34,3	11	31,4	6	17,1	12	34,3	1	2,9
Abóbora	12	34,3	6	17,1	5	14,3	12	34,3	9	25,7
Cana de açúcar	11	31,4	9	25,7	5	14,3	11	31,4	0	0
Eucalipto	7	20	4	11,4	3	8,9	5	14,3	2	5,7
Urucum	5	14,3	3	8,9	3	8,9	4	11,4	3	8,9
Quiabo	5	14,3	4	11,4	4	11,4	5	14,3	5	14,3
Napier	3	8,9	2	5,7	2	5,7	3	8,9	0	0
Banana	3	8,9	1	2,9	0	0	2	5,7	2	5,7
Laranja	3	8,9	1	2,9	1	2,9	3	8,9	1	2,9
Feijão	3	8,9	3	8,9	2	5,7	3	8,9	1	2,9
Feijão de Corda	3	8,9	2	5,7	2	5,7	3	8,9	2	5,7
Pimenta	3	8,9	2	5,7	2	5,7	2	5,7	3	8,9
Maxixe	2	5,7	0	0	0	0	2	5,7	1	2,9
Jiló	2	5,7	2	5,7	2	5,7	2	5,7	2	5,7
Batata doce	1	2,9	1	2,9	0	0	1	2,9	0	0
Berinjela	1	2,9	1	2,9	1	2,9	1	2,9	1	2,9
Maracujá	1	2,9	1	2,9	1	2,9	1	2,9	0	0
Pimentão	1	2,9	0	0	1	2,9	1	2,9	1	2,9
Melancia	1	2,9	1	2,9	1	2,9	1	2,9	1	2,9
Tomate	1	2,9	0	0	0	0	1	2,9	1	2,9
Sorgo	1	2,9	0	0	0	0	1	2,9	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Uma entrevistada ao tratar do futuro da agricultura familiar considerou que “o pequeno agricultor vai enfrentar muita dificuldade pela industrialização e invasão das usinas” (AGRICULTORA 20, 37 ANOS), e vários outros acreditam que o futuro depende do governo: “Depende das políticas governamentais, pois se não tiver investimento, as pequenas propriedades não vão para frente” (AGRICULTOR 24, 59 ANOS).

A lógica desses agricultores, que considera a falta de recursos para investir na produção e a dotação de infraestrutura nos lotes como as dificuldades mais importantes, não é equivocada já que essas deficiências diminuem o poder competitivo no mercado e as condições de vida da família, influenciando diretamente na reprodução social do modo de vida desses agricultores, podendo levar à saída dos mesmos ou de seus possíveis sucessores do campo. Almeida (1986) afirma que essas dificuldades econômicas refletem em respostas de ciclo curto primeiramente, em que a família pode intensificar o trabalho ou reduzir o consumo, o que afetará na qualidade de vida da mesma; porém se persistirem as dificuldades, essas poderão conduzir a repostas de ciclo geracional, ou seja, procura de oportunidades fora da propriedade ou a ausência de sucessores. Já Wedig *et al.* (2007) constataram que os depoimentos dos pais evidenciaram que estes têm vontade que os filhos permaneçam na propriedade praticando as atividades na mesma, porém, não acreditam em um bom futuro dos filhos ali.

Quanto à participação em organizações coletivas, verificou-se que na época da pesquisa 71,4% dos pesquisados estavam vinculados às associações de agricultores e 11,4% participavam de cooperativas (Tabela 7). Essa alta participação em associações se relaciona com a alta aderência ao PAA já que a presença de uma associação é obrigatória para o repasse de diversos tipos de recursos ou créditos (LEITE, 2004).

Tabela 7 - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados, em três assentamentos de Castilho - SP, de acordo com a participação (ou não) em de algum tipo de organização coletiva de representação.

Organização	Nº* de produtores	% de produtores
Associação	25	71,4
Cooperativa	4	11,4
Nenhuma	8	22,9

*Total com repetição – agricultor familiar podia citar mais de um tipo de organização.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

As cooperativas ficaram com um baixo percentual (11,4%) de participação dos

produtores pesquisados, pois embora comercializem o leite por essa via, não são cooperados. A COAPAR foi citada por três produtores e a CAMDA (Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina) por um produtor. Dois produtores mencionaram participar em mais de uma forma de organização, sendo que os dois participam de associação e cooperativa ao mesmo tempo.

Toniasso (2007) diz que as associações de agricultura familiar que têm se formado em todos os estados brasileiros se constituem como organizações sociais ou de economia social. Ele considera também que a exploração da forma coletiva do trabalho surgiu como fonte de renda e experimentação tecnológica para tornar sustentáveis algumas atividades de produção coletiva dessas associações.

Varella (2003) afirma que as formas associativas se constituem na união de pessoas para a busca em conjunto de soluções para problemas comuns, sendo que estes dois movimentos proporcionam o estímulo produtivo. Já Silva (2011) comenta também que formas associativas podem favorecer diretamente ações de fortalecimento dos laços de união entre os seus membros e a realização individual por meio da junção de esforços, sendo estes os princípios de sua criação.

A Figura 14 discrimina quais membros da família tomam as decisões relacionadas à distribuição de serviços; aos aspectos técnicos da condução das culturas e criações; à venda de produtos; aos investimentos que devem ser feitos na propriedade; e em relação à necessidade ou não de financiamento agrícola.

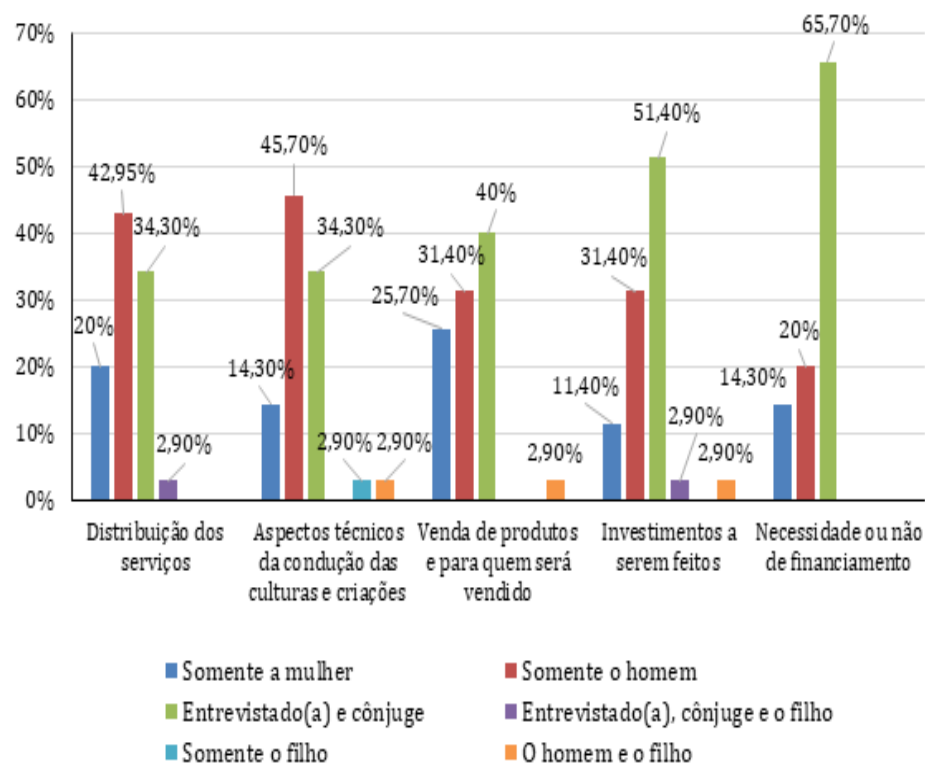
De maneira geral, as mulheres têm participação um pouco maior nas decisões relacionadas às finanças (venda de produtos; investimentos que devem ser feitos na propriedade; e em relação à necessidade ou não de financiamento agrícola) do que aos aspectos técnicos (distribuição de serviços e aspectos técnicos da condução das culturas e criações). Essa participação, na maioria dos casos, se dá de maneira conjunta com o cônjuge em todos os aspectos avaliados, com destaque para as decisões sobre a realização ou não de financiamento.

Em relação à Distribuição dos serviços e dos aspectos técnicos sobre a condução das culturas e criações, na maior parte dos casos é uma decisão exclusiva do homem (42,9% e 45,7% respectivamente).

Embora tenha uma participação importante, fica evidente que a mulher tem menor autonomia em relação às decisões relativas ao estabelecimento, especialmente quanto aos aspectos técnicos de condução das culturas e criações. Em conformidade com esse cenário, Paula *et al.* (2015) comentam que o processo de formação social brasileiro conduziu as mulheres agricultoras familiares a viver em um ambiente em que ficam submetidas às escolhas do marido/pai/filho quanto às decisões a serem tomadas, tornando *natural* a dependência masculina e a sustentação do patriarcado. Siliprandi (2009) afirma que no contexto da agricultura familiar, o

poder sobre as decisões que afetam a família em relação a produção e também ao núcleo de convivência fica na responsabilidade do homem, e a mulher fica sujeita à subordinação. A análise deste trabalho e de trabalhos anteriores conduz a um debate sobre a necessidade de igualdade de gênero em relação ao trabalho das mulheres no campo em geral e na agricultura familiar em particular.

Figura 14 - Distribuição percentual dos agricultores familiares pesquisados, em três assentamentos de Castilho - SP, de acordo com a participação dos membros da família nas decisões.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A participação dos filhos nas decisões é quase desprezível entre os pesquisados e quando ocorre é em conjunto com seus pais. A baixa influência dos filhos pode estar relacionada à ausência desses na propriedade ou pela pouca idade, mas também, em muitos casos, deve-se à estrutura patriarcal de poder presente entre os agricultores familiares. Maia (2011) ao investigar a participação dos jovens rurais

da MRG de Jales-SP nas decisões da propriedade, observou que apesar das respostas deles indicarem alguma presença nas decisões, configurava-se mais a mera emissão de uma opinião, ou seja, a influência do patriarca é muito forte e a participação efetiva dos filhos nas decisões é pequena ou inexistente, fator que influencia na saída deste indivíduo do meio rural, em busca de independência, autonomia e outras oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de reforma agrária aplicadas no Território levaram ao campo muitos agricultores, sendo que a maioria dos *novos* agricultores familiares pesquisados de Castilho já tinham algum tipo de relação com a agricultura antes de retornarem ao campo para se tornarem produtores autônomos.

Apesar desse crescente número de agricultores, estes ainda encontram entraves, como a pressão da competitividade do capitalismo moderno, falta de assistência técnica e extensão rural, recursos e dificuldades na comercialização. Esses fatores evidenciam a vulnerabilidade desse público no aspecto socioeconômico e na produção agrícola, ainda que a criação dos assentamentos rurais tenha melhorado as condições de vida (inclusive a renda) dessas famílias, fato observado em outras pesquisas referentes à reforma agrária e nesse estudo em questão.

Para se manterem no campo, a maioria dos novos agricultores recorre às estratégias que envolvem utilização de mão de obra da família, a produção agrícola para autoconsumo e comercialização complementar, associada a produção de leite destinada majoritariamente à venda. Apesar dos agricultores familiares enfrentarem dificuldades no sistema produtivo e na comercialização, a produção para o autoconsumo é fundamental no enfrentamento da pobreza, na medida em que permitem manter a segurança alimentar e nutricional das famílias.

A organização coletiva predominante dos agricultores é por meio de associações, em que a adesão nesse tipo de organização se dá principalmente para participar de políticas públicas governamentais.

Um aspecto que pode melhorar a situação no campo seria um esforço educativo adicional que propicie uma reflexão crítica de conceitos e práticas patriarcais ainda presentes nas áreas rurais e que leva a subestimar o trabalho e a contribuição das mulheres e dos filhos, dificultando a sucessão familiar na agricultura.

Embora o contexto político e social tenha se alterado de modo significativo, considera-se que a importância atual desse estudo de caso está em discutir as demandas socioeconômicas desses agricultores que surgiram do processo de reforma agrária e, ao mesmo tempo, evidenciar a relevância das políticas públicas dirigidas ao setor. Desta forma pode contribuir, ao lado de outras pesquisas, para

aprofundar as reflexões sobre a constituição e fortalecimento dos assentamentos rurais, especialmente quanto às políticas públicas que apoiem as estratégias dos agricultores familiares para sua permanência no campo com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

AHLERT, L. A sucessão das atividades na Agricultura Familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Brasília: SOBER, 2009. p. 01 - 17. CD-ROM.

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n.1, p 66-83, 1986.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na Agricultura Familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...**, Brasília: SOBER, 2006. p. 01 - 21. CD-ROM.

BATTESTIN, S. **Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES. Viçosa (MG), 2009. 206p.** Dissertação (*Magister Scientiae*) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal Viçosa.

BOURDIEU, P. **Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn**. Paris: Seuil, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Especial/ Incra/nº 03, de 11 de abril de 2005. Estabelece o Módulo Fiscal para os Municípios constantes da tabela anexa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 abr. 2005. Seção 1.

BRASIL. MDS. **Transparência pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos**. 2018. Disponível em: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BRASIL. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n.º 11.497 de 16 de junho de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm Acesso em: 15 set. 2020.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 40. 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Sober, 2002.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e **masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. Texto para discussão n.621

CAMPOI, A. M.; FERRANTE, V. L. S. B. Sistemas de produção e estratégias de permanência na terra: assentamentos rurais no coração da agroindústria. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 10, n. 01, p.45-66, nov. 2006.

CARVALHO, M. P. **Porque o leite cresce tanto no Brasil**. 2006. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/editorial/porque-o-leite-cresce-tanto-no-brasil-30510n.aspx>.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro, 2005. 444p. Tese (Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

CHAMPAGNE, P. **L'héritage refusé: la crise de la reproduction sociale de la paysanne française 1950-2000**. Paris: Seuil, 2002. 336 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COSTA, S. A. O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo

de vida dos sem-terra. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 9, n. 01, p.174-193, nov. 2004.

DESCONSI, C. Os caminhos da volta para o meio rural: Um estudo sobre o caso de Esperança do Sul - RS. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 5, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Cedeplar/face/ufmg, 2007. p. 1 - 27. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/st3_cam_volta_meio_rur.pdf. Acesso em: 11 agosto. 2013.

FAO/INCRA. GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. C. S (coords.) **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília: FAO/INCRA, 2000 (Projeto UTF/BRA/036).

FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F. D.; LAGO, A.; MACHADO, J. A. D. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n.130, p.15-28, 2016.

GONZAGA, D. de A. **Resultados e significados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares de Pereira Barreto (SP)**. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Faculdade de Engenharia da Unesp, Ilha Solteira, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar**: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

HOLANDA JUNIOR, F. I. F. da; CAMPOS, R.T. Análise técnico-econômico da pecuária leiteira no município de Quixeramobim- Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.34, n.4. p 621-646, 2003.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disp. em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf. Acesso em: 26 ago. 2010.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1972&z=cd&o=16&i=P> Acesso em: 27/08/2014.

INCRA. **Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Assentamentos do Brasil**. Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/assentamento>. Acesso em: 22 jan. 2018

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. 1, 1993, 336p.

LEITE, S. *et al.* **Impactos dos Assentamentos**: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro. São Paulo: Unesp, 2004. 391 p.

MAIA, A. H. **Vivências e projetos das jovens rurais**: um olhar sob sua condição da mulher na agricultura familiar e a relação com suas estratégias. 2011. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.

MERGAREJO NETTO, M. Agricultura familiar e sua organização. **Revista Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 2, p.17-30, dez. 2008. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/194/371>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PAULA, A. C. *et al.* O cotidiano das relações de gênero e agricultura familiar. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 18, n. 01, p.43-55, nov. 2015. Semestral.

PETINARI, R. A.; BERGAMASCO, S. P. P.; TERESO, M. J. A. Estratégias de reprodução social de agricultores familiares da região de Jales-SP. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8, 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: Alasru, 2010. p. 1 - 20.

PORTO, S. I. *et al.* Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: **10 Anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, p. 34-56. out. 2013.

SANT'ANA, D. Z. **Visões dos sujeitos escolares sobre a educação do campo na**

microrregião geográfica de Andradina. 2016. 311 f. Dissertação (Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

SANT'ANA, A. L., BUOZO, J. C., VERCESE, F., TARSITANO, M. A. A., COSTA, S. M. A. L. Caracterização das famílias e da produção de quatro assentamentos da região de Andradina-SP In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34, 2006, Fortaleza (CE). **Anais...** Brasília: Sober, 2006. CD-Rom. p.01 – 19.

SANT'ANA, A. L. *et al.* **Quem são os novos agricultores familiares?** A reprodução social dos agricultores familiares e a formação de novas unidades familiares na microrregião de Jales-SP. Relatório de Pesquisa, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Unesp, 2014. 89p.

SCHNEIDER, S. *et al.* Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p.99-121, 2003.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) -Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, F. C. da. **Agricultura Familiar em duas microrregiões do Noroeste do Estado de São Paulo:** Uma análise comparativa entre as explorações agropecuárias e as políticas públicas dirigidas ao segmento. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Agrônômica, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira, 2012.

SILVA, F. C. *et al.* Práticas Agrícolas Alternativas Empregadas pelos Agricultores Familiares da Microrregião de Andradina (SP) e a sua Correlação com Sistemas Agroecológicos: Possibilidades e Entraves. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, 2009.

SILVA, F. C. **Tecnologia social pais (produção agroecológica integrada e sustentável):** uma alternativa para a promoção de avanços dentro da perspectiva da agroecologia? As experiências vivenciadas no Território Rural Prof. Cory/Andradina (SP). 2016. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira, 2016

SILVA, K. R. D. **Análise da comercialização e do impacto do PAA e PNAE na condição de vida das famílias agricultoras de bananeiras, na Paraíba.** 2011. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Curso de Gestão Pública Municipal, Departamento de Economia, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

SILVESTRE, A. L. **Análise de Dados e Estatística Descritiva.** São Paulo: Escolar Editora, 2007. 352 p.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis (SC) - Brasília: Epagri; - NEAD/MDA, 2001. 102p.

SIMONATO, D. C. *et al.* Condições socioeconômica e qualidade de vida de um Assentamento Rural no Noroeste Paulista, Ilha Solteira. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 17, n. 02, p.231-255, nov. 2014.

SPANVELLO, R. M. Jovens rurais, identidade social e reprodução geracional. In: CONGRESSO DA SOBER, 43, 2005. Ribeirão Preto - São Paulo. **Anais...** Ribeirão Preto (SP): SOBER, 2005. Cd-Rom.

SOARES, I. F. *et al.* Agricultura Familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no Município de Condado –PB. **Revista Infotecnarido, Mossoró-RN**, v.3, n.1, p.56-63, 2009.

TONIASSO, H. R. *et al.* Agricultura familiar e associativismo rural - o caso associação harmonia de agricultura familiar de Mato Grosso do Sul e a sua sustentabilidade. **Informe Geográfico**, v. 12, n. 2, 2007.

VARELLA, M.; PLATIAU, A. 2003. Estímulo ao associativismo no Brasil: algumas propostas de políticas públicas. **Revista de Informação Legislativa**, 40(159): 319-333.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. P. Fundo: EDI-UPF, 1999. p. 23-56.

WEDIG, J. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; RAMBO, A. G. A Juventude rural e a ucessão Hereditária em um assentamento de Reforma Agrária. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina. p. 1 - 11. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/790.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2014.



Análisis comparado de las fuentes de renta de dos comunidades rurales en Paraguay y Colombia

Lynda Mayerli Ospina Rengifo¹

Leticia Molinas Bogado²

RESUMO: Os processos modernos gerados pela agricultura comercial acabam influenciando as pequenas propriedades, por isso, quando não dispõem de meios e recursos para aderir a essa técnica, adotam estratégias de sobrevivência associadas a outras atividades geradoras de renda, que podem atingir uma parcela notável em sua renda bruta. A venda de mão de obra, transferências sociais e ações de autossuficiência são válidas em relação à agricultura. Este trabalho busca oferecer uma perspectiva sobre a versatilidade dos territórios rurais, a necessidade de assimilá-los como cenários economicamente dinâmicos, com valores intangíveis, centrais para sua reprodução social e produção sustentável. Através da análise comparativa da composição e fontes de renda de duas comunidades rurais, localizadas em Escobar, departamento de Paraguari, Paraguai, e San Juan de Arama, departamento de Meta, Colômbia. Para isso, além de uma revisão bibliográfica, utilizou-se a coleta de dados de campo a partir de um questionário, construído pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Agricultura Familiar na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Alguns resultados indicam a existência de 5 principais fontes de rendimento, e abrangência das atividades não agrícolas e os anos financeiros negativos na agricultura de algumas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Assentados da Reforma Agrária; Associados da APRUPO; controle fitossanitário; Conhecimento Tradicional.

ANÁLISIS COMPARADO DE LAS FUENTES DE RENTA DE DOS COMUNIDADES RURALES EN PARAGUAY Y COLOMBIA

RESUMEN: Los modernos procesos generados por la agricultura comercial acaban influyendo en las pequeñas explotaciones, por esto, cuando no disponen de medios y recursos para adherirse a esta técnica, adoptan estrategias de sobrevivencia asociadas a otras actividades generadoras de ingresos, que pueden alcanzar una porción notable en su renta bruta. La venta de mano de obra, transferencias sociales y las acciones de autossuficiencia, cobran validez en relación a la agricultura. Este trabajo busca aportar una perspectiva sobre la polivalencia de los territorios rurales, la necesidad de asimilarlos como escenarios economicamente dinámicos, de valores intangibles, centrales para su reproducción social y producción sostenible. Mediante el análisis comparado de la composición y las fuentes de renta de dos comunidades rurales, ubicadas en Escobar, departamento de Paraguari, Paraguay, y San Juan de Arama, departamento del Meta, Colombia. Para ello, además de revisión bibliográfica, se empleo toma de datos de campo a partir de un cuestionario, construido por el Grupo de Estudio y Pesquisa sobre Agricultura Familiar en América Latina de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA). Algunos resultados indican existencia de 5 fuentes principales de ingresos, el alcance de las actividades no agrícolas y los ejercicios económicos negativos en las agriculturas de algunas familias.

¹Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA. E-mail: mayeospina@outlook.com

²Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. UNILA. E-mail: somrengifo@gmail.com

PALABRAS CLAVE: Fuentes de Renda; Agricultura Familiar; Comunidad Rural.

INTRODUCCIÓN

Los procesos históricos de desigualdad en las zonas rurales que han sufrido a lo largo de las generaciones las familias campesinas, resultan ser un fenómeno que hasta nuestros días se niega a desaparecer, actualmente estos se manifiestan en estados de fragilidad social y económica a los que se adhieren, aspectos como el aumento de la incertidumbre y el nulo control sobre los riesgos asociados a la producción agropecuaria, consecuencia en mucha parte de la presión que ejercen sobre las pequeñas propiedades las constantes transformaciones y la agresiva mercantilización que la agricultura ha adquirido en las décadas recientes, de esta manera, la falta de medios para su incorporación en esta modalidad productiva, termina por incentivar el desenvolvimiento de estrategias de sobrevivencia asociadas a otras actividades generadoras de ingresos.

Probablemente un porcentaje sustancial de familias campesinas latino-americanas componen su renta bruta de la realización de actividades diversificadas, y una importante porción de esta, responde a actividades diferentes a la mera producción agrícola y pecuaria con fines comerciales dentro de la propiedad. En ese sentido una de estas actividades es la prestación de la fuerza de trabajo, que generalmente puede ser trabajo agropecuario en otras fincas con producciones de mayor extensión o en la prestación de otros servicios. La proporción del trabajo asalariado agropecuario en el total de la renta, varía de un territorio a otro, sin embargo la necesidad de acudir a esta fuente de renta por las familias está dada por las condiciones de acceso a bienes y medios para el desarrollo propio de la agricultura, de manera que en muchos casos las familias que más dependen de la venta de su mano de obra para la complementación de sus ingresos, son campesinos pobres con poca o sin tierra y recursos para la producción.

Según Boltvinik (2007), para que una explotación agrícola familiar pueda sustentarse adecuadamente sólo del trabajo invertido en su parcela y por tanto, no tenga necesidad de buscar fuentes adicionales de empleo, depende evidentemente de los factores que explican la productividad del trabajo agrícola, así como los precios relativos que enfrenta. La estacionalidad de la agricultura, resulta ser también una condición, que determina la demanda de mano de obra, de modo que estos requerimientos no son uniformes a lo largo del año, y solo algunas labores requieren el empleo permanente de personas. De este modo, en los periodos de escaso trabajo las familias deben desarrollar una variedad de oficios que complementen sus ingresos, o que fortalezcan sus producciones de subsistencia, lo cual puede derivar en periodos donde aumenta la vulnerabilidad de las familias y las situaciones de

pobreza, además de permanecer supeditados en gran forma a las condiciones que el mercado de trabajo disponga.

Aun con la importancia del trabajo asalariado en la formación de la renta bruta de muchas familias, también ocurre el desarrollo de actividades que más allá de ser económicamente significativas, tienen valores socioculturales en las comunidades, asimismo generalmente se incorporan en éstos, procesos de transformación de alimentos primarios o el aprovechamiento de productos forestales no maderables.

Ciertamente las familias campesinas y en este caso las analizadas en este trabajo, pueden proporcionar una mirada bastante amplia, que permite percibir lo rural como algo más complejo y significativo a la producción agropecuaria, bajo este criterio, en el presente trabajo se busca analizar estas dinámicas a través del estudio de la composición de las fuentes de renta de estas familias, el grado de diversificación que emplean y su caracterización.

METODOLOGIA

Además de una revisión bibliográfica, se aplicó un instrumento de recolección de datos de campo en los meses de diciembre de 2018 y 2019, este cuestionario fue construido colectivamente por los estudiantes de Grupo de Estudio y Pesquisa en Agricultura Familiar en América Latina (Gepal) de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana UNILA, en el marco de una investigación más amplia. Las entrevistas contenían preguntas dirigidas no solo a la identificación de las fuentes de renta, sino también la caracterización de la familia, de la unidad de producción y sus perspectivas hacia la agricultura y los espacios rurales. Fueron entrevistadas 12 familias de la comunidad de la *Vereda Los Micos* del municipio de San Juan de Arama, Meta en Colombia y a 10 familias de la comunidad *Ybyraty*, ubicada en el distrito de Escobar del departamento Paraguari en Paraguay. Los valores se obtuvieron en monedas locales, Guaraníes (PYG) y pesos Colombianos (COP) respectivamente, y se utilizó como referencia el precio promedio del dólar estadounidense (USD) para el año 2019.

La renta agropecuaria por autoconsumo se calculó en base a los precios de venta, mientras la renta agropecuaria se obtuvo por cálculo de $RA: PB - (CI+D+OG)$. (RA: Renta Agropecuaria, PB: Producto bruto, CI: Consumo Intermediario, D: Depreciación, OG: Otros Gastos).

CONTEXTO LOCAL

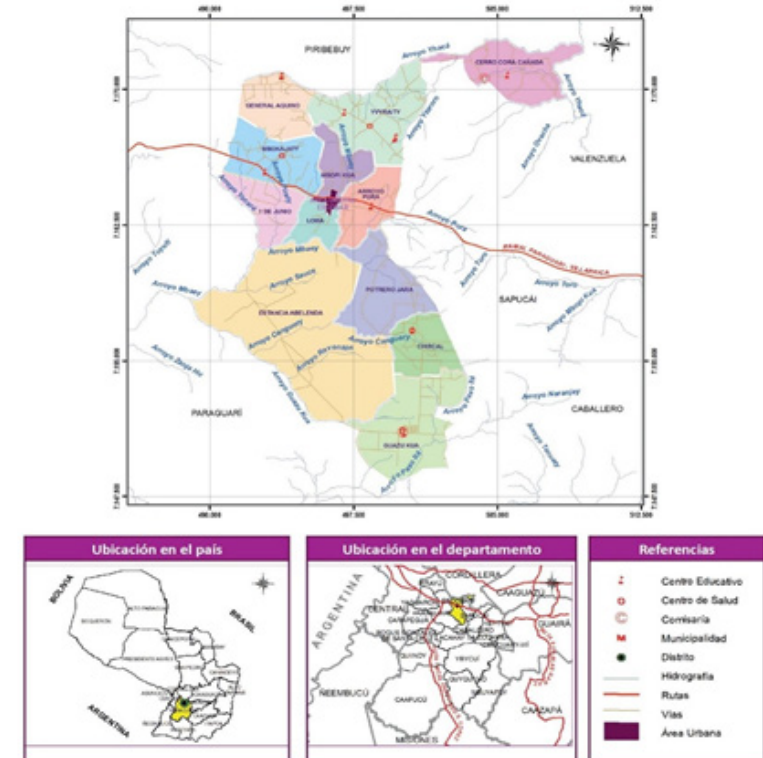
COMUNIDAD RURAL YBYRATY EN PARAGUAY

Escobar es un distrito perteneciente al departamento de Paraguari, el cual posee un perfil altamente rural, está ubicado a aproximadamente 12 kilómetros de la

ciudad capital homónima del departamento y a 78 kilómetros de la capital del país Asunción. Escobar tiene una subdivisión en pequeñas comunidades, una de ellas, la compañía Ybyraty, ubicada sobre la parte alta de Escobar, a unos 8 kilómetros de su zona urbana. Se encuentra a una altura de 121 metros sobre el nivel del mar, la temperatura en media es de 21°, sin embargo, en época de verano puede alcanzar máxima de 39° y en invierno una mínima de 2°, Escobar lleva su nombre en honor al General Patricio Escobar uno de los héroes de la recordada guerra de la triple alianza.

Según la Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos DGEEC (2015), en su proyección poblacional, el distrito en el 2020 cuenta con una población de 8.725 habitantes de los cuales 4.608 son hombres y 4.117 son mujeres. La actividad económica principal es la ganadería y la agricultura de la que se destacan los cultivos de Mandioca, Poroto, Maíz, Algodón y Caña de azúcar, posee también esta región, una cadena de cerros que pasan por Escobar, correspondiendo espacios en los que prosperan los recursos naturales.

Figura 1 - Distrito-Escobar, ubicada en el departamento Paraguari- Paraguay.



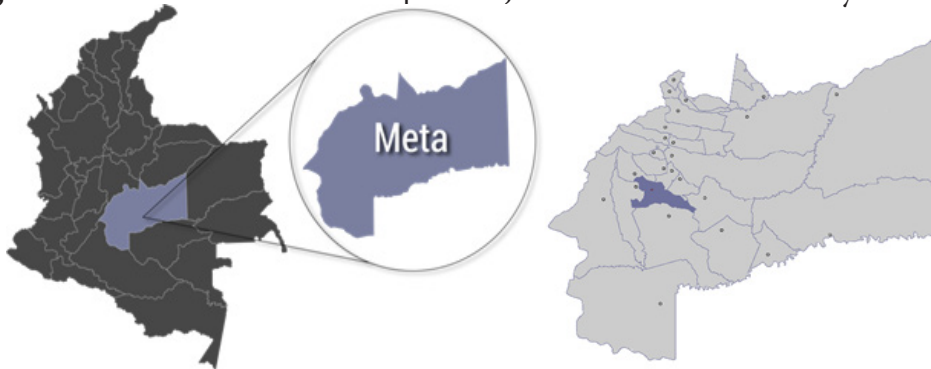
Fuente: STP/DGEEC. Cartografía digital Censo Nacional de Población y Viviendas (2012).

COMUNIDAD DE VEREDA LOS MICOS EN COLOMBIA

San Juan de Arama, perteneciente al departamento del Meta en Colombia. Según el PNUD (2013), el municipio se encuentra en un importante nodo de comunicaciones entre la región del Ariari y la Serranía de La Macarena, está ubicado a 205 Km al sur oriente de Santa Fe de Bogotá D. C. en el sur occidente del departamento del Meta. Desde el punto de vista climático se encuentra entre los pisos térmicos cálidos y templados cuya temperatura oscila entre 18 y 32 °C.

Según el Departamento Administrativo de Estadística DANE, en sus proyecciones de población municipal (2018). Para el año 2021, la población total del municipio se contempla en 8.938 habitantes, de los cuales 4.463 asentados en la cabecera urbana, mientras en centros poblados y rurales disperso una población de 4.475. La principal actividad en la región es la ganadería, que se desarrolla de manera diferenciada en 2 formas principales, en las grandes explotaciones se desarrolla a través de producciones extensivas y la ganadería de las pequeñas explotaciones se viene consolidando como una actividad ganadera de doble propósito, con una orientación hacia prácticas agroecológicas y de reconversión ambiental.

Figura 2- Localización del municipio San Juan de Arama en el Meta y Colombia.



Fuente: Cero setenta Uniandes (2019).

La vereda Los Micos en su estructura fundiaria, fue en gran parte determinada por procesos de distribución de tierras, derivados del crédito fundiario, a través del Instituto Colombiano de la Reforma Agraria INCORA entre los años 1964 al 2002 y, además por las distribuciones y variaciones en la propiedad, dadas por las dinámicas de libre compra y venta de tierras por las actividades de colonización y posesión de algunas áreas.

Esta comunidad presenta un vasto contraste con respecto al acceso y uso de las tierras, por una parte, el territorio de la vereda está ocupado y destinado a la producción de ganado bovino de carne a partir de modelos productivos extensivos

en haciendas ganaderas de 200 a 2.500 hectáreas, mientras existen propiedades con extensiones menores a 1 hectárea, donde el principal fin es el autoabastecimiento familiar.

Las 12 familias caracterizadas, tienen una ubicación territorial en la comunidad, determinada por la presencia de la escuela Primaria Peñas Frías, estando sus viviendas instaladas alrededor de esta y de la vía principal de acceso a la comunidad, una particularidad, es la proximidad de las familias, no solo territorialmente, si no por relaciones de vecindad y reciprocidad establecidas por los trabajos cotidianos del campo, sin embargo estos procesos de cercanía no se generan en el mismo grado con las familias de fincas de mayor extensión, ya que espacialmente son alejadas de las demás y generalmente son administradas por foráneos que en la mayoría de casos son contratados temporalmente.

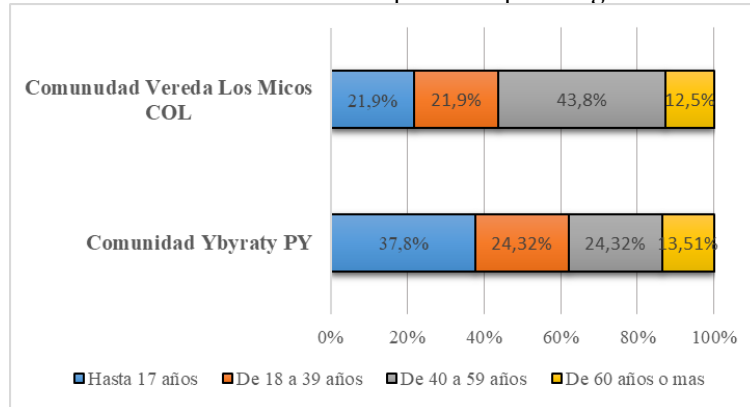
Esta es una de las primeras comunidades municipales a la que se le atribuyó personería jurídica, por otra parte, los habitantes más antiguos son de algún modo sobrevivientes del proceso de violencia en las décadas recientes.

CARACTERÍSTICAS DE LAS FAMILIAS Y LA UNIDAD DE PRODUCCIÓN.

En la comunidad paraguaya Ybyraty se entrevistó a 10 familias, los hogares están en promedio conformados por 4 individuos, por lo que la investigación allí alcanzó a 37 personas, de estas, 20 son mujeres y 17 hombres, por otro lado, en la comunidad rural de la vereda Los Micos, la encuesta aplicada en 12 familias, alcanzando en total a 32, de las cuales 10 son mujeres y 22 son hombres y los hogares se integran en media por 3 personas.

El trabajo de campo en ambas comunidades alcanzó a 69 personas, quienes se encuentran dentro de los siguientes rangos de edad como se muestran en el gráfico I, de la que podemos extraer que la mayor parte, de las personas entrevistadas en la comunidad Ybyraty, son niños y jóvenes menores de edad, en proceso de formación escolar, también que el 24,3% de las personas, se encuentran en el rango de 18 a 39 años y en una misma proporción las personas de entre 40 y 59 años. En contraste la comunidad de la Vereda Los Micos, donde fueron involucradas 32 personas, la mayor parte de los entrevistados están entre los 40 y los 59 años, seguido de los menores a 17 años y de 18 a 39 años que se conforman en una misma proporción, para el caso de ambas comunidades hay una proximidad en el porcentaje de adultos mayores de 60 años.

Gráfico 1- Distribución de las personas por rangos de edad.



Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

En Ybyraty la extensión total de las propiedades estudiadas es de 39 hectáreas, la propiedad de menor extensión abarca 1 y la de mayor 16, estas tierras tienen casi en su totalidad títulos de propiedad, apenas una parte son utilizadas mediante arreglos de uso del suelo y en asocio con otras familias. La principal destinación de la producción agropecuaria es la comercialización, y en segunda medida el autoconsumo, hay una fuerte vinculación de las personas hacia las cooperativas y asociaciones de productores, que son las organizaciones de quienes reciben principalmente apoyo y asistencia técnica, estas familias ocasionalmente contratan fuerza de trabajo externa temporal. El uso del suelo está dado principalmente para cultivos temporales entre los que se destacan productos como mandioca, poroto y maíz, las áreas destinadas al pastoreo y los cultivos permanentes, en una medida menor se presentan las zonas de conservación, cultivos forestales de especies introducidas, y tierras inapropiadas para la agricultura.

Para el caso de las familias de Vereda Los Micos, el área total de las propiedades estudiadas es mayor respecto de Ybyraty, también son tierras en su generalidad con titulación, y su principal destinación son las zonas de pasturas, según las personas entrevistadas, esto obedece a que la región posee características climáticas y naturales que le proporcionan vocación para la ganadería, también toman importancia los cultivos permanentes y las áreas de conservación, y en una menor proporción se ubican los cultivos transitorios y los estanques piscícolas. En aspectos productivos una de las actividades agropecuarias más comunes entre las 12 familias es la producción de leche, seguida por la siembra de la mandioca, de cacao, de plátano y cítricos, así como la cría de aves y la piscicultura, así como la producción de frutas y legumbres para el autoconsumo.

Tabla 1- Uso del suelo.

Comunidad rural	Cultivos temporales	Cultivos permanentes	Pastos naturales o cultivados	Bosques nativos o áreas de preservación	Foresta plantada	Terras inap. e degradadas	Otro	Área total
Comunidad Vereda Los Micos	1,3%	13,77%	61,1%	21,2%	0,7%	0%	2,0%	100%
Comunidad Ybyraty	34,6%	16,7%	23,1%	10,3%	12,8%	2,6%	0%	100%

Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

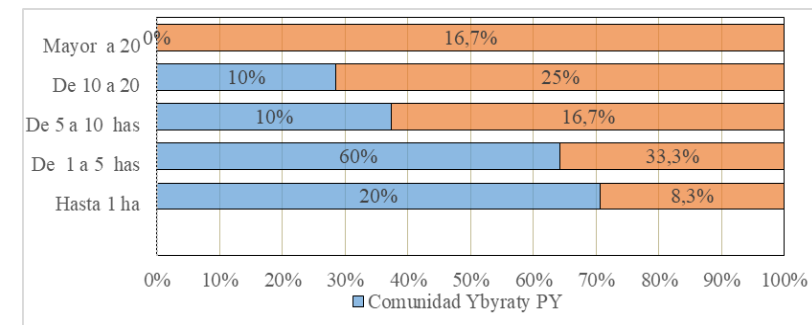
Cotejando los dos casos, el promedio del área de las propiedades de ambas comunidades tiene una diferencia bastante marcada, por lo cual podríamos afirmar sin tener en cuenta variables técnicas, o aspectos socioculturales e históricos de ambos países, que la comunidad de la Vereda Los Micos tiene un mayor acceso a tierras, sin embargo al analizar cómo se distribuyen las fincas por las extensiones de sí mismas, encontramos que en ambos casos la mayoría de las propiedades son de menor extensión, es decir tienen entre 1 y 5 hectáreas.

Tabla 2- Extensión de las propiedades rurales de las familias.

Comunidad rural	Hasta 1 ha	De 1 a 5 has	De 5 a 10 has	De 10 a 20	Mayor a 20	Total	
Comunidad Ybyraty PY	Valores relativos	20%	60%	10%	10%	0%	100%
	Absolutos No. propiedades	2	6	1	1	0	10
Comunidad Vereda Los Micos COL	Valores relativos	8%	33%	17%	25%	17%	100%
	Absolutos No. propiedades	1	4	2	3	2	12

Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

Gráfico 2- Extensión de las propiedades rurales.



Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

FUENTES DE RENTA DE LAS COMUNIDADES RURALES DE LA VEREDA LOS MICOS E YBYRATY.

Teniendo como base las informaciones recopilada en ambos casos, identificamos principalmente 5 tipos de fuentes de renta, así:

A. Renta agropecuaria vía comercialización.

Producción agrícola, ganadera, forestal, productos transformados.

B. Renta agropecuaria vía autoconsumo.

Productos de la pecuaria como leche, carne, huevos.

Productos de la agricultura como mandioca, maíz, frutas.

Alimentos transformados como derivados lácteos, cárnicos u otros.

C. Rentas no agrícolas y trabajo fuera de la finca.

Rentas obtenidas a través del trabajo asalariado en actividades agropecuarias, de servicios, servidores públicos, educación, negocios propios, etc.

D. Rentas por beneficios o transferencias sociales.

Rentas obtenidas por subsidios o programas sociales, pensión, jubilación, auxilio de enfermedad o desempleo y otros.

E. Otras fuentes.

Rentas por alquiler de tierras, arrendamiento de vivienda, maquinaria, aportes de familiares etc.

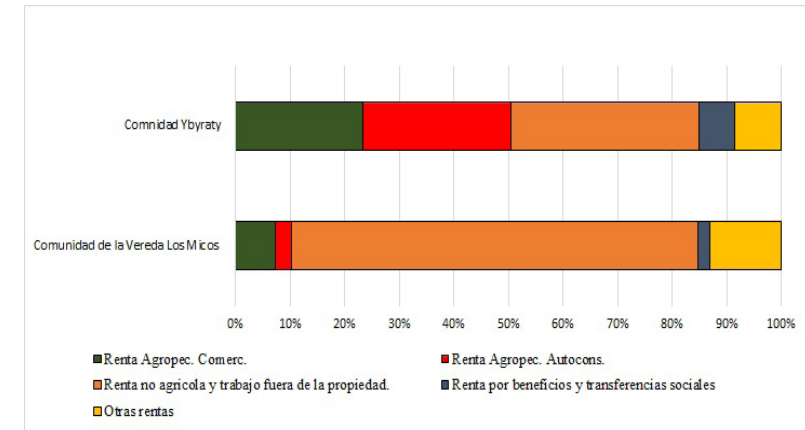
Estas cinco fuentes de renta identificadas, están presentes en las dos comunidades, distribuidas en proporciones distintas, como se evidencia en el gráfico III La renta agropecuaria vía comercialización, representa en la comunidad Ybyraty el 23% de la renta bruta, mientras en la comunidad de la vereda Los Micos simboliza apenas el 7%, estos valores contrastan bastante si tenemos en cuenta el área disponible para ambas comunidades, pues las propiedades de las familias paraguayas tienen en media un área menor que las propiedades que la comunidad Colombiana. Por otra parte las rentas no agrícolas y trabajo fuera de la propiedad, tiene una significación muy importante, pues son la principal fuente de ingresos en ambos casos, sobre todo para la comunidad de la Vereda Los Micos, pues representa el 74% de la renta bruta de las 12 familias, y se concentra ante todo en la venta de la fuerza de trabajo, especialmente para la realización de labores agrícolas en cultivos de palma africana y la ganadería, sin embargo se destaca la prestación de servicio público, y de negocios propios.

En la comunidad Ybyraty las rentas no agrícolas (7%) también son mayores a la renta agropecuaria vía comercialización, a pesar de esto, no se da en una proporción tan alta. La venta de la mano de obra no se da solamente en actividades de campo, los sectores en los que se prestan servicios son variados, ubicamos entre esos, que

las personas se emplean en establecimientos de comercio, servicio público, prestan servicios domésticos, entre otras.

Las rentas contabilizadas por la producción para el autoconsumo señalan una importante divergencia. Para la comunidad Ybyraty simboliza el 27% de la renta total, siendo la segunda fuente más importante, estando por encima de la renta comercial agropecuaria, esto indica, que las familias priorizan la producción agropecuaria para el consumo familiar antes que para la comercialización, no obstante para la comunidad de la Vereda Los Micos, el autoconsumo es apenas el 3% de la renta bruta, de modo que esta fuente de renta solo está por encima de los ingresos obtenidos por beneficios o transferencias sociales.

Gráfico 3 - Renta bruta en valores relativos de las dos comunidades.



Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

La renta agropecuaria vía autoconsumo según los entrevistados está bastante influenciada por un lado por la cantidad de área de que disponen las familias y por otra por la oferta de fuerza de trabajo familiar y consecuentemente la necesidad de establecer una estrategia de seguridad alimentaria, dados los requerimientos en las familias donde hay niños y jóvenes en edad escolar, de esta manera, las dos comunidades establecen una relaciones entre la familia y los cultivos de pan coger.

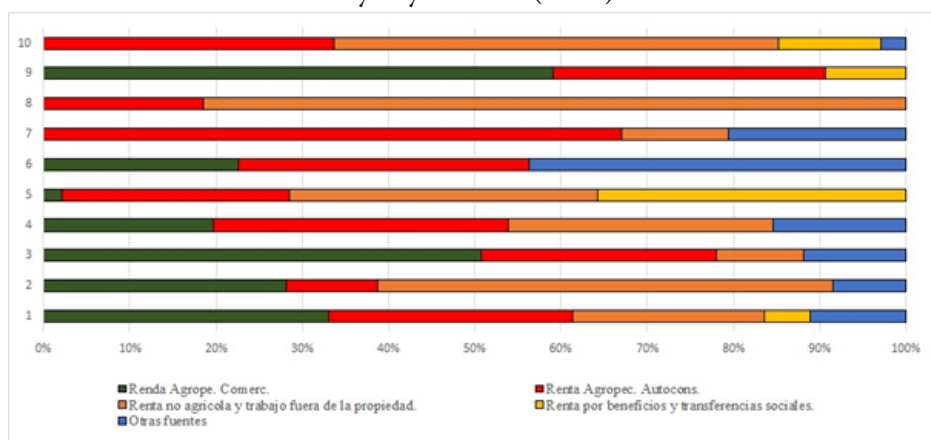
Las rentas obtenidas por beneficios o transferencias sociales, en valores absolutos representan una contribución baja en la renta bruta respecto de las otras fuentes de ingreso, sin embargo, estas no carecen de importancia. Para las familias de la Vereda Los Micos, estos beneficios están representados en su mayoría por el aprovechamiento de un subsidio entregado a nivel nacional a las familias de menores ingresos, como parte de la política pública de seguridad alimentaria y nutrición para la población infantil, de forma similar ocurre para las familias de

la comunidad Ybyraty, además de este, las familias también perciben beneficios sociales dirigidos a personas de la tercera edad por programas sociales similares en los dos casos, a pesar de estos, en ninguna de las familias de ambas comunidades se perciben ingresos por pensiones de jubilación o relacionados. Por último, los ingresos clasificados como otras rentas, son significativas en las familias de ambos casos, estas fuentes de renta incluyen actividades como el arrendamiento de tierras o de viviendas a terceros, así como la obtención de transferencias económicas por parte de familiares, que se da generalmente en las propiedades con personas mayores.

DIVERSIFICACIÓN DE LAS FUENTES DE RENTA POR FAMILIA EN LA COMUNIDAD YBYRATY.

Las familias de la comunidad Ybyraty, configuran su renta bruta de manera diversa, sin embargo sobresalen valores comunes entre las familias como las contribuciones que se realizan económica y socialmente por cuenta de la producción agropecuaria destinada al consumo del hogar. Todavía en la familia número 2, donde prevalece la renta no agrícola, el autoconsumo representa el 11% del total de la renta, en ese sentido sobresale el caso de la familia número 7 que deriva el 67% de su renta de esta fuente, esto visto desde una perspectiva de seguridad alimentaria, nos muestra un proceso bastante significativo de la familia en el abastecimiento de alimento, caso similar al de las familias 1, 2, 3, 4, 5, 6 y 9, es decir la mayor parte de las encuestadas en esta comunidad, esto nos indica que la economía campesina se desarrolla bajo la dinámica de la producción para el autoconsumo, colocando un importante valor de autosuficiencia en la comunidad.

Gráfico 4 – Fuentes de renta en valores relativos de las familias de la comunidad Ybyraty anuales (2019).

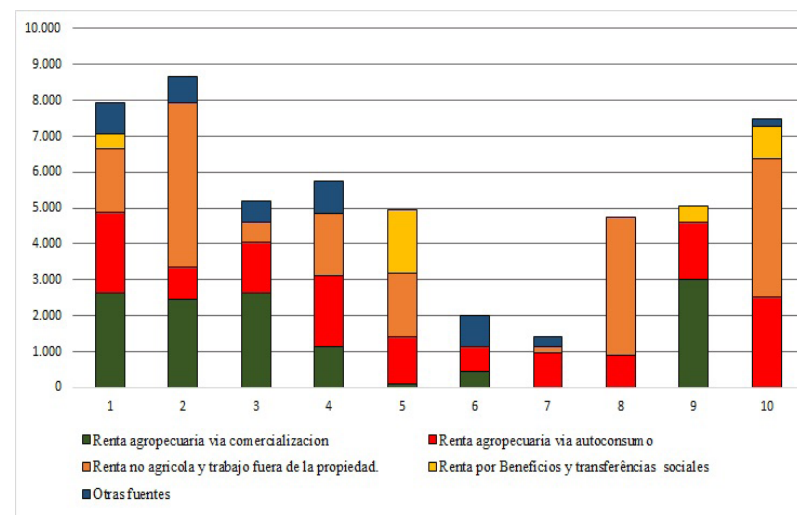


Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

La renta por comercialización agropecuaria está fundamentada en la producción de un grupo de alimentos bastante comunes, que son productos básicos de la alimentación paraguaya, la cría de aves y cerdos, así como del ganado bovino, son producidos sobre todo para el consumo doméstico y para el que se destina buena parte del área útil de la comunidad.

La producción agropecuaria vía comercialización en Ybyraty es muy significativa y ha sido orientada hacia cadenas cortas de comercialización, especialmente en ferias campesinas locales, y de otros municipios cercanos cuando se hace necesario, también para el abastecimiento de establecimientos comerciales de la localidad. Estos procesos son resultado de la gestión de las propias familias, ya que están vinculadas a los comités de productores/as de las organizaciones campesinas. Las familias no solo venden sus productos, sino que se abastecen de los que no producen en sus fincas, pero que son producidos por sus propios vecinos, de esta manera no solo generan su renta por la comercialización de sus productos, si no que están adquiriendo otros de los que conocen su origen y la forma en que fueron cultivados, lo cual genera tratos recíprocos, y el desarrollo desde las familias productoras, pues según las personas entrevistadas no hay un trabajo coordinado con la municipalidad, ni se generan iniciativas significativas o proyectos de apoyo a la agricultura.

Gráfico 5- Renta absoluta (en promedio USD) de las familias de la comunidad Ybyraty Los por fuentes en valores anuales (2019).



Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

Para el año 2019, el salario mínimo en Paraguay alcanzaba los \$4. 069 Dólares

Estadounidenses al año, esta cuantía en el país representa el valor mínimo que debe remunerarse a una persona por su trabajo, sin embargo puede utilizarse también como valor de referencia para la subsistencia mínima familiar, aunque la mayoría de las familias pesquisadas alcanzan el valor del salario mínimo paraguayo anual, como se muestra en la tabla III, salvo por el caso 6 y 7 quienes no alcanzan a obtener al menos este nivel de ingreso al año, ninguna de las familias cumple el nivel de reproducción simple calculado de la siguiente manera;

NRS: Renta Agropecuaria (Comercialización+Consumo)

No. De personas en capacidad de trabajo*Valor Salario Mínimo Anual.

Tabla 3 – Renta absoluta (en promedio USD) de las familias de la comunidad Ybyraty por fuentes en valores anuales (2019).

Unidad Familiar	Renta agropecuaria via comercializacion	Renta agropecuaria via autoconsumo	Renta no agricola y trabajo fuera de la propiedad.	Renta por Beneficios y transferencias sociales	Otras fuentes	Renta total
1	2.632	2.250	1.764	423	882	7.952
2	2.440	919	4.573	0	735	8.667
3	2.643	1.422	529	0	617	5.211
4	1.132	1.970	1.764	0	882	5.748
5	103	1.308	1.764	1.764	0	4.940
6	456	684	0	0	882	2.021
7	0	956	176	0	294	1.426
8	0	882	3.867	0	0	4.749
9	2.999	1.598	0	476	0	5.074
10	0	2.525	3.867	882	221	7.495
Valores totales USD	12.405	14.513	18.305	3.546	4.513	53.283

Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

DIVERSIFICACIÓN DE LAS FUENTES DE RENTA POR FAMILIA EN LA COMUNIDAD VEREDA LOS MICOS

De la renta comercial agropecuaria, en el caso de la comunidad de la Vereda Los Micos los productos más comunes son la producción lechera, que es una actividad presente en casi la mitad de las 12 propiedades, a parte de esta, se encuentra el cultivo de cacao, plátanos, mandioca, la cría de aves de corral y cerdos. Estas producciones agrícolas y pecuarias, aunque sean principalmente de finalidad comercial, son realizadas con el doble propósito de utilizarse para el consumo y alimentación del grupo familiar. Como factor diferencial encontramos la explotación piscícola, por el cultivo de tilapia y cachama, en solo dos fincas, que, aunque en el ejercicio productivo del año en análisis, no presenten resultados positivos, ha sido una

actividad en proceso de consolidación, en esta y otras comunidades del municipio de San Juan de Arama.

La piscicultura en este caso posee un enfoque muy interesante dado por un proceso asociativo que han desarrollado las familias de varias comunidades, alrededor de una organización rural de pequeños productores, a través de la cual gestionan de manera colectiva el acceso financiado a los alevinos, las raciones de alimentos, el apoyo técnico y otros beneficios, importantes. Sin embargo, como es característica de la producción agrícola y pecuaria los riesgos por factores ambientales y climáticos, además de la volatilidad de los precios, pueden jugar en contra de los campesinos, que incluso con recibir apoyo de organizaciones de productores, pueden terminar teniendo pérdidas económicas, como se puede ver en la tabla IV de fuentes de renta, especialmente de la renta agropecuaria vía comercialización de la familia 1 y la familia 3. En estos dos casos, según los jefes de familia, en la cosecha de tilapia para el ejercicio económico de ese año se obtuvieron estos resultados por cuenta de las mudanzas en los precios de venta con respecto a los ejercicios productivos anteriores. A diferencia de la familia 1, la familia 3 complemento su renta con actividades adicionales que pueden clasificarse en otras fuentes de renta, ya que se derivan del arrendamiento de tierra y vivienda. La familia 1 tiene una renta bruta negativa, sin embargo, aunque no se refleje, han conseguido sostener su unidad familiar, con excedentes del trabajo piscícola del año anterior, que en este caso no han sido considerados como una fuente de renta del año en cuestión.

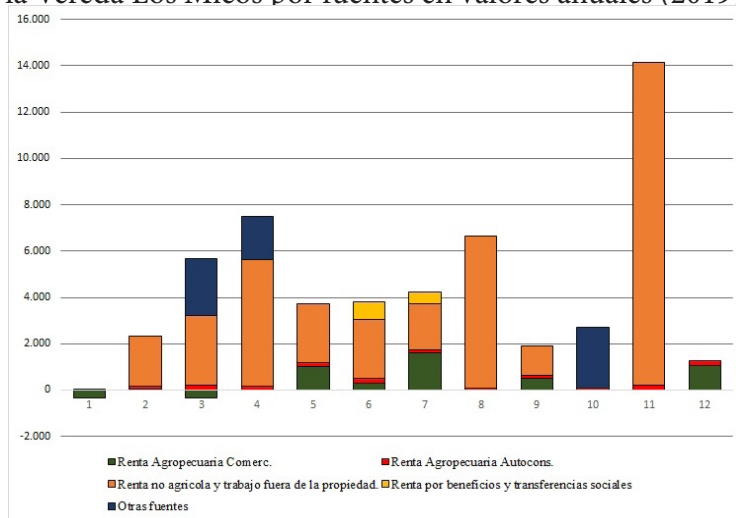
Tabla 4 – Fuentes de renta absoluta (en promedio USD) de las familias de la comunidad de la Vereda Los Micos (2019).

Unidad familiar	Renta Agropecuaria Comerc.	Renta Agropecuaria Autocons.	Renta no agricola y trabajo fuera de la propiedad.	Renta por beneficios y transferencias sociales	Otras fuentes	Renta total
1	-356	38	0	0	0	-318
2	50	98	2.193	0	0	2.341
3	-363	212	3.016	0	2.437	5.301
4	0	164	5.483	0	1.850	7.497
5	1.014	163	2.559	0	0	3.736
6	276	210	2.559	749	0	3.794
7	1.620	110	2.010	475	0	4.215
8	0	80	6.579	0	0	6.660
9	511	108	1.279	0	0	1.898
10	0	66	0	0	2.632	2.698
11	2	194	13.963	0	0	14.159
12	1.068	191	0	0	0	1.259
Valores totales USD	3.822	1.634	39.641	1.224	6.918	53.239

Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

A modo general es notoria la importancia de las actividades no agrícolas en la composición de la renta total de estas familias rurales, en este sentido la venta de la fuerza de trabajo es la principal actividad generadora de renta, allí es importante notar que es una actividad común en todas las propiedades pesquisadas, estas personas se emplean principalmente en actividades u oficios relacionados a la actividad agropecuaria en fincas más grandes, también como servidores públicos y otros. La producción para el autoconsumo es la actividad con menor proporción en relación a la renta total, sin embargo, es una práctica realizada por la totalidad de las familias encuestadas, las rentas por beneficios o transferencias sociales tienen una mínima contribución en el total de la renta, ya que los beneficios sociales pertenecen principalmente a programas sociales dirigidos a niños niñas y adolescentes menores de 18 que requieren apoyo económico para tener una adecuada alimentación.

Grafico 4- Renta absoluta (en promedio USD) de las familias de la comunidad de la Vereda Los Micos por fuentes en valores anuales (2019).



Fuente: Investigación de campo por Leticia Molinas y Lynda Mayerli Ospina (2019).

Los ingresos clasificados como otros fuentes de renta están presentes en solo 3 de las 12 familias. Con todo y esto, en valores absolutos tiene una contribución importante en valor de la renta bruta de los tres escenarios, y son originadas de la renta o alquiler de vivienda o tierras para cultivo. Finalmente el salario mínimo de Colombia anual para el año 2019, alcanzaba los \$3.230 dólares estadounidenses,

sin embargo solo 7 de las 12 familias analizadas obtienen este valor mínimo en el año, y ninguna alcanza el nivel de reproducción simple, al calcularlo de la manera anteriormente expuesta.

CONSIDERACIONES FINALES

Consecuentemente a lo expuesto en las páginas anteriores y en los análisis realizados, las familias rurales de la comunidad de la Vereda Los Micos no se dedican principalmente a la agricultura, aunque esta sí forme parte de su renta bruta. La principal fuente de la que originan sus ingresos son las actividades no agrícolas, específicamente la venta de la fuerza de trabajo, por lo que podemos decir que esta comunidad tiene una filiación importante para la obtención de ingresos por procesos de asalarización. Se genera también allí un nivel mínimo de producción para el autoconsumo. Para el caso de Ybyraty los resultados sugieren que el área de las propiedades, tiene relación con una mayor renta agrícola, en el caso de la comunidad de la Vereda Los Micos no se percibe de esa manera. De esta forma las familias de la Vereda Los Micos, corresponden una reserva de fuerza de trabajo de la que disponen las empresas o propiedades grandes a un bajo costo, y que es sostenida en épocas de escases por actividades de autosuficiencia. Para el caso de Ybyraty, es muy significativo el aporte por actividades de autoconsumo y los procesos que las familias desarrollan alrededor de él, sin embargo, son necesarias políticas o programas que ayuden a mitigar los riesgos asociados a la producción agropecuaria, que ayude a paliar los aspectos variables que influyen en que los campesinos sean económicamente productivos o caigan en ejercicio de pérdidas económicas.

Se concluye por otra parte que el valor de las rentas en algunas familias es insuficiente para cubrir todas las necesidades básicas para el desarrollo y reproducción social de la familia, mientras otras por tener un nivel de renta más elevado tienen accesos a productos y servicios que les proporcionan mayores facilidades para el bienestar familiar y mayores posibilidades que les fortalecen su rol dentro de la sociedad.

Se evidencia desarraigo por las actividades de autoconsumo, que permitirían mejorar las condiciones de alimentación autoabastecimiento e intercambios de alimentos entre fincas vecinas en el caso de la comunidad colombiana.

Para una mejoría de las condiciones de renta las comunidades podrían iniciar procesos relacionados a la prestación de servicios turísticos, pues cuentan con una gran oferta de recursos naturales y ambientales en ambas esa zona que les permitirá aumentar sus ingresos y al mismo tiempo solventar sin muchos problemas como los efectos de su situación económica y tener mayor participación en redes como

las políticas públicas, enfocadas a mejoras de la productividad, capacitaciones e informaciones, el fortalecimiento de las cadenas productivas de sus productos agropecuarios principales.

A pesar de importantes avances hacia la diversificación de las fuentes de ingresos en las familias campesinas, la agricultura debe fortalecerse, recoger y aplicar de nuevo la cultura de producción para el consumo y todos los valores que consigo trae.

Fica clara a tensão entre renda agropecuária/agregação de valor aos produtos agropecuários e autoconsumo versus a obtenção de renda externa. Por que não falou da relação entre tamanho das propriedades e obtenção da renda? Isso para mim foi o que deu destaque em muitos casos para a obtenção de renda externa à propriedade.

REFERÊNCIAS

AGRICULTURA DE LADERA EN AMÉRICA TROPICAL, 1980, Centro agronómico tropical de investigación y enseñanza CATIE Torralba Costa Rica. **Ingreso familiar y trabajo no agrícola entre los pequeños productores de américa latina y el caribe [...]**. [S. l.: s. n.], 1981.

ALCALDIA MUNICIPAL (Colombia, Meta, San Juan de Arama). Jose Alonso Ruiz Ruiz y asociados. Acuerdo 019 de 2001. Esquema de Ordenamiento Territorial: E.O.T., San Juan de Arama, **Meta**, 28 dez. 2001.

BOLTVINIK, Julio. Hacia una teoría de la pobreza campesina: El Colegio de México. Población periódica: Universidad Autónoma del Estado de México, **Centro de Investigación y Estudios Avanzados de la Población**, Mexico, v. 13, 2007. Disponible em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252007000400003&fbclid=IwAR1e10IfhbScYIMo76xPskPZjbeCQs8BhrqyiK8ctSuaMscuizU576BOgU. Acceso em: 22 set. 2020.

CANO, Nancy *et al.* Atlas demográfico del Paraguay, 2012. **Dirección general del estadística, encuestas y censos, Fernando de la Mora, Paraguay**, 2016. Disponible em: <https://www.dgeec.gov.py/publication-single.php?code=MzU%3D&fbclid=IwAR3XW8Cw1xgjiirtY7ig8F6JHBmf860t8h0AO7gmMZgI0b2h-KhOmRctGoQ>. Acceso em: 8 set. 2020.

DANE. **Proyecciones y retroproyecciones de población municipal para el periodo 1985-2017 y 2018-2035 con base en el CNPV 2018**: Serie municipal de población

por área, para el periodo 2018 -2035. 1. [S. l.], 9 out. 2020. Disponible em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/proyecciones-de-poblacion>. Acceso em: 20 jun. 2021.

DURAN DIAZ, Alix Solange. Diseño de una herramienta de verificación al desarrollo social incluyente en el Municipio de San Juan de Arama-Meta. 2014. 180 pag. Trabajo de grado para optar por el título de Administrador de Empresas. **UNIVERSIDAD COOPERATIVA DE COLOMBIA**. Villavicencio. 2014.

FARGÜELLO, Ricardo, *et al.* **Informe sobre el desarrollo mundial 2008: Agricultura para el desarrollo**. 2008.

PNUD (Col). Perfil productivo Municipio San Juan de Arama: Insumo para el diseño de estrategias y alternativas para la generación de empleo a las víctimas de la violencia. **Ministerio del trabajo**. Programa de las naciones unidas para el desarrollo, [s. l.], 2013. Disponible em: https://issuu.com/pnudcol/docs/perfil_productivo_municipio_san_jua. Acceso em: 3 set. 2020.

LEIVA, Mirta *et al.* Atlas demográfico del Paraguay, 2012. **Dirección general del estadística, encuestas y censos, Fernando de la Mora, Paraguay**, 2016. Disponible em: <https://www.dgeec.gov.py/publication-single.php?code=MzY%3D&fbclid=IwAR1TFFlCKLqzUVsFBYmMq7fBoiAYDpTFRWlAsut80NbosByTxLLGEWKPNk>. Acceso em: 25 set. 2020.



O trabalho de mulheres assentadas da reforma agrária no contexto de uma agroindústria familiar

Daniel do Nascimento¹
Jaqueline Patricia Silveira²
Fabiana Thomé da Cruz³

RESUMO: As atividades realizadas por mulheres no meio rural historicamente foram tratadas como trabalho ligado ao espaço reprodutivo, doméstico e de cuidado, mantendo-se na subalternidade e configurando-se como *ajuda* e sem direito a renda. O presente artigo, que tem por objetivo analisar dinâmicas de trabalho de mulheres assentadas da Reforma Agrária no ambiente de uma agroindústria familiar e no ambiente doméstico, traz o estudo de caso da Agroindústria Mãos na Massa, localizada no Assentamento Sino, em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. A pesquisa, de caráter qualitativo, gerou dados por meio de entrevistas realizadas entre maio de 2019 e janeiro de 2020. Os resultados permitem considerar que, em decorrência da participação e do envolvimento das mulheres no processo de agroindustrialização, foi possível construir outro entendimento em relação ao trabalho das mulheres no campo, evidenciando potencialidades do trabalho coletivo, oportunizando novas relações sociais e apontando mudanças possíveis também em relação a unidade familiar, por meio do reconhecimento, valorização financeira e busca por equidade na divisão sexual do trabalho. Entretanto, embora tenha havido importantes mudanças em relação à divisão sexual do trabalho, seguem presentes dinâmicas patriarcais que implicam, entre outros aspectos, sobrecarga de trabalho para as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres rurais; Assentamentos de reforma agrária; Agroindústria familiar rural; Divisão sexual do trabalho; Trabalho coletivo.

THE WORK OF WOMEN SETTLERS OF THE AGRARIAN REFORM IN THE CONTEXT OF A FAMILY AGROINDUSTRY

ABSTRACT: The work carried out by rural women has historically been treated as work related to the reproductive, domestic and care domain. Besides, it has been subordinated and configured as aid and without access to income. This paper, which aims to analyze the work dynamics of women settled by Agrarian Reform in the space of a family farm agro-industry and in the family environment, brings the case study of the Mãos na Massa Agroindustry, located in the Assentamento Sino, in Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. The research, from a qualitative perspective, brings out data from interviews carried out between May 2019 and January 2020. The findings allow to consider that as a consequence of the participation and involvement of women in the agro-industrialization process, it was possible to build a new rationality in relation to the work of rural women, highlighting the potential of collective work, providing new social relationships and possible changes also in relation to the family unit, through recognition, financial valuation and the search for equity in the sexual division of labor. However, the data also show that although there have been important changes in relation to the sexual division of labor, the patriarchal dynamics are still alive and imply, among other aspects, work overload for women.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: danipn1990@gmail.com

² Mestra e Doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: ajaquelinepsilveira@hotmail.com

³ Programa de Pós-Graduação em Agronegócio/Universidade Federal de Goiás (PPGAGRO/UFG) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: fabianathome@ufg.br

KEYWORDS: Land reform settlements; Rural women; Family farm agro-industry; Sexual division of labor; Collective work.

INTRODUÇÃO

O presente artigo diz respeito, em boa medida, a um esforço de sistematizar uma das estratégias de articulação e visibilidade de mulheres assentadas da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, especialmente no que se refere à valorização da participação política, ao envolvimento no trabalho produtivo e no acesso a renda monetária. Tal sistematização torna imprescindível atualizar o debate sobre avanços do protagonismo das mulheres em distintos espaços sociais e também localizar esse debate no meio rural, pois, na perspectiva de desenvolvimento rural adotada nesta pesquisa, que considera tal processo de modo amplo, o rural é um espaço que, como qualquer outro, requer ser pensado a partir do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

De acordo com tal abordagem, a busca da visibilidade do trabalho das mulheres no campo e, conseqüentemente, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), implica mudanças nas relações sociais e sexuais de trabalho, propondo novas formas de sociabilidade. Entretanto, é importante considerar que as relações de trabalho historicamente construídas, pautadas pela desigualdade de gênero e divisão sexual do trabalho, ainda podem estar presentes.

Desse modo, a problematização da pesquisa surge do escasso reconhecimento do trabalho das mulheres rurais que, por vezes, contribui para que as agricultoras sejam pouco valorizadas, tanto em aspectos sociais quanto financeiros. Não raro, essa situação pode repercutir em outras esferas da vida, contribuindo para que muitas delas não reconheçam sua importância enquanto agricultoras, fortalecendo as relações patriarcais e, em alguns casos, fazendo com que abandonem o meio rural para buscar melhores condições de vida e de trabalho.

Nesse contexto, emerge a pauta, no interior do MST, de criar alternativas para a permanência das mulheres no campo, de modo que elas possam gerar renda no espaço rural. Dentre as alternativas, estimula-se, entre outras atividades, a criação de agroindústrias familiares que, ao processar e comercializar alimentos, contribuem para a geração de trabalho e renda especialmente para mulheres e jovens (PROGRAMA AGRÁRIO DO MST, 2014).

Nesse cenário de estímulo e de necessidade de alternativas de trabalho e de renda para as mulheres, em 2009 foi formalizado o grupo de mulheres do Assentamento Sino, localizado em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. A constituição desse grupo foi possível pelo envolvimento das mulheres em diversas atividades do assentamento e do conjunto do MST, além de que, de modo informal, já produziam panificados para comercialização. Considerando essas iniciativas, também em 2009, foi formal-

izada uma associação que buscou organizar as mulheres para experimentar formas cooperadas de organização da produção e comercialização, a partir da produção de alimentos caseiros para serem comercializados em feiras e eventos do município.

Assim, em 2014, após o processo iniciado em 2009, surge a Agroindústria Mãos na Massa, com o objetivo de fortalecer a associação do grupo de mulheres em busca de autonomia e de novas formas de produção e comercialização dos produtos panificados, como massas, pães, biscoitos e bolachas. No início de 2020, período em que a pesquisa de campo foi concluída, a agroindústria contava com a participação de seis mulheres à frente do empreendimento que, dado o recorte da presente pesquisa, se constituem nas interlocutoras deste estudo. Todas elas são assentadas e, durante toda a vida *lutaram* muito para conquistar trabalho e renda. Todas têm uma trajetória de subordinação ao trabalho dos esposos e se colocaram por muito tempo como trabalhadoras invisíveis no trabalho doméstico e de cuidado, que não gera renda monetária e tampouco é valorizado socialmente. Ambas as mulheres tinham como entretenimento as experiências de trabalhos coletivos organizados pela direção e equipe técnica do MST. Entretanto, foi a partir dessas iniciativas que elas passaram a vislumbrar novos horizontes, para além dos muros de casa.

Dado tal contexto, o presente artigo tem por objetivo apresentar e analisar dinâmicas de trabalho de mulheres assentadas da Reforma Agrária no ambiente de uma agroindústria familiar e também no ambiente familiar, buscando discutir os sentidos do trabalho na vida dessas mulheres.

Para responder a tal objetivo, realizou-se uma pesquisa de campo que contemplou o grupo de mulheres do assentamento Sino, localizado no município de Nova Santa Rita/RS, que se inserem em uma agroindústria familiar rural de panificados. Essa agroindústria nasceu a partir do esforço coletivo das mulheres, com o apoio da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (COOPTEC), que se organizava a partir de equipes técnicas de prestação de serviços aos assentamentos⁴, motivadas pela linha política do MST para organizar e potencializar o trabalho e a geração de renda para mulheres assentadas.

A geração dos dados da pesquisa em campo deu-se por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e observação. A análise buscou, a partir de categorias que emergiram do campo, dar voz às interlocutoras, observando ainda os significados atribuídos pelas mulheres às suas experiências. Considerou-se também o anonimato das entrevistadas, substituindo seus nomes verdadeiros por nomes de flores do campo, empregados ao longo do artigo para se referir às entrevistadas.

Este artigo encontra-se subdividido em quatro seções. Apresentam-se, inicial-

mente, aspectos acerca da ocupação e do trabalho das mulheres interlocutoras da pesquisa. Em um segundo momento, apresenta-se a noção de *ajuda* nas várias etapas das vidas das mulheres entrevistadas no assentamento. Para isso, visualiza-se uma espécie de linha do tempo para recordar desde o período em que estavam no acampamento, depois o processo de assentamento e sua construção de espaço para viver. Na terceira seção, busca-se discutir sobre o envolvimento das mulheres no trabalho da agroindústria Mãos na Massa em relação às suas vidas pessoais, trazendo questões que remetem a satisfação e melhoria da qualidade de vida por meio do trabalho e das relações de coletividade. Por fim, na última seção, são tecidas algumas considerações finais.

A GENTE ATÉ SENTE FALTA QUANDO NÃO VEM AQUI: O TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA VISTO COMO ENTRETENIMENTO

De modo geral, a partir dos dados empíricos, pode-se dizer que o lazer das mulheres que integram a agroindústria Mãos na Massa sempre foi a participação em processos de lutas dentro do MST, como reuniões e ações, além do envolvimento nos grupos de mulheres para confeccionar artesanatos e remédios fitoterápicos. Elas consideram a agroindústria também um espaço de lazer, de *entretenimento*, um espaço onde se sentem úteis e em movimento, seja por meio da socialização entre elas ou pela relação com outras pessoas com as quais interagem durante o trabalho cotidiano.

Como os dados empíricos evidenciam, na agroindústria, as mulheres trabalham a partir de relação recíproca, que se vincula ao espaço de interatividade, em que elas consideram também ser um espaço de lazer ou de entretenimento, na medida em que se referem à agroindústria com frases como: “é muito bom estar aqui e aqui a gente dá muita risada”. O entretenimento aqui sugere visão restrita sobre lazer e diversão, isso porque as interlocutoras relatavam que antes da agroindústria o lazer delas era simplesmente sair de casa e ir às reuniões, ou também participar de oficinas promovidas às mulheres, como era o caso da produção de fitoterápicos, isto é, de um modo ou de outro, sair de casa. As entrevistas sugerem que, de certo modo, esse sentimento foi transferido para o trabalho na agroindústria que, por ser um local de trabalho fora do ambiente da casa que agrega socialização, é também um espaço de entretenimento.

Assim, entende-se essas situações a partir da perspectiva delas, como entretenimento e lazer. Quando questionadas sobre como costumam aproveitar o tempo livre, em linhas gerais elas respondem: estar de folga, tomar chimarrão, conversar e passear. Entre as falas, Girassol responde com outra pergunta: “Fora o serviço de casa? Ah eu vou passear”. Os dados das entrevistas sugerem, em boa medida, visão

⁴ Em decorrência da política de cortes de gastos do governo federal no período de 2017, encerrou-se o programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), que realizava este trabalho junto aos assentamentos e, assim, as atividades da COOPTEC foram suspensas.

restrita de lazer e entretenimento, ou talvez uma das poucas visões possíveis diante de suas trajetórias. Tal leitura se deve, possivelmente, ao fato de que ao longo da vida sempre foram mulheres que se dedicaram muito ao trabalho.

É assim que o termo entretenimento é usado pelas interlocutoras para se referir ao trabalho na agroindústria e, nesse caso, parece ser um termo usado para se referir às coisas que lhes fazem sentir bem, mas também para marcar sentimento positivo associado à sociabilidade que o trabalho na agroindústria, assim como outros trabalhos realizados de forma coletiva, proporciona. É nessa perspectiva que elas empregam o termo entretenimento e, portanto, é a partir desse significado e a partir de uma categoria empírica que se emprega esse termo aqui.

Pesquisas sobre mulheres rurais não abordam especificamente a noção de entretenimento, o que pode se explicar pelo fato de que esse termo emergiu de modo empírico nas entrevistas feitas com as mulheres interlocutoras desta pesquisa. Porém, no que se refere à categoria lazer, categoria que dialoga com a presente discussão, cabe menção ao estudo de Brummer (2004) que, ao pesquisar sobre a situação das mulheres na agricultura no Rio Grande do Sul, menciona a importância da renda para atividade de lazer, porém não explora teoricamente essa noção.

Do mesmo modo, Santos, Meira e Souza (2018), em estudo sobre o papel da mulher na cadeia produtiva do café em um município do interior da Bahia, no qual exploram, entre outros aspectos, atividades de lazer e de fins de semana, não avançam no sentido de definir teoricamente esta categoria. Entretanto, os dados apresentados pelos autores apontam que as mulheres interlocutoras daquela pesquisa consideram atividades de lazer ir à missa e participar de atividades sociais, como aniversários e visita a vizinhos e parentes. Além disso, várias mulheres disseram ficar em casa nos finais de semana, não se referindo especificamente a atividades de lazer. Tais resultados sugerem a invisibilidade do lazer e, para usar a categoria empírica adotada nesta pesquisa, do entretenimento para mulheres rurais.

Por consequência, em meio a uma dinâmica de trabalho tumultuada, que requer conciliar várias atividades, sejam produtivas, domésticas e/ou de cuidado, o tempo para o lazer se torna restrito. Desse modo, entretenimento para essas mulheres fica imbricado à satisfação no trabalho, especialmente a partir da interação com as demais sócias na agroindústria.

Essa reflexão se construiu a partir de questões sobre tempo de lazer, de diversão e de entretenimento, presentes nas entrevistas. Sobre esses aspectos, Gérbera, uma das mulheres participantes da pesquisa, quando questionada sobre tempo para lazer e atividades culturais, relata que não tinha tempo e ainda não tem. Ela diz que a única atividade que conseguia fazer era participar das reuniões e participar de encontros como a produção de plantas medicinais e preparação de fitoterápicos.

Eu participava de reuniões... Nós tinha na época um horto, e daí nós tinha que ir na sede, ali no centro [na cidade de Nova Santa Rita]; a gente fez um horto ali e a gente fazia aquelas pomadas, xaropes... Isso eu participei muito tempo e era muito bom, porque daí a gente mudou aquele hábito de comprar na farmácia, então umas coisas a gente parou de comprar. (Gérbera, 52 anos)

Quando Gérbera expõe que isso era o que lhe fazia sentir-se bem, acredita-se que seja pela possibilidade de sair de casa, socializar e conversar com outras pessoas, mas também pela possibilidade de reduzir os gastos com medicamentos. A vida no campo e no assentamento, às vezes, pode criar uma rotina muito individualizada, em que cada família se isola em seu lote e, na busca por garantia de condições de manutenção da vida, podem fragilizar laços de solidariedade entre a vizinhança. Então, fazer os remédios foi um caminho que também possibilitou a muitas mulheres do assentamento socializarem não só entre o grupo de mulheres, mas também com os vizinhos, por meio do cuidado, uma vez que, como também explicou Gérbera, os vizinhos vinham pedir remédio depois que ela aprendeu e começou a fazer fitoterápicos em casa.

As atividades de produção de medicamentos fitoterápicos como, por exemplo, tinturas, xaropes, pomadas, são bem recebidas no meio rural, não só por adquirir novos conhecimentos na área da saúde, mas também pela capacidade de diminuir custos com medicamentos, o que é aceito também pelos seus companheiros, especialmente a partir da perspectiva de economizar. Entretanto, sem perceber, mais uma atividade a elas é atribuída, uma vez que para a produção dos fitoterápicos é necessário tempo e trabalho, o que, ao se somar a uma rotina já bastante sobrecarregada, reforça, em boa medida, a naturalização da disponibilidade permanente do tempo das mulheres em atividades de caráter reprodutivo e de cuidado (FOUGEY-ROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Nesse sentido, cabe salientar que a produção desses fitoterápicos caracteriza-se como trabalho de cuidado, definido por Kergoat (2016, p. 17) “como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem.” Assim, a atividade do cuidado também é atribuição dada às mulheres, não só no que diz respeito ao cuidado em relação aos filhos/as, mas também em relação aos esposos, pais, sogros e vizinhos, por exemplo.

Contudo, se por um lado, estar envolvida em atividades como a preparação de fitoterápicos se soma a um conjunto já extenso de atividades, sobrecarregando ainda mais as mulheres, por outro lado, estar fora de casa ou fazer um trabalho que lhes dê retorno, agrega a elas um sentimento de valorização e reconhecimento. Foi por meio desse aspecto que as mulheres se aproximaram para, coletivamente, produzir medicamentos, fazer costuras, fazer produtos para vender em feiras e,

aos poucos, constituir a associação e, mais tarde, construir a agroindústria. Nesse sentido, constituir e construir diz respeito não apenas a aspectos concretos, mas também se refere ao trabalho, a valorizar e reconhecer o esforço empregado e as habilidades desenvolvidas.

Assim, de modo geral, ao se referir a entretenimento, as interlocutoras da pesquisa apontam e reconhecem tal aspecto em diferentes fases da vida, presente, principalmente, nas situações e momentos relacionados ao trabalho coletivo. Esses encontros acontecem, sobretudo, fora do ambiente doméstico, situação que, atualmente, foi transferida para o trabalho na agroindústria. Esse aspecto fica claro na fala de Margarida: “Isso aqui [agroindústria] é uma benção, é muito bom, o dia que a gente não vem aqui a gente sente saudade.”

Cravina também relata em sua entrevista a satisfação de trabalhar no coletivo: “[eu] quero bem todas elas, eu não sei um dia se eu tiver que parar de vim trabalhar aqui como vai ser”. Ela, mesmo aposentada, sente-se bem no ambiente de trabalho da agroindústria e, por isso, por mais que tenha outras ocupações que também considera lazer e diversão, como é o caso dos encontros da igreja, Cravina continua trabalhando.

Durante as entrevistas, as mulheres demonstraram ainda que essa satisfação se dá para além de ser fruto de um sonho coletivo, em que cotidianamente uma fortalece a outra. É também um ambiente seguro, só de mulheres, onde elas têm liberdade para conversar entre elas sobre assuntos que não seria possível com a presença masculina. Em suma, é também o espaço de dialogar sobre possíveis problemas familiares, em que uma vê na outra uma amiga e confidente.

Uma evidência dessa relação de amizade é quando surge um imprevisto em que uma delas não pode comparecer ao trabalho; a falta da colega, como elas relatam, não é sentida simplesmente por sobrecarregar as mulheres que ficam, mas sim pela falta da companhia de quem está ausente. Nesse sentido, quando Girassol relata sobre a falta de Madiba no trabalho, por exemplo, ela descreve a ausência da colega por meio de uma habilidade que compete a Madiba, mas o que ela fala é repleto de significados que sustentam a noção de sentimento de falta física para além do trabalho, como sugere, a seguir, o trecho da entrevista:

Cada uma tem uma habilidade em uma coisa... tem uma que tem mais prática numa coisa, outra noutra. E quando uma falta, a outra faz, não faz igual, mas faz. Que nem a Madiba, ela tá doente e ela é a “mãe das cueca-virada”, mas nós fizemos também, mas não fica a mesma coisa. (Girassol, 44 anos)

Quando Girassol relata que Madiba é a *mãe da cueca-virada*⁵ é sobretudo uma

⁵ Cueca-virada é um bolo frito doce, feito com farinha de trigo e ovos, muito popular na cultura brasileira, porém sofre

valorização do trabalho da colega, referenciando que ela faz a melhor *cueca-virada* da agroindústria. Do mesmo modo que Girassol explica a ausência de Madiba na agroindústria, situações como essa aparecem em outras entrevistas, em que uma enaltece e reconhece o trabalho da outra, evidenciando que a ausência de uma colega não se trata somente da falta física e aumento ou acúmulo do trabalho. O que as mulheres explicam está para além de uma relação de trabalho, é superior a isso e remete a falta das conversas diárias para as que continuam no trabalho e, para as que, por algum motivo, não podem ir até a agroindústria, é a falta do trabalho reconhecido, situação muito distinta se considerada a não valorização do trabalho que elas realizam dentro de casa, por exemplo.

As entregas dos produtos que elas organizam por meio de rodízio entre elas também são consideradas atividades que agregam satisfação e de alguma forma são consideradas por elas como entretenimento, pois permitem sair do ambiente da agroindústria e ampliar ainda mais as relações e contatos, sejam com os mercados, escolas, feiras, entre outros locais de entrega dos produtos. Essa atividade é considerada mais agradável em decorrência do fato de sair da rotina diária de dentro de casa e da agroindústria. Pelo grupo ser formado apenas por mulheres que dispõe dessa autonomia no trabalho – vale mencionar que, das seis trabalhadoras da agroindústria, três delas dirigem, o que se soma a autonomia do grupo –, elas se sentem ainda mais confiantes e integradas no trabalho e na sociedade, conforme relata Girassol: A gente trabalha aqui, a gente vai no mercado, ajuda fazer entregas, é um rodízio, cada semana uma vai para a feira, conversa com as pessoas, a gente parece que ficou mais [viva]... eu quando tava em casa parecia que não existia. (Girassol, 44 anos)

Girassol remete também à importância da autonomia do grupo de mulheres que, além de produzir, são responsáveis também pela comercialização. Assim, como explicam, valorizam esse momento de troca com consumidores(as) e estabelecem uma relação de confiança e fidelidade com eles(as). Esses espaços garantem, portanto, além de uma nova rotina do trabalho, agregar novas possibilidades, como a apresentação do produto e autovalorização, visto que elas se sentem orgulhosas de entregar os produtos, o que lhes permite falar deles, apresentar para o mercado, etc.

Na comercialização dos produtos, estabelece-se, portanto, novas dinâmicas que vão para além da satisfação e entretenimento relacionados ao convívio entre mulheres e à produção em si. Desse modo, a entrega realizada por elas mesmas assume ademais um papel de motivação e fortalecimento do trabalho a partir das possibilidades de trocas e sociabilidade. O envolvimento das mulheres também a frente da comercialização é especialmente importante se considerarmos outros estudos, entre eles o de Boni (2006), que aponta que os homens quando percebem

variações de nomeação conforme regiões brasileiras e comunidades étnicas.

que a agroindústria está dando certo, se envolvem e assumem especialmente a parte da comercialização.

Essa interação não era possível quando estavam somente no ambiente familiar, situação em relação a qual Girassol afirma: eu me sentia invisível dentro de casa. Essa frase de Girassol reflete trabalho não reconhecido e tampouco valorizado, ou seja, um trabalho que sequer é visto. O trabalho invisível e mal remunerado é abordado por Melo e Di Sabbato (2006) sob a perspectiva da jornada de trabalho no meio rural. Os autores apontam que a invisibilidade do trabalho é um problema que atravessa também os instrumentos de pesquisa de levantamento de dados para quantificar o trabalho feminino. Como argumentam os autores, os critérios empregados em pesquisas sobre trabalho no meio rural excluem parcela da população do meio rural, especialmente as mulheres, na medida em que não consideram a produção para autoconsumo, o trabalho de cuidado e o trabalho doméstico como jornada de trabalho, o que conseqüentemente afeta as mulheres no que se refere à visibilidade do seu trabalho, uma vez que são elas as principais responsáveis por essas atividades.

Com isso, a invisibilidade para as mulheres assume uma dupla conotação, em que, por um lado, a mulher se sente invisível pelo trabalho não reconhecido no interior da unidade familiar e do mesmo modo pela sociedade, pois não tem espaços de interação. Por outro lado, o trabalho é invisível também aos instrumentos de pesquisa, que são os que fornecem dados para elaboração de políticas públicas, por exemplo, de modo que, a depender da forma como são construídos, podem contribuir para aumentar, de forma institucionalizada, a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres.

Sendo assim, quando Girassol aponta o tema da invisibilidade no trabalho, ela sugere que conseguiu sair dessa situação a partir do trabalho na agroindústria, pelo reconhecimento do trabalho, pela possibilidade de socialização com outras mulheres e pelo sentimento de pertencimento, o que antes não era presente em sua vida.

De maneira geral, todas as interlocutoras desta pesquisa apontaram que o trabalho na agroindústria é importante para que elas se sintam bem, saudáveis e felizes. Agora, na agroindústria, como elas se sentem bem trabalhando, acreditam ser ali o espaço para momentos de trabalho remunerado e também de entretenimento, e o tempo livre é em casa. Porém, o tempo livre do trabalho remunerado, conforme uma lógica empregatícia convencional, em que ficar em casa é considerado dia de folga, no caso dessas mulheres significa, conforme observações da pesquisa, limpar e organizar a casa e, depois, se sobrar tempo, fazer alguma outra atividade que a maioria delas diz ser passear. Dados alinhados com pesquisa da Bahia

Quando questionadas, em grupo, sobre o que elas pensam sobre bem-estar, elas respondem: “Bem-estar é trabalhar com tranquilidade, sem estresse, trabalhar no

que gosta”. Diante de respostas como essas, as mulheres indicam que o trabalho é o fundamento para tudo na vida delas, ou seja, quando se referem a lazer, diversão, entretenimento, elas citam dentro disso as relações de trabalho nas diferentes dinâmicas, seja ele no ambiente doméstico ou na agroindústria, especialmente quando elas analisam em relação a trabalhos anteriores, em relação aos quais elas reclamam das condições em que eram realizados.

Fica implícito, portanto, que, para as mulheres da agroindústria analisada nesta pesquisa, o trabalho é a condição de satisfação, entendendo com isso o desenvolvimento pessoal, emocional e econômico. Nesse sentido, somando ao convívio com as colegas, é que elas atribuem ao trabalho na agroindústria o sentido de entretenimento.

Tendo presente a dimensão da representatividade do trabalho para o cotidiano da vida dessas mulheres, na próxima seção o objetivo volta-se a refletir sobre as relações de trabalho, buscando entender quais mudanças foram possíveis também no ambiente familiar dessas mulheres.

ELE ME AJUDA: DINÂMICAS DE TRABALHO NO AMBIENTE DOMÉSTICO E NA AGROINDÚSTRIA

A categoria ajuda emergiu a partir da pesquisa de campo, ao longo das entrevistas. Posteriormente, durante a transcrição e sistematização dos dados empíricos, foi possível perceber que o termo é empregado em diferentes contextos, mas, marcadamente, remete à ajuda masculina nas atividades domésticas.

O termo ajuda é utilizado como forma de explicar que o marido estaria fazendo um serviço que não é propriamente dele, entendimento que pode ser adotado também para a mulher no caso de ela estar fazendo a atividade que seria de seu esposo. Essa questão, que se refere à divisão sexual do trabalho, diz respeito ao contexto em que o homem colabora com atividades atribuídas social e culturalmente às mulheres, ou vice-versa. Paulilo (1987) aponta que a classificação do trabalho enquanto ajuda está relacionada ao tipo de atividade realizada no contexto rural, se “pesado” ou “leve”, de modo que é considerado ajuda e “leve” quando realizado por mulheres e crianças; quando realizado por homens, não é considerado ajuda e, nesse caso, é classificado como trabalho “pesado”. Nesse sentido, cabe considerar a análise de Sartre *et al.* (2013, p. 109), que argumenta que “a divisão de papéis nada tem de natural e sim é uma construção social”. Portanto, o trabalho realizado na esfera produtiva é considerado pesado e, por isso, geralmente é atribuído aos homens, enquanto o trabalho reprodutivo e de cuidado é entendido como leve, sendo comumente delegado às mulheres. A “naturalização” ocorre quando a mulher ajuda o homem na lavoura, como ocorre, por exemplo, no contexto estudado, em que a

lavoura não é considerada um espaço para mulheres, ainda que as mulheres sempre tenham trabalhado nesse espaço produtivo, ou seja, esse trabalho é naturalizado por meio da noção de ajuda, visto que, assim, não se considera responsabilidade da mulher as atividades realizadas nesse espaço. É central considerar também que ajuda é voluntária e sem direito a renda.

Nesse sentido, cabe destacar que, no contexto estudado, a principal renda de um lote é oriunda da lavoura (trabalho produtivo) e não do ambiente doméstico (trabalho reprodutivo e de cuidado). Boni (2006) contribui para refletir sobre a ideia de trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidado ao explicitar que o primeiro é o que gera renda monetária e, na maioria dos casos, é de responsabilidade masculina. Sendo assim, a ajuda ganha dimensões que pesam muito mais para as mulheres, que combinam distintas atribuições – como as domésticas, as de cuidado e as da lavoura –, do que para os homens, que têm suas tarefas ligadas a lavoura. Como afirma Boni (2005, p. 53), “na separação entre produção e reprodução, o homem, chefe de família, é considerado o responsável pela produção e à mulher e aos filhos foram delegados os encargos de ajudantes.”

Entretanto, o trabalho dos “ajudantes” é o que configura a manutenção e a reprodução familiar, porém sem o devido reconhecimento, sob o caráter da invisibilidade. Como aborda Boni (2005, p. 52), “a divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural é nítida e de caráter patriarcal, pois geralmente quem determina a divisão das funções é o homem”. Porém, a configuração ideal é que ambos os trabalhos fossem compartilhados, porque trata-se de uma unidade de produção familiar, implicando, portanto, a participação de todos. O peso da ajuda é refletido por Langbecker (2017, p. 130), que analisa essa categoria considerando-a vinculada a “formas simbólicas de dominação, em que submetem o trabalho feminino ao desvalor”. Nesse sentido, mesmo que o trabalho das mulheres na lavoura exige delas duplo esforço, uma vez que precisam combinar essa tarefa também com as atividades domésticas, seus esforços de trabalho não são remunerados e tampouco valorizados, refletindo em submissão e sobrecarga de tarefas.

Além disso, também no ambiente doméstico, via de regra, o trabalho das mulheres na unidade familiar se torna invisível, desvalorizado, inclusive pelo fato de não gerar renda monetária. Isso é sentido também pelas mulheres interlocutoras desta pesquisa e se expressa em afirmações como a de Girassol: “[quando a gente chegou aqui] eu comecei a pensar que eu tinha que fazer alguma coisa para gerar renda mensal”. Ao fazer tal afirmação, Girassol faz referência ao fato de que a renda da terra é do esposo, entendimento que, desde a titularidade do lote, coloca a mulher em posição de submissão ao marido. E se a renda da terra, considerada como do marido, não é suficiente para a família, as mulheres, na maioria dos casos, precisam

encontrar meios de somar à renda familiar, seja em atividades desenvolvidas dentro da propriedade, na produção leiteira ou de hortaliças por exemplo, ou em trabalhos externos ao lote.

Esse entendimento, presente na fala das mulheres entrevistadas, aponta que essas mulheres têm entendimento de que no lote a renda está sob administração do homem. Sendo assim, percebe-se que, quando um estava trabalhando no espaço do outro, ou seja, nesse caso, quando as mulheres trabalham na lavoura, trata-se de ajuda, trabalho voluntário, sem direitos e também com esforços não equivalentes. Além disso, como já evidenciado em Brumer e Anjos (2008), ressalta-se também que a ajuda da mulher ao marido é mais frequente do que o inverso, isto é, é mais comum a mulher estar inserida nos trabalhos na lavoura do que o homem em trabalhos domésticos e de cuidado.

No que se refere ao escopo do que se constitui em trabalho ou atividade doméstica, cabe considerar que se trata de um conjunto de atividades que estão para além do espaço físico da casa, compreendendo o espaço externo, com a produção para o consumo da família e o cuidado dos animais. Nesse sentido, quando questionada sobre a divisão das tarefas domésticas, Madiba, analisando a própria situação, salienta: “Era tudo junto, o que um fazia o outro fazia. Ele me ajudava a fazer as coisas para a feira e eu ajudava ele fazer as outras lidas”. Antes de ingressar na associação de mulheres, Madiba tinha um ponto de venda na feira municipal, na qual vendia hortaliças. Essa contextualização é importante porque permite compreender que esse tudo junto empregado quando ela se refere às atividades domésticas, refere-se apenas a uma parte do trabalho doméstico, o externo ao lar. Referente a essa questão, Madiba conclui que, dentro de casa, o trabalho era só dela, e explica isso pelo fato de que desde que sua mãe ficou doente, todo o trabalho dentro de casa, que antes era dividido com a mãe, passou a ser responsabilidade somente dela, situação que a interlocutora entende como natural, sugerindo que elas seriam as mulheres da casa, logo, responsáveis por esse trabalho.

Em um segundo momento, em que as mulheres passam a ocupar maior parte de seu tempo no trabalho na agroindústria, os trabalhos domésticos passaram a ser secundarizados por elas, que mesmo com reorganização do tempo de trabalho, tendo que dormir mais tarde e acordar mais cedo para ter tempo de fazer todo o trabalho da casa e da agroindústria, passaram a contar com maior apoio de seus companheiros, em situações como, por exemplo, estender roupa, lavar a louça, aquecer a comida. Para elas isso significou uma grande mudança, que elas consideram ter sido possível em decorrência de seus trabalhos na agroindústria, já que os maridos perceberam que se tratava de um trabalho rentável e também um ganho para a família. Mesmo assim, a “ajuda” dos companheiros é restrita porque, como elas explicaram durante

as entrevistas, sempre que elas estão em casa, o trabalho doméstico é exclusivo delas, pois consideram, de modo geral, que, estando em casa, elas teriam tempo para tal.

Mesmo com a contribuição dos maridos em algumas tarefas pontuais, o trabalho doméstico é concentrado sob responsabilidade das mulheres. Sobre isso, Madiba explica que o trabalho continua o mesmo, porém se esforça para responder a demanda ampliada de trabalhos, ou seja, em casa e na agroindústria: “Olha, continuo tendo trabalho em casa, parece que aumentou mais. Chego e tem tudo parece para a gente fazer, mas eu dou conta daqui [agroindústria] e em casa. E ainda tiro leite e faço queijo.” (Madiba, 45 anos)

Percebe-se através da fala de Madiba um certo orgulho, valor expresso por ela que manifesta a sua capacidade de trabalhar muito tanto no lugar que é dela por “dever”, por obrigação, ou seja, em casa, quanto na agroindústria, que, de certo modo, é uma opção dela. Com base nisso podemos refletir acerca da naturalização da condição das mulheres em relação a sua disponibilidade permanente para o trabalho doméstico que considera que, mesmo saindo do ambiente doméstico para trabalhar, as tarefas da casa seguem sendo seu “dever”, cabendo a elas encontrar formas de conciliação das múltiplas responsabilidades.

Madiba também se refere a questões vinculadas à horta, atividade que era sua principal ocupação para gerar renda antes da associação e do trabalho na agroindústria, e, nesse contexto, sinaliza: “este ano eu falo que morei em cima da laje, não plantei nada”. Ao fazer essa afirmação, Madiba explica que não dedicou tempo ao trabalho na horta e, como ela complementa, “as galinhas acabaram destruindo o que restou”. Por meio dessa fala de Madiba, percebe-se que na ausência dela, não teve substituição de outra pessoa da família para cuidar de algumas tarefas que compreendem os arredores da casa, sobretudo da horta, pois esse também é um trabalho considerado doméstico e, portanto, responsabilidade das mulheres. Nota-se que o tom da interlocutora sugere lamento por não conseguir fazer todas as atividades em relação ao trabalho que seria seu por obrigação.

Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007) apontam que essa situação de não divisão das tarefas domésticas vivenciada pelas mulheres se naturaliza inclusive entre as mulheres que estariam conscientes da desigualdade na divisão sexual do trabalho. De acordo com as autoras,

[...] o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607)

A definição dos papéis que são considerados como trabalho masculino ou feminino vem, aos poucos, se modificando, porém muitas situações permanecem inalteradas, como a renda da terra que, via de regra, continua sendo do homem, ao passo que a mulher continua trabalhando no lote e tomando conta da casa e das tarefas diárias sem, contudo, ter renda a partir desse trabalho. Isso impacta, também, em relação ao trabalhar fora, afinal, mesmo sendo o trabalho na agroindústria dentro do assentamento, localizado próximo ao pátio de suas casas, é considerado um trabalho extra/fora e esse entendimento se reflete sobre a configuração de tempo destinado a produção/reprodução no interior da unidade familiar. Somando-se a isso também se percebe maior posição de autoridade do esposo sobre o lote, pois, desde o início do trabalho na agroindústria, as mulheres têm menor disponibilidade para as atividades agrícolas na lavoura e seus trabalhos passam a ocorrer de forma mais esporádica dentro do lote.

Esse entendimento está presente na fala de Margarida, que afirma: “a terra é dele, eu deixo pra ele, ele que mais cuida”. A fala de Margarida deixa subjacente a ideia de que como ela trabalha fora da unidade familiar de produção, não tem como cobrar a renda da terra, embora seja legalmente proprietária do lote, assim como seu esposo. Isto é, se antes o motivo de a mulher não se sentir proprietária do lote onde vive era devido ao fato de o homem ser o administrador do lote, ficando a cargo da mulher o trabalho entendido como secundário, como ajuda na lavoura e as tarefas domésticas, agora elas têm o entendimento de que como trabalham fora e contribuem menos no trabalho na lavoura não tem direito ao recurso gerado por essa produção, se responsabilizando, em maior ou menor grau, pelo menor tempo de trabalho dedicado à casa e à família.

As entrevistas realizadas para esta pesquisa indicam, contudo, que muitas mudanças ocorreram na transição para a agroindústria, ou seja, para um espaço de trabalho externo ao ambiente familiar, mudança que, entre outros aspectos, parece se concretizar no sentimento que as mulheres apontam na relação entre trabalho e pertencimento. Por meio do trabalho na agroindústria, essas mulheres se tornaram empreendedoras e donas de seu próprio negócio, gerando sua própria renda e sentindo-se valorizadas e reconhecidas como trabalhadoras. Soma-se, desse modo, o trabalho produtivo também das mulheres, de modo que igualmente elas passam a ser responsáveis pela renda familiar. Esse simbolismo de renda para as mulheres no meio rural tem um peso importante na configuração familiar, em termos de emancipação feminina.

Entretanto, as mulheres continuam a exercer, possivelmente com a mesma frequência, como sugerem as entrevistas, o trabalho reprodutivo e de cuidado no interior de seus ambientes familiares, otimizando tempo e planejando as tarefas,

o que se expressa na fala de Madiba, que considera que o trabalho só aumentou. Todavia, as mulheres deixaram de ocupar tempo para trabalho na lavoura, destinando esse tempo agora para o trabalho na agroindústria.

À medida que a agroindústria começou a dar retorno financeiro para o núcleo familiar, o trabalho passou a ter aceitação e ser valorizado pela família. Isso possibilitou alguma reconfiguração do trabalho doméstico e de cuidado, especialmente em relação às atividades consideradas das mulheres. Assim, elas precisaram reorganizar a rotina de atividades domésticas para poder se dedicar ao trabalho na agroindústria.

Nesse sentido, a reorganização da rotina das mulheres trouxe certo estranhamento no início, sobretudo pela falta de tempo dedicado ao lar, como relata Margarida, se referindo ao fato de que precisou se adaptar à nova dinâmica também em relação à casa, sugerindo, como no trecho a seguir, que o dever de cuidado com o lar é seu: “Agora tu trabalha diferente, às vezes tu consegue pagar alguém pra dar uma faxina no final do mês.”

Esse relato revela também a naturalização do trabalho reprodutivo e de cuidado como responsabilidade das mulheres, evidenciando ainda que, mesmo que a Margarida não o faça, cabe a ela contratar e pagar outra pessoa para fazê-lo. Assim, mesmo que haja essa delegação do trabalho doméstico a outra pessoa, “a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607). Cumpre destacar que essa atividade de gestão do trabalho delegado também é invisibilizada.

Ainda com relação a reorganização da rotina de trabalho, como os filhos estavam crescidos – com exceção da situação de uma trabalhadora, Dália, que atua na função administrativa –, logo outra dinâmica de tempo e de trabalho foi constituída e a prioridade deixou de ser cuidar a casa, que passou a ser serviço secundário, devido a necessidade de tempo dedicado ao trabalho na agroindústria.

Tal mudança contribuiu também para o reconhecimento da importância do trabalho das mulheres na agroindústria, especialmente porque em algumas situações o trabalho doméstico não era feito ou porque em alguns casos as iniciativas de trabalho doméstico passaram a ser realizadas pelos homens, algo que até então não havia ocorrido. Apesar dessa mudança, o trabalho realizado pelos maridos na esfera doméstica ainda é considerado ajuda para ambos, ou seja, tanto para o homem quanto para a mulher, uma vez que quando o homem realiza alguma tarefa doméstica a mulher não entende como divisão de responsabilidades e sim como ajuda. De todo modo, esse contexto evidencia alteração, mesmo que incipiente, na configuração da divisão sexual do trabalho. Imbricado a esse processo de reconfiguração das atividades domésticas na unidade familiar, as mulheres passaram

a gerenciar a renda que recebem da agroindústria, mas, por outro lado, continuam sem direito à renda oriunda do lote, o que elas indicam entender como plausível, pois sua contribuição na unidade familiar e, assim, na lavoura, diminuiu desde o início do trabalho na agroindústria.

As entrevistas e dados gerados em campo e apresentados ao longo desta seção sugerem que houve certo avanço em relação à divisão sexual do trabalho e à valorização do trabalho das mulheres, avanço que mesmo sendo tímido foi possível por meio do trabalho na agroindústria, que alterou a forma de pensar das mulheres, sobretudo em questões de trabalho coletivizado. Entretanto, as relações de autoridade se mantêm com a mesma força nas questões de domínio da terra, tempo dedicado ao trabalho e nas práticas diárias entendidas como trocas de ajuda no ambiente familiar. Essa situação é evidenciada também por Kergoat (2019) que, ao analisar a categoria trabalho no âmbito dos estudos de gênero, considera que o acesso ao trabalho remunerado continua a constituir a base da autonomia das mulheres, o que não implica, contudo, libertação.

Tendo apresentado, nesta seção, aspectos relacionados ao trabalho doméstico e na agroindústria, apresenta-se, na próxima seção, como as mulheres interlocutoras desta pesquisa expressam as mudanças ligadas às dinâmicas de vida, valorização e reconhecimento pessoal e coletivo.

MUDANÇAS NA VIDA DAS MULHERES SOBRE O ASPECTO DA VALORIZAÇÃO ENQUANTO TRABALHADORAS RURAIS

Ao longo da trajetória das mulheres interlocutoras desta pesquisa ocorreram grandes processos de mudanças tanto em suas vidas individuais e familiares quanto em relação a suas formas coletivas de organização para o trabalho. Nesta seção, busca-se explorar quais foram as mudanças possíveis a partir da inserção e do trabalho na agroindústria, ou seja, nesse novo espaço produtivo.

Nesse sentido, fica visível nas entrevistas das mulheres a importância do trabalho na agroindústria como um processo não apenas de construção de identidade como também de valorização e de reconhecimento pessoal. Mesmo elas relatando que o trabalho aumentou, salientam que, de modo geral, a vida melhorou. Esse sentimento positivo em relação a suas trajetórias de vida reflete tanto a melhoria nas condições de vida por meio de acesso à renda quanto a sociabilidade, construída por meio da capacidade que elas demonstram em desenvolver o trabalho de forma coletiva. Essas mudanças podem ser expressas por meio do trecho a seguir, em que Gérbera comenta sobre o trabalho: “Aumentou (risos), mas só ganhei! [...] Nossa! Principalmente de tu aprender a trabalhar no grupo, eu nunca tinha trabalhado assim direto. E a gente aprendeu muita coisa.” (Gérbera, 52 anos)

O trabalho coletivo para as mulheres significou também um novo jeito de

sociabilizar, de respeitar as diferenças e aprender com elas a fim de somar em nome de uma proposta maior, que remete ao envolvimento em um projeto de trabalho e de acesso à renda, fruto de um sonho coletivo que lhes permite também novas formas de relações sociais. Conforme relata Dália, “a gente quer ver crescer, quer buscar mais mercados, melhorar para todas”. Ainda segundo Dália, pelo fato de a agroindústria ser constituída só por mulheres, pelo tempo de trabalho que já acumularam juntas, elas já têm uma conexão, percebem quando uma não está bem, especialmente no caso de problemas fora do ambiente da agroindústria, de modo que conseguem trabalhar também com essas situações, por meio da compreensão.

Em relação aos primeiros anos de trabalho coletivo na agroindústria, em que estavam inseridas em um ambiente novo, possivelmente estranho a elas, mencionaram que tiveram problemas com as diferenças internas devido ao fato de estarem muito despreparadas pelas demandas que vinham se somando, em um contexto em que tudo era novo e precisava ser aprendido, o que em certa medida resultava em tensões e descontentamento. Porém, apesar disso, a forma que elas encontraram de buscar consensos, definições e acordos por meio de reuniões e diálogo sempre as auxiliou para que o andamento diário de trabalho funcionasse bem.

Desse modo, com o passar do tempo de trabalho coletivo, as mulheres conseguiram estabelecer uma rotina de trabalho em que todas elas contribuem em todas as tarefas, de modo a não pesar mais para uma do que para outra. Para tanto, organizam rodízios para as tarefas e funções não fiquem desproporcionais, organização que no ambiente familiar, por exemplo, não é absorvida com facilidade.

Assim sendo, na agroindústria, as mulheres experimentam novas relações de trabalho, nas quais aparece o sentimento de ajuda mútua entre elas, categoria por meio da qual elas expressam o valor do trabalho coletivo, no qual se fortalecem e criam metas conjuntas, a partir da compreensão do trabalho como um processo de construção. Nesse processo, elas elaboram acordos coletivos, por meio dos quais definem prioridades, tendo sempre como objetivo o crescimento do empreendimento.

As mulheres relatam de forma unânime que a vida melhorou em grande medida após o trabalho na agroindústria, inclusive no que se refere à saúde e à autoestima, conforme relata Margarida:

Tudo para melhor, te digo assim a autoestima, a saúde, de levantar cedo é muito bom, porque se eu tivesse em casa eu ia estar enorme de gorda, depressão, sabe. E assim tu sai, tu chega em casa, tu faz as coisas com vontade, de manhã tu levanta, tu chega aqui sempre eu brincando com elas. Muito bom! (Margarida, 61 anos)

De modo complementar ao trecho de entrevista acima, Margarida conclui também que se sente motivada para o trabalho, tanto em casa quanto na agroindústria; considera que o trabalho coletivo é como se fosse uma terapia diária para ela, que a anima a acordar cedo e ir ao trabalho. Margarida, já aposentada, viu na agroindústria uma forma saudável de ocupação, uma vez que os filhos já não moram mais em casa e seu esposo também é aposentado, situação que contribui para que o trabalho em casa e no lote já não lhes exija tanta dedicação. Com a renda da agroindústria ela consegue auxiliar os filhos em suas despesas e o marido com compras para o desenvolvimento da unidade familiar, como, por exemplo, para os cuidados com os animais, incluindo medicamentos, e pagamento de prestações, entre outros gastos.

Dona Cravina, também aposentada, diz que o trabalho na agroindústria mudou a vida dela, que ela se sente realizada: “não sei usar a palavra agora, mas me senti mais assim como se tivesse me realizado” (Cravina, 66 anos). Cravina conta também sobre o que foi possível fazer depois que começou a trabalhar na agroindústria, que antes não era prioridade, pela carga de trabalho e dificuldades financeiras.

Eu comecei a reforma da minha casa, ainda tá por terminar, daí comprei algumas coisas que eu nunca tive prioridade, sempre tive que pegar coisas usadas dos outros, então consegui comprar televisão dessas modernas... Pude comprar fogão bom, pude comprar fogão a lenha, pude comprar uma cozinha, jogo de sofá que nunca tive na minha vida, jogo de sofá. (Cravina, 66 anos)

Essas mudanças na qualidade de vida de Cravina foram possíveis após os filhos estarem adultos e ela estar aposentada. Além disso, como ela é viúva, a mudança foi ainda mais acentuada, visto que ela passou a ser a titular do lote e, assim, passou a definir as suas prioridades e, de certo modo, se emancipou enquanto mulher. Uma evidência disso é que mesmo que os filhos fossem contra ela trabalhar na agroindústria, ela decidiu que iria, porque esse trabalho lhe faz sentir-se bem. Muito mais que uma mudança financeira, é uma mudança de hábitos, de qualidade de vida, em que ela se permitiu o conforto por muito tempo negado. Nesse sentido, quando questionada sobre o que é bem-estar, ela respondeu de forma direta, que “é trabalhar e saber que ao chegar o dia de fazer uma compra ou pagar alguma coisa ter o dinheiro para pagar”. (Cravina, 66 anos)

Sem dúvida, muitas foram as dificuldades que as mulheres interlocutoras desta pesquisa vivenciaram até chegar à situação que estão atualmente. O padrão de vida possível hoje comparando tanto questões de poder aquisitivo quanto de sociabilidade as tornam pessoas mais confiantes e seguras. Se hoje o trabalho é pesado, de

uma rotina cansativa, elas dizem não se importar, pois agora experimentam retorno positivo do esforço do trabalho que vai para além da família, que torna o trabalho mais prazeroso. Como diz Margarida, “a gente chega em casa com mais vontade”. Cabe aqui resgatar também o sentimento que Girassol relata ao sentir-se invisível dentro de casa, como apresentado anteriormente. Em boa medida, os relatos das mulheres entrevistadas nesta pesquisa sugerem que as mudanças com o trabalho na agroindústria vêm no sentido de atribuir sentido e valorização a elas por meio do trabalho.

Entendendo essas mudanças relatadas e também identificando por meio de alguns depoimentos que a renda da agroindústria ainda não é suficiente para que as mulheres estabeleçam outras dinâmicas de trabalho, que envolvam férias, descanso semanal e contratação de pessoal, ainda assim, o trabalho na agroindústria é muito valorizado por elas. Elas mencionam que, apesar dos limites que ainda existem, a renda oriunda do trabalho na agroindústria é fundamental, sobretudo, para as sócias que não têm outra fonte de renda, como a aposentadoria. Gérbera relata que, com o trabalho na agroindústria, ao menos tem uma garantia de renda mínima, o que não é possível em relação à renda do lote, que acontece por safra, ou vendas esporádicas ou ainda quando elas estão sujeitas a trabalhos informais.

Graças a essa agroindústria que as coisas têm melhorado em casa, o resto é aquela coisa né, ou dá ou não dá. Aqui não, é certinho, os contratos das escolas são certos. Então isso é uma renda que graças a Deus faz muita diferença em casa. (Gérbera, 52 anos)

Conforme apresenta a entrevistada quando se refere aos contratos das escolas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é de extrema importância para o desenvolvimento e permanência da agroindústria Mãos na Massa, uma vez que garante os pedidos e pagamentos fixos⁶. Desse modo, com renda garantida, as agricultoras podem definir um planejamento de investimentos e de produção. A renda da agroindústria revertida para o investimento pessoal recai também para atender as demandas emergentes da unidade familiar, o que acaba balizando e equilibrando os gastos e as despesas mensais. As despesas mensais não podem esperar a renda da safra do lote, de modo que a renda oriunda da agroindústria contribui para o não endividamento das famílias e para suprir possíveis demandas, como sugere Madiba: “o que tá judiando agora é as vacas, tem que comprar silagem, tem

⁶ Importante relatar que após a pesquisa de campo, iniciou o período de Pandemia relacionada a COVID-19 –, que ocasionou o fechamento das escolas no Brasil. Em decorrência, por um longo período, as mulheres da agroindústria Mãos na Massa ficaram sem demanda de produtos para as escolas com as quais tinham contrato. Entretanto a partir do mês de junho de 2020 passaram a entregar em menor quantidade para a Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita a fim de compor as cestas básicas destinadas às famílias em vulnerabilidade social.

que comprar isso ou aquilo”. Ao se referir a questão da silagem e ao manejo das vacas, Madiba aponta que devido ao período de estiagem a pastagem não está sendo suficiente, impactando também na diminuição do leite. Por isso, precisam investir em alimentação suplementar para o rebanho, assim como em medicamentos, estratégias possíveis graças à renda oriunda da agroindústria. Sugere-se a partir deste trecho da fala de Madiba que embora ela tenha dificuldades em acessar a renda do lote, paradoxalmente, ela é quem garante algumas despesas da unidade familiar, como as despesas com os animais, por exemplo.

Quando questionada em relação à satisfação sobre a renda recebida a partir do trabalho na agroindústria Mãos na Massa e também sobre mudanças que esse trabalho lhes proporcionou, Madiba diz:

Meu primeiro salário que eu recebi eu até chorei bastante, porque nunca tinha trabalhado, nunca tinha recebido na vida assim, esse aqui é meu, do meu trabalho, do meu suor... Daí até chorei tanto que não sabia se era de alegria ou de tristeza, mas era de alegria. (Madiba, 45 anos)

O sentimento de valorização financeira do trabalho – “trabalhou e recebeu” – é uma realidade que no campo não é unânime para as mulheres, porque pesa sobre elas a condição de subalternidade em relação à renda do lote e o direito à terra. Além disso, a recompensa financeira valida o trabalho enquanto trabalho, pois Madiba, que sempre foi agricultora, cuidou dos filhos e da casa, diz se emocionar com o salário que recebe na agroindústria “porque nunca tinha trabalhado”, quando, na verdade, nunca tinha sido remunerada pelo seu trabalho.

É importante destacar que, como sugerem os dados da pesquisa, o que mais motiva as mulheres no trabalho na agroindústria é a valorização pessoal e profissional, a partir do qual notam seu trabalho gerando valor e, sobretudo, garantindo-lhes autonomia na gestão do recurso recebido, mesmo que elas dizem empregar a maior parte da renda em casa e também apoiando seus companheiros nos gastos do lote. Como explicam, é uma autonomia diferente de antes, quando vendiam produtos produzidos em casa e a renda era controlada por seus cônjuges. Sendo assim, o que antes significava uma autonomia relativa agora passou a ser uma autonomia quase que absoluta, pois o valor recebido é maior e, por ser produzido em ambiente externo a unidade familiar, contribui para que as mulheres consigam definir seus investimentos com menor interferência dos maridos.

Contudo, observando a trajetória das mulheres da agroindústria Mãos na Massa e percebendo as mudanças que a elas geram para além da renda, mas sobretudo voltadas à valorização, elas salientam também que embora tenham baixa escolaridade, por meio do trabalho na agroindústria conseguiram realizar

diversos cursos que agregam a sua prática diária, além de trocas de experiências com trabalhadores de outras agroindústrias, o que também lhes coloca em situação de maior autoconfiança.

Portanto, de modo geral, as melhorias da qualidade de vida das mulheres podem ser sintetizada na fala de Girassol, que diz:

Melhorou muito minha vida depois da agroindústria, agora quando eu fui passear lá na mãe, eu estava comentando para ela, eu trabalhei 10 anos costurando, eu odiava costurar, agora que eu estou num serviço que eu gosto, eu posso dizer que sou feliz... ah não ser mandado por patrão, aquela coisa assim xingando.... Aqui é nosso, nós trabalhamos conforme nós podemos, nós sabemos que temos nossas obrigações, de estar com as coisas prontas na hora certa, mas a gente sabe que aqui é nosso, que nós decidimos como vamos fazer. Para mim melhorou bastante, posso dizer que sou feliz com a padaria. (Girassol, 45 anos)

Embora Girassol tenha uma trajetória um pouco diferente das demais mulheres da agroindústria, pois mesmo no assentamento trabalhou como costureira, situação na qual, como ela relata, estava submetida e respondia a um patrão, para além da renda, a dimensão de trabalhar com o que gosta e o que é delas é o que as une na perspectiva de melhoria da qualidade de vida. Todavia, ao mesmo tempo em que reconhecem as mudanças positivas, elas relatam que muitas coisas ainda precisam acontecer para haver melhorias da unidade produtiva e para isso seguem investindo na construção coletiva, com vistas a desenvolver maior demanda de produção, o que consequentemente gerará maior renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar as dinâmicas de trabalho de mulheres assentadas da Reforma Agrária que se dedicam ao processamento de alimentos na Agroindústria Mãos na Massa, no Assentamento Sino, em Nova Santa Rita/RS, buscando discutir os sentidos do trabalho na vida dessas mulheres.

Os resultados da pesquisa permitem enfatizar a importância das relações de trabalho estabelecidas de forma coletiva, em um ambiente de moradia que possibilita a organização das famílias e das mulheres com vistas a emancipação humana e social, o que, na perspectiva de Kergoat (2019), implica a emancipação coletiva das mulheres por meio do trabalho. Em decorrência dessas mudanças já em curso no contexto estudado, é possível potencializar não apenas a emancipação individual que se estende para dentro no núcleo familiar, mas também a emancipação coletiva dessas mulheres.

No que se refere ao envolvimento das mulheres por meio do trabalho coletivo, que permite a elas inserção no trabalho produtivo, cabe refletir se por meio desse trabalho elas alcançarão de fato a emancipação, ou esta continuará apenas no ambiente restrito da agroindústria, sem se estender ao ambiente doméstico. Nesse sentido, cabe retomar a contribuição de Kergoat (2019), que reflete sobre o trabalho remunerado, considerando-o como base para autonomia das mulheres. Entretanto, como defende a autora, esta autonomia não significa, necessariamente, a libertação, a emancipação.

Constata-se que o trabalho na agroindústria revelou um novo posicionamento das mulheres interlocutoras desta pesquisa, sobretudo em relação a questões ligadas a autonomia financeira e a possibilidade de novas relações sociais. Este é o principal objetivo defendido pelo MST, ou seja, envolver as mulheres nos processos produtivos, a fim de gerar participação, autonomia e possibilidades de protagonismo das mulheres a partir do trabalho. Porém, embora em certa medida esse processo signifique algumas mudanças também no ambiente familiar, percebe-se que as práticas e desigualdades de gênero ainda se colocam presentes e naturalizadas sob novas justificativas, como o menor tempo das mulheres dedicado a unidade familiar, por exemplo.

Assim, mesmo com o entendimento acumulado sobre relações de trabalho, por meio das formações proporcionadas pela organização do MST, o que possivelmente contribui para perceberem que, diariamente, estão sobrecarregadas de trabalho, na prática, as mulheres interlocutoras desta pesquisa estão longe de ter plena equidade das relações de gênero no campo.

Este artigo evidencia também o assentamento, resultado de um projeto de reforma agrária, como espaço de desenvolvimento rural, com geração de trabalho, renda e de promoção da cooperação. Potencializa ainda o debate acerca do espaço feminino no campo, refletindo, a partir da experiência observada, as relações de trabalho coletivo de mulheres, que se fortalecem enquanto grupo. Assim, embora longe de alcançar equidade de gênero, projetos como o analisado nesta pesquisa apontam caminhos possíveis em direção a processos que ampliam a autonomia e emancipação de mulheres rurais.

REFERÊNCIAS

BONI, Valdete. Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. *In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL*, 7., 2006, Quito. *Anais [...]*. Quito: FLACSO, 2006. p. 1-17.

BONI, Valdete. **Produtivo ou reprodutivo:** o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo na região oeste de Santa Catarina. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102731>.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e a reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, v. 11, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/download/130/58>.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Dossiê as Agricultoras do Sul do Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, n. 12, v.1, p. 205-227, jan./abr.2004. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo** São Paulo: Unesp, 2009. p. 256-262.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França:** perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

KERGOAT, Daniele. O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero? In: MARUANI, Margaret (Org.). **Trabalho, logo existo:** perspectivas feministas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 287-294.

LANGBECKER, Tatielle Belem. Gênero e trabalho na pecuária familiar: uma leitura a partir da divisão sexual do trabalho. **Revista Alamedas**, v. 5, n. 2, p. 128-144, jan. 2017. Disponível em <https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/18132>

MELO, Hildete P. de; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remun-

neradas. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA/Nead, 2006. p. 47-87. Disponível em <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/6967/BVE18040146p.pdf;-jsessionid=A33A0BC622F01229CE5C434ABBD0CD9B?sequence=1>

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28. p. 64-70, 1987.

PROGRAMA AGRÁRIO DO MST. Cartilha Programa Agrário do MST. In: CONGRESSO NACIONAL, 7, 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: MST, 2014. 56p.

SANTOS, Paulo Roberto P.; MEIRA, Ariana L.; SOUZA, Sandra E. (2018). Uma abordagem sobre o papel da mulher na cadeia produtiva do café no município da Barra do Choça, Bahia. **Redes**, 23(2), 60-80. <https://doi.org/10.17058/redes.v23i2.9934>

SARTRE, Xavier Arnaud de; *et al.* O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em áreas de fronteira. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Org.). **Mulheres Camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 107-128.



(In)Segurança hídrica e o desafio de viver e produzir no PDS Sepé Tiaraju, SP

Leticia Bolonha Lucati¹
Janice Rodrigues Placeres Borges²

RESUMO: Reconhecendo a importância da água para usos domésticos e produtivos, este artigo busca descrever as características relacionadas ao abastecimento e gestão da água no PDS Sepé Tiaraju, por meio da fala dos assentados. A área de estudo encontra-se sobre área de recarga do aquífero Guarani, nos municípios de Serra Azul e Serrana, estado de São Paulo, sendo um exemplo de produção agroecológica em meio à maior concentração de cana-de-açúcar do Brasil. Foram abordadas questões sobre: a) fontes de abastecimento; b) distribuição e c) usos da água na vida cotidiana. Para compreender tais vivências relacionadas à água, optou-se pelas abordagens qualitativa e quantitativa, através da aplicação de questionários fechados e entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados foi realizada com base na interdisciplinaridade que o tema central requer. Os resultados indicam que os problemas em relação ao abastecimento de água e seus usos múltiplos existem há anos no PDS estudado, apontando para uma situação de vulnerabilidade humana e produtiva ao longo de todos os ciclos de vida do assentamento, o que vai contra aos próprios princípios norteadores da modalidade de PDS: a construção de um modelo de assentamento, no qual a Agroecologia é o centro da matriz tecnológica. Considera-se urgente o fortalecimento das políticas públicas voltadas para o abastecimento de água para a agricultura familiar, assim como para o saneamento básico no geral.

PALAVRAS-CHAVE: Água; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural Sustentável.

WATER INSECURITY AND THE CHALLENGE OF LIVING AND PRODUCING AT THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT PROJECT (SDP) SEPÉ TIARAJU, SP

ABSTRACT: Recognizing the importance of water for domestic and productive uses, this work sought to describe the characteristics related to water supply and management in the SDP Sepé Tiaraju, by the own settlers, through their speeches. The study area is located on the recharge area of the Guarani aquifer, in the cities of Serra Azul and Serrana, state of São Paulo, being an example of agroecological production amid the highest concentration of sugarcane in Brazil. Questions about the sources of supply, distribution and uses of water in everyday life were addressed. To understand the experiences of farmers related about the water, qualitative and quantitative approaches were chosen, through the application of questionnaires and semi-structured interviews. Data analysis was performed based on the interdisciplinarity that the central theme requires. The results indicate that problems related to water supply and its multiple uses exist for years on SDP, pointing to a situation of human and productive vulnerability over all the life cycles of the settlement, which goes against the guiding principles of the SDP modality: the construction of a rural settlement model, in which Agroecology is the center of the technological matrix. It is considered urgent the strengthening of public policies aimed at water supply for family farming, as well as for basic sanitation in general.

KEYWORDS: Water; Family Farming; Rural Sustainable Development.

¹ Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR. E-mail: lucati.leticia@gmail.com

² Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. E-mail: janice@ufscar.br

INTRODUÇÃO

Água potável e saneamento estão no centro do desenvolvimento sustentável e dizem respeito à promessa central do objetivo 6 da Agenda 2030, para o desenvolvimento, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento até 2030 (ONU, c2022). Sem água não há desenvolvimento socioeconômico, produção de energia e alimentos, ecossistemas saudáveis e a própria sobrevivência da espécie humana. A água é também essencial para fazer frente às alterações climáticas, servindo como elo crucial entre a sociedade e o meio ambiente (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2017).

Em locais onde não há saneamento, a contaminação ocorre pelas fossas sépticas e negras, já nas áreas com redes de esgoto o problema são os vazamentos. A presença de sistemas intensivos de produção agrícola também é um significativo contaminante das águas subsuperficiais (HIRATA, 2014). As áreas desmatadas tornam-se mais suscetíveis à erosão e produzem sedimentos que são transportados para os cursos d'água causando assoreamento dos mesmos. A perda de solo durante esse processo também pode ser uma fonte de contaminação dos corpos d'água (FILIZOLA *et al.*, 2008). Ou seja, as condições do solo estão diretamente relacionadas à qualidade da água e contribui para o funcionamento do ciclo hidrológico (GOMES, 2008).

Segundo Coutinho *et al.* (2008), as áreas de recarga de águas subterrâneas, por exemplo, deveriam ser declaradas como áreas de preservação permanente ou cultivadas com técnicas com baixo uso de insumos e que se preocupam com a manutenção da cobertura vegetal, como é o caso dos sistemas agroflorestais.

É nesse contexto que podem ser encontradas experiências de produção convencionais ou não em áreas de recarga do Aquífero Guarani no estado de São Paulo. Alguns Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) criados a partir dos anos 2000 encontram-se na área do referido aquífero. Cita-se a região de Ribeirão Preto, o PDS da Barra e o Sepé Tiaraju, ambos com o objetivo de produzir de forma sustentável através dos princípios da Agroecologia, em meio a um mar de cana-de-açúcar.

Porém, a existência dessas experiências, literalmente, 'em cima' de um dos maiores aquíferos do mundo, não significa tranquilidade no acesso à água. Sousa *et al.* (2010), referindo-se aos assentamentos da Reforma Agrária, expõem que o acesso à terra nem sempre é garantia de melhoria nas condições de vida dos assentados, já que outros fatores além da distribuição de terra também são importantes, como o estabelecimento de políticas voltadas à produção, geração de renda, acesso aos direitos públicos como educação, saúde e saneamento e acesso à água. Dessa forma, a disponibilidade de água é um dos vários elementos cruciais para a sobrevivência da família no lote, assim como, para a realização de suas atividades produtivas.

PANORAMA DO USO E GESTÃO DA ÁGUA NO BRASIL

A água é considerada um recurso ou bem econômico, sendo finita e essencial para a manutenção da vida e do meio ambiente. Da mesma forma, também é um recurso natural pois, as mudanças em sua qualidade e/ou quantidade contribuem com a degradação ambiental que, direta ou indiretamente, afetam saúde, segurança e bem-estar das populações, a fauna e flora, atividades econômicas, condições estéticas e sanitárias do meio e a qualidade dos recursos ambientais (BORSOI; TORRES, 1997).

Apesar de dois terços do nosso planeta estar coberto por mares e oceanos, apenas 0,6% do total da água disponível é doce, sendo, deste total, 1,2% disponível em rios e lagos, enquanto o restante (98,8%) está armazenado em reservatórios subterrâneos (SETTI, 1994). O território brasileiro, por sua vez, possui uma das maiores reservas de água doce do mundo: aproximadamente 12% do total disponível. Ainda que considerado privilegiado na questão da água, os recursos hídricos brasileiros estão geograficamente distribuídos de forma desigual entre as diferentes regiões e suas demandas: como exemplo, cita-se a região amazônica que concentra 70% dos mananciais e onde residem apenas 5% da população brasileira, e, em contraponto, a região nordeste, onde estão 30% da população e apenas 5% da água doce (AUGUSTO *et al.*, 2012).

Os números sobre o consumo da água na irrigação abrem espaço para reflexões sobre os interesses políticos e econômicos envolvidos na disputa pelo recurso, principalmente por parte do agronegócio. Segundo Thomaz Junior (2010), do consumo total de água naquela época, de 65% a 70% alimentavam pivôs-centrais durante a produção de commodities de exportação, como soja e a cana-de-açúcar e seus derivados. Ainda de acordo com o autor “dispor de terra e água, mais ainda, controlá-las, possibilita ao capital condições para a prática da irrigação, o que reforça e intensifica a expansão territorial sobre as melhores terras para fins produtivos” (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 6).

O consumo ou uso da água, a saber, está dividido em duas categorias: usos consuntivos e usos não consuntivos. O primeiro trata-se de atividades em que, durante o uso, determinada quantidade de água é retirada de mananciais e posteriormente é devolvida em quantidade menor e/ou com qualidade inferior. Como exemplo de usos consuntivos cita-se a irrigação, o abastecimento humano, animal e industrial. Os usos não consuntivos, por sua vez, não envolvem o uso direto da água, como é o caso da navegação e das usinas hidrelétricas (TUCCI; HESPANHOL; CORDEIRO NETTO, 2001).

As usinas hidrelétricas são responsáveis por 90% da produção de energia no Brasil e apesar da ampla disponibilidade de outros recursos potenciais geradores de

energia, a matriz energética brasileira é totalmente dependente da disponibilidade hídrica (TUCCI, 2009). Nesse contexto, com as mudanças climáticas já observadas, o Brasil possui uma matriz que depende de fatores hidrológicos e vem apresentando alterações devido às oscilações no regime de chuvas e conseqüentemente, em seus reservatórios. Cita-se como exemplo, a recente estiagem no Centro-sul do país, em que as hidrelétricas receberam o menor volume de chuvas dos últimos 91 anos (BBC, 2021).

Nesse cenário, a falta de chuva juntamente com o contexto político e econômico atual do Brasil, tornam os preços mais altos. Cabe destacar o acréscimo de bandeira vermelha adicionado às contas de energia e devido às quebras de safra causadas pela seca e o alto preço do dólar, alguns alimentos, produtos derivados de commodities e o combustível também ficaram mais caros (BBC, 2021).

Além da questão quantitativa, a questão qualitativa também merece destaque. Gonçalves (2016) encontrou a presença de pesticida DDT (Diclorodifeniltricloroetano) em águas superficiais e subterrâneas em diversos estados brasileiros. O DDT é proibido na América do Norte e na Europa desde a década de 1970 por ser altamente persistente e prejudicial à saúde humana. Além disso, diversas cidades, localizadas inclusive sobre áreas de recarga de aquífero, como é o caso de Ribeirão Preto, apresentam quantidades de agrotóxicos em sua água, alguns em concentração acima do limite considerado seguro e associados a doenças crônicas – como o Aldicarbe, também conhecido como chumbinho e Aldrin, classificado como poluente de alta persistência. Ambos são utilizados na cultura da cana-de-açúcar (POR TRÁS DO ALIMENTO, 2019).

Fica claro que o aumento da demanda pela água, as mudanças climáticas que modificam o regime de chuvas, os impactos causados pelo uso exploratório do solo, pelo desmatamento, entre outros impactos ambientais deletérios, têm diminuído a disponibilidade per capita do recurso e deteriorando sua qualidade. Dessa forma, no Brasil e no mundo, afloram-se conflitos e movimentos pelo uso e direito à água em qualidade e quantidade, assim como, discussões sobre a importância de uma gestão eficiente dos recursos hídricos (FOLEGATTI *et al.*, 2010).

ÁGUA E DESENVOLVIMENTO RURAL

O direito à água é garantido para todo cidadão pela legislação brasileira, pois a água é considerada um bem de domínio público e essencial à vida humana. Ao abordarem o conceito de injustiça ambiental, Fracalanza e Freire (2015, p. 471) expõem que as diferenças no acesso à água pela população são evidentes quando grupos “socioeconomicamente excluídos e de baixa renda sofrem problemas

ambientais decorrentes de água em piores condições de qualidade, ou ainda em quantidade menor”.

No meio rural, o abastecimento de água envolve dois aspectos principais, sendo o consumo/uso doméstico e as atividades produtivas, entretanto ainda é um problema grave. Gazzinelli *et al.* (1998) já ressaltavam tais desigualdades ao mostrar que, nas comunidades rurais da América Latina, a utilização per capita/dia de água nos anos 1980 era de 40 litros, enquanto que nos centros urbanos variava de 100 a 190 litros. Atualmente, o meio rural ainda apresenta inúmeras limitações de acesso e qualidade dos serviços e saneamento ambiental no geral, como mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014: na ocasião, apenas 33,4% das residências rurais estavam ligadas a redes de abastecimento de água, sendo que o restante da população (67,2%) captava água de chafarizes, poços ou diretamente de cursos d'água, sem nenhum tratamento e geralmente insalubres (IBGE, 2014).

O último relatório sobre a conjuntura dos recursos hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA) aponta que, em relação ao consumo da água pelos diversos setores, o uso pela irrigação segue sendo predominante, um total de 66,1%, seguido do abastecimento animal (11,6%), a indústria (9,7%) e o abastecimento humano (9%). O abastecimento rural mostra um dos menores consumos, com apenas 2,4% do consumo de água no ano de 2019 (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2020).

De acordo com Thomaz Junior (2010), do consumo total de água naquele ano, entre 65% e 70% alimentavam, insustentavelmente, pivôs-centrais durante a produção de *commodities* de exportação, como a soja e a cana-de-açúcar e seus derivados. Nesse sentido, de acordo com Mendonça e Mesquita (2007), o agronegócio caracteriza-se por estratégias de atuação que se firmam, não somente na monopolização e apropriação de terras, mas também na de água, ao que os autores propõem o conceito de Agrohidronegócio. Assim, terra e água passam a ser, de forma conjunta, apropriadas para se transformarem em mercadorias, ao invés de serem consideradas bens públicos.

No que diz respeito aos assentamentos rurais, estudos sobre saneamento ambiental vem apontando taxas elevadas de doenças relacionadas ao consumo de água contaminada. Lopes, Lopes e Borges (2014), Resende (2017), Borges e Farias (2019) mostram, em suas áreas de pesquisa, regiões distintas do rural brasileiro, em amostras distintas de propriedades rurais e lotes de assentamentos da Reforma Agrária pesquisados, que a maioria das propriedades e/ou lotes apresentavam problemas de falta de água para uso doméstico e/ou produção e/ou água de má qualidade.

Pereira (2016) em pesquisa realizada em um assentamento na cidade de Andradina-SP, obteve resultados que mostraram que, cinco dos oito poços analisados apresentavam coliformes totais, e destes, dois também foram positivos para *Escherichia coli*. Em pesquisa realizada pelo INCRA, ainda, são expostos números que mostram que, no ano de 2010, 79% dos assentados brasileiros afirmavam não ter água suficiente durante o ano todo para atender todas as necessidades da família (INCRA, 2010). Alves Filho e Ribeiro (2014) concluem que, de seis assentamentos estudados na região norte/nordeste do estado de São Paulo, todos demonstravam problemas que envolviam abastecimento de água e esgotamento sanitário. A mesma pesquisa também mostra a preocupação de assentados da região de Ribeirão Preto, incluindo o PDS Sepé Tiaraju, quanto à destinação do esgotamento sanitário. Dentre as preocupações estão a contaminação das águas subterrâneas e do solo, devido à presença de fossas mais rudimentares, ainda frequentemente utilizadas.

Fica claro, nesse sentido, que o acesso à terra caminha lado a lado com a garantia do direito à água para o consumo e produção da agricultura familiar. Ninguém vive sem água “mas ela se encontra cada dia mais ameaçada, por estar sendo mercantilizada, privatizada e contaminada” – cita um dos cadernos da Marcha das Margaridas de 2019, movimento que incorporou a luta por “Terra, Água e Agroecologia” como um dos seus eixos norteadores (TEIXEIRA; GALINDO; AGUIAR, 2019). Os movimentos do campo, nesse cenário, estão cada vez mais, incorporando a luta pelo acesso à água em suas pautas.

Entretanto, a mesa farta da população urbana brasileira “depende fundamentalmente da produtividade das atividades rurais que são desenvolvidas por uma parcela decrescente da população” (REBOUÇAS, 2001, p.334). Contudo, a ausência de políticas públicas que priorizem os interesses da sociedade em geral e não apenas de determinados grupos, é o principal responsável pela baixa qualidade de vida da população que vive e trabalha no meio rural e o seu consequente êxodo para as cidades.

A falta de infraestrutura de abastecimento de água e saneamento básico nas populações rurais, além de tudo, é um fator limitante para a produção de alimentos, já que a água é um recurso indispensável aos processos produtivos da agricultura e fator inerente à manutenção da reprodução social do campo. Trata-se de uma substância essencial ao metabolismo – humano e vegetal – que participa de todas as etapas do processo produtivo, do plantio até a higienização e beneficiamento dos alimentos (PORTO-GONÇALVES, 2007).

O PDS SEPÉ TIARAJU

A partir da década de 1980, parte dos assentamentos foram criados pensando na proposta da modernização agrícola convencional e isso gerou diversos problemas socioambientais. Pensando em uma solução para esse problema comum nos assentamentos da Reforma Agrária e atendendo a demandas de movimentos sociais, o INCRA criou, através da Portaria nº477/99, a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Essa modalidade consiste em uma experiência de implantação de novos assentamentos que possuem a Agroecologia como proposta central para os processos produtivos, econômicos e sociais, assim, servem como referencial de um modelo contra hegemônico de desenvolvimento rural (NOBRE *et al.*, 2012).

No estado de São Paulo, o primeiro PDS criado foi o assentamento Sepé Tiaraju, localizado nas cidades de Serra Azul e Serrana (Fig. 1). Sua criação marca o início de um movimento antagônico ao visto na região: grande concentração fundiária, aumento crescente da monocultura de cana-de-açúcar e enfraquecimento da agricultura familiar. Esse modelo também visa valorizar a proximidade com a cidade, usando serviços das cidades próximas, como linha de ônibus, saúde, escolas, comercialização de seus produtos, entre outros (FIGUEIREDO, 2009).

Figura 1- Localização do PDS Sepé Tiaraju na Região de Ribeirão Preto - SP.



Fonte: FORTE (2010, p.14)

A história do Sepé começa em 17 de abril de 2000, quando famílias oriundas de vários outros acampamentos do estado ocuparam a Fazenda Santa Clara, antes pertencente à Usina Nova União e perdida para o Estado de São Paulo em 1992, devido

ao não pagamento de dívidas. Após quatro anos de luta, a terra foi adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que a destinou para o assentamento, sendo oficializado em 20 de setembro de 2004 (SCOPINHO *et al.*, 2007).

Atualmente, aproximadamente 80 famílias se dividem em quatro núcleos, com cerca de vinte famílias cada – Chico Mendes, Dandara, Zumbi dos Palmares e Paulo Freire. Dos 797 hectares do assentamento, 280 hectares são de reserva legal, 83,45 hectares de Área de Preservação Permanente (APP), 293,65 hectares destinados aos lotes individuais – cerca de 3,6 hectares para cada família – e 49,57 hectares cedidos ao MST (FIGUEIREDO, 2009).

Cabe destacar, ainda, que o assentamento está localizado sobre uma área de recarga do Aquífero Guarani³, uma das maiores reservas de água potável do mundo. De acordo com Nobre (2011, p.34) existe uma necessidade de conservação do aquífero que, juntamente com “a importância sociopolítica de se diminuir a concentração de terras na região, é o motor propulsor das famílias assentadas, que tem como um dos objetivos principais, servir de referencial para a região, apontando para um novo modelo de desenvolvimento rural”.

Para cumprir as prerrogativas de um PDS, uma das ferramentas adotadas são os Sistemas Agroflorestais (SAFs), que, na prática, permitem o aumento da diversidade quando comparado a um sistema de monocultura, pois torna possível que lotes menores produzam diversos produtos, gerando fonte de renda sustentável para a agricultura familiar. Além disso, as agroflorestas não exigem o uso de insumos químicos externos e ao não desmatar, aproveitam a cobertura vegetal já existente e, devido à localização do assentamento sobre área de recarga de aquífero, a vegetação também atua na proteção dessa rica reserva de água (NOBRE *et al.*, 2012).

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

A interdisciplinaridade da pesquisa impôs uma metodologia que desse unidade à realidade pesquisada. Assim sendo, as abordagens quantitativa e qualitativa se fizeram necessárias. Para tanto, foram aplicados questionários, formados por blocos temáticos e realizadas entrevistas gravadas.

O questionário, composto por questões abertas e fechadas, estava organizado em blocos de questões, sendo eles: I) Perfil do entrevistado; e II) Saneamento Ambiental/Domiciliar. As entrevistas, buscando uma visão mais ampla e qualificada sobre a questão da água no assentamento, seguiram um roteiro semiestruturado também dividido em dois blocos: I) Abastecimento e usos da água; e II) História do lote

³ As áreas de recarga ou de afloramento, se contrapõem as partes confinadas do aquífero. São nessas áreas, devido à existência de maiores conexões entre as reservas subterrâneas e as águas superficiais, em que o aquífero está mais vulnerável. Os diferentes tipos de atividades antrópicas exercidas nessas regiões colocam em risco a qualidade das águas subterrâneas, que estão mais suscetíveis a contaminações de origens urbanas, industriais, agroindustriais e agrícolas (GOMES, 2008).

e participação social. Ao longo das entrevistas, algumas questões que surgiam na conversa também eram abordadas quando consideradas relevantes, mesmo não estando previstas no roteiro.

As entrevistas ocorreram na casa de cada entrevistado, priorizando a disponibilidade de cada um, seguindo um roteiro pré-elaborado sobre a questão da água, mas, deixando-os livres para falarem de suas trajetórias de vida. Os entrevistados foram selecionados considerando-se a distribuição espacial dos lotes pelos núcleos do assentamento, buscando abranger uma maior e mais distribuída área, para assim, compreender a problemática de forma mais homogênea dentro do próprio assentamento. Foram entrevistados (as) 10 agricultores e agricultoras do PDS Sepé Tiaraju, sendo 6 homens e 4 mulheres.

Os dados quantitativos coletados receberam análise descritiva univariada. Os dados qualitativos foram agrupados por categorias comuns, posteriormente recebendo uma análise interdisciplinar.

RESULTADOS

O ACESSO À ÁGUA, FORMAS DE ABASTECIMENTO, DISTRIBUIÇÃO E SEUS USOS PELA FALA DOS AGRICULTORES

A trajetória dos entrevistados(as) na luta pela terra e, conseqüentemente, pelo acesso à água, não é recente. Diversas histórias lembradas durante as entrevistas elucidam parte dessa luta. Durante os anos de acampamento, seguidos dos primeiros anos e implantação do assentamento até a atualidade, as dificuldades de acesso à água no Sepé Tiarajú sempre estiveram presentes.

Eu cheguei em 2004 (...) durante essa época a gente fazia o abastecimento a partir de carriola, então, tipo assim, a água a gente buscava em uma mina que existia lá no morro, e nessa mina tinha água que conseguia distribuir pro assentamento. Então, as pessoas tinham que ir com um tipo de condução, carro, carriola, carroça, moto, pra poder ir até o lugar que tinha água próximo ao morro, ali no [núcleo] Chico Mendes (Entrevistado 4, Núcleo Dandara).

No contexto de inseguranças em relação à água, houve diversos momentos de reivindicação por parte dos agricultores(as) assentados(as) no Sepé Tiaraju. No ano de 2007, por exemplo, cerca de 10 agricultores e agricultoras ocuparam a rodovia onde o assentamento se localiza, para pedir investimentos do governo em infraestrutura nas áreas de Reforma Agrária. Na ocasião os agricultores(as) sofriam com a falta de água devido à ausência de uma rede de distribuição, sendo

que algumas famílias precisavam “caminhar cerca de 5 quilômetros para ter acesso à água, levando baldes e tambores até o poço artesiano e ao reservatório” (MST, 2007).

Faz-se, aqui importante, ressaltar que uma estrada corta o PDS: de um lado estão três dos quatro núcleos do assentamento (Dandara, Zumbi dos Palmares e Paulo Freire) e do outro está o núcleo Chico Mendes. Dessa forma, os agricultores que viviam nos três núcleos mais distantes do morro, ainda tinham que atravessar a estrada, várias vezes ao dia, para buscar água na mina, como elucidada um dos entrevistados:

Todo dia, de carroça, com os baldinhos em cima da carroça, duas, três viagem no dia, porque no dia que tinha que lavar roupa, você se mata e mata o animal também e não dá conta, de estar buscando água pra estar lavando roupa não (Entrevistado 3, Núcleo Zumbi dos Palmares).

Essa fala também explicita a necessidade da água para além do âmbito produtivo. Assim como na cidade, as demandas também existem no uso doméstico, consumo humano, trato dos animais e higiene. A água é indispensável na realização das tarefas mais cotidianas como lavar roupa, lavar louça, limpar a casa, fazer comida, beber, tomar banho, entre outras.

Reafirmou-se, atualmente, a importância das práticas de higiene na contenção de doenças. A UNICEF, Banco Mundial e SIWI (2020), destacam que o Brasil, em 2020, liderava as estatísticas de contaminação pelo novo coronavírus na América Latina, orientando também que uma das principais medidas para evitar o contágio é a lavagem constante e adequada das mãos. Nesse sentido, é possível inferir que populações com acesso limitado à água e comunidades com estruturas precárias de saneamento, como a grande maioria das rurais e periféricas, estão mais fortemente vulneráveis a propagação de doenças virais, epidêmicas ou pandêmicas, tais como a Covid-19.

Retomando o histórico do abastecimento de água no PDS assentamento Sepé Tiarajú, a perfuração de poços começou nos anos seguintes à sua oficialização. Os entrevistados relatam que esse trabalho foi realizado pelo INCRA, onde inicialmente apenas um poço foi perfurado e abastecia grande parte do assentamento, e em seguida, as perfurações de outros poços se iniciaram. Hoje, o assentamento conta com quatro poços coletivos, sendo um por núcleo.

Contudo, nem todos estão em funcionamento. A queima frequente das bombas⁴ devido à sua sobrecarga é um dos problemas mais relatados. Os agricultores(as)

⁴ Por dependerem de bombas para realizarem a retirada da água, os poços coletivos do PDS Sepé Tiaraju são considerados, por definição, como poços semi artesianos, visto que as águas subterrâneas não possuem pressão suficiente para chegarem

contam que essa queima ocorre pelo menos uma vez por ano devido a sobrecarga das bombas, já que cada núcleo do assentamento conta com apenas um poço coletivo para o abastecimento de todos os lotes. Nos casos de queima, o conserto depende exclusivamente dos moradores.

A bomba está queimada, então tem que fazer uma ‘vaquinha’, que aqui no nosso caso são 21 famílias, tem que contribuir pra pagar, o conserto da bomba que é 6 mil [reais] e uns quebradinhos. Não é baratinho, não, e é cobrado até pra tirar ela de dentro do poço, beirando 2 mil, pra tirar ela e devolver, fora o conserto dela (Entrevistado 3, Núcleo Zumbi dos Palmares).

Apesar de buscarem alternativas coletivas, como a “vaquinha” para arrecadação de dinheiro para o conserto da bomba queimada, mas conforme citado pelo Entrevistado 1, muitas das famílias nem sempre possuem condições de arcar com os altos custos de manutenção, aquisição ou conserto de bombas e outros equipamentos necessários.

O meio rural concentra uma significativa parcela da população brasileira que se encontra em situação de pobreza, sendo que 25% da população do campo vive em situação de extrema pobreza, refletindo também uma tendência mundial de menor poder aquisitivo em domicílios do interior (OLIVEIRA, 2017). Tendo em vista a conhecida realidade socioeconômica rural, políticas públicas que caminhem no sentido da promoção do saneamento básico devem ser consideradas prioridades pelo estado, haja vista a importância deste serviço e sua intrínseca relação com a saúde pública (AMORIM *et al.*, 2009).

Maia e Ferrante (2013, p.89) mencionam que, no Sepé Tiaraju, apesar de cada núcleo contar com um poço, “os mesmos foram perfurados em locais distantes dos depósitos de água, o que tornava o gasto energético para o bombeamento quase inviável”. Segundo as autoras, ainda, algumas famílias devido a localização de seus lotes próximos às caixas d’água, conseguiram sanar, por conta própria, os problemas; entretanto, até hoje as famílias de lotes mais distantes seguem com limitações de acesso à água.

Nesse sentido, até quando as bombas dos poços estão em funcionamento as dificuldades de acesso à água são relatadas. Um dos motivos é o sistema de distribuição implantado no assentamento, que faz com que lotes localizados em terrenos com topografia mais elevada tenham o acesso à água limitado, como observado nas fala:

sozinhas até a superfície. Os poços artesianos, pelo contrário, não necessitam de bombas pois a água jorra diretamente do subsolo.

O poço artesiano comunitário que faz essa distribuição a partir de cano de mangueiras, que chega em todos os lotes. Na verdade, tem essa dificuldade da distribuição da água justamente devido à forma como ela é distribuída através desses canos de mangueira, tem pessoas que por problema de gravidade, não consegue ter acesso à água né, então às vezes não tem pressão suficiente pra chegar na casa dessa pessoa ou a quantidade de água daquele poço não consegue atender todas as famílias (Entrevistado 4, Núcleo Dandara).

Ressalta-se aqui, que a maioria dos entrevistados(as) fazia uso dos poços coletivos, sendo que, metade deles responderam consideraram baixa a disponibilidade de água que chega até seu lote (Tabela 1).

Tabela 1- Características de abastecimento e saneamento.

Variável		Quantitativo
Abastecimento de água	Poço Comunitário	8
	Poço Particular	2
Disponibilidade de água	Alta	1
	Suficiente	2
	Média	2
Tratamento de água	Baixa	5
	Filtrada	2
	Fervida	1
	In natura	6
	Outro	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Outro aspecto observado nas respostas dos entrevistados, diz respeito à percepção sobre a qualidade da água que chega às casas:

[...] Não é um encanamento adequado então a água vem alguns resíduos de matéria orgânica, então a gente tem que tomar alguns cuidados, então é preferível ferver pra ingerir essa água e tudo mais e por conta desse encanamento tem vazamento em vários pontos, então isso contribui pra contaminação da água (Entrevistado 5, Núcleo Paulo Freire).

O acesso à água não se limita ao aspecto quantitativo, mas também diz respeito à qualidade e regularidade no fornecimento do recurso. O CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) dispõe, na resolução N° 357 de 2005, sobre a classificação das águas quanto a sua qualidade e tipo de uso permitido, ou seja, águas de maior qualidade são destinadas a usos mais nobres – como consumo humano, enquanto águas com qualidade inferior devem ser utilizadas para fins menos nobres, como navegação (BRASIL, 2005).

O saneamento básico é definido pela Lei n° 11.445/2007 como um conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de esgotamento sanitário, limpeza e drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas fluviais, e o mais importante para essa discussão, o abastecimento de água (BRASIL, 2006). Mesmo que um dos princípios dessa lei seja a universalização dos serviços de saneamento, a realidade ainda é bem diferente, principalmente nas comunidades rurais, que estão distantes de atingir a integralidade no acesso. Essa carência de serviços básicos gera impactos em diferentes aspectos da vida da população rural, podendo-se destacar a maior vulnerabilidade quanto à saúde.

Sabe-se ainda que, a região ao redor do assentamento é historicamente utilizada para fins agropecuários, em sua maioria convencionais, ou seja, com ampla e constante utilização de agrotóxicos. Nesse contexto, de acordo com Spadotto *et al.* (2008, p. 230), as “características físicas das áreas de recarga do Aquífero Guarani favorecem uma situação de alto potencial de contaminação, principalmente para produtos químicos que apresentam elevada capacidade de lixiviação em solos tropicais”. Destaca-se que, portanto, determinados contaminantes e substâncias nocivas à saúde humana, como os agrotóxicos, não conseguem ser removidos da água por meio de tratamento - quando há - convencional.

Alves Filho e Ribeiro (2014) expõem que, no PDS Sepé Tiaraju há uma preocupação latente dos assentados(as) quanto à destinação do esgotamento sanitário. Dentre as preocupações estão justamente a contaminação das águas subterrâneas e do solo, devido à presença de fossas mais rudimentares, ainda frequentemente utilizadas. Nesse sentido, metade dos entrevistados(as) afirmaram que a disposição do esgoto em seus lotes é realizada através de fossas não sépticas, ainda indevidamente conhecidas como “fossas negras”⁵. No interior dessas fossas, as reações na matéria orgânica das fezes produzem um líquido denominado chorume, que se infiltra e percola no solo, podendo atingir e contaminar as águas subterrâneas (FAUSTINO, 2007).

Além disso, quanto a questão da disponibilidade de água, a localização do assentamento numa área onde em poucos metros de profundidade já é

⁵ Consiste em um buraco feito no solo sem qualquer revestimento, para onde o esgoto da residência é direcionado. Nesse sistema, o solo fica desprotegido e os resíduos se infiltram com facilidade (FAUSTINO, 2007).

possível encontrar água do aquífero, reforça que nele o problema não se trata da quantidade, mas sim da distribuição e acesso à essa água distribuída, apontando para a necessidade de um novo modelo de acesso e distribuição, visto que o atual não contempla os assentados de forma a contribuir para o desenvolvimento rural. Os agricultores possuem consciência disso, já diria um dos entrevistados: “Água aqui tem muito né, só que ela tá mal distribuída né?” (Entrevistado 10, Núcleo Chico Mendes).

MOMENTOS DE ESCASSEZ E MOTIVOS DA FALTA DE ÁGUA

Relatos de diferentes entrevistados(as) narram momentos de escassez de água. Uma das falas expõe uma situação em que o entrevistado se viu forçado a escolher como iria usar a água disponível: “Já aconteceu de dormir sem tomar banho porque não tinha água pra tomar banho, se fosse tomar banho não tinha água pra fazer comida ou beber depois” (Entrevistado 8, Núcleo Zumbi dos Palmares). Dessa forma, o uso de alternativas para lidar com as dificuldades em relação à água são inerentes ao cotidiano dessas famílias.

Técnicas como racionamento são comuns entre nós que residimos aqui no assentamento por ser uma necessidade mesmo [...] você tem essa insegurança de qualquer momento você possa ficar sem água pra comer, então o racionamento é uma técnica usada, armazenar água da chuva se torna um recurso pra você conseguir sobreviver numa condição onde a água é um privilégio né? (Entrevistado 4, Núcleo Dandara).

Metade dos agricultores(as) entrevistados(as), nesse sentido, afirmam reutilizar água e captar e armazenar água da chuva. Para isso, no assentamento é comum a criação de reservatórios, como pequenos lagos, utilizados para a irrigação e criação de peixes. De acordo com o Ministério da Saúde, o acesso à quantidade inadequada ou insuficiente de água pode levar as populações a apresentarem deficiência na higiene, ao armazenamento do recurso em recipientes insalubres e/ou propícios ao surgimento de vetores, tal como o *Aedes aegypti* - mosquito transmissor de doenças como a dengue, além de impelir as pessoas a buscarem por fontes alternativas para o abastecimento, colocando-as em risco de exposição a doenças características de águas não tratadas, como a esquistossomose (BRASIL, 2006). Nesse sentido, observa-se em uma das falas situação semelhante em que o uso da água com qualidade questionável foi necessário, principalmente na dessedentação animal, como expõe a fala: “Já aconteceu muitas vezes de queimar a bomba [...] e a gente ficar sem água, tinha que comprar pra beber. Pros bichos às vezes a gente buscava no córrego, tem a água do córrego, mas não é limpa né?” (Entrevistado 6, Núcleo Dandara).

Nota-se também que a dificuldade em acessar a água é um fator sensível aos assentados(as). Além das preocupações diárias, do trabalho na terra, plantar e colher, a comercialização, entre outras, os agricultores(as) também precisam se preocupar diariamente com a água que vai ou não chegar aos seus lotes. Esse sentimento é observado em uma das entrevistas quando diz que “É ruim não ter água, muito doído mesmo não ter água (Entrevistado 2, Núcleo Zumbi dos Palmares).

Entende-se que os motivos que levam os assentados e as assentadas a terem de se expor a doenças, armazenando água da chuva, por exemplo, estão associadas mais a uma estrutura disfuncional do que a questões ambientais que levariam à ausência desse recurso. No Sepé Tiaraju, a dificuldade de acessar a água não está relacionada a uma condição geográfica desfavorável, como ocorre em locais como a região nordeste do país, mas sim a uma precária distribuição, já que o assentamento se localiza sobre área de recarga do aquífero Guarani.

De todo modo, a pressão sobre os recursos naturais é uma realidade que se encaminha, a cada ano mais, para um cenário de catástrofe e escassez. Em geral, há uma compreensão simplista de que a causa dessa diminuição na disponibilidade de recursos naturais se dá em função do aumento populacional, uma vez que quanto mais seres humanos vivendo no planeta Terra, maior a demanda por recursos para produzir seus bens, serviços e atender a necessidades básicas.

Conforme explica Porto-Gonçalves (2007, p.197), a pressão por recursos naturais também perpassa pela promoção e incentivo cada vez maior de um estilo de vida baseado em altas taxas consumo, conseqüentemente, de recursos naturais que servem como matéria-prima. O autor explica que o gasto energético também varia em função da região domiciliar das famílias, em que: “um habitante urbano consome, em média, três vezes mais água do que um habitante rural”. Para ele, tal fato está relacionado tanto ao estilo de vida do meio urbano, quanto à lacuna da desigualdade socioeconômica que ainda mantém as populações rurais em situação de maior pobreza e, conseqüentemente, com menor poder de consumo.

Retornando ao contexto local, a partir das condições descritas pelos(as) entrevistados(as) é possível inferir que a problemática da água no Sepé Tiaraju está associada, em grande parte, a questões estruturais.

Eu penso que a distribuição da água talvez seja a maior dificuldade, eu imagino que quatro poços consigam atender muito bem essa demanda que o assentamento tem de água, que seja pra consumo básico, não pensando na produção agrícola, até porque a produção agrícola demanda muito mais água [...] O problema é essa distribuição e como ela ocorre né, os meios que ela ocorre, o encanamento é ruim então ele vai fazer com que a quantidade de água que era pra chegar na casa do produtor ou da produtora,

seja reduzida. Então se tem problema de vazamento, problema de raiz nos encanamentos, se tem problema de pressão dessa água chegar, acaba potencializando todo o processo, acaba prejudicando tudo né? Penso que está mais relacionado a essa questão da distribuição do que propriamente da disponibilidade (Entrevistado 4, Núcleo Dandara).

A precariedade na rede de abastecimento, verificada em campo e relatada pelos(as) assentados(as), já os acompanha há anos. Forte (2010) apontava para a problemática da distribuição de água no Sepé Tiarajú, mencionando que até o final de seu trabalho o assentamento ainda não possuía uma rede básica para abastecimento de água e esgotamento sanitário. O autor descreve, ainda, que na época de seu estudo havia “[...] um revezamento entre buscas de água diretamente das minas d’água e recebimento direto através de uma precária rede superficial [...] não fornecendo, assim, água aos que precisam” (FORTE, 2010, p. 17). Isso é corroborado em uma fala: “as mangueiras estão enterradas a 20 cm, agora todas acima do solo. Tem que ser um projeto pra que ela fique a 1 metro de profundidade com a mangueira adequada ainda, canos né?” (Entrevistado 5, Núcleo Paulo Freire).

Recentemente ainda, o assentamento vivenciou queimadas, onde o fogo - devido a grande quantidade de matéria seca causada pelas geadas incomuns que atingiram diversas regiões do estado e pela seca de um grande período sem chuva - se espalhou rapidamente. Além da perda de plantações, que já haviam sido afetadas principalmente pela geada e que posteriormente foram consumidas pelo fogo, também houve danos na estrutura de distribuição de água, já que as mangueiras que estavam expostas a nível do solo foram atingidas pelo fogo.

Figueiredo (2009) já destacava as dificuldades que as famílias relatavam ter com o abastecimento, evidenciando a precariedade do complexo sistema de mangueiras utilizado para levar água das minas (poços) existentes para todos os lotes. Nota-se que aproximadamente uma década depois, questões semelhantes continuam afligindo os moradores do assentamento no que diz respeito ao acesso à água.

Colocaram uma mangueira que vem descendo as ruas pra distribuir a água (...), e ela vem pelo nível, né? Se é descida ela vem com pressão, mas aí nós moramos no plano aqui, então até ela chegar aqui ela já vem sem pressão (...) A forma como eles distribuíram o encanamento ficou muito ruim, porque o poço é um poço bom né? (...) É essa forma de distribuição de água que ficou muito ruim, a encanação, fizeram de mangueira (...) é uma mangueira preta, muito ruim (Entrevistado 8, Núcleo Zumbi dos Palmares).

Assim como na questão do acesso à terra, a distribuição e o acesso à água também

estão envoltos em um contexto de desigualdade socioeconômica. No meio rural, compreende-se que a água é um recurso natural de suma relevância no processo produtivo agropecuário, sendo também motivo de disputas e conflitos de interesses. Ribeiro e Galizoni (2003, p.129) entendem que “o espaço rural brasileiro congrega tanto a pequena gestão comunitária quanto os grandes consumidores; nele, a regulação comunitária e o grande empreendimento consumidor começam a se confrontar num embate pela água”.

Thomaz Junior (2010) afirma que, os diferentes compartimentos hídricos – águas superficiais, subterrâneas, represadas - são considerados de grande importância na elaboração e implementação de políticas públicas para seu uso, voltadas, por exemplo, a canalizações, construção de dutos, transposição e infraestrutura necessária para bombeamento de irrigação. De maneira semelhante, esse recurso natural é visado pelo capital privado, que investe também em infraestrutura para utilização das águas, no entanto, de maneira particular e monopolizada, embora este mesmo capital também usufrua dos investimentos públicos.

Na ocasião de seu estabelecimento, o assentamento Sepé Tiarajú firmou um compromisso junto ao INCRA e Ministério Público, por meio de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), onde cada uma das partes assumiu responsabilidades para garantir um funcionamento adequado, sustentável e ambientalmente equilibrado da área. Em relação ao saneamento básico, o TAC institui que o INCRA se compromete a fazer gestões em parceria com os órgãos competentes visando a garantia de aporte orçamentário para instalação de sistema de abastecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgoto doméstico na área do PDS (FORTE, 2010).

Aqui é um PDS né, uma das diretrizes do PDS é o estado garantir minimamente essas estruturas pra que funcionasse bem o assentamento e em contrapartida os agricultores contribuiriam com o uso coletivo do assentamento, a organização em cooperativas, incentivo a educação no assentamento, pra que todos pudessem ter acesso à educação desde o nível infantil ao superior. Embora os assentados tenham garantido tudo isso, principalmente o trabalho e respeito com o meio ambiente, o trabalho com a agroecologia e tudo mais (...), porém o estado deixou a desejar, aí a gente vê um encanamento precário, perdendo água e isso é prejuízo. Iluminação não tem. Falta um monte de coisa que o estado não garantiu né? Isso penalizou o agricultor (Entrevistado 5, Núcleo Paulo Freire).

Segundo Melo, Scopinho e Gonçalves (2016, p.52), embora o TAC firmasse uma série de compromissos, “passou a ser considerado pelos assentados um

instrumento sem utilidade diante dos poucos compromissos concretizados por parte do INCRA”. Cita-se o não cumprimento de algumas responsabilidades do Estado, como fornecer condições de infraestrutura para o abastecimento de água potável. Os autores ainda expõem que, em decorrência disso, diversas famílias priorizaram utilizar os primeiros créditos acessados para o fomento em melhorias de infraestrutura, havendo casos em que “a canalização da água das nascentes existentes no assentamento foi construída de modo improvisado [...] pelas próprias famílias, com material que tornava a água imprópria para o consumo”.

ÁGUA E PRODUÇÃO

A importância da produção de alimentos advinda da agricultura familiar ainda é desconhecida por muitos. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar era responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil, respondendo por 38% (R\$ 54,4 bilhões) do valor produzido pela agropecuária brasileira (IBGE, 2009). Para produzir esses alimentos que abastecem diariamente a mesa da população brasileira, vários ‘ingredientes’, isto é, recursos e condições, são necessários, sendo um deles a água. Nesse cenário, o acesso à água é indispensável aos processos produtivos da agricultura e fator inerente à manutenção da reprodução social no campo.

No PDS Sepé Tiarajú, a dificuldade para acessar a água em quantidade e qualidade, é um dos grandes desafios expostos pelos agricultores, conforme discutido no tópico anterior. Nas entrevistas são relatados vários momentos em que a falta de água, especificamente para a irrigação, concomitante à uma mudança no regime de chuvas, foram motivos de perda.

Por causa da falta de água, eu tinha vaca, precisei vender. Vendi tudo, porque os bichos tomam muita água, né? Aí eu vendi, fiquei só com galinha mesmo. Na produção se tivesse mais água eu usaria na irrigação. Eu tenho tudo né? Que eu fiz o curso, ganhei a bomba, ganhei as mangueiras, a instalação tudo, só falta a água [...] eu nem horta tenho mais, eu fiz uma horta bem pequeninha, dois canteiros, aí quando a planta estava quase no ponto de comer, ficou uma semana sem água porque a bomba quebrou. Até juntar todo mundo, um pouquinho de dinheiro, pra comprar outra bomba, aquelas plantinhas da horta secaram, aí eu desanimei, desisti (Entrevistado 1, Núcleo Dandara).

Na fala acima, podemos observar uma situação que mostra o fato de o entrevistado já possuir todo o material necessário para a instalação de um sistema de irrigação, em que o mesmo reforça “só falta a água”.

A água é um dos mais críticos insumos necessários ao pequeno agricultor e agricultora, uma vez que é basilar para a produção agrícola. É uma substância essencial ao metabolismo das plantas e animais e participa de todas as etapas produtivas, do plantio até a higienização e beneficiamento dos alimentos. Isso significa que os produtos finais que a população consome, carregam uma quantidade virtual de água (ALLAN, 2003), que foi utilizada ao longo de toda a cadeia de produção; deste modo, para cada 1kg de milho ou soja, são utilizados cerca de 1000 litros de água e para cada 1kg de frango, aproximadamente 2000 litros são exigidos, por exemplo (PORTO-GONÇALVES, 2007).

Observa-se também que a escassez de água fez com que alguns entrevistados(as) tivessem que se desfazer de determinadas espécies. Sendo a diversidade agrícola influenciada pela falta de irrigação nas plantações, conseqüentemente, a renda advinda da comercialização e a diversidade de alimentos no consumo próprio dos agricultores também são afetadas, como fica claro na fala: “Nós tínhamos ali tomatinho cereja, berinjela, jiló, abobrinha, melancia, pepino, aí a bomba queimou e nós não consegui mais, vai morrendo. Não tá tendo chuva suficiente pra isso” (Entrevistado 3, Núcleo Zumbi dos Palmares).

A agrobiodiversidade possui um forte caráter cultural, uma vez que cada povo desenvolveu (e desenvolve), de maneira particular, um modo de cultivar. Essas técnicas empíricas, bem como sementes crioulas e “segredos de cultivo”, são passados de geração em geração em cada família agricultora, sendo um componente de grande riqueza simbólica e diversidade que, inclusive, garante a segurança alimentar dos povos, além de maiores possibilidades de renda e comercialização (NIEDERLE, 2015).

No entanto, diversos fatores externos estão relacionados à perda da agrobiodiversidade, em geral relacionados ao avanço do agronegócio sobre as comunidades tradicionais. A problemática da água no Sepé Tiarajú, conforme verificado nas respostas dos entrevistados, leva também a uma diminuição deste componente, já que as plantas cultivadas acabam não resistindo às oscilações da irrigação. Dessa forma, até os sistemas agroflorestais também sentem a falta da água, seja de irrigação ou da chuva:

A gente vê que até mesmo na agrofloresta precisa de água, porque pra uma mudinha crescer dá trabalho em? O que mais uma muda de árvore precisa no início quando põe ela lá no solo é água, enquanto ela não enraizar pra ir buscar água lá no fundo, ela precisa de muita água. Então pra agricultura, o fundamental é a água. Se aqui tivesse a água adequada, irrigado, igual era o projeto, nós tava lá na frente, tava bem mais desenvolvido (Entrevistado 9, Núcleo Chico Mendes).

As agroflorestas, nesse contexto, mostram-se como interessante alternativa de cultivo, uma vez que nelas são empregados princípios agroecológicos que garantem maior saúde aos trabalhadores(as), posto que não são utilizados agrotóxicos e promovem a diversidade alimentar para consumo próprio e comercialização. Por se tratar de um tipo de cultivo ambientalmente mais sustentável, sua implementação mostra-se interessante no sentido de fazer cumprir as prerrogativas de um PDS e os compromissos dos(as) assentados(as) firmados no TAC, bem como as orientações de produção agroecológica propostas pelo MST (FIGUEIREDO, 2009).

Em termos de exigência de água, os sistemas agroflorestais tendem a aproveitar de maneira mais eficiente recursos disponíveis, tais como luz, nutrientes e água. De maneira geral, necessita-se de uma quantidade menor de recurso hídrico a ser inserido no agroecossistema do que em plantios em modelo de monocultura. Isso se dá em função de ser auto regulável a médio e longo prazo, pois ao adicionar espécies de diferentes extratos, simula-se um processo de sucessão ecológica (NICODEMO, 2011).

A estrutura complexa dos SAFs promove uma maior eficiência hídrica, de acordo com Voltolini *et al.* (2018). Como exemplo, cita-se uma técnica primordial, a cobertura verde, onde as árvores e leguminosas plantadas para este fim são podadas, fornecendo uma camada vegetal consistente sobre o solo. Em ecossistemas naturais esse processo também ocorre, por meio da desfolhação sazonal, herbivoria, ou mesmo queda de árvores. Além de melhorar o solo, devolvendo para a terra os nutrientes presentes nos vegetais, promove-se uma maior retenção de água no solo em relação ao solo exposto.

Nesse sentido, os SAFs proporcionam inúmeras vantagens ambientais, como a recuperação de áreas degradadas e conservação da biodiversidade, diminuem o processo de desertificação, não poluem o solo, água e ar, assim como, não produzem resíduos gerados por insumos químicos. Além disso, nas agroflorestas há maior infiltração da água no solo, justamente devido à inserção de componentes florestais e da cobertura do solo, que formam um microclima equilibrado que busca imitar um sistema natural (BASSO, 2014; OLIVEIRA *et al.*, 2018). Por sua vez, nas áreas onde o solo apresenta cobertura vegetal, a recarga do aquífero acontece de forma mais afetiva, ou seja, as condições do solo estão diretamente relacionadas à qualidade da água e contribui para o funcionamento do ciclo hidrológico (GOMES, 2008).

Em síntese, a implantação de assentamentos na modalidade PDS nessa região surgiu, dentre tantos motivos, pela necessidade de conservar a qualidade das águas no aquífero Guarani, adotando os SAFs como ferramenta. Entretanto, observa-se certa ineficácia do Estado em garantir as condições mínimas para que a Agroecologia fosse adotada com matriz tecnológica. Para Melo, Scopinho e Gonçalves (2016, p.54) a “proibição de utilização de produtos químicos, o uso racionalizado da água, a

dificuldade de recuperar o solo e a falta de assistência técnica adequada e constante” apresentavam-se como um conjunto de dificuldades encontrados pelos assentados na dimensão produtiva. O TAC, nesse sentido, impunha regras de produção, mas não as condições que o INCRA deveria oferecer para que elas fossem cumpridas.

Como uma das regras previstas no TAC referia-se à proteção do lençol freático, o INCRA não autorizava a perfuração de poços individuais. Isto somado à dificuldade no acesso à água, poderia inviabilizar a irrigação e, em certos casos, levar à perfuração de poços sem outorga, devido à falta de informação ou assistência para a regularização da perfuração (MELO; SCOPINHO; GONÇALVES, 2016). Ressalta-se que, a captação de água através de perfuração de poços está sujeita a outorga prévia de órgãos reguladores, seja federal ou estadual, exigindo um pagamento de taxa anual.

Para Ioris (2006, p.16), apesar de uma estrutura institucional para a gestão dos recursos hídricos, na prática verifica-se apenas mudanças superficiais no tratamento de tais questões. Para ele, assim como “no passado, concentram-se esforços no controle tecnocrático da água, ao invés de questionar os problemas sociais e ambientais criados pelo próprio desenvolvimento econômico”. Além disso, o autor acredita que a insistência no valor econômico da água “constitui em uma das grandes falácias da política ambiental no Brasil, porque, ao apresentar a cobrança pelo uso da água como benéfica a toda a sociedade [...] deixa de indicar quem no passado foi responsável por sua degradação” (IORIS, 2006, p.17).

Portanto, para convencer a população de que a cobrança é um instrumento vantajoso para a toda a sociedade, utiliza-se um sofisticado discurso que promove a ideia de que todos são igualmente culpados pela degradação do meio ambiente, enquanto encobre o fato de que os benefícios do desenvolvimento atendem principalmente aos interesses de setores econômicos hegemônicos. Inserindo essa questão no contexto da agricultura familiar, percebe-se que, de fato, há uma problemática na cobrança de tarifas pela captação de água. Questiona-se aqui, até onde é justo que os agricultores familiares paguem as mesmas tarifas que, por exemplo, o agronegócio. A nível local, observado o contexto em que se insere o PDS Sepé Tiaraju: teriam os(as) agricultores(as) que pagar as mesmas tarifas de captação da água que a agricultura patronal e canavieira existente ao seu redor?

Observa-se, portanto, que ao dissociar a questão dos recursos hídricos das relações de poder existentes, os atuais procedimentos de gestão não buscam responder aos graves problemas ambientais e sociais relacionados à água, mas apenas minimizar possíveis conflitos e manter a acumulação de capital.

PERCEPÇÃO DE MUDANÇAS NO REGIME DAS CHUVAS E IMPORTÂNCIA DA

ÁGUA

O cotidiano junto ao meio ambiente e seus processos faz com que pequenos(as) agricultores(as) tenham uma sensibilidade particular para com a natureza, construída a partir da experiência prática e da observação cotidiana. Ao ser perguntado sobre as mudanças observadas na agricultura, do que se era observado no passado e o que se observa hoje, um dos agricultores expõe que:

Mudou porque agora o negócio é você plantar né, porque tão destruindo tudo, tanto que o tempo tá mudando, chuva, tudo tá mudando. Nessa parte você vê a diferença de calor, não tá do jeito que era não. Chuva não tá começando mais na época que começava, esse ano mesmo chuva pra nós, tá chegando agora, mês de dezembro, e não tá bom de chuva esse ano não. Quando vem, vem fazendo regaço, ou chove num canto e não chove no outro (Entrevistado 3, Núcleo Zumbi dos Palmares).

Weid (2009, p.51) afirma que “além de acentuar as mudanças climáticas, o modelo de produção agrícola é um dos setores que mais sofre com seus efeitos”. Segundo o autor, temperaturas altas reduzem a produtividade das culturas já que influenciam no processo de fotossíntese, na umidade, na fertilização e na absorção de nutrientes pela planta.

Fica claro, portanto, que diversos fatores podem influenciar na permanência ou impermanência das famílias rurais no campo, sendo a maior parte relacionada à viabilidade e estabilidade econômica (ou falta destas). Ou seja, um conjunto de condições e recursos precisa estar disponível para uma vida digna e segura. Schmitt e Tygel (2009, p.125) afirmam que “o acesso a meios de produção como a terra, a água e a biodiversidade, não envolve apenas uma questão de justiça econômica”, mas incorpora também uma forte dimensão ambiental.

Ribeiro e Galizoni (2003) explicam que, no Brasil, a ideia da água e demais recursos naturais como finitos e limitados só passou a ser assimilada e difundida em função de crises que atingiram as produções agrícolas, entre os anos 1980 e 1990. Nessa época, segundo os autores, uma mudança no regime de chuvas passou a ser percebida, bem como quedas na produtividade e perda de safras inteiras, além da saída cada vez mais evidente de pessoas do campo em direção às vilas e centros urbanos. A população rural, portanto, foi a primeira a sentir tais efeitos, notando a perda de volume dos rios e a redução do número de nascentes e, posteriormente, conflitos de interesses relacionados à água tornaram-se uma realidade.

Localmente, no PDS Sepé Tiaraju há uma aparente insegurança quanto ao sucesso da produção, visto que a água advinda do poço não é suficiente para a irrigação e as chuvas também se tornaram imprevisíveis.

Pensar que uma agricultura que já tem dificuldade em ter acesso pra produção e que depende necessariamente do regime de chuvas que a região pode oferecer [...] a chuva em si, já não é algo que o agricultor pode contar, então ele tem que mudar todo calendário dele de produção porque ele não pode contar com a água que vem do poço porque é uma água que vai atender “malemá” as suas necessidades básicas. O futuro próximo é incerto nesse sentido de que pode ser que chova e pode ser que não chova, e se chover ou não chover pode ser algo que vai definir se você vai permanecer no campo ou não (Entrevistado 4, Núcleo Dandara).

Arbarotti (2018) obteve resultados semelhantes: os/as agricultores(as) percebem mudanças no sistema climático ao longo do tempo e tais alterações têm afetado tanto o planejamento de plantio quanto a produtividade das plantações. Tais mudanças não são tão facilmente percebidas por um grande grupo da população humana para o qual o contexto de mudanças climáticas ainda aparenta estar longe; no entanto, agricultores(as) e demais grupos sociais que vivenciam e dependem de forma direta dos processos naturais já apontam para a “percepção da alteração climática em seus cotidianos de caça, pesca e plantio, com aguda mudança nos hábitos do animais, dos regimes de chuvas e do desenvolvimento das plantas” (ARBAROTTI; MARTINS, 2019, p.118).

Sem água, nós tivemos agora 2020, 15 de abril foi a última chuva, veio chover de novo do dia 20 de novembro pra cá, então nós tivemos um período de chuva dos piores, o trem foi feio, não choveu mesmo aqui na região, não choveu, coisa que nós não vimos antes. Durante esses 20 anos que eu tô aqui, não teve uma seca igual essa entendeu? Deu pra ver ali na área de SAF, o quanto a água faz a diferença, porque as plantas sentiram o extremo mesmo, porque até as mandiocas não carregou né? (Entrevistado 9, Núcleo Chico Mendes).

Nesse contexto, a agricultura se relaciona a um sistema de apostas, onde a boa colheita se torna incerta. Para Arbarotti e Martins (2019, p.123) “o espaço entre a aposta, sementeira, e o resultado, a colheita, é carregado de angústias e de incertezas”. Esses sentimentos crescem cada vez mais, acompanhando as mudanças climáticas em velocidade e amplitude tão grandes que tornam quase impossível a adaptação do agricultor familiar.

Arbarotti (2018, p. 284) define ainda, o clima como um antigo companheiro fiel, com o qual podia-se contar, mas que hoje é o motivo de incertezas, medos e

inseguranças. Segundo ele, hoje o agricultor olha para o céu com desconfiança e lança as sementes, sendo “uma aposta, pois não se sabe mais quando vai chover. E na aposta, ou se ganha muito ou se perde muito”.

Ressalta-se ainda que, conforme Gomez-Pompa e Klaus (2000), a gestão de recursos naturais e conseqüentemente, dos recursos hídricos, deve necessariamente incorporar o saber local das populações que, ao longo dos anos, construíram manejos adaptados para lidar com imprevistos ambientais. No que diz respeito à privatização de recursos, os autores ainda afirmam que tal ação pode provocar conseqüências inimagináveis para os usuários e para o ambiente em que estão inseridos.

Nesse sentido, a compreensão sobre o ambiente em que estamos inseridos “faz parte da consciência que buscamos nos dias atuais e nos leva a refletir sobre as atitudes e dificuldades em enxergar a natureza como algo imprescindível para a sobrevivência” (MENEZES; BERTOSSI, 2011, p.23). Com base nisso, questionou-se também, durante as entrevistas, sobre a importância da água para os agricultores e agricultoras.

Esse lugar aqui é muito quente, a gente precisa muito de água. Até mesmo pra tomar né? A gente trabalhando na roça toma muita água. A água é importante pra tudo, tudo que a gente vai fazer precisa de água (Entrevistado 1, Núcleo Dandara).

A riqueza do ser humano é a água. A gente foi acostumado a abrir a torneira e ter água, na cidade é assim né? Se não tem água a pessoa até se assusta, né? Mas logo a água vem. Nós precisamos ter água, a alegria da gente tá misturada na água (Entrevistado 2, Núcleo Zumbi dos Palmares).

Foram identificadas percepções, ao mesmo tempo, distintas e semelhantes, no que diz respeito à importância da água. Nas falas anteriores, pode-se observar: enquanto uma cita a importância da água para o consumo relacionado ao próprio trabalho no campo, a outra, também consciente da importância do recurso, de maneira simbólica reforça as diferenças de percepções e acesso à água entre campo e cidade. Cita-se também o Entrevistado 9, que ao ser indagado sobre a importância da água, responde que: “Nosso corpo é de 70% de água, a água é fundamental em tudo na vida humana. Então pra se ter uma qualidade de vida boa, a água tem que estar em primeiro lugar” (Entrevistado 9, Núcleo Chico Mendes). Nesse sentido, um dos entrevistados expõe uma percepção ainda mais aprofundada em relação à água:

A água é essencial pra vida, né? Pra manutenção e pra sobrevivência da vida. Sem água fica difícil sobreviver independente do lugar que você este-

ja. Pensar ainda, num contexto do campo, que é responsável por produzir comida e que pra produção dessa comida, a água é indispensável [...] se você está inserido no campo e não tem acesso à água, você não consegue produzir, não consegue sobreviver, né? Teoricamente você vive basicamente resistindo a todas essas intempéries que surgem a partir da falta d'água. [...] Se você não tem água, você não consegue produzir, se você tá no campo e não consegue produzir, você não consegue sobreviver no campo e sua alternativa vai ser ir pra cidade (Entrevistado 4, Núcleo Dandara).

O Entrevistado 3 também cita a importância da água para a permanência no campo e expõe seus próprios sentimentos ao afirmar que: “Dá um desânimo, dá vontade de ir embora por causa da água. Sem água não faz nada não, não tem como, não tem água não tem nada” (Entrevistado 3, Núcleo Zumbi dos Palmares).

Observa-se, portanto, que os agricultores e agricultoras entrevistados(as) do PDS Sepé Tiaraju, possuem consciência acerca das problemáticas ambientais, em especial, sobre a questão da água, já que a falta da mesma é uma realidade frequente em seus cotidianos. Assim, demonstram uma forte percepção sobre o ambiente em que vivem, possuindo uma consciência acerca da importância de cuidar e proteger do mesmo.

Um dos entrevistados, por fim, afirma que até a construção da luta pela terra acaba se perdendo devido ao problema que é o acesso à água. Segundo ele, a água é “um direito fundamental e humano [...] e nós aqui do assentamento somos tão humanos quanto qualquer um. A gente carece, merece e precisa de água, para a sobrevivência e para a produção” (Entrevistado 4, Núcleo Dandara).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias ouvidas durante as entrevistas e citadas no corpo deste artigo, explicitam a vulnerabilidade presente na vida dos agricultores e agricultoras quando o assunto é a água. A dificuldade no abastecimento e/ou distribuição de água frequentemente causa prejuízos materiais e imateriais, podendo afetar até a vontade de permanecer vivendo da terra.

A perda de vários cultivos agrícolas, devido à impossibilidade de irrigação e a mudança no regime de chuvas, faz-se responsável pela diminuição da diversidade alimentar das famílias assentadas e ainda pode afetar a renda das mesmas, que também comercializam esses alimentos. Percebe-se nesse sentido, que os grupos que interagem mais diretamente com os recursos naturais, como a própria agricultura familiar, são os que mais vêm sofrendo com as mudanças climáticas e neste caso em específico, com a mudança do regime de chuvas.

Nesse contexto climático, a existência de PDS's, exerce mais do que nunca, uma

função importantíssima. No que diz respeito às mudanças climáticas, tais áreas, ao serem exploradas de maneira sustentável, reflorestadas, não utilizarem agrotóxicos e valorizarem a biodiversidade, desempenham um valioso papel ecológico e social, visto que os fenômenos climáticos recentes estão relacionados, principalmente, às mudanças no uso e ocupação do solo causadas pelo agronegócio. Reforça-se a importância do assentamento Sepé Tiaraju no contexto em que está inserido: a implantação de agroflorestas e seu caráter regenerativo, por exemplo, é fundamental para a recuperação do solo e, conseqüentemente, pela preservação do aquífero Guarani. Cita-se também as áreas de APP dentro do próprio assentamento e as diversas ações de reflorestamento promovidas pelos próprios moradores, visando proteger as nascentes de água presentes no PDS.

Entende-se, portanto, em relação à área de estudo desta pesquisa, o PDS Sepé Tiarajú, que a distribuição da água é o fator deficiente nessa problemática, uma vez que, há abundância de água na região - devido a sua privilegiada localização sobre área de recarga do aquífero Guarani - mas esta não chega em quantidade suficiente à população do assentamento em sua totalidade.

Entretanto, mesmo que as diretrizes de um PDS visem práticas sustentáveis e que os agricultores se adequem a cumprir essas diretrizes, ainda existem problemas de infraestrutura que impedem com que elas sejam cumpridas, como é o caso da falta de saneamento básico e, conseqüentemente, o ainda frequente uso de fossas inadequadas que podem ser um risco à qualidade das águas subterrâneas. Ou seja, apesar dos inúmeros benefícios locais, ecológicos e sociais, gerados pela criação de um PDS, as políticas públicas falham em atender necessidades existentes após a criação desses projetos, e assim, essas populações ficam, por vezes, desamparadas de serviços básicos. A luta pela Reforma Agrária, dessa forma, se torna uma luta não só pela terra, mas também por direitos, moradia, assistência técnica, cultura, lazer, educação, saneamento básico e água de qualidade e quantidade adequadas.

É fundamental que as políticas públicas de infraestrutura e saneamento básico saiam do papel e contemplem, não só o PDS Sepé Tiaraju, mas todas as comunidades e assentamentos rurais em sua integralidade, já que o acesso à água e saneamento básico são direitos assegurados e que devem chegar a todos e todas sem exceção. Além disso, é urgente que o paradigma convencional de agricultura seja revisto e que as experiências de produção agroecológica ocupem cada vez mais espaços; só assim, os recursos naturais – incluindo a água – serão preservados de fato e caminhar-se-á em direção ao desenvolvimento rural sustentável – justo e equilibrado ecologicamente, economicamente e socialmente, assim como nos propõe a Agroecologia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). **Atlas esgotos: despoluição de bacias hidrográficas**. Brasília: ANA, 2017. 88 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: 2020**. Brasília: ANA, 2020. Disponível em: <https://bitly.com/zxytQY>. Acesso em: 25 fev. 2021.

ALLAN, J. A. Virtual Water - the Water, Food, and Trade Nexus. Useful Concept or Misleading Metaphor? IWRA, **Water International**, Volume 28, Number 1, March 2003.

ALVES FILHO, José Prado; RIBEIRO, Helena. Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 448-466, jun. 2014.

AMORIM, Leiliane; KUHN, Marla; BLANK, Vera Lúcia; GOUVEIA, Nelson. Saúde ambiental nas cidades. In: GT Saúde e Ambiente da ABRASCO. 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental. – **Cadernos de texto**, 2009.

ARBAROTTI, Alexsandro Elias. **Disputas e hierarquias no acesso à água em assentamentos de reforma agrária**. 2018. 358 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

ARBAROTTI, Alexsandro Elias; MARTINS, Rodrigo Constante. Mudanças climáticas nos assentamentos rurais: uma etnografia sobre a experiência de futuro. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 116-138, 2019.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; GURGEL, Idê Gomes Dantas; CÂMARA NETO, Henrique Fernandes; MELO, Carlos Henrique; COSTA, André Monteiro. O contexto global e nacional frente aos desafios de acesso adequado à água para consumo humano. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.6, p.1511-1522, maio 2012.

BASSO, Josi. **Agroflorestas ajudam a preservar a água**. 2014. Cooperafloresta. Disponível em: <https://bitly.com/NeF8Xh>. Acesso em: 20 set. 2021.

BBC. Como seca histórica no Brasil traz risco de inflação e racionamento de energia. **G1** [S. L.], 31 maio 2021. Disponível em: <https://bitly.com/V0rkGz>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BORGES, Janice Rodrigues Placeres; FARIAS, Alexandra Leite. Ecological Family Agriculture Held In Remígio, PB, Brazil: a case study on production of knowledge and innovation. **Internacional Journal For Inovation Education And Research**, v.7, p.249-265, 2019.

BORSOI, Zilda Maria Ferrão; TORRES, Solange Domingo Alencar. A Política de Recursos Hídricos no Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 143-166, dez. 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 212 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. **Resolução CONAMA nº357, de 17 de março de 2005**. Classificação de águas, doces, salobras e salinas do Território Nacional.

COUTINHO, Heitor Luiz da Costa; LEITE, Álvaro A. Souza; PARAÍBA, Lourival Costa; CERDEIRA, Antonio Luiz; FILIZOLA, Heloisa Ferreira; SILVA, Ênio Fraga; GOMES, Marco Antonio Ferreira. Análise espacial do potencial de lixiviação de herbicidas em áreas de afloramento do Aquífero Guarani na Alta Bacia do Rio Taquari, MS. In: GOMES, Marco Antônio Ferreira (ed.). **Uso agrícola das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no Brasil: implicações para a água subterrânea e propostas de gestão com enfoque agroambiental**. Brasília: Embrapa, 2008. p. 195-214.

FAUSTINO, Adriana Soares. **Estudos físico-químicos do efluente produzido por fossa séptica biodigestora e o impacto do seu uso no solo**. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Química, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina. **Experiência e luta pela terra: o assentamento Sepé Tiarajú e o MST**. 2009. 397 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

FILIZOLA, Heloisa Ferreira; CANIL, Kátia; ALMEIDA FILHO, Gerson Salviano; GOMES, Marco Antônio Ferreira. Processos erosivos em áreas de afloramento do sistema Aquífero Guarani no Brasil. In: GOMES, Marco Antônio Ferreira (ed.). **Uso agrícola das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2008. p. 284-299.

FOLEGATTI, Marcos Vinicius; SÁNCHEZ-ROMÁN, Rodrigo M.; COELHO, Ru-

bens D.; FRIZZONE, José A. Gestão Dos Recursos Hídricos E Agricultura Irrigada no Brasil. In: BICUDO, Carlos E. de M.; TUNDISI, José Galizia; SCHEUENS-TUHL, Marcos C. Barnsley (org.). *Águas do Brasil: análises e estratégias*. São Paulo: Instituto de Botânica, 2010. p. 13-23.

FORTE, Yuri Arte. **Zoneamento geoambiental do assentamento rural Sepé Tiarajú: base para planejamento do uso e ocupação do solo**. 2010. 105 f. Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2010.

FRACALANZA, Ana Paula; FREIRE, Thais Magalhães. Crise da água na Região Metropolitana de São Paulo: a injustiça ambiental e a privatização de um bem comum. **Geosp - Espaço e Tempo (Online)**. São Paulo, v. 19, n. 3, p. 464-478, 6 dez. 2015.

GAZZINELLI, Andréa; SOUZA, Márcia Christina C.; NASCIMENTO, Iara; SÁ, Ilcéia Ribeiro; CADETE, Matilde Meire Miranda; KLOOS, Helmut. Domestic water use in a rural village in Minas Gerais, Brazil, with an emphasis on spatial patterns, sharing of water, and factors in water use. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 265-277, abr. 1998.

GOMES, Marco Antonio Ferreira (ed.). **Uso agrícola das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no Brasil: implicações para a água subterrânea e propostas de gestão com enfoque agroambiental**. Brasília: Embrapa, 2008.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 125-147.

GONÇALVES, Márcia dos Santos. **Uso sustentável de pesticidas: análise comparativa entre a união europeia e o brasil**. 2016. 170 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado Em Ciências Do Ambiente, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

HIRATA, Ricardo. **Centro de pesquisa do IGc alerta para contaminação de aquíferos paulistas. [Entrevista concedida a] Hérika Dias**. USP Online, jan.2014. Disponível em: <https://bityli.com/0OcOKP>. Acesso em: 15 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Brasília: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa**

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Brasília: IBGE, 2014.

Instituto Geológico, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do estado de São Paulo, Departamento de Águas e Energia Elétrica (IG/CETESB/DAEE). **Mapeamento da vulnerabilidade e risco de poluição das águas subterrâneas no estado de São Paulo**. São Paulo, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Pesquisa **sobre a qualidade de vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária** – PQRA 2010. Brasília: INCRA, 2010.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **ÁGUA, EXCLUSÃO, MERCADO E COBRANÇA: um debate necessário**. In: Simpósio de Recursos Hídricos do SulSudeste, 1., 2006, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2006. p. 1-30.

LOPES, Keila Cássia Santos Araújo; LOPES, Paulo Rogério; BORGES, Janice Rodrigues Placeres. Saneamento Ambiental no Meio Rural e transição Agroecológica: um estudo no assentamento Horto Loreto - Araras/SP. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 779-785, jul. 2014.

MAIA, Priscila de Oliveira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. O programa de aquisição de alimentos no PDS Sepé Tiarajú: bloqueios e perspectivas. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 77-110, 2013.

MELO, Thainara Granero; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; GONÇALVES, José Cláudio. Entre o legal e o real: assentamentos rurais do tipo PDS na macrorregião de Ribeirão Preto. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 41-67, jan. 2016.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MESQUITA, Helena Angélica. O Agro-HidroNegócio no Cerrado Goiano: a construção das (re)existências. In: I Encontro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas e II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, 2007, Salvador (BA). **Anais[...]**. Salvador-BA, p. 1-15, 2007.

MENEZES, João Paulo Cunha de; BERTOSI, Ana Paula Almeida. Percepção ambiental dos produtores agrícolas e qualidade da água em propriedades rurais. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 22-33, jul. 2011.

MST. **Assentados bloqueiam estrada por rede de água em Ribeirão**. 2007. Dis-

ponível em: <https://mst.org.br/2007/04/25/assentados-bloqueiam-estrada-para-rede-de-agua-em-ribeirao/>. Acesso em: 22 set. 2021.

NICODEMO, Maria Luiza Franceschi. Dinâmica da água em sistemas agroflorestais — Dados eletrônicos. — São Carlos, SP: **Embrapa Pecuária Sudeste**, 2011.

NIEDERLE, Paulo André. A agrobiodiversidade como recurso estratégico nos novos mercados agroalimentares. In: SANTILLI, Juliana; BUSTAMANTE, Patrícia Goulart; BARBIERI, Rosa Lía. (Orgs.) **Coleção Transição Agroecológica**: Agrobiodiversidade. Brasília, DF: Embrapa, 2015. p. 51-80.

NOBRE, Henderson Gonçalves. **Sistemas Agroflorestais e a Construção do Conhecimento Agroecológico em Assentamentos Rurais**. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2011.

NOBRE, Henderson Gonçalves; JUNQUEIRA, Alexandre da Costa; SOUZA, Tatiane de Jesus Marques; RAMOS-FILHO, Luiz Octávio; CANUTO, Joao Carlos. Utilização de práticas agroecológicas na construção de projetos sustentáveis para a reforma agrária: um estudo de caso no assentamento Sepé Tiaraju-SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, v. 7, n. 1, p. 3-13, 2012.

OLIVEIRA, Larissa; BARROS, Ana Beatriz; TEIXEIRA, Alisson Luiz; CAMPANERUTI, Glaucilaine; ALVES, Viviane Pereira. Agrofloresta e seus benefícios, salientando as vantagens ambientais. In: Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 9., 2018, São Bernardo do Campo. **Anais [...]** Bauru: IBEAS, 2018. p. 1-8.

OLIVEIRA, Nielmar. IBGE: **50 milhões de brasileiros vivem na linha da pobreza**. Agência Brasil – Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/wZKKKZ>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ONU. **Objetivo 6. Água Potável e Saneamento**. c2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>. Acesso em: 15 maio 2021.

PEREIRA, Rita de Cássia Salviana de Oliveira. **Saúde e ambiente: a água para o consumo humano em assentamentos rurais**. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2016.

Por trás do alimento. **Você bebe agrotóxicos?** Descubra se a água da sua torneira

foi contaminada, de acordo com dados do Sisagua. 2019. Disponível em: <https://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/>. Acesso em: 06 maio 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: A questão agrária atual. São Paulo: Expressão popular, 2007, p. 195-221.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Água e Desenvolvimento Rural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 43, n. 15, p. 327-344, 01 dez. 2001. Dossiê de Desenvolvimento Rural.

RESENDE, Rachel Germiniani. **Um estudo sobre a percepção da qualidade do saneamento ambiental, das práticas cotidianas e da história das propriedades certificadas produtoras de orgânicos em Ouro Fino, MG**. 2017. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2017.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, [S.l.], v. 5, n. 2 - ago 2003.

SCHMITT, Cláudia Job; TYGEL, Daniel. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 105-127. Disponível em: <https://bityli.com/CO955R>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida *et al.* O processo organizativo do Assentamento Sepé Tiaraju – SP: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais da região de Ribeirão Preto. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 34, n. 1, 2007.

SETTI, Arnaldo Augusto. **A necessidade do uso sustentável dos recursos hídricos**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério do Meio Ambiente e da Amazonia Legal, 1994.

SOUSA, Júnia Marise Matos; LORETO, Maria das Dores Saraiva; CUNHA, Bruno Gomes; LOCATEL, Celso Donizete. A Reforma Agrária e a qualidade de vida das famílias assentadas em Sergipe. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS. **Anais...** Araraquara: Nupedor, 2010.

SPADOTTO, Cláudio Aparecido; GOMES, Marco Antonio Ferreira; MATALLO, Marcus Bariffouse; LUCHINI, Luís Carlos. Estimativa da contaminação do Aquífero Guarani por agrotóxicos e avaliação dos riscos à saúde humana. In: GOMES, Marco Antonio Ferreira (ed.). **Uso agrícola das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no Brasil: implicações para a água subterrânea e propostas de gestão com enfoque agroambiental..** Brasília: Embrapa, 2008. p. 215-233.

TEIXEIRA, Anna Carolina Carvalho Batista; GALINDO, Eryka Danyelle Silva; AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto (org.). **Caderno 3: por autonomia econômica, trabalho e renda | por terra, água e Agroecologia.** [S. L.]: Marcha das Margaridas, 2019. 52 p. Disponível em: <https://bityli.com/Hn2KRI>. Acesso em: 10 set. 2021.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 99-122, 08 set. 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 99-122, 08 set. 2010.

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli. **Existe crise da Água no Brasil?** 2009. Disponível em: <https://bityli.com/28y2Ck>. Acesso em: 15 ago. 2021.

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli; HESPANHOL, Ivanildo; CORDEIRO NETTO, Oscar de Moraes. **Gestão da água no Brasil.** Brasília: UNESCO, 2001, 156p.

UNICEF; BANCO MUNDIAL; SIWI. **O papel fundamental do saneamento e da promoção da higiene na resposta à Covid-19 no Brasil.** Nota técnica, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/0SJ8ZX>. Acesso em 01 jun. 2021.

VOLTOLINI, Lisiana Crivelenti; MERCADANTE, Maria Eugênia Gobbo; RAMOS-FILHO, Luiz Octávio; MORICONI, Waldemore; QUEIROGA, Joel Leandro. Uso da água em sistemas agroflorestais: uma breve revisão da literatura. **Cadernos de Agroecologia.** V. 13, N. 2, dez. 2018.

WEID, Jean Marc von Der. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 47-65. Disponível em: <https://bityli.com/CO955R>. Acesso em: 10 fev. 2020.



Populações tradicionais e a construção de usinas hidrelétricas: um falso dilema entre desenvolvimento e direitos territoriais

Antonio Marcos Campoi¹
 Vera Lucia Silveira Botta Ferrante²
 Osvaldo Aly Junior³

RESUMO: A implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos vem acompanhada de uma série de programas ambientais objetivando a prevenção, mitigação e compensação de seus impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais na região de abrangência. Especificamente com relação ao remanejamento compulsório das famílias ocupantes das áreas de interesse destes empreendimentos, na ótica dos empreendedores este processo acarreta somente perdas materiais passíveis de serem indenizadas. Para as populações ribeirinhas a perda é do espaço onde os indivíduos travam suas relações pessoais e familiares, é o espaço de seu nascimento, de sua moradia, de sua reprodução social e cultural, é o local que exercem suas atividades produtivas temporárias em simbiose com o meio ambiente circundante, fatos estes que invariavelmente, *não são considerados* durante a realização dos estudos e relatórios de impacto ambiental e consequentemente nos processos mitigatórios e compensatórios a serem previstos. Este artigo visa analisar em um empreendimento hidrelétrico – UHE Peixe Angical no Estado do Tocantins, os efeitos e resultados de uma iniciativa pioneira que foi a criação de um espaço permanente de diálogo, o “Foro de Negociação” entre população atingida, órgãos licenciadores e fiscalizadores, empreendedor e poder público local. A partir dos resultados alcançados pelo Fórum e que foram analisados neste artigo, o objetivo é propor que esta forma alternativa de licenciamento ambiental de grandes projetos possibilite a tomada de decisões de forma mais célere, rediscutindo ações, corrigindo rumos, adequando situações imprevistas, sempre amparadas nos interesses de todos os atores envolvidos direta e indiretamente na implantação do empreendimento, buscando reduzir ou minimizar os impactos causados as populações atingidas.

PALAVRAS-CHAVE: Impacto De Hidrelétricas; Licenciamento Ambiental; Direitos De Populações Tradicionais; Foro De Negociação.

TRADITIONAL POPULATIONS AND THE CONSTRUCTION OF HYDROELECTRIC PLANTS: A FALSE DILEMMA BETWEEN DEVELOPMENT AND TERRITORIAL RIGHTS

ABSTRACT: The implementation of large hydroelectric projects is accompanied by a series of environmental programs aimed at preventing, mitigating and compensating for their environmental, economic, social and cultural impacts in the region covered. Specifically with regard to the compulsory relocation of the families occupying the areas of interest to these developments, from the perspective of the entrepreneurs, this process only entails material losses that can be compensated. For the riverside populations, the loss is the space where

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente/2021 – UNIARA - Araraquara/SP. E-mail: marcoscampoi@yahoo.com.br

² Professora, Doutora, Coordenadora do Programa de Pós-graduação Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA - Araraquara/SP. E-mail: vbotta@techs.com.br

³ Professor, Doutor do Programa de Pós-graduação Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA - Araraquara/SP. E-mail: osvaldo_aly_jr@uniara.edu.br

individuals establish their personal and family relationships, it is the space where they were born, where they lived, where they socially and culturally reproduced, where they carried out their temporary productive activities in symbiosis with the surrounding environment, facts that are invariably not considered during the performance of environmental impact studies and reports and consequently in the mitigation and compensation processes to be foreseen. This article aims to analyze in a hydroelectric project - UHE Peixe Angical in the State of Tocantins, the effects and results of a pioneering initiative that was the creation of a permanent space for dialogue, the "Foro de Negotiation" between the affected population, licensing and inspection bodies, entrepreneur and local government. Based on the results achieved by the Forum, which were analyzed in this article, the objective is to propose that this alternative form of environmental licensing for large projects enables faster decision-making, re-discussing actions, correcting directions, adjusting unforeseen situations, always supported in the interests of all actors involved directly and indirectly in the implementation of the project, seeking to reduce or minimize the impacts caused to the affected populations.

KEYWORDS: Impact Of Hydroelectric Plants; Environmental Licensing; Rights Of Traditional Populations; Negotiation Forum.

INTRODUÇÃO

Em toda sua extensão, o território brasileiro possui uma grande diversidade de riquezas em recursos naturais, em especial seu potencial de recursos hídricos, distribuído por praticamente todas as regiões da federação. Quando entra em cena o discurso desenvolvimentista capitalista, pautado pela necessidade de crescimento econômico, geração de emprego e melhoria na distribuição da renda, esse potencial hídrico torna-se um atrativo para a implantação de grandes projetos hidrelétricos, já que a disponibilidade energética é fator condicionante para viabilizar o paradigma do desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, apesar da matriz energética advinda dos recursos hídricos ser considerada uma fonte de energia teoricamente limpa, renovável, seus impactos colaterais no âmbito ambiental, social e cultural, invariavelmente, deixam marcas definitivas na vida de famílias ribeirinhas também conhecidas como povos ou comunidades tradicionais definidas como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultur-

al, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (inciso I Art. 3º Decreto 6.040 / 2007).

Nos empreendimentos estas famílias são remanejadas compulsoriamente pelas empresas/consórcios construtores, com a anuência do poder público.

Conforme previsto na legislação ambiental para o setor elétrico, em que pese os grandes empreendimentos virem acompanhados de uma série de programas ambientais com a finalidade de prevenir⁴, mitigar⁵ e compensar⁶ os impactos econômicos, ambientais e socioculturais que o remanejamento compulsório destas famílias acarreta, estes programas restringem-se a visualizar a área atingida como espaço geográfico/físico, onde estão presentes bens materiais como construções, instalações e cultivos identificados nas áreas de desapropriação, jamais como produto das relações culturais, sentimentais, históricas e sociais de produção e reprodução e ao mesmo tempo, como suporte para que elas aconteçam.

O que estes programas ambientais ainda não são capazes de compreender, reconhecer e conseqüentemente, prevenir, mitigar e/ou compensar, é compreender que o espaço ocupado por estas populações tradicionais, representam bem mais que um simples local onde se concentram seus bens materiais, um espaço onde os indivíduos travam suas relações pessoais e familiares, é o espaço de seu nascimento, de sua moradia, de sua reprodução social e cultural (ISAGUIRRE-TORRES, K; FRIGO, D; 2013), ou seja, conforme ZITZKE (2007 p. 37) citado por MENESTRINO & PARENTE (2011) “[...] um local no qual o indivíduo estabelece certo vínculo afetivo, constrói a sua história e concretiza as suas relações e fatos socioambientais”.

São nestes espaços que os indivíduos exercem suas atividades produtivas em simbiose com o meio ambiente circundante, que invariavelmente também não são compreendidos, reconhecidos e contemplados nos processos de indenização e/ou compensação das famílias interferidas.

No Brasil, resgatando uma dívida que vem desde a concepção hídrica de entendimento a respeito do que seja o atingido por barragem, o que prevalece é que somente aqueles indivíduos proprietários de terra que seriam alagadas, seriam passíveis de receber indenizações. Isto faz parte de uma concepção territorial-patrimonialista (VAINER, 2003), e nesse caso a categoria atingido sempre foi percebida pelos órgãos responsáveis pelos empreendimentos enquanto um “empecilho ao progresso e, via de regra, acuadas em locais mais desvalorizados e impróprios ao trabalho” (BENINCA, 2011).

⁴ Prevenir: evitar que impactos negativos aconteçam

⁵ Mitigar: reduzir os efeitos adversos dos impactos negativos

⁶ Compensar: restabelecer o equilíbrio compensando os impactos não prevenidos ou mitigados.

Buscar uma forma alternativa de realização do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos que envolvam remanejamento compulsório de famílias ribeirinhas, buscando sempre reproduzir e/ou aproximar o espaço físico de destino das famílias reassentadas com o espaço social de origem destas famílias (em sua visão ampla), somado a atuação profissional nesta área, foi o principal incentivo para escrever um artigo visando aprofundar os estudos e buscar experiências positivas nessa temática.

A minimização da diferença entre as paisagens de origem e destino das populações interferidas, pode vir a contribuir em futuros empreendimentos que envolvam remanejamento compulsório de populações, no sentido de minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos do remanejamento, mesmo que não envolva, diretamente, a necessidade de compensação financeira.

Ações dessa natureza têm muito a contribuir para tornar menos traumático e impactante o processo de remanejamento compulsório e reassentamento destas famílias, que tiveram em seus destinos a necessidade de estabelecerem suas vidas em áreas de interesses privados e públicos para implantação de projetos ditos desenvolvimentistas.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado para elaboração deste artigo foi pela utilização do método quantitativo de buscar números e informações para elaborar classificações e análises, e qualitativo com o objetivo de entender e explicar o objeto de estudo.

A coleta de dados se deu por meio de pesquisa documental (normas, portarias, leis, decretos, mapas, programas ambientais, estudos, atas de reunião, entre outros) e pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Também é feita uma análise de caso a partir da estruturação e funcionamento do “Foro de Negociação” implantado no empreendimento UHE Peixe Angical no município de Peixe, no Estado do Tocantins, como uma referência positiva e passível de reprodução em futuros empreendimentos dessa natureza.

O SETOR ELÉTRICO

ENERGIA NO BRASIL: PARA QUÊ E PARA QUEM?

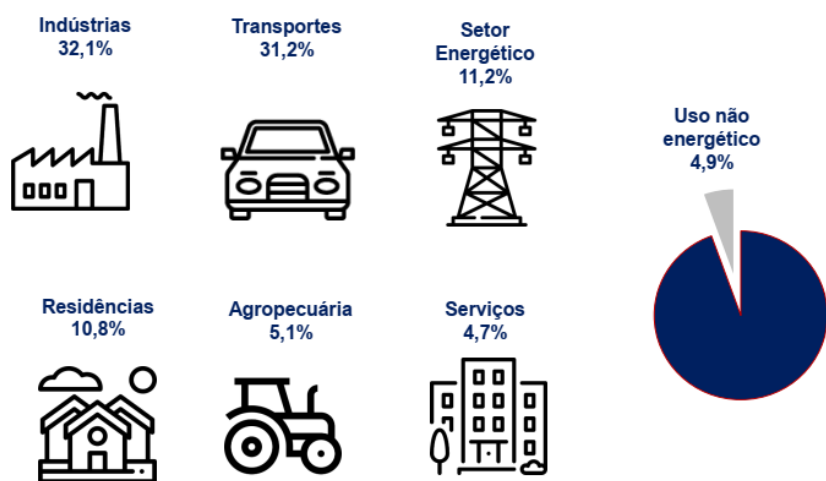
A matriz energética brasileira é constituída por várias fontes e alternativas de abastecimento, tais como hidráulica, de biomassa, eólica, gás natural, solar nuclear entre outras, mas ainda assim a representativa da energia originária dos recursos hídricos sem dúvida é a mais importante e representativa, sendo responsável por 65,20% do abastecimento nacional, seguida da energia obtida através de biomassa

(9,10%), eólica (8,80%) e gás natural (8,30%) que somadas, respondem por mais de 90% de nossa oferta energética, conforme dados do relatório da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)/2020.

De meados da década de 70 até 2014, a oferta energética do país considerando todas as suas matrizes era superior à demanda, fato este que a partir de 80 e mais intensamente de 90, o crescimento da oferta foi inferior à demanda efetiva. No intuito de atender a essa demanda cada vez mais intensiva pelo fluxo de crescimento econômico que o país atravessava, o governo tentou ampliar o fornecimento de energia em parte com a construção de novas usinas hidrelétricas e usinas termelétricas movidas a gás natural e, posteriormente, termelétricas movidas a óleo combustível. Lembrando que a oferta de energia é fator condicionante para o crescimento econômico (notadamente para indústria e setor de transportes), tornando-se um ciclo contínuo de necessidades.

A Figura 1, apresenta os setores que mais demandaram o consumo de energia no Brasil em 2020, conforme relatório da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Figura 1 – Consumo de energia no Brasil por setores em 2020.



Fonte: EPE – Balanço Energético Nacional (BEN)/Relatório Síntese – Ano base 2020.

Neste cenário, no início dos anos 2000, o setor elétrico brasileiro passou por um processo de remodelagem ou reforma de sua política pública de gestão e concessão de serviços, entre elas se destaca a abertura para o setor privado (nacional ou estrangeiro) obter concessões para construção de empreendimentos hidrelétri-

cos de grande porte, em caráter de cotas majoritárias, até então só passíveis pelo setor público através de empresas estatais.

Ocorre que neste processo de remodelagem da concessão da geração e distribuição de energia ao setor privado, ocorreram problemas de ordem estrutural como a omissão do empreendedor quanto ao tratamento a ser dado aos problemas sociais e ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos hidrelétricos. Isso ocorreu pela nova estrutura operacional colocada em prática no setor, pois com objetivo de atrair investimentos privados para o setor, buscou-se uma forma de o empreendedor não ter a obrigatoriedade de participar diretamente da elaboração dos estudos de impacto ambiental do empreendimento, ficando portanto isento de responsabilidades adicionais senão aquelas pré-estabelecidas nos programas de reparação, elaborados para o atendimento dos impactos apontados nestes estudos.

Como a competência do licenciamento ambiental de hidrelétricas é do IBAMA (Decreto 8437/2015) e não da ANEEL, acontecem problemas de ordem operacional entre eles esclarecer quais as responsabilidades das agências controladoras dos serviços, dos órgãos fiscalizadores, dos órgãos licenciadores, das secretarias estaduais e prefeituras, entre outros, associado a inércia do empreendedor em assumir os custos com problemas sociais e ambientais não previstos nos estudos mas que foram surgindo ao longo da implantação da obra, foi-se criando um ambiente de improvisação e desorganização, cujos custos passaram a recair, como de hábito, sobre as populações mais vulneráveis atingidas e sobre o meio ambiente (VAINER,2007).

Para garantir essa “*passagem de bastão*” no processo de privatização da geração de energia hidrelétrica para ao setor privado, criou-se dentro de setores governamentais, a falácia de que o meio ambiente era adversário do desenvolvimento, ou seja, manifestações de anti-ambientalismo empresarial, com retórica desenvolvimentista cristalizada no discurso do próprio presidente da Eletrobras, como cita VAINER (2007) “Ou o governo dá um soco na mesa e libera os projetos do setor de energia ou esse povo (do meio ambiente) vai parar o Brasil”

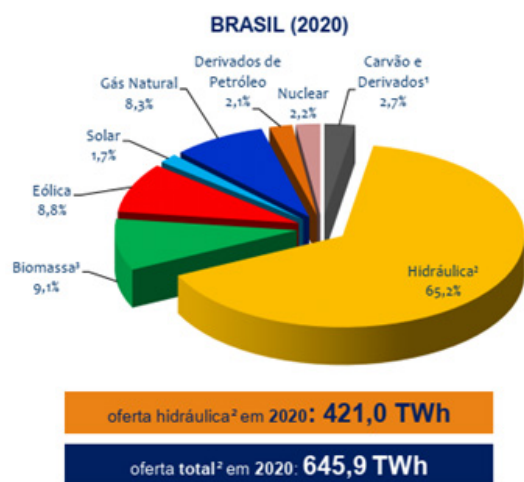
Importante considerar que como qualquer fonte geradora de energia, a matriz hidráulica por mais que tenha sua viabilidade econômica e ambiental como bandeira para seus defensores, é importante deixar claro não existe geração de energia sem impactos socioambientais. A escolha de uma alternativa que venha causar menores impactos socioeconômico e ambiental, passa por uma análise minuciosa e criteriosa de custos referentes aos programas ambientais junto aos meios físico, biótico e socioeconômico, mas em geral o ponto de partida é a premissa de que mitigar impactos, encarece o custo da geração de energia.

A HIDRELETRICIDADE NA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA

A geração de energia elétrica através da hidreletricidade tem sido apresentada nas últimas décadas como a mais importante alternativa em termos de oferta para o abastecimento, não só pelo caráter da relação custo x benefício mas, principalmente, por ser uma fonte de energia teoricamente mais limpa, ou seja, o aproveitamento da água em constante renovação pelo ciclo hidrológico se dá através da transformação da energia potencial hidráulica em energia mecânica gerada pela queda d'água, devido à diferença de nível entre o reservatório a montante⁷ do barramento e as pás das turbinas, que acionarão os geradores para produção da energia elétrica, com liberação dessa água no trecho a jusante⁸ do curso d'água.

Até para demonstrar a importância da matriz energética dentre as outras alternativas de geração existentes no Brasil, dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em seu Balanço Energético Nacional (BEN)/Relatório Síntese – ano base 2020, informam que 65% da disponibilidade de energia elétrica se encontra na fonte de energia hidráulica, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Matriz Energética Brasileira.



¹Inclui gás de coqueria, gás de alto forno, gás de aciaria e alcatrão

²Inclui importação

³Inclui lenha, bagaço de cana, lixívia, biodiesel e outras fontes primárias

Fonte: EPE – Balanço Energético Nacional (BEN)/Relatório Síntese – Ano base 2020.

⁷Montante: nascente do curso d'água (local de cota mais elevada)

⁸Jusante: foz do curso d'água (local de cota mais baixa)

Tolmasquim (2016), cita como fator positivo e competitivo para ampliação da fonte energética hidráulica, conforme apresentado por seus defensores, o fato da sua geração apresentar baixa emissão de gases de efeito estufa na atmosfera (dióxido de carbono - CO₂ e gás metano - CH₄) além da abundância de recursos hídricos potenciais não explorados, existentes em nossa biodiversidade

Somando-se a estas vantagens de opção pelo sistema de geração de energia hidráulica, não se deve deixar de registrar que a formação de reservatórios, possibilita um melhor controle de vazão, o que favorece a redução de ocorrências de enchentes em povoados ou cidades localizadas a jusante destes reservatórios, uma navegação mais apropriada pelo aumento considerável de seu volume (redução de obstáculos), bem como favorece a implantação de projetos de irrigação pela maior oferta hídrica, o abastecimento humano de água pelo afloramento do lençol freático e até atividades de lazer e turismo ligados principalmente à pesca, sem citar ainda o aquecimento do mercado imobiliário regional pelo aumento da procura por lotes e terrenos à beira do futuro reservatório (ranchos e chácaras de lazer), do comércio regional de produtos náuticos, entre outros (TOLMASQUIM, 2016).

LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, NORMATIVAS

A partir de meados da década de 1990, a estrutura e os regulamentos do setor elétrico passaram a direcionar suas políticas a desestatização e a abertura para participação de empresas privadas nos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia. Cabe o registro de que a água é um bem de domínio público (art. 1º da Lei 9433/97) e os potenciais de energia hidráulica são bens da União, que têm a competência exclusiva para legislar sobre energia (art. 20 e 22 da Constituição Brasileira, 1988).

Criada pela Lei 9427/96, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, tem entre outras atribuições, regular e gerir as concessões e autorizações, bem como estimular a competição entre os operadores, assumindo também a atribuição de fiscalizar os serviços e a comercialização da energia.

No final da década de 90, e início dos anos 2000, com a falta de chuvas nos reservatórios, e a economia em crescimento, os riscos de desabastecimento alertados publicamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), indicavam a necessidade urgente de redução do consumo de energia elétrica a fim de evitar o completo esvaziamento dos reservatórios das hidrelétricas. Assim, houve a necessidade da criação de um sistema de racionamento do consumo de energia para setores como indústria, transporte e população em geral.

Este cenário de crise (que ficou conhecido como “apagão”) ocorreu entre julho/2001 e fevereiro/2002, e foi causado principalmente por uma combinação

da falta de investimentos na geração e na transmissão de energia elétrica, e uma estiagem prolongada.

A partir de 2003, o Governo inicia uma reforma estrutural do setor elétrico, ocorre a criação da EPE – Empresa de Pesquisa Energética (2004), responsável pelo planejamento de longo prazo do setor, o CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (2004), responsável pela segurança do suprimento de energia elétrica ao longo do território nacional e a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (2004), encarregada de viabilizar a comercialização de energia respeitando as regras existentes em cada área do setor.

Do ponto de vista do licenciamento ambiental, talvez com intenção de agilizar o processo e as etapas do licenciamento, de acordo com VAINER (2007) a Aneel começou a aceitar que a licença prévia (LP) do empreendimento passasse a ser solicitada por empresas/investidores e fornecida pelo IBAMA na fase preliminar do planejamento do empreendimento, com aprovação da sua localização e viabilidade ambiental, mas antes mesmo que se soubesse quem seria o empreendedor, isto é, concedida antes do leilão, ao contrário do que estabeleciam as normas de licenciamento ambiental conforme regia a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81).

Como justificativa para adoção deste procedimento, seus defensores relatam que nenhum empreendedor se interessaria em participar de leilões de geração de projetos hidrelétricos sem ter o conhecimento prévio das condicionantes que seriam exigidas para a emissão da licença ambiental. Nesta nova condição do empreendedor não participar dos estudos e nem do processo de audiências públicas com as comunidades e suas entidades representativas, praticamente lhe dava na prática um salvo conduto de não se responsabilizar, ou não assumir nenhum compromisso efetivo com as populações atingidas e/ou com os órgãos licenciadores e fiscalizadores, pelo menos no que diz respeito às ações que envolvessem ônus sociais e ambientais detectados durante o processo de construção ou operação (VAINER, 2007).

No processo de remodelação das políticas para o setor elétrico, ao considerar a energia uma commodity como outra qualquer, ao conceber a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica como uma indústria, na prática externaliza-se a questão social e ambiental, isto é, consideram-nas “à parte” do pacote commodity, torna-se um retrocesso ao possibilitar que comunidades excluídas, marginalizadas, que vivem às margens dos rios, possam ser incluídas no processo de desenvolvimento alardeado aos quatro cantos tanto pelo poder público, como pelo setor privado, com relação aos benefícios para a sociedade, mesmo que o custo a pagar por esse progresso recaia sobre os mais vulneráveis e invisíveis para sociedade.

Conforme cita VAINER (2007), é possível afirmar no mínimo que as regras vigentes e o conjunto de práticas que vêm sendo adotadas para atrair investimentos privados (nacionais e internacionais) para o setor elétrico, contribuem definitivamente para criar um ambiente favorável aos empreendedores, para concentrarem suas obrigações nas obras de engenharia de construção, deixando à deriva do poder público as responsabilidades sociais e ambientais do projeto.

Existem interesses mútuos entre estados e municípios para que seus territórios sejam “agraciados” com a implantação de grandes projetos hidrelétricos, ou seja, no que diz respeito às compensações financeiras, já que são previstos em lei dois mecanismos que visam sanar os impactos causados por empreendimentos hidrelétricos, a compensação ambiental, que obriga o empreendedor a aplicar até 0,5% do valor investido no empreendimento (não contabilizados os custos com programas ambientais) para compensar os efeitos dos impactos negativos não mitigáveis (Decreto nº 4.340/2002) e o equilíbrio financeiro pela utilização de recursos hídricos - CFURH, regulamentada pelo Decreto nº 3.739/2001 e pela Resolução Aneel nº 67/2001, que assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios participação no resultado da exploração de recursos hídricos para geração elétrica.

Outro aspecto que contribui para que gestores e o poder público tenham uma posição de cautela/omissão em se posicionar pela reivindicação dos interesses de seus cidadãos, é o significativo incremento das receitas locais, fruto da arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), que incide sobre as atividades de construção da usina e é repassado aos municípios diretamente afetados.

Dessa forma é muito pouco provável que as famílias interferidas consigam apoio político e jurídico junto aos órgãos públicos em suas reivindicações aos empreendedores, principalmente municipais (prefeituras, câmaras), mesmo que estas instâncias tenham a obrigação de fazê-los como entidades representativas dos interesses de seus cidadãos.

Conforme estabelece a Lei 8.987/95 - que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, em seu artigo 23 – Do Contrato de Concessão, não observamos menção sobre responsabilidade e obrigações da concessionária quanto a eventuais impactos sociais e ambientais em seus projetos, mas não deixa de mencionar o preço do serviço a critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas (inciso IV) e os deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço (inciso VI). Em compensação, a mesma lei em seu artigo 31 – Dos Encargos da Concessionária,

fica legado à concessionária promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente (inciso VI).

Já a Lei 9.074/95 – que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências, cita em seu artigo 5º - Das Concessões, Permissões e Autorizações - § 2º nenhum aproveitamento hidrelétrico poderá ser licitado sem a definição do “aproveitamento ótimo” pelo poder concedente, podendo ser atribuída ao licitante vencedor a responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetos básico e executivo e, em seu § 3º considera-se “aproveitamento ótimo”, todo potencial definido em sua concepção global pelo melhor eixo do barramento, arranjo físico geral, níveis d’água operativos, reservatório e potência, integrante da alternativa escolhida para divisão de quedas de uma bacia hidrográfica.

Mais uma vez não observamos citação de responsabilidade do concessionário para com o monitoramento, mitigação ou compensação se houver a incidência de problemas sociais e ambientais relacionados à implantação do projeto, e o que é mais preocupante, na definição de “aproveitamento ótimo”, este faz citações sobre melhor eixo do barramento, arranjo físico geral, nível do reservatório para operação, ou seja, preocupações voltadas para a maximização da geração energética, seja qual for o custo da conta social e ambiental que venha a ser pago.

Esta mesma Lei 9.074/95 em seu artigo 10º cita que caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.

A Declaração de Utilidade Pública (DUP), é um instrumento jurídico que declara que um determinado objeto será necessário para a prestação de um serviço público, podendo a partir daí, caso não venha a se conseguir uma negociação administrativa ou amigável com a parte proprietária do objeto em questão, o poder judiciário proceder a desapropriação do imóvel ou instituir servidão administrativa seja qual for a finalidade do interesse do concessionário/empreendedor.

Para pessoas com maior acesso à informação, a DUP já é entendida como um fator de pressão psicológica para se chegar a um acordo no processo negocial de venda da área objeto da desocupação, já que, se não houver o acordo amigável, em nome do interesse público, o objeto (área) deverá ser colocada imediatamente à disposição do empreendedor e o valor indenizatório caso não haja aceitação pelo atingido, deverá ser discutido judicialmente na velocidade do andamento de nossos processos judiciais. Há um desequilíbrio de forças no processo de negociação entre o setor privado detentor do capital e o público ocupante das áreas objeto da desapropriação, pois amparado em nossa legislação vigente (onde o interesse público sobressai sobre o interesse particular), o poder econômico

e o poder estatal utilizam esta premissa para minimizar qualquer tentativa de reivindicação popular quanto aos direitos destas populações impactadas.

Agora imaginemos este instrumento da DUP em posse dos concessionários em um processo negocial com pessoas com menor nível de informação, o que se torna bem mais comum atualmente, em razão das afastadas regiões onde ainda se concentra o maior potencial para implantação de projetos de geração de energia elétrica (interior da região amazônica nos estados do Amazonas e Pará). Para estas pessoas que vivem em regiões afastada dos grandes centros, seus costumes, suas relações sociais e culturais, elas possuem pouco contato com o poder judicial e, até certo ponto uma repulsa.

Somente de haver esta possibilidade de recorrência ao mesmo, já se desestabilizam, fragilizam-se emocionalmente e não raras a vezes, sem representações sociais que atuam em defesa dos interesses da coletividade, sem o acompanhamento dos órgãos licenciadores e fiscalizadores (muitas vezes por dificuldades orçamentárias, de recursos humanos e operacionais), se sujeitam a negociações que nem sempre retratam economicamente o valor de seus bens materiais, comprometendo sua recomposição em condições semelhantes a que tinham na área de origem, é o velho ditado popular em ação, “[...] melhor um mal acordo que uma boa demanda judicial”, dessa forma chega-se, na maioria dos casos, aos acordos no âmbito administrativo.

IMPACTOS AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS EM POPULAÇÕES RIBEIRINHAS

As usinas hidrelétricas implantadas em território nacional foram responsáveis pela inundação de 34.000 km² em áreas alagadas, com a expulsão de aproximadamente 200.000 famílias de suas áreas de origem (BERMANN, 2001). Em que pese todos os efeitos potencializadores favoráveis para construção de grandes projetos de geração de energia hidráulica (principalmente econômicos), estes também implicam em significativas alterações socioambientais nas regiões onde são objeto de implantação. Mesmo à luz do viés econômico de desenvolvimento que estes projetos propagandeam em suas áreas de interesse, trazem consigo o caráter autoritário de ocupação do território local e acaloram embates políticos e sociais entre as esferas nacional e regional.

Segundo Oliveira e Mascarenhas (2014) *apud* (VAINER, 1992, p.34), grandes projetos de investimento, como os hidrelétricos, podem ser definidos como:

[...] empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas

em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

Dentre o conjunto de impactos negativos, a forma divergente de visão do empreendedor e do ribeirinho com relação ao território a ser desapropriado chama a atenção. Para a visão técnica mercadológica do empreendimento o território ribeirinho nada mais é que um espaço físico de moradia e trabalho dos indivíduos, passível de valoração financeira e indenizatória. Para as famílias ribeirinhas, território é muito mais de que um espaço de moradia e trabalho, é muito mais que uma combinação de aspectos naturais e sociais, é sentimento de identidade, de pertencimento. Portanto, deslocar compulsoriamente uma família ribeirinha de seu território, é para estas pessoas expressão de perda de compulsório de suas identidades (BORGES; SILVA, 2011).

Esse sentimento de identidade pelo espaço ocupado, normalmente não são reconhecidos nos estudos de impactos ambientais, pelo viés destes estudos eles são entendidos como bens simbólicos, imateriais das famílias, que afeta bens incorpóreos das pessoas, como seus sentimentos, afetividade, seu psíquico, portanto não passíveis de qualquer tipo de reparação nos programas e projetos ambientais (FERREIRA, 2014).

Borges e Silva (2011) citam que os empreendedores do setor elétrico procuram sempre reduzir ao máximo o conceito de atingido, visando reduzir gastos com indenizações e reparações as famílias ribeirinhas que sofrem interferência direta dos empreendimentos. Nesse sentido, no Iº Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (1989), estabeleceu-se a definição de atingidos como sendo,

[...] todos aqueles que sofrem modificações nas suas condições de vida como consequência da implantação das barragens, independentemente do local em que vivem ou trabalham. E assim, todo mundo que tenha sua vida afetada de alguma forma pela construção da barragem é um atingido.

Trava-se ainda hoje de uma disputa de poder político e econômico entre empreendedores e interferidos sobre a ampliação do conceito de atingido. Os impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais decorrentes da construção de barragens não se limitam à área inundada, objeto do deslocamento compulsório das famílias ribeirinhas. Famílias que de alguma forma vão sofrer qualquer tipo de alteração em sua rotina de moradia, trabalho, deslocamento, aproveitamento e uso de recursos naturais (tais como vegetações nativas, pastagens, áreas de cultivo de vazante), relações sociais, cultura e costumes, são passíveis de enquadramento em programas de prevenção, mitigação e compensação dos impactos negativos.

Nos programas ambientais de compensação que estabelecem os empreendimentos, de acordo com Ferreira (2014), o que deveria ser priorizado é a continuidade da qualidade de vida em razão da qualidade dos valores humanos, estes não primam pela lógica econômica do mercado e sim pela vivência com dignidade humana. Teorias que se escoram no fundo falso do desenvolvimento econômico buscam justificar e fomentar ações das políticas ambientais em curso, contudo essas teorias resultam de um processo que busca a sustentabilidade econômica através de um sistema excludente.

Dessa forma, com todo esse aparato de leis, decretos, portarias e normas atuando cada vez mais no sentido de dar forma e legalidade às ações que visam incentivar e reduzir custos à implantação de grandes projetos energéticos de infraestrutura, amparados pela bandeira do desenvolvimento econômico em detrimento dos direitos das populações tradicionais ocupantes das áreas marginais de interesse destes projetos, fez com que em 2010, fosse publicado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) da comissão especial “atingidos por barragem”, um relatório apontando para possíveis violações dos direitos humanos destas populações marginais na construção de hidrelétricas.

No que diz respeito aos direitos humanos que devem ser invioláveis e preservados, foram identificados 16 direitos que são sistematicamente violados em processos de construção de grandes barragens, aqui destacamos os cinco mais preocupantes;

- Direito à informação e participação;
- Direito à educação;
- Direito à melhoria das condições de vida;
- Direito à justa negociação, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
- Direito aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais.

Para que sejam preservados os direitos humanos destas populações concebido através de um aparato institucional-legal garantidos pela Constituição Federal de 1988 no ambiente do processo de redemocratização, e por compromissos internacionais relacionados aos Direitos Humanos, três diretrizes são indispensáveis para o cumprimento de ações reparativas;

- Imediata suspensão de situações, processos e ações, de responsabilidade direta ou indireta de agentes públicos ou privados, que configurem violação de Direitos Humanos;

- Reparação e compensação de violações de Direitos Humanos constatadas, de modo a resgatar, ainda que progressivamente, a dívida social e ambiental acumulada ao longo das últimas décadas;

- Prevenção de novas violações no futuro, através de políticas, programas e instrumentos legais que assegurem o pleno gozo dos direitos por parte das populações, grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos por barragens.

Um primeiro passo a ser dado pelo poder público que demonstre que as políticas que regem o setor elétrico estejam efetivamente dispostas a garantir os direitos de participação das populações atingidas em todas as fases dos processos de licenciamento, é necessário fazer cumprir o que está previsto pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ou seja, que o processo de consulta prévia às comunidades seja de forma livre, informada e de boa-fé, que seja iniciada por ocasião da elaboração do Termo Referência (TR) do empreendimento, onde constará “o que” no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e “de que forma” serão realizado o estudo.

Por fim, este procedimento também vai ao encontro do que está previsto na Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040 de 2007, que prevê no Art 1º no inciso X,

[...] a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses” e inciso XII “a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais .

FORO DE NEGOCIAÇÃO – UHE PEIXE ANGICAL

O empreendimento Usina Hidrelétrica Peixe Angical com potência geradora instalada de 450 MW, foi construído no período 2002-2007, no rio Tocantins, a jusante da confluência do rio Paranã, 30 km ao sul da cidade de Peixe/TO. O espelho d’água do reservatório abrangeu 294 km² de extensão em terras dos municípios de Peixe, São Salvador, Paranã e Palmeirópolis, todos no Estado do Tocantins (RIMA,2000).

No âmbito do programa de compensação socioambiental de relocação rural do empreendimento está entre seus objetivos recompor a situação de moradia e de sustento econômico da população atingida, 204 propriedades rurais com

áreas interferidas, sendo que em 126 destas propriedades foram identificadas 223 famílias residentes, sendo:

- 54 famílias de proprietários;
- 35 famílias de parentes dos proprietários;
- 88 famílias de funcionários;
- 46 famílias de ocupantes consentidos (parceiros, agregados, arrendatários, etc) em estabelecimentos onde os proprietários não residem.

Conforme os critérios estabelecidos no programa de relocação rural, para a compensação das famílias com vínculo com as áreas interferidas pelo empreendimento, o Quadro 1 mostra que o público-alvo foi dividido em três categorias básicas, para fins de enquadramento nas compensações previstas, a saber;

Quadro 1 – Categorias de vínculo das famílias com as áreas afetadas.

PUBLICO ALVO PASSÍVEL DE COMPENSAÇÃO	OPÇÕES DE COMPENSAÇÃO
PROPRIETÁRIOS de terrenos maiores que 80 ha e seus familiares	* Opção 1) Se a área remanescente for menor que 80,00 ha (indenização em dinheiro da área total); * Opção 2) Se a área remanescente for maior que 80,00 ha (indenização em dinheiro da área interferida);
PROPRIETÁRIOS de terrenos menores que 80 ha e seus familiares	* Opção 1) Indenização em dinheiro da área total; * Opção 2) Reassentamento em áreas no entorno do reservatório em lotes de no mínimo 40,00 até 80,00 ha em áreas remanescentes do processo de aquisição realizado pelo empreendedor; * Opção 3) Reassentamento rural coletivo em lotes de 40,00 ha com infraestrutura de moradia, água, fossa séptica, energia, acesso, cerca e assistência técnica; * Opção 4) Carta de crédito para compra de propriedade rural com no mínimo 40,00 ha.
NÃO PROPRIETÁRIOS funcionários, ocupantes consentidos sem vínculo familiar com o proprietário (moradores, agregados, parceiros)	* Opção 1) Reassentamento na propriedade em que atualmente trabalham e moram, mantendo o mesmo emprego (no caso de funcionário); * Opção 2) Reassentamento em áreas no entorno do reservatório em lotes de 15,00 ha em áreas remanescentes do processo de aquisição realizado pelo empreendedor; * Opção 3) Reassentamento periurbano em lotes de 4,00 ha com infraestrutura de moradia, água, fossa séptica, energia, acesso e cerca; * Opção 4) Carta de crédito para compra de propriedade rural ou urbana.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Buscando-se aproximar os espaços de vivência que as famílias ribeirinhas possuíam antes da chegada do empreendimento com o espaço de vivência a ser construído em um novo cenário de reassentamento, pós processo de relocação compulsório amparado por uma declaração de utilidade pública (DUP), em uma

ação pioneira nos empreendimentos do setor elétrico por parte do empreendedor (consórcio Enerpeixe⁹), considerando o momento político do ano de 2003 que passava o país (início de governo com forte apelo social de lutas da classe operária), movimentos sociais com espaço político para registrar suas reivindicações, como também uma das primeiras experiências de implantação de usina hidrelétrica no novo modelo de privatização dos investidores, foi criada uma instância de discussão denominada *Foro de Negociação*, para questionamentos e proposituras do acompanhamento de todo o processo de remanejamento da população afetada pelo empreendimento.

Este Foro denominado de “negociação”, foi criado pelo empreendedor e institucionalizado pelo IBAMA, órgão fiscalizador do empreendimento, por meio da Portaria nº 08, de 02/12/2003 – Gerencia Executiva do IBAMA/TO e teve como objetivo, [...] “manter um espaço permanente de diálogo que tinha por finalidade propor soluções de consenso para as questões não previstas nos programas ambientais de aquisição de terras, relocação urbana e rural”.

Assim reporta a funcionária do IBAMA/TO à época com relação a esta iniciativa,

O Foro de Negociação é uma iniciativa inédita no processo de licenciamento ambiental no País. Um avanço muito significativo nas relações institucionais entre Ibama e o empreendedor e um interesse da empresa em trabalhar a questão da negociação de uma forma mais transparente.” Soraia Fernanda Martins – Ibama – TO.

Outras instituições que também compunham os atores do Foro de Negociação, foram os representantes do poder público (Prefeituras, Ministério Público Municipal, Estadual e Federal), representantes responsáveis pelo empreendimento (ENERPEIXE S.A.) e representantes da população afetada (Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB e Associações representativas de famílias atingidas pelo empreendimento).

Assim reporta o procurador do Ministério Público Federal (MPF) à época, também com relação à iniciativa;

Foi a primeira vez que existiu isso de forma institucionalizada. Essa negociação, essa discussão e esse diálogo permitem que o próprio impactado seja também o responsável pela escolha do tipo de tratamento que ele vai ter. Álvaro Lotufo Manzano - Procurador da República - TO

O representante do Ministério Público Estadual (MPE) também se manifestou sobre essa iniciativa pioneira;

Antes mesmo de o dano ser causado, as soluções já foram apresentadas. Esse Foro possibilita que todos se encontrem, fazendo com que os órgãos do poder público tenham conhecimento do que realmente mais preocupava a comunidade. Mateus Ribeiro dos Reis - Promotor de Justiça da comarca de Palmeirópolis - TO

A primeira reunião do Foro registrada em ata foi realizada na data de 19 de abril de 2004 e as reuniões se estenderam até o final de 2008, e ao todo foram realizadas 29 reuniões. O Foro de Negociação foi uma instância consultiva e não deliberativa, em que foram tratados assuntos relacionados à relocação rural e urbana. Sua importância foi que apesar de não ser deliberativo, várias das deliberações ali apresentadas foram acatadas e incorporadas pelo empreendedor no Programa de Compensação Socioambiental, destacando-se entre elas:

- a. Tipos de tratamentos e indenizações aos afetados;
- b. Critério para a escolha dos reassentamentos;
- c. Processo de negociação e aquisição de terras para reassentamento;
- d. Padrão e desenho arquitetônico das casas;
- f. Definição de tamanho dos módulos dos lotes urbanos e rurais;
- g. Disposição dos lotes dos reassentamentos;
- h. Construção da estrutura dos reassentamentos;
- i. Plano de desenvolvimento dos reassentamentos (PDR).

Entre as constatações da evolução das ações entre o que estava previsto nos programas de relocação rural e urbana do empreendedor e o que foi efetivamente pautado no Foro de Negociação, deliberado e aprovado pelo empreendedor, citamos no Quadro 2 – categoria “proprietários” e no Quadro 3 - categoria “não proprietários” os avanços significativos de caráter compensatório obtidos pela população impactada:

Já para a categoria de “não proprietários” também foram obtidos avanços significativos na concessão dos benefícios, com relação ao que estava previsto inicialmente no programa ambiental de relocação do empreendimento, conforme Quadro 3.

⁹ O consórcio Enerpeixe é constituído pela EDP Energias do Brasil S.A., de capital particular com 60% das ações, e Eletrobras/Furnas, de capital estatal com 40% das ações

Quadro 2 – Evolução das Compensações às Famílias Ribeirinhas Acatadas pelo Empreendedor no Foro de Negociação – PROPRIETÁRIOS.

Tratamentos Previstos no Programa de Relocação - PROPRIETÁRIOS	Acréscimos Formalizados no Foro de Negociação para os Tratamentos de Relocação – PROPRIETÁRIOS
Reassentamento Coletivo para propriedades com até 80,00 ha	Ampliação para enquadramento para propriedades até 150,00 ha
Reassentamento Coletivo somente para família. Pais e filhos casados receberiam a mesma área da propriedade.	Ampliação do tratamento para os filhos casados e residindo em casa separada dos pais – Tratamento de ocupante – Lote de 27,30ha e moradia de acordo com o tamanho da família.
Casas para reassentamento proprietário módulo mínimo inicial de 64m ²	Casas para reassentamento proprietário aumentada para módulo mínimo de 70m ²
Estrutura da casa em bloco único	Estrutura da casa em bloco separado de acordo com a opção de cada afetado, cozinha fora e fogão caipira com 4 bocas. Estrutura da casa adaptada para pessoas especiais, quando houver necessidade.
A negociação para os proprietários com direito a Reassentamento - Permuta simples.	Além da casa, cerca perimetral, fossa, energia elétrica e poço, os proprietários receberão indenização de curral, paiol, galinheiro, jirau, abrigos, barracões, pastagens cultivadas (opção das famílias), frutíferas e demais benfeitorias. O pagamento será na época da mudança para o Reassentamento com valores reajustados. Além do pagamento, o proprietário poderá retirar todo material aproveitável para ser reutilizado na nova propriedade e o transporte será por conta da Enerpeixe.
Para estruturação da nova propriedade no Reassentamento não estava previsto qualquer tratamento.	Os proprietários receberão no primeiro ano agrícola, 7,00 ha de área plantada com milho, arroz ou feijão (a escolher). A área para plantio receberá calcário, adubo de plantio. A condução da lavoura (capina, tratos culturais e colheita) será de responsabilidade do proprietário. Além da área plantada aos proprietários será disponibilizado no 2ha de pastagem cultivado com brachiária ou andropogon. Será doada pela Enerpeixe 45 mudas certificadas de frutíferas diversas, para formação de pomar doméstico.
Preço da terra conforme caderno de preço	Acrescido 13% nos valores de Terra Nua nas propriedades com rios e córregos perenes.
Carta de crédito de acordo com o lote de Reassentamento, sem pagamento da diferença de valor para o proprietário.	Carta de crédito de acordo com o valor do lote que o mesmo receberia no reassentamento, com pagamento da diferença para o proprietário. Pagamento da Documentação, Levantamento topográfico e transporte para a nova propriedade.
Proprietário não residente na propriedade, só o tratamento de indenização.	Ampliada as opções para Reassentamento Coletivo ou Carta de Crédito para aqueles que dependem da produção agropecuária, mas residem na vila ou próximo à propriedade.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 3 – Evolução das Compensações às Famílias Ribeirinhas Acatadas pelo Empreendedor no Foro de Negociação – NÃO PROPRIETÁRIOS.

Tratamentos Previstos no Programa de Relocação - NÃO PROPRIETÁRIOS	Acréscimos Formalizados no Foro de Negociação para os Tratamentos de Relocação – NÃO PROPRIETÁRIOS
Reassentamento Coletivo em lotes de 15,00 ha para os não proprietários residentes em área afetada.	Ampliação dos lotes para 27,30 há para aqueles que dependem da produção agropecuária.
Reassentamento coletivo em lotes Periurbanos para os que não dependem da produção direta na propriedade.	Mantido o mesmo tratamento.
Casas nos reassentamento com módulo mínimo inicial de 32,00 m ²	Casas nos reassentamento ampliada o módulo mínimo inicial para 40,00 m ² .
Estrutura da casa em bloco único	Estrutura da casa em bloco separado de acordo com a opção de cada família, cozinha fora e fogão caipira com 4 bocas. Estrutura da casa adaptada para pessoas especiais quando houvesse necessidade
A negociação para os não proprietários com direito a Reassentamento - Permuta simples.	Além da casa, cerca perimetral, fossa, energia elétrica e poço, os ocupantes receberão indenização de curral, paiol, galinheiro, jirau, abrigos, barracões, pastagens cultivadas (opção das famílias), frutíferas e demais benfeitorias a ele atribuídas que não foram recompostas no reassentamento. O pagamento será na época da mudança para o Reassentamento com valores reajustados. Além do pagamento o não proprietário poderá retirar todo material aproveitável para ser reutilizado na nova propriedade, desde que autorizado pelo proprietário e o transporte será custeado pela Enerpeixe.
Para estruturação da nova propriedade no Reassentamento (não estava previsto qualquer benefício).	Os não proprietários receberão somente no primeiro ano agrícola 7,00 ha de área plantada com milho, arroz ou feijão (a escolher). A área para plantio receberá calcário e adubação de plantio. A condução da lavoura (capina, tratos culturais e colheita) será de responsabilidade do beneficiário. Além da área plantada serão disponibilizados 2,00 ha de pastagem cultivado com brachiária ou andropogon. Será doada pela Enerpeixe 45 mudas certificadas de frutíferas diversas, para formação de pomar doméstico.

Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo buscou-se demonstrar que uma política **pública** amparada juridicamente em leis, decretos, portarias, normativas, entre outros, mesmo com foco direcionado ao viés econômico, vem criando as condições necessárias para implantação de grandes projetos de infraestrutura no país, como é o caso da UHE Peixe Angical. Infelizmente nestes projetos de forma geral, estas normas e leis não alteram a conduta em relação aos impactos provocados para as populações ribeirinhas ocupantes das áreas objeto das desapropriações. Essas populações seguem invisíveis aos das empresas responsáveis pelos estudos ambientais que demonstram a viabilidade técnica dos projetos.

São várias as situações de ocorrências registradas no decorrer da implantação de projetos desta natureza que comprometem uma maior atenção do poder público, responsável pela aprovação dos estudos de impacto ambiental (EIA) e relatório de

de impactos ambientais (RIMA) dos empreendimentos, como também pelo projeto básico ambiental (PBA) - onde constam todos os inúmeros programas ambientais de prevenção, mitigação e compensação dos impactos causados nos meios físico, biótico e socioeconômico.

Entre estas ocorrências que passaram a ter este “modus operandi” neste “novo modelo” do setor elétrico (privatização da geração de energia a grupos nacionais ou internacionais em cotas majoritárias), os estudos de impacto ambiental que identificam as populações que serão afetadas pelo futuro empreendimento, bem como os projetos e programas a serem implantados com a finalidade de minimizar estes impactos, são elaborados por empresas terceirizadas contratadas e que muitas vezes possuem relação direta ou indireta com os consórcios construtores. Estes consórcios são formados para a participação nos leilões de energia, esta é uma nova modalidade de contratação destes projetos conduzidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao ministério das Minas e Energia (MME) do governo federal.

Todas as ações desenvolvidas pelas empresas consultoras responsáveis pela execução do EIA/RIMA dos empreendimentos, no sentido de estudar e caracterizar os impactos causados às famílias ribeirinhas em seus diversos impactos (ambiental, econômico, social e cultural), podendo resultar em ampliação do número deste público afetado, possuem enorme restrição não só dos consórcios construtores que supõe uma possível elevação dos custos de contratação dessa energia (consequentemente lucratividade menor), como também pelos órgãos estatais responsáveis pela aprovação destes estudos, com receio de não aparecerem grupos interessados em executar tais projetos nos leilões de tomada de preços.

Nesse sentido, tornou-se ainda mais importante a criação de um espaço de discussão, envolvendo entidades públicas federais, estaduais e municipais, órgãos fiscalizadores, órgãos licenciadores, empreendedor e entidades representativas da população afetada (associações e movimento social), pós aprovação do EIA/RIMA do empreendimento e seus respectivos projetos e programas ambientais de prevenção, mitigação e compensação às famílias impactadas, para fins de revisão e readequação das ações compensatórias.

Com isso, se houver vontade política dos empreendedores/consórcio construtor, é possível readequar conceitos e minimizar impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais dos grandes empreendimentos, de forma segura, retratando efetivamente a realidade e as necessidades das famílias ribeirinhas como foi o caso da experiência do Foro de Negociação de Peixe Angical. Constatou -se o avanço significativo através de quinze benefícios de caráter compensatório e/ou reparatório incluídos nos programas de relocação rural e urbana do empreendedor

que foram efetivamente pautados, deliberados e aprovados no Foro de Negociação e que foram implantados pelo empreendedor (Quadro 2).

Erroneamente, como pode ser pensado em um primeiro momento, nem sempre estas “evoluções” na aplicabilidade das ações compensatórias adicionais ao previsto nos programas e projetos ambientais podem vir a representar aumento real de custos ao empreendedor e ao empreendimento. Acordos alicerçados em um espaço com a chancela de entidades representativas das populações afetadas, dos órgãos licenciadores e fiscalizadores, do empreendedor e das câmaras e prefeituras municipais, resultam em quantidades muito menores de condicionantes futuras ao empreendedor na emissão da licença de operação (L.O) e resultam ainda em uma redução considerável de ações judiciais futuras de caráter reivindicatório/compensatório pela forma transparente e participativa em que se deram as tratativas destas negociações.

Por fim, talvez o mais importante, estas iniciativas em grandes projetos de infraestrutura e de consideráveis impactos, transmitem credibilidade aos empreendedores, pelo respeito ao meio ambiente e pelo respeito às populações ribeirinhas, que perderam seus territórios, seus espaços de vida, como forma de sacrifício por um interesse maior do país, que busca um desenvolvimento mais sustentável social e ambientalmente, com melhores condições de moradia, saúde, educação, oportunidades de trabalho e melhor distribuição de renda a toda população urbana ou rural, ou seja, contribuindo para a redução das desigualdades e fortalecimento da cidadania em nosso país.

REFERÊNCIAS

BENINCÁ, D. **Energia & Cidadania: A luta dos atingidos por barragens.** São Paulo: Cortez, 2011.

BERMANN, C. **Energia no Brasil: Para quê? Para quem? Crise e alternativas para um país sustentável.** Editora Livraria da Física: FASE, 2001.

BORGES, R.S; SILVA, V.P da. Usinas Hidrelétricas no Brasil: A relação de afetividades dos atingidos com os lugares inundados pelos reservatórios. **Caminhos de Geografia Uberlândia.** v. 12, n. 40, p. 222 – 231, dez/2011.

BRASIL. Decreto nº 6.040. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Fevereiro, 2007.

BRASIL. Lei 6938. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Agosto, 1981.

BRASIL. Lei 8.987. **Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.** Fevereiro, 1995.

BRASIL. Lei 9.074. **Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.** Julho, 1995.

BRASIL. Lei 9427. **Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.** Dezembro, 1996.

BRASIL. Lei 9433 de 8 de. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.** Janeiro, 1997.

BRASIL. Decreto 3739. **Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, de que trata a Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e da contribuição de reservatórios de montante para a geração de energia hidrelétrica, de que trata a Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências.** Janeiro, 2001.

BRASIL. Decreto 4340. **Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.** Agosto, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA – MME / EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanco Energético Nacional 2020; Relatório Síntese Ano Base 2019.** Rio de Janeiro, 2020.

CDDPH. **Relatório Final da Comissão Especial para Acompanhamento das Barragens.** Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. Resoluções nºs

26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília/DF, 2010.

ENERPEIXE. Página inicial. Disponível em: <https://www.enerpeixe.com.br/pt-br/>. Acesso em: 25 de jan. de 2022.

FERREIRA, D, T, A, M; MARQUES, E, E; BUENAFUENTE, S, M, F; SOUZA, L, B; GRISON, M, G; LIMA, A, M. **Perdas simbólicas e os atingidos por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica de Estreito, Brasil.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 30, p. 73-87, jul. 2014.

ISAGUIRRE-TORRES, K; FRIGO, D (autores); LIMA, R. P de. **Desenvolvimento rural, meio ambiente e direitos dos agricultores, agricultoras, povos e comunidade tradicionais.** Série cadernos da agrobiodiversidade; Volume 2. Terra de Direitos, 2013.

MENESTRINO, E; PARENTE, T, G. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais impactados pelos Empreendimentos Hidrelétricos no Tocantins. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium,** Uberlândia, v. 2, n.1, p. 1-19, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, L.F.da S; MASCARENHAS, R.R. Transformações Socioespaciais de Grandes Empreendimentos: Fluxos Migratórios a Luz da Perspectiva de Riscos. **...Anais Encontro Internacional de Vulnerabilidades e Riscos Socioambientais.** Rio Claro (SP) – Brasil, 2014.

TOLMASQUIM, M.T. **Energia Renovável: Hidráulica, Biomassa, Eólica, Solar, Oceânica – EPE.** Rio de Janeiro, 2016

TOLMASQUIM, M.T. **Novo modelo do setor elétrico.** Rio de Janeiro: Synergia; EPE: Brasília, 2011.

VAINER, C.B. Recursos Hidráulicos: Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados,** v. 21, p. 119-137, 2007.

ZITZKE, V, A et al. **A rede sociotécnica da usina hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. 2007.



Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos¹

Andre Luiz de Souza²

Sergio Schneider³

Resumo: Nas últimas décadas, vários movimentos sociais do campo ligado à *La Via Campesina* têm internalizado em seus princípios novos valores com base na soberania alimentar/Agroecologia, com vistas à construção de novas práticas alimentares. Dentro dessa conjuntura, esta pesquisa objetivou analisar como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os assentados/agricultores assimilam, interiorizam e praticam o entendimento sobre soberania alimentar. O estudo tem abordagem qualitativa, envolvendo revisão teórica referente aos aspectos e fundamentos históricos do conceito de soberania alimentar, juntamente com análise dos documentos produzidos pelo MST e da realização de entrevistas semiestruturadas com 10 assentados da região Oeste do Paraná. Com base no *corpus* selecionado, concluímos que, mesmo o MST sendo o protagonista no debate sobre a necessidade de mudança no modo de produção das práticas alimentares voltado para uma agricultura agroecológica e para a soberania alimentar, isso não tem tido efeito para transformar a matriz de produção nas unidades familiares dos assentamentos. Constatamos esse fato nas palavras dos próprios assentados/agricultores, os quais, embora tenham demonstrado assimilar o conceito/a noção de soberania alimentar pela ótica do MST, efetivamente não a praticam. Sabemos que essa mudança de paradigma não cabe somente ao MST, mas inclui a participação do Estado e de vários setores da sociedade para que mudanças efetivas ocorram nos espaços de assentamento, com vistas à efetivação da soberania alimentar e de práticas agroecológicas.

Palavras-chave: *La Via Campesina*; Agricultores Assentados; Agroecologia. Reforma Agrária.

APPROPRIATION OF FOOD SOVEREIGNTY: CHALLENGES OF THE MST IN CONSTRUCTING ALTERNATE PATHS

Abstract: In the last decades, many social movements of the field linked to *La Via Campesina* have internalized in their principles new values based on food/agroecological sovereignty looking towards the construction of new food practices. Within this conjuncture, this research aimed to analyze how the Movement

¹ Este artigo advém de trabalho apresentado no 59º Congresso da SOBER & 6º EBPC, realizado excepcionalmente online, entre os dias 02 a 06 de Agosto de 2021. Brasília-DF. Foram realizados os ajustes conforme debate no GT04. Questão ambiental, agroecologia e sustentabilidade.

² Sociólogo, especialista em Agroecologia e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil E-mail: andresouza@ufrgs.br

³ Professor Titular do Departamento de Sociologia e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (www.ufrgs.br/pgdr) e de Sociologia (www.ufrgs.br/ppgs) da UFRGS. Pós-doutor na City University of London com o Prof. Tim Lang (2015-2016 e no Institut of City and Regional Planning, na Cardiff University/Wales/UK, com Terry Marsden (2007-2008).E-mail: schneide@ufrgs.br

of Landless Rural Workers' (MST) and the settlers/farmers assimilate, internalize and practice the understanding of food sovereignty. The study has a qualitative approach, involving theoretical revision referent to the historical aspects and fundamentals of the concept of food sovereignty, along with the analysis of documents produces by the MST and the realization of semi-structured interviews with 10 of the settlers of the West region of Parana/Brazil. Based on the selected corpus, we conclude that, even with MST being the protagonist on the debate about the necessity of change in the production mode of food practices turned towards an agroecological agriculture and towards food sovereignty, this has not had effect to transform the production matrix in familial units of the settlements. We verify this fact on the words of the settlers/farmers themselves, of which, while they have demonstrated to have assimilated the concept/notion of food sovereignty by the views of the MST, they effectively do not practice it. We know this change of paradigm falls not only on the MST, but it includes the participation of the State and of various sectors of Society for effective changes to happen in the settlements, with goals of effecting food sovereignty and agroecological practices.

Keywords: *La Via Campesina*; Settled Farmers. Agroecology; Agrarian Reform.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira convive com disputas e percepções antagônicas de desenvolvimento rural. Diante do processo histórico do crescimento da agricultura, esse conflito se intensificou a partir de meados do século XXI, em torno de dois modelos: (i) o primeiro denominado de agronegócio, estruturado nos moldes da modernização da agricultura da revolução verde, alicerçado nas produções de *commodities* agrícolas e no uso intensivo de produtos químicos e sementes geneticamente modificadas (OGM); (ii) o segundo pautado em uma proposta de agricultura organizada com bases agroecológicas, que preconiza recursos autóctones pelos agricultores, capitaneada pela *La Via Campesina* e estruturada na construção da soberania alimentar, com bases agroecológicas dos povos do campo e da cidade (LEITE; BRUNO, 2019).

Esta polarização ou dualismo serve, acima de tudo, como construção política da identidade de atores e agentes que estão em um ou outro destes dois polos/campos e disputam, através de narrativas, ideias e propostas, a legitimidade e o reconhecimento – nos termos de Weber (1999) e Honneth (2003), respectivamente. Mas, na prática, estas diferenças não são assim tão fáceis de serem percebidas ou empiricamente situadas. Por exemplo, há muitos agricultores familiares e mesmo assentados da reforma agrária que se inserem em cadeias globais de *commodities*,

produzindo soja, tabacos, cana-de-açúcar entre outros. Então, ainda que nós reconheçamos o valor destas construções do ponto de vista sociológico e político, é preciso entender do que se tratam, e também qual é o lugar de fala e o ponto de vista de cada ator/campo. Assim, defendemos uma visão mais complexa e menos simplificada, que não se limita a resumir o fenômeno ao mero antagonismo referido.

Em outras palavras, procuramos não cair no maniqueísmo “agronegócio *versus* agricultura familiar”, pois ao final e ao cabo, tal disputa se desdobra em outros antagonismos, como produção para o mercado *versus* produção para autoconsumo; ou, pior ainda, produção comercial (ou para o mercado) *versus* produção para consumo doméstico; agricultores que produzem *versus* pobres do campo que não produzem renda. Este tipo de antagonismo acaba reificando o debate e colocando a agricultura familiar num gueto.

Logo, no que se baseia esse “olhar mais complexo” que aqui propomos? Partimos da noção de que há um dualismo como uma construção política (AQUINO *et al.*, 2018), bem como da ideia de que ao invés de falar em agronegócio *versus* agricultura familiar, podemos falar, como fez McMichael (2009), em “*food from nowhere X food from somewhere*”. McMichel (2009) se referiu à oposição entre *food from no-where* (alimentos de nenhum lugar ou sem origem) e *food from some where* (alimentos de origem ou de algum lugar), argumentando que o sistema alimentar corporativo tende a desenraizar e tornar sem identidade a origem e a procedência dos alimentos. Neste sentido, os alimentos se tornam uma mercadoria como outra qualquer e sua identidade desaparece no processo de globalização – o qual os torna igualmente fetiches. Ao contrário, os alimentos com origem e identidade expressam a sua procedência regional e permitem que se saiba quem os produziu e como foram produzidos. Os alimentos se tornam bens de troca, mas não mercadorias alimentares. Em resumo, o que McMichael está afirmando é que no capitalismo, o sistema alimentar corporativo tende a mercantilizar os alimentos e a torná-los mercadorias. Neste sentido, o sistema alimentar corporativo rompe com a soberania alimentar, pois desenraiza e desconecta os alimentos dos territórios e dos agricultores que os produziram.

Por fim, para nós está claro que é preciso aprofundar os estudos e “adentrar o agronegócio”, demonstrado que ele não é um bloco monolítico – torna-se importante, com efeito, atentar para os modos como os atores políticos preponderantes nos sistemas agroalimentares se pronunciam e agem (POMPEIA; SCHNEIDER, 2021). Assim sendo, esse dualismo representa e identifica diferentes setores da sociedade e visões de agriculturas. A configuração desses caminhos apresenta, de um lado, os interesses dos grupos agroindustriais de produção de “alimentos” como mercadoria e insumos de agroquímicos, e de outro lado, uma produção

assegurada no desenvolvimento sustentável, permeada pelas questões ambientais, da soberania alimentar, com ênfase na produção de alimentos agroecológicos e na defesa da diversidade cultural (LEITE; BRUNO, 2019).

Nessa esteira de reflexão, é fundamental destacar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem protagonizado, nas últimas décadas, um relevante debate no cenário brasileiro, rompendo/desvinculando-se do discurso pregado no início da sua formação, que confluía com uma agricultura semelhante ao modelo do agronegócio. Desde meados dos anos 2000, o movimento passou a interiorizar novos princípios em sua bandeira de luta. O discurso da soberania alimentar começou a ser fundamentado como um princípio a ser seguido pela militância nas transições das novas práticas de produção e consumo agroecológicas nos assentamentos rurais da reforma agrária, assegurando, com isso, novas diretrizes para os acampamentos e assentamentos às famílias de agricultores.

Diante dessa realidade, objetivamos, neste trabalho, discutir como se deu o processo de assimilação e adoção da abordagem ou narrativa da soberania alimentar pelo MST. A abordagem metodológica deste estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, a partir de revisão teórica referente aos aspectos e aos fundamentos históricos do conceito de soberania alimentar, juntamente com a análise dos documentos produzidos pelo MST e a realização de entrevistas semiestruturadas com 10 assentadas(os) na região Oeste do Paraná.

A opção por pesquisar a construção do discurso sobre a soberania alimentar a partir da ótica da *La Via Campesina* e do MST justifica-se pela capacidade de mobilização e de articulação de um número expressivo de agricultores assentados que interiorizam o *habitus* da soberania alimentar/agroecologia nos assentamentos. Diante disso, é preciso entender a dinâmica dessa realidade que emerge nas novas agriculturas do século XXI.

O trabalho está dividido em seis partes, sendo a introdução a primeira; na segunda, discutimos os pormenores da emergência do conceito/da noção de soberania alimentar na *La Via Campesina* e como se tornou uma referência de luta para os movimentos sociais do campo nos últimos vinte anos; na terceira, problematizamos como os estudiosos veem a soberania alimentar, indicando as controvérsias e as questões sobre a temática; na quarta, elencamos como o MST e as organizações de representação dos assentados assimilam e se apropriam do conceito/noção de soberania alimentar; na quinta, apresentamos como os assentados/agricultores percebem e praticam o significado e o entendimento da soberania alimentar; na sexta, concluímos com uma análise crítica referente aos objetivos propostos pelo artigo, enfatizando que há muitos desafios para *La Via Campesi-*

na e o MST na luta pela consolidação da soberania alimentar/agroecologia para romper com o atual regime agroalimentar.

LA VIA CAMPESINA: A SOBERANIA ALIMENTAR COMO RESISTÊNCIA

O movimento global pela soberania alimentar surgiu no final da década de 1990 como reação à liberalização do comércio agrícola e à expansão de um modelo de agricultura industrial de capital intensivo, liderado por corporações e caracterizado pela pobreza rural persistente, pela fome, pelo deslocamento e pela degradação ambiental (CLAEYS; DUNCAN, 2019). Desde então, a 'soberania alimentar' passou a existir como um poderoso quadro de mobilização para movimentos sociais, um conjunto de normas e de práticas voltadas à transformação de sistemas alimentares e agrícolas, ou seja, é um movimento em movimento. Embora o destaque do conceito tenha ocorrido na década de 90, por meio da *La Via Campesina*, o conceito de soberania alimentar emergiu timidamente nos anos 80, vinculado aos movimentos do campo e dos governos da América Central, que buscavam meios para organizar melhor as condições da alimentação e trabalho (EDELMAN, 2014).

A concretização da *La Via Campesina*, em meados dos 1990, representou um avanço aos movimentos sociais do campo e à consolidação da soberania alimentar, mediante a declaração de Tlaxcala, produto da II Conferência Internacional da Via Campesina (II CIVC), no México, em abril de 1996, com participação de 69 organizações sociais do campo de 37 países. Conforme Xavier *et al.* (2018), apesar do termo ter surgido apenas nesse ano, o conteúdo expresso no conceito de soberania alimentar está bastante presente desde a primeira conferência da *La Via Campesina*, realizada em 1993, em Mons, Bélgica, o que demonstra a importância desse tema para os movimentos sociais do campo em nível mundial.

Nessa conferência, o conceito de soberania alimentar foi discutido e ampliado, contrapondo-se ao regime agroalimentar dominante. A abrangência do capitalismo, o seu desenvolvimento desenfreado no campo, as consequências drásticas para a sociedade e o aumento das desigualdades sociais fizeram com que os camponeses dos continentes americano e europeu decidissem criar uma ferramenta de luta contra o modelo vigente de agricultura. A *La Via Campesina*, ao estabelecer o modelo do capitalismo neoliberal como inimigo do desenvolvimento econômico e social dos povos do campo, torna a soberania alimentar o elemento central da construção de um novo modelo de sociedade, para romper com os gargalos criados pelo capitalismo neoliberal.

Nesse sentido, a conferência explicitou as mazelas do sistema econômico capitalista como sendo os principais entraves para materialização do direito à alimen-

tação e à dignidade humana. A política do sistema econômico mundial promove um processo de globalização da fome e da pobreza, além de seus métodos serem responsáveis pelo desaparecimento de diversas etnias dos povos do campo, possibilitando o extermínio de indígenas e das semestres crioulas, bem como o aumento expressivo da concentração da terra, acarretando pauperização de milhões de pessoas que enfrentam escassez de alimentos e desnutrição.

Para combater a realidade de expropriação e de subordinação ao capital, *La Via Campesina* apresenta a *soberania alimentar* como contraponto ao sistema neoliberal, frisando a autonomia de cada nação na produção de alimentos produzidos e consumidos em suas fronteiras, sem ficar à mercê das grandes corporações transnacionais. Isso implica a liberdade para produzir e desenvolver suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola (HOYOS; D'AGOSTINI, 2017).

A primeira conferência tem em sua gênese o espírito de responsabilizar as políticas econômicas neoliberais da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), que impuseram normas e leis e retiraram a autonomia dos países de produzirem seus próprios alimentos, conforme a sua realidade, homogeneizando as práticas produtivas e destruindo as culturas locais. Essas medidas econômicas manipuladas pelas cooperativas econômicas favorecem a destruição de produção de alimentos local, desencadeando perda e controle da terra, dos recursos naturais, especialmente as sementes (LA VIA, 1996).

Na virada do século, as lutas se intensificaram em escala internacional e tomaram novas dimensões e arenas de disputas de projetos. Nesse contexto, foram nas várias edições do Fórum Social Mundial que *La Via Campesina* se consolidou como organização internacional dos povos do campo. Entre os anos 2000 a 2008, as conferências amadureceram as bases teóricas e ideológicas do conceito da soberania alimentar. A *III Conferência da Via Campesina* foi realizada em Bangalore, Índia, em outubro de 2000, com participação de 40 países e mais de 100 delegados de diversos movimentos sociais do campo.

O Brasil protagonizou e organizou a *IV Conferência da Via Campesina*, que ocorreu em junho de 2004, na cidade de Itaici, São Paulo. Essa conferência foi coordenada pelo MST e diversos outros movimentos ligados ao campo, com uma participação de 76 países e 400 delegados de movimentos sociais. Nos dias que antecederam à conferência, ocorreram também a *II Assembleia Mundial de Mulheres Camponesas* e a *I Assembleia Mundial de Jovens da Via Campesina*, ressaltando a

força dos movimentos sociais do campo na preparação e na articulação em torno do tema da soberania alimentar.

Seguindo o embate contra o modelo hegemônico do sistema agroalimentar, *La Via Campesina* continuou organizando manifestações e intervenções nas diversas áreas da sociedade. Em 2008, organizou a *V Conferência Internacional*, em Moçambique, cujo lema foi: “Soberania alimentar, já! Com a luta e a unidade dos povos!”

No entanto, a lapidação do conceito de soberania alimentar ocorreu no *Fórum Mundial pela Soberania Alimentar (World Forum for Food Sovereignty)*, em 2007, na pequena comunidade de Nyéléni, no Mali, que contou com mais de 500 representantes de mais de 80 países, incluindo organizações camponesas, agricultores familiares, consumidores e diversos grupos locais e representantes dos povos do campo. A declaração Nyéléni abrange uma definição completa que incorpora outros elementos que as demais conferências não elencaram.

Conforme salientam Fradejas *et al.* (2015), o amadurecimento da definição esclareceu de fato o que é, quem realiza, porquê, como, onde, quando e o que acontece na proposta de soberania alimentar. A partir desse momento, a soberania alimentar ganha uma identidade de causa e uma imagem globalizada das lutas em nível integral contra o sistema hegemônico dos impérios alimentares. Nas observações de Xavier *et al.* (2018), essa ideia contradiz a perspectiva do sistema agroalimentar dominante visível nas gôndolas de supermercados de produtos padronizados em escala global e produzido por poucas multinacionais baseadas em poucos itens ou *commodities*.

Denota-se que a definição de soberania alimentar, desde a sua essência, mudou conforme as organizações dos movimentos sociais foram aperfeiçoando e definindo o papel da *La Via Campesina* na luta pela transformação do sistema alimentar. Nessa perspectiva, valorizam-se os agentes locais e os aspectos culturais relacionados à natureza e à sustentabilidade. Para Stédile e Carvalho (2011), a soberania alimentar é mais do que um conceito; trata-se de um princípio e de uma ética de vida que não responde a uma definição acadêmica, mas emerge de um processo coletivo de construção, participativo, popular e progressivo. Os autores reforçam a defesa dos direitos coletivos das minorias, especialmente as que vivem nos campos e nas florestas. Os teóricos da *La Via Campesina* salientam que a soberania alimentar materializa-se no direito de decidir como organizar o que produzir e como plantar. Outrossim, afirmam que não se trata apenas de um princípio, de um direito ao alimento, mas de uma ética de vida.

A construção desse emergente paradigma tem um diferencial do modelo hegemônico do sistema agroalimentar, haja vista que não está interessado apenas

na produção, mas em como as práticas produtivas são trabalhadas. É valorizado um vasto conjunto de questões ambientais, sociais, culturais, econômicas, regionais e locais, relativas à produção alimentos e à preservação da vida em todas formas. Assim, o determinismo econômico não se sobrepõe aos interesses coletivos, e a produção de alimentos não é uma mera mercadoria controlada pelas grandes corporações transnacionais. Para Ye *et al.* (2019), as novas resistências e lutas são um esforço para construir e defender o que o sistema econômico dominante não mais oferece: emprego, uma renda mínima, a base de um sustento e algumas centelhas de esperança.

Nesse sentido, o fórum Nyéléni consolidou as diretrizes para um novo sistema agroalimentar alternativo, dando ênfase às “novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos étnicos, classes sociais e gerações”. Para McMichael (2016), a soberania alimentar reorganiza conceitualmente o mundo. O movimento por soberania alimentar não agrega somente os camponeses ou a comida, mas aborda a reorganização da política econômica, remodelando a luta social ao redor de princípios democráticos, de igualdade de gênero e direitos dos agricultores das populações urbanas.

Nas últimas duas décadas, *La Via Campesina* vem construindo experiências de soberania alimentar como modo alternativo de combate à fome no mundo e à exclusão social ocasionada pela má distribuição de renda e concentração da terra. No Brasil, destaca-se a articulação da *Jornada de Agroecologia*, com 18 edições. Para Tardin *et al.* (2019), a jornada surge em contraposição direta ao agronegócio, que é uma forma econômica e política do capital dominar e explorar a agricultura, concentrar a terra, mercantilizar a natureza, impor um padrão alimentar à humanidade e depredar as bases ecológicas da biosfera. Na ótica dos pesquisadores, a jornada de agroecologia, desde a sua primeira edição, é uma coalizão política **constituída** a partir de amplo processo dialógico entre vários movimentos sociais, alinhada ao Fórum Social Mundial na perspectiva de que “um outro mundo é possível”. A soberania alimentar assume significados importantes baseados nos locais que refletem as histórias, as políticas, as ecologias e as culturas de uma região, bem como as lutas nas quais as pessoas estão atualmente atoladas (SCHIAVONI, 2017).

Nesse contexto de lutas contra o modelo hegemônico do sistema agroalimentar, destaca-se a luta do MST, no Brasil, sendo um articulador da *La Via Campesina* e um expoente protagonista nos assentamentos da reforma agrária, para construir uma nova matriz de produção vinculada à soberania alimentar. A esse respeito, Bittencourt *et al.* (2019) frisam que, com a reforma agrária popular e a agroecologia, é possível garantir a soberania alimentar para que cada pessoa no Brasil possa se nutrir com alimentação saudável como um direito de todos.

Após ressaltarmos alguns pormenores da emergência do conceito/da noção de soberania alimentar na *La Via Campesina* e como se tornou uma referência de luta para os movimentos sociais do campo, a seguir, problematizamos como os estudiosos veem a soberania alimentar, indicando as controvérsias e as questões sobre a temática.

A SOBERANIA ALIMENTAR NA CONCEPÇÃO DOS CIENTISTAS: OS DILEMAS E AS APORIAS

A soberania é uma construção histórico-espacial relacionada ao poder, à autoridade e ao domínio sobre um determinado espaço, sendo exercida por uma pessoa, família, povo, classe, dentre outros, formando o território (FABRINI, 2017). Diante disso, entender as contendas da soberania alimentar, conforme expresso nos cânones da *La Via Campesina*, é necessário diante da sociedade globalizada do século XXI. Para Almeida (2019), a soberania alimentar explicita a dimensão teórico-prática da sua execução como resistência ao poder hegemônico das corporações transnacionais no campo alimentar.

No entanto, em suas análises, Desmarais (2015) explicita que assumir o conceito de soberania alimentar, conforme evoluiu entre os atores de base, requer um engajamento crítico, com uma nova política de possibilidades. Isso envolve reconsiderar e reformular conceitos de vontade política coletiva, autoridade apropriada, governança, autodeterminação, solidariedade e direitos individuais e coletivos. Por isso, há necessidade de uma reflexão crítica para não cometer erros e equívocos nos ideais e metas a serem alcançados.

Para a teórica supracitada, é preciso compreender melhor o que é soberania alimentar – seu potencial, desafios e limitações como uma estrutura para a mudança do sistema alimentar –, algo que requer um olhar cuidadoso para os atores sociais envolvidos e para os conceitos que têm potencial transformador, já que não aparecem no vácuo como exercícios intelectuais desencarnados. Os elementos subjacentes presentes necessitam de criticidade para não se perderem no caminho. É fundamental pensar em mudança na perspectiva de possibilidades concretas e palpáveis e não nas reminiscências sociais.

Destaca-se que a soberania alimentar é muito mais abrangente do que a segurança alimentar e o direito à alimentação, porque problematiza questões sobre as quais alimentos são produzidos, onde, como, por quem, além de suscitar questionamentos sobre o consumo e a distribuição de alimentos (DESMARAI, 2007; 2014; 2015). Nessa perspectiva, o potencial transformador dos movimentos pela soberania alimentar reside em sua visão ampla para a mudança social, uma visão coletiva que é moldada pela compreensão da particularidade, da diversidade e da conexão das

lutas pela soberania alimentar (BERSTEIN, 2020).

A análise de Desmarais (2014; 2015) vai ao encontro da perspectiva de Edelman *et al.* (2014), os quais asseveram que, embora a soberania alimentar tenha prosperado como um processo dinâmico, há muitas questões espinhosas, como suas origens, sua conexão com outros movimentos de justiça alimentar, sua relação com os discursos de direitos, os papéis dos mercados e dos estados e os desafios de implementação. Muitas dessas questões ficam a desejar pelos movimentos que compõem *La Via Campesina*, pois são elementos pertinentes que ultrapassam os aspectos políticos e ideológicos e tornam-se uma barreira para superação dos gargalos existentes no regime agroalimentar.

Trabalhar com as questões árduas de suas origens, quais poderiam ser as suas limitações práticas e conceituais e o que seria necessário para implementá-las agora e no futuro em contextos econômicos, políticos e ecologicamente diversos são entraves e dificuldades contemporâneas dos movimentos sociais agrários que fundaram a *La Via Campesina*. Os movimentos agrários clássicos são pouco flexíveis a mudanças, principalmente referentes aos fatores que necessitam articulações com diversos setores da sociedade.

Diante do exposto, fica evidente que existe uma polissemia de concepções e de visões sobre a soberania alimentar, não havendo um consenso. Muitos ativistas da *La Via Campesina* veem-na como uma virtude, pois isso faz sentido, já que a organização é global e remete à diversidade de pensamentos e de entendimentos sobre a denominação e a sua praticidade. Para muitos, isso torna-se um refúgio ou um acalento, mas, em certos casos, fragiliza a eficácia da luta, levando à generalização de interpretações e ao enfraquecimento do projeto de mudança do regime alimentar (EDELMAN *et al.*, 2014).

Outro aspecto de resistência da soberania alimentar é a falta entendimento dos seus líderes orgânicos sobre o fato que se vive em uma sociedade globalizada e em redes. Não há como produzir alimentos apenas para um local a fim de fortalecer os agricultores e consumidores. A soberania alimentar tende a ver a longa distância ou o comércio exterior de produtos agrícolas sob uma luz negativa. Como observa Soper (2019), a soberania alimentar negligencia a importância do comércio de exportação para milhões de produtores camponeses em todo o mundo. Além disso, para Alonso-Fradejas *et al.* (2015), a soberania alimentar continua a apresentar a agricultura camponesa como o oposto da agricultura capitalista. Ploeg (2014) reconhece que os camponeses têm sido historicamente afetados pelos sistemas capitalistas. Longe de retratar os camponeses como resquícios do passado, intocados pelo capital, ele reconhece que o campesinato esteve influenciado por tecnologias verdes para que seus participantes se tornassem empresários agrícolas. Soper (2019)

analisa o problema com o discurso essencialista; sob essa lógica, os camponeses merecem acesso aos recursos, porque os usarão para cultivar alimentos sustentáveis. O problema é que se imagina que incorporar discursos e desenvolver práticas sustentáveis seja algo automático.

Não se pode negar que a agricultura industrial é poluidora e consumidora de agrotóxicos, assim como os países desenvolvidos são dependentes das exportações e as corporações controlam e ditam as regras do regime agroalimentar. Entretanto, é preciso pensar que o intuito da soberania alimentar é fazer uma mudança profunda na sociedade, por isso, não é possível limitar-se ao localismo e barrar o desenvolvimento e o crescimento dos estados e nações que estão em simbiose (EDELMAN *et al.*, 2014). A estrutura institucionalizada da soberania alimentar se afasta dos interesses reais e das realidades locais dos agricultores (SOPER, 2019).

Um projeto de desenvolvimento voltado ao interesse público forja um alicerce com novos valores sociais e éticos para sociedade, incluindo a ampliação da cidadania e da integração nacional e internacional. O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social, no qual “o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (FURTADO, 1973, p. 75). Nesse sentido, está a proposta da soberania alimentar de almejar novos horizontes para romper suas próprias barreiras e estruturar novas metas diante dos dilemas enfrentados para se consolidar como uma alternativa viável e sustentável.

Por isso, a centralidade dos alimentos na perspectiva da *La Via Campesina* pode levar muitos defensores da soberania alimentar a negligenciar agricultores de pequeno e médio porte que cultivam para exportação vários tipos de *commodities*, levando a uma diminuição das suas rendas e ao fracasso na economia familiar, caso sejam obrigados a mudar para cultivos de alimentos básicos só para atender aos mercados locais. Essa prática, muitas vezes, é imposta e está condensada em uma percepção atrasada e mal interpretada que deturpa a concepção soberana da mudança (BURNETT; MURPHY, 2014; EDELMAN *et al.*, 2014; SOUZA, 2017). Será desafiador refletir sobre a antiga demanda de “preço acima do custo” ou “paridade” e imaginar o tipo de contrato social entre agricultores e não agricultores que pode emergir em um sistema agrícola baseado não na superprodução e no excesso, mas no cultivo de alimentos sustentáveis e nutritivos (ROMAN-ALCALÁ, 2015).

Embora as culturas alimentares tenham sido historicamente baseadas em locais e vinculadas às capacidades agrícolas em uma determinada região – uma conexão que constitui um pilar central da soberania alimentar –, a sociedade atual vive uma conexão instantânea, e não há como negar esse feito (EDELMAN *et al.*, 2014).

Ademais, os autores observam que a defesa da soberania alimentar é ambivalente, e a falta de coesão enfraquece o poder argumentativo dos defensores do projeto

de mudança. Nesse sentido, o projeto é ambicioso, pois os consumidores foram moldados durante anos a se adaptarem aos sabores e gostos das diversas culturas. Portanto, isso implica que a soberania alimentar pode não ser apenas sobre a defesa das culturas alimentares, mas também sobre revigorá-las ou mesmo reconstruí-las, trabalhando conscientemente para melhorar a “alfabetização alimentar” e para modificar os gostos do consumidor e dos agricultores para alcançar seus objetivos (DESMARAIS, 2007; WITTMAN, 2009).

Trauger (2014) destaca que há duas dimensões centrais para a soberania alimentar: o papel da soberania alimentar nos estados (ou outros mecanismos de governança) e o papel dos mercados (ou outras formas de alocar fatores de produção e distribuir produtos). A autora problematiza que a soberania alimentar pode implementar a sua visão radical dentro das estruturas existentes do moderno estado-nação liberal, trabalhando *com*, *contra* e *entre* as suas estruturas jurídicas, reformulando as noções centrais de soberania (território, economia e poder). A pesquisadora também explora as lacunas no poder do Estado soberano e reterritorializa o espaço para a soberania alimentar, ainda que temporariamente. Para ela, a soberania alimentar pode ser, nesse caso, um processo de desobediência das regras e muitas vezes de forma ilícita, para fornecer alimentos, proteger o capital natural e exercer a tomada de decisões coletivas contra os interesses do capital (TRAUGER, 2014).

Bernstein (2015), “destaca que o Estado sempre foi e será, efetivamente, ‘o elefante na sala’ das aspirações programáticas da soberania alimentar, pois se trata de uma questão pouco problematizada ou explorada para além das demandas por intervenção dos Estados para resolverem as tensões entre desenvolvimento socialmente equitativo e conservação ecologicamente equilibrada” (Bernstein, 2015, p. 318).

Isso demonstra a importância da participação do Estado no processo da efetivação da soberania alimentar, já que não se pode negar sua relevância em alicerçar meios de transformação dos regimes alimentares. Ademais, os membros dos movimentos camponeses necessitam adentrar nas instituições para corroer os meios necessários e, com isso, aplicar as mudanças pertinentes das concepções coletivas da soberania alimentar. Nesse caso, há iniciativas no Estado brasileiro com políticas públicas, como PAA e PNAE, que fortalecem a participação das instituições públicas para enraizar novas práticas alimentares.

Na visão de Trauger (2014), isso só se torna possível se os direitos das comunidades de governar forem garantidos pela constituição. Atuar sobre essa realidade abre oportunidades para a desobediência e também espaços para a criação de alternativas. O Estado é uma construção social viva e mutável que, com esforço e criatividade, pode ser mudada. A entrada do

Estado na política de soberania alimentar não o torna protagonista da construção da soberania alimentar, mas em vez disso, a coloca em terreno contestado com uma série de outros atores. Conforme enfatizado por Migdal (1994, p. 2), “não há como contornar a mutualidade das interações estado-sociedade: as sociedades afetam os estados tanto quanto, ou possivelmente mais do que, os estados afetam as sociedades. Para Schiavoni (2016, p. 22), analisar a construção da,

[...] soberania alimentar através de tais lentes é importante para compreender como o poder político é distribuído, contestado e transformado em relação ao sistema alimentar, e como o sistema alimentar, por sua vez, molda processos sociais mais amplos, como a acumulação de capital, como bem como a formação do estado e vice-versa.

Schiavoni salienta ainda que os desafios e oportunidades percebidos por diferentes atores estatais e sociais os colocam juntos, taticamente ou estrategicamente, em relação a uma reforma particular ou projeto político de mudança em todo o sistema. O surgimento de uma “sinergia estado-sociedade” ou “interação mutuamente reforçada, no entanto, não garante que as mudanças ou reformas de sistema desejadas, como a soberania alimentar, possam ser impulsionadas ou construídas em grande medida, ou o caráter, ritmo e direção pretendidos” (SCHIAVONI, 2016, p. 24). Por isso, urge necessário uma lente interativa que nos auxilie a avaliar a interdependência entre os atores do estado e da sociedade, necessária para qualquer mudança significativa do sistema atual.

Nesse processo da constituição da soberania alimentar, o desafio é equilibrar as diversas correntes de pensamento. Para Edelman *et al.* (2014), a soberania alimentar tende a depender de uma ampla – mas nem sempre ideologicamente coerente – crença no controle democrático da terra (para o surgimento e promoção da agricultura familiar), juntamente com a defesa de sistemas agrícolas que garantam alimentos e sejam ecologicamente sustentáveis. Os autores destacam que há várias interpretações possíveis da soberania alimentar. Uma das correntes predominantes na *La Via Campesina* sustenta-se em produções agroecológicas, porém, outras interpretações giram em torno da agricultura orgânica e/ou agricultura orientada para o comércio justo. Há ainda outras visões que incluem sistemas agrícolas mais industriais, porém, localizados. O grau de tolerância ao pluralismo é uma das maiores e mais desafiadoras questões enfrentadas por profissionais e pesquisadores da soberania alimentar (EDELMAN *et al.*, 2014).

Nesse sentido, o centro da visão da soberania alimentar está no acesso à terra. A redistribuição da terra e ao acesso às sementes geraria uma soberania da terra, possibilitando um sistema alimentar coerente e justo com a proposta. Para Borrás

e Franco (2012), é necessário enfrentar as questões da terra em um contexto global de mudança e repensar o que pode ser necessário para se mobilizar efetivamente em tal ambiente.

Edelman *et al.* (2014) enfatizam que outros aspectos para o acesso à terra (propriedade pública, propriedade individual, comunal, cooperativa e coletiva) têm diferentes méritos em diferentes contextos, e a melhor solução pode ser reconhecer os méritos de diferentes formas de propriedade, permitindo uma flexibilidade. Wittman (2009), por sua vez, enfatiza que os agricultores historicamente resistiram aos esforços de coletivização do uso de cima para baixo em grande escala.

Edelman *et al.* (2014) observam que a soberania alimentar é inerentemente um conceito multidimensional. A única forma de ser soberano alimentar é desenvolver redes de agregação, de processamento, de comercialização e de distribuição que sejam ligadas a outros setores da economia. Conforme observam os autores, os discursos da soberania alimentar, muitas vezes, se concentraram estritamente em alimentos e agricultores. Para Bernstein (2014), os defensores da soberania alimentar não raramente incluem a posição aparentemente desdenhosa em relação a uma ampla gama de perspectivas e políticas relativas à lavoura e à agricultura moderna. O projeto radical da soberania alimentar, na ótica do autor, não pode ser adequadamente concebido, menos ainda viabilizado, enquanto se ignorar ou se negligenciar toda a história agrária do mundo moderno.

Diante disso, repensar a produção de alimentos pode ajudar a construir um sistema alimentar melhor e mais justo; contudo, sustentá-lo e incluir pessoas e setores não diretamente (ou voluntariamente) ligados à terra requer uma luta muito mais ampla e multidimensional por terra, por sementes, por economias rurais, por educação, por representação, por mercados integrados e por conexões globais, regionais e locais (EDELMAN *et al.*, 2014). Ao afirmar que o repovoamento camponês ocorre por meio da agroecologia, Soper (2019) defende que se leva ao essencialismo camponês, algo que não é justo para os milhões de camponeses que não estão (nem querem começar) cultivando alimentos sustentáveis para os mercados locais. Nesse sentido, conforme frisa o autor, a soberania alimentar não oferecerá uma visão sustentável para o futuro se essas atividades e opções não fizerem parte de um quadro mais amplo.

Nessa lógica, Bernstein (2015) tece uma crítica à existência de um “modo camponês”, bem como à crença de que os camponeses podem, através de práticas agrícolas intensivas em trabalho e de baixo consumo de insumos (externos), alimentar a população mundial atual e a projetada. Do mesmo modo, critica ainda uma omissão da soberania alimentar quanto ao fluxo *a jusante*, necessário para fazê-la ir além do seu binário constitutivo, tese e antítese, rumo a uma síntese

que produza um programa “transformador” (BERNSTEIN, 2015, p. 324). O autor também destaca que a omissão é intrínseca, uma vez que a soberania alimentar, para estabelecer sua tese e, especialmente, sua antítese, descarta elementos cruciais da economia política agrária, da economia política do capitalismo de modo mais amplo, e da história moderna: o outro do capital. Isso, entretanto, não sinaliza uma rejeição a tudo o que envolve e sinaliza a defesa da soberania alimentar diante dos impérios alimentares do século XXI, mas uma autocrítica para balizar as suas arestas (BERNSTEIN, 2015, p.325).

Em síntese, é possível destacar que a soberania alimentar despertou nos agricultores e nos ativistas consumidores uma perspectiva de mudança/resistência contra as mazelas dos projetos do Estado neoliberal. Segundo Edelman *et al.* (2014), apesar de sua ampla moeda política (ou talvez por causa dela), a soberania alimentar é muitas vezes tomada como um conjunto de demandas, sem serem identificadas as profundas mudanças estruturais necessárias na economia capitalista e no Estado liberal para que a soberania alimentar exista de forma viável na sociedade contemporânea complexa, articulada em redes.

A seguir, direcionamos a discussão para como o MST e as organizações de representação dos assentados têm assimilado e se apropriado do conceito/da noção de soberania alimentar.

ASSIMILAÇÃO DO CONCEITO/NOÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR PELO MST

O processo de formação e fundação do MST em meados dos anos 1980 teve uma forte influência do marxismo agrário nos postulados de Kautsky e Lênin, nas questões da organização política e da produção dos assentamentos. O MST compartilhava com a visão de Lênin e Kautsky de que o campesinato no Brasil precisa de uma direção e uma organização, pois não é organizado politicamente e, portanto, é atrasado (LAZZARETTI, 2007). A organicidade dos assentamentos continha como diretriz a formação do cooperativismo com processos de coletivização dos espaços destinados à reforma agrária. O autor supracitado frisa que “a cooperação seria o modo de superar esta consciência de propriedade privada dos camponeses” (LAZZARETTI, 2007, p. 141) e assim alcançar o socialismo.

Segundo Borges (2010), o MST percebia na cooperação a principal saída para o desenvolvimento econômico da produção, e esse preceito desencadearia pleno desenvolvimento econômico das famílias assentadas. O discurso do MST nesse período tinha como base “a ideia é que as cooperativas possam criar condições favoráveis à construção do socialismo” (FABRINI, 2002, p. 85). Nesse percurso, o movimento organizou diversos cursos de formação nas suas bases, com o propósito de formar ideais cooperativistas, baseadas na forte mecanização, na divisão e

especialização do trabalho e na produção em escala, tendo como principal referencial teórico o pensamento de Kautsky (BRENNEISEN, 2002; LAZZARETTI, 2007; BORGES, 2010).

Essa concepção de organização da base credencia os princípios do MST em um discurso produtivista para consolidação e permanência das famílias assentadas. A ênfase está na organização, na especialização do trabalho e no modelo da revolução verde. Diante disso, as famílias assentadas criaram condições de competir e se desenvolver no mercado, lapidando, posteriormente, a consciência revolucionária. Não obstante, esse modelo agroindustrial adotado pelo MST desencadeou vários problemas socioeconômicos para as famílias. Essa correlação direta com as famílias assentadas levou-as a ficarem dependentes dos insumos e defensivos agrícolas, de modo que se tornaram meramente produtores de commodities para o mercado. Outro fator foi a ampliação da dependência das relações mercantis com as produções em relação aos valores auferidos pela produção.

Durante as primeiras décadas, foi esse o modo de organizar as famílias de agricultores sem-terra pelo MST. A base do movimento era alicerçada nesse paradigma produtivista e investiu pesado na preparação e na formação dos seus quadros para disseminar os ideais do projeto. Esse período foi um processo de formação e aprendizado para o próprio movimento, haja vista que vários dos seus projetos eram arquitetados na teoria, mas, na prática, levavam a atos inconscientes e contraditórios dos seus coordenados.

Nesse sentido, conforme observado na labuta do MST, os princípios e as concepções ideológicas propostos pelos pensadores – por exemplo, Karl Marx, Lenin e Kautsky – não progrediram conforme se pretendia e não se confirmaram na prática. Com a decadência dos ideais marxistas agrários, o MST ficou disperso e sem rumo diante das realidades fracassadas dos projetos de assentamentos, que não tiveram eficácia perante os ambiciosos projetos do cooperativismo e da agroindustrialização. Diante dessa realidade, o MST necessitou reformular suas bases teóricas e forjar novos modelos de reforma agrária e de organicidade da sua base para continuar na labuta pela democratização da terra.

Em meados dos anos 1990, o projeto de coletivização entrou em crise e abriu caminhos para novas discussões e propostas, possibilitando novas diretrizes e demandas do MST e orientações políticas. Nesse contexto, o debate sobre a agroecologia e a soberania alimentar começou a ser intensificado, mesmo não estando muito claro entre a militância. Era algo novo e desafiador para as bases do MST (BARCELLOS, 2010). Isso fica explícito na Proposta de Reforma Agrária do MST de 1995, quando surgiram as primeiras indagações e críticas o modelo adotado na agricultura, visto então como predatório aos recursos naturais e prejudicial à

saúde (MST, 2005).

Como observado na proposta, emergiram novos valores até então não preconizados pelo MST, tais como a reformulação dos métodos organizativos dos assentamentos e, como diferencial, a preocupação com a questão ambiental e uma nova concepção de produção. Para Piccolotto e Piccin (2008), os ventos da mudança foram impelidos por três fatores que modificaram a organização interna do próprio MST: (i) o fortalecimento do modelo agrícola agroexportador, que foi beneficiado com a reforma neoliberal do Estado brasileiro; (ii) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e (iii) a formação da Via Campesina Internacional. Para os autores, os dois primeiros fatores dificultaram as estratégias produtivas desenvolvidas pelo movimento, desencadeando um fracasso para a reforma agrária. O terceiro fator foi decisivo, pois colocou as militâncias nacionais e regionais em contato com outras organizações internacionais que já preconizavam novos olhares e perspectivas de desenvolvimento produtivo com bases na produção agroecológica.

A reorganização dos métodos e dos princípios do MST foi realizada diante de uma nova realidade queurgia no início do novo milênio. No IV Congresso Nacional, em 2000, em Brasília, foram debatidos e problematizados os novos horizontes para o fortalecimento dos assentamentos e para os futuros passos que o MST daria para reverter a lógica que estagnava a pobreza e o endividamento da maioria das famílias assentadas. Essa mudança de paradigma rendeu ao MST oxigênio para pleitear novos horizontes para reforma agrária e estabelecer novos objetivos para os agricultores acampados e assentados.

Essa demanda de uma nova concepção era necessária, não apenas para reorganizar os acampamentos e assentamentos e para incumbir os ideais e objetivos na militância, incorporando valores e práticas além das estabelecidas pelas dimensões ligadas ao trabalho e à produção, mas também para ampliar as dimensões da vida, da saúde, da alimentação saudável, da proteção ambiental, do aspecto cultural, enfim, dos povos do campo. Essas questões intensificaram o conteúdo do discurso do MST rumo à sustentabilidade e à diversidade étnica e social.

Essa guinada de concepção de projeto político do MST possibilitou a inclusão da Agroecologia como suporte de enfrentamento de um modelo de desenvolvimento dos assentamentos a partir de 2000. Nesse sentido, o IV Congresso do MST foi um divisor de águas nas interpretações da realidade agrária brasileira, apresentando-se um novo paradigma de produção que emergia das práticas de produção agroecológicas. A partir desse divisor, o movimento rompeu com os equívocos do passado e reorganizou novos parâmetros de luta e organicidade para alicerçar uma nova concepção de reforma agrária soberana e popular.

Dessa forma, a produção agroecológica passou a ser o modelo produtivo a ser debatido e alicerçado nos novos assentamentos, constituindo um novo modo de vida das famílias assentadas e acampadas nos espaços das terras conquistadas pelas duras batalhas contra os latifúndios e o agronegócio. A ênfase passava a ser na destinação da produção voltada estritamente para a soberania alimentar das famílias assentadas e acampadas, para garantir alimentação saudável de qualidade e cultivando a fartura. Nessa correlação, mudaram-se completamente as concepções das técnicas e dos manejos nas práticas agrícolas, sendo priorizadas aquelas que evitam o uso de insumos externos ao lote, bem como o uso de agroquímicos com adubos e venenos (MST, 2000).

Portanto, a Agroecologia emergiu como uma nova bandeira de luta e ficou explícita no IV Congresso Nacional do MST. O movimento percebeu que haveria necessidade de construir um contraponto ao modelo vigente de agricultura excludente que vigorava no Estado brasileiro. Essa capacidade de reflexão forjou ao MST a possibilidade de se reinventar e oxigenar a luta pela reforma agrária.

Todavia, a Agroecologia entra no programa político do MST, como destacam autores como Costa Neto e Canavesi (2003), Delgado (2008) e Karriem (2009), tendo em vista que, além de ser uma prática agrícola que agride menos o meio ambiente, adentra em uma correlação de embate com as políticas agrícolas geridas pelo Estado brasileiro, voltadas à produção de *commodities* em larga escala para exportação e extremamente dependente dos complexos agroindustriais. Assim sendo, a agroecologia torna-se uma ferramenta do MST para estruturar um projeto de reforma agrária soberano e popular. O escopo era construir novos parâmetros de agricultura com vistas à produção de alimentos, para se ativar a soberania alimentar das famílias assentadas e, conseqüentemente, para a sociedade como um todo.

Nesse processo de internalizar a agroecologia nos assentamentos, várias ações foram construídas por meio do método do centralismo democrático⁴. Ressaltamos, porém, que essas ações não foram realizadas com a mesma intensidade por todo o território nacional, e diferenças em âmbito estadual são facilmente verificáveis (BORSATTO; CARMO, 2013). Diante disso, o MST investiu na formação dos militantes e de técnicos profissionais na área da agroecologia para fazer

⁴Devemos dizer que um quadro é um indivíduo que alcançou o suficiente desenvolvimento político para poder interpretar as grandes diretrizes emanadas do poder central, tomá-las para si e transmiti-las como orientação à massa, percebendo, além disso, as manifestações que esta faça de seus desejos e suas motivações mais íntimas. E um indivíduo de disciplina ideológica e administrativa que conhece e pratica o centralismo democrático e sabe valorizar as contradições existentes no método para aproveitar ao máximo suas múltiplas facetas; que na produção sabe praticar o princípio da discussão coletiva e decisão e responsabilidades únicas; cuja fidelidade está provada e cujo valor físico e moral foi evoluindo ao compasso de seu desenvolvimento ideológico, de tal maneira que está sempre disposto a enfrentar qualquer debate e a responder com sua vida pelo bom andamento da revolução. É um indivíduo com capacidade de análise própria, o que lhe permite tomar as decisões necessárias e praticar a iniciativa criadora de modo que não se choque com a disciplina (MST, 2005, p. 9 *apud* LAZZARETTI, 2007, p. 139).

o diálogo com os agricultores. Segundo Silva, Balestrin e Brandenburg (2018), o incentivo ao estudo da ecologia e da agroecologia foram introduzidos graças ao desenvolvimento de convênios com universidades e sistemas de ensino que têm expandido por todo o Brasil a formação técnica e universitária em agroecologia.

O conceito de soberania alimentar adentra no vocabulário político do MST a partir da realização do V Congresso Nacional, realizado no ano de 2007, com o lema “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”.

O conceito de soberania alimentar, principal bandeira de luta da La Via Campesina, passa também a ser uma das principais bandeiras de luta do Movimento (MST, 2007). Em 2014, o MST realizou seu 6º Congresso Nacional, em Brasília, com o tema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”, reforçando a importância e a abrangência da Agroecologia nos assentamentos como alternativa para romper com os gargalos do agronegócio brasileiro.

Entre os anos de 2000 a 2019, ocorreram as Jornadas de Agroecologia, organizadas no Estado do Paraná. Tais encontros representavam um avanço na luta contra o modelo hegemônico de agricultura. Silva, Balestrin e Brandenburg (2018) salientam que as jornadas de agroecologia, como estratégias de construção de um projeto ecológico, tratavam de temas definidos em função de interesses locais, crises e situação da atual conjuntura. As Jornadas surgiram em contraposição direta ao agronegócio, forma econômica e política do capital dominar e explorar a agricultura (TARDIN *et al.*, 2019). Em todas as edições da Jornada organizadas pelo MST, a inclusão da soberania alimentar estava presente, afirmando a importância para o movimento de se efetivar como referencial de lutas para os próximos anos.

Em sua *Proposta de Reforma Agrária Popular*, todas as demandas e esforços relativos à questão da produção, realizados pelo MST, giram em torno da agroecologia (MST, 2009). Silva, Balestrin e Brandenburg (2018) ressaltam que, apesar do projeto agroecológico não estar presente em todos os acampamentos e assentamentos de reforma agrária, ele certamente tem se constituído como um importante processo de transição para esse sistema. Para Borsatto e Carmo (2013), isso demonstra que a defesa da agroecologia dentro do MST está em uma curva ascendente, em contraponto ao discurso produtivista/coletivista de fomento de grandes unidades de exploração agrícola especializadas, antes vigente. A reconstrução teórica progressiva presume que, apesar das anomalias, permanece um “núcleo” sobre o qual construir (LEVIEN; WATTS; HAIRONG, 2018).

O discurso agroecológico no MST, desse modo, vem sempre fortemente vinculado a duas outras temáticas afins, a da soberania alimentar e a da luta contra o agronegócio, o que, por sua vez, aproxima o movimento cada vez mais das demandas de seus protagonistas, isto é, dos agricultores. Nesse sentido, para o MST, na condição de organização, o agricultor deixa de ser um mero objeto em uma massa

revolucionária e passa a ser um sujeito criando a sua própria existência (BORSATTO; CARMO, 2013).

Diante dos desafios de se propor um novo modelo de assentamentos vinculados a uma perspectiva da soberania alimentar nos princípios agroecológicos, o MST, desde o V Congresso Nacional, passados 20 anos, obteve pouca adesão das famílias assentadas em produzir métodos agroecológicos. Conforme Souza (2017) argumenta, torna-se um desafio ao MST interpor novos métodos e práticas agrícolas diante do aparato do agronegócio. A proposta da soberania alimentar, nessa perspectiva, ainda será tema de muitos debates e estudos para os militantes do MST e da sociedade civil. Parafraseando Souza (2018), os sistemas de produção agroecológicos são ainda exíguos nos assentamentos de reforma agrária do MST, mas são uma esperança de uma agricultura mais justa, igualitária e saudável para as futuras gerações.

Na próxima seção, problematizamos como os agricultores assentados da reforma agrária ligados ao MST se apropriam e entendem/praticam o conceito/a noção de soberania alimentar na labuta cotidiana de sua Unidade de Produção Familiar (UDP).

SOBERANIA ALIMENTAR: ASSIMILAÇÃO DO DISCURSO E OU SIGNIFICADO PELOS AGRICULTORES ASSENTADOS

Para compreender o discurso do MST e a sua assimilação à soberania alimentar dos assentados/agricultores, além do aporte documental apresentado na seção anterior, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 10 assentadas(os) da região Oeste do Paraná, e, assim, captar o processo de interiorização do conceito de soberania alimentar pelas famílias assentadas. Para Silva, Balestrin e Brandenburg (2018), o MST tem incentivado práticas que visam à preservação ambiental e ao direito à soberania alimentar. Dessa forma, emerge no movimento a proposta da agricultura agroecológica.

Diante disso, vale ressaltar que, entre os 10 agricultores e agricultoras assentados, nenhum faz parte ou tem função na coordenação do MST. Assim, as percepções dos conceitos giram em torno do trabalho, permitindo que se apreenda como a base do movimento compreende e pratica aquilo preconizado pelos líderes e militantes do MST no exercício. Metodologicamente, organizamos as entrevistas em duas etapas: (i) buscamos compreender o que os assentados entendem por soberania alimentar; (ii) sondamos como eles exercem e/ou praticam a soberania alimentar nas unidades de produção familiar.

Com base nas entrevistas, pudemos constatar que o conceito de soberania alimentar dos assentados se aproxima das ideais preconizadas pelo MST. Nas

falas seguintes, destacamos alguns elementos pertinentes. Para o assentado MG, soberania alimentar:

Quer dizer que eu não dependo de outros para eu sobreviver, eu dependo simplesmente da minha alimentação para eu sobreviver. Não sei se eu estou certo. O que eu penso seria mais ou menos isso. Eu não sendo soberano, eu não sendo dono daquilo, que eu dependo dos outros, que eu vou comprar tudo no mercado, aí eu não sou soberano. A soberania alimentar é que seja produzido por mim mesmo, eu produzo aquilo que eu quero e com qualidade. (Assentado MG)

Na fala do assentado, destaca-se a importância de ter o controle da produção de alimentos e, acima de tudo, serem produzidos por ele mesmo. Ele salienta que ser soberano é não depender de mercados externos para sobreviver. Isso corrobora a visão do MST (2010), que frisa que a soberania alimentar é o direito de alimentar-se e decidir sobre que tipo de alimentação queremos consumir.

O assentado LE compreende que a soberania alimentar é uma dinâmica mais ampla, conforme explica:

Soberania alimentar seria um local ou, no caso, um município, um estado ou um país que, minimamente, tenha alimentação suficiente para bancar, para manter uma estrutura funcionando, não é? de dentro do país, ou dessa localidade, consiga produzir o que precise por comida. Entendo que isso seria a soberania. (Assentado LE)

Para o assentado LE, o conceito de soberania alimentar é amplo, mas é possível identificar que ele o compreende no sentido de um território ter autonomia e condições para uma alimentação suficiente para a sua comunidade. Diferente do assentado MG, LE não destacou a produção na unidade de produção familiar. Isso começa comprovar a discussão dos tópicos anteriores sobre a polissemia do conceito.

O assentado D1, por sua vez, destaca o processo de formação do MST, que contribuiu para ter uma capacidade de autossustento:

Nossa formação praticamente, foi aquele processo de auto abastecimento, primeiro para comer e o que sobrar, vender. Mas primeiro sustentar a si próprio, seja o lote, seja a família. E a soberania alimentar é você ser dono do seu próprio alimento, ser soberano sobre a sua alimentação. É isso, mais ou menos? (Assentado D1)

A compreensão do significado vai ao encontro daquilo que é discutido com as militâncias do MST, em pensar a produção de alimentos para, primeiramente, satisfazer o núcleo familiar e, somente depois, vender. Isso garante uma autonomia das famílias. Para o MST (2010), isso possibilita reorganizar a produção de alimentos saudáveis para o sustento da família e da comunidade, não mais comprando produtos danosos à saúde nos supermercados, e ainda organizar a comercialização dos excedentes da produção de forma direta com os consumidores (MST, 2010). Na fala seguinte, os assentados ressaltam a importância de produzir alimentos para não ir ao mercado:

Produzir suas coisas, produzir para o povo, para não precisar ir nos mercados apanhar coisas químicas, industrializadas. Eu vejo nesse rumo. Você produzir o máximo de alimento possível, você mesmo no sítio, e a sobra não estar vendendo para indústrias maiores. Está vendendo diretamente para o consumidor. (Assentado Cle)
Soberania alimentar é o que a gente produz, tem fatura e consegue, às vezes, expandir para os comércios, para os colégios. (Assentado C2)

A compreensão do conceito para os assentados Cle e C2 é de que a prioridade da produção da sua unidade familiar é de produzir seus próprios alimentos. Destacaram ainda a importância do conceito ao se referirem à possibilidade de vender diretamente para o consumidor e para os comércios locais. De acordo com Silva, Balestrin e Brandenburg (2018), como projeto em construção, vislumbra-se que as famílias assentadas e acampadas desfrutem condições dignas de sobrevivência, retirem da terra o seu sustento, produzam alimentos saudáveis, preservem a natureza, sem perder de vista toda a sabedoria acumulada da ancestralidade.

Continuando com as entrevistas, o assentado AP destaca que a soberania alimentar é um sustento para ele e para o povo da cidade:

Soberania alimentar é um sustento para nós e para o povo da cidade. Se não somos nós, pequenos agricultores, a cidade padece, porque os grandes fazendeiros não deixam nada aqui no Brasil. É só exportação. Nós, pequenos agricultores familiares, sustentamos o povo da cidade. (Assentado, AP)

Nessa compreensão, o assentado AP salienta que a soberania é um suporte para agricultura familiar, pois são eles que produzem alimentos, e não as grandes fazendas. Isso demonstra a importância da compreensão do conceito e sua aplicabilidade política da noção da soberania alimentar. No entanto, conforme frisaram outros assentados, não incluíram em suas falas a produção de alimentos vinculada

à agroecologia, o que se distancia das diretrizes do MST, que salienta a importância desta para fortalecer a soberania das famílias agricultoras assentadas, em que se busca priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livre de agrotóxicos e de sementes transgênicas (MST, 2010). Diante disso, os assentados AM e S2 destacam que a soberania alimentar:

É garantir uma alimentação adequada, um direito nosso de plantar o que nós bem entendermos e produzir e vender para quem nós quisermos a nossa produção, em um preço melhor e uma condição adequada. (Assentado AM)
Eu acho que a gente tem que ter o alimento no próprio lote. Foi para isso que nós conquistamos a terra, não é? Então eu acho que cada um tem que plantar, cada um tem que colher e ter o seu próprio alimento da terra. (Assentado S2)

O MST (2010), em seu programa agrário, sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio, propondo um processo de acúmulo de forças, cujo objetivo é a construção de um novo modelo de agricultura voltado à necessidade do povo brasileiro. Nessa correlação, demonstra-se que os assentados estão ancorados na perspectiva dessa mudança, e a soberania alimentar adentra como princípio que norteia a importância de uma agricultura voltada a uma alimentação que atenda às necessidades das suas famílias, mas o mercado vem em segundo plano.

Nesse sentido, o assentado AS destaca que:

Na verdade, falando na língua nossa, o português, vem a ser uma produção de sustentabilidade, não é? Porque o que o movimento discute muito é você ter o seu próprio alimento, você produzir só o (excerto) para você não estar dependendo de terceiros para produzir uma alimentação saudável para a família. (Assentado AS)

Nessa perspectiva, os assentados estão interiorizando e entendendo a importância do conceito da soberania alimentar. Todos os respondentes enfatizaram a necessidade de se produzir seu próprio alimento e, assim, não depender de mercados para comprar o básico para a sua alimentação. Notamos que a noção teórica foi incorporada no discurso das famílias, porém, quando analisamos as práticas exercidas nas unidades de produção familiar, percebemos um distanciamento entre os discursos dos respondentes e o que é proposto pelo MST. Isso fica evidente nas palavras do assentado L1, que enfatiza a dificuldade encontrada em trabalhar o conceito de soberania alimentar:

É sempre um pouco mais difícil você trabalhar com todos os tipos de plantas ou animais, visto que você precisa ter uma atividade econômica onde, hoje, baseado no agronegócio, para você conseguir vender a sua produção, geralmente gira muito em torno de cinco ou seis tipos de produção. Então você acaba pendendo para produzir mais o tipo das linhas do agronegócio. Então fica mais prático, vendo uma coisa e compro a outra, por exemplo, então isso é uma coisa que dificulta, não é? (Assentado L1)

Para o agricultor assentado, a dinâmica da agricultura dificulta produzir de maneira diversificada na unidade de produção. Para ele, é conveniente produzir uma mercadoria para comprar outra. Nesse viés, destaca que há necessidade de uma atividade econômica, que é vinculada à agricultura de monocultura. Essa resistência às mudanças por parte dos agricultores assentados também foi analisada por Barcelos (2010) e por Souza (2017) em seus estudos sobre os assentamentos. O argumento do assentado L1 vai ao encontro do que disse o assentado D1:

Em parte. Hoje não estou praticando 100%, mas acredito que uma boa parte, uma boa parte eu estou praticando. Vamos supor que seja uns 40%, eu acho. Disso não passa, realmente. (Assentado D1)

Os discursos de ambos se inter-relacionam. D1 afirma exercer as práticas da soberania alimentar em 40% de sua UDP, mas o restante, segundo ele, está vinculado à produção de *commodities*. Como observado, há certa resistência em se produzir a partir das bases agroecológicas, que são os preceitos da soberania alimentar. Isso pode ser explicado utilizando os conceitos de *habitus* e poder simbólico, de Bourdieu (1989), pois o modelo da modernização da agricultura constituído pela revolução verde condiciona e “impõe” decisões aos agricultores assentados. Ou seja, o poder simbólico é um poder oculto do agronegócio que forja um determinado *habitus aos assentados*, condicionando o seu modo de pensar e de agir; trata-se de um poder que os assentados não sabem ou não se apercebem que estão sendo dominados, o que tem impedido as mudanças nos sistemas de produção. Isso se evidenciou nas palavras dos assentados expostas anteriormente.

Diante disso, constatamos que há uma contradição entre o discurso que é transmitido pelo MST daquele praticado pelos assentados. Interiorizam o discurso, mas não o praticam. É o que observamos na fala do Assentado MG. Quando indagado sobre como exercia a soberania alimentar, relatou uma realidade que os demais respondentes ocultaram durante a pesquisa:

Ninguém está vendo essa soberania alimentar aqui. A maioria está trabalhando fora e estão comprando alimento fora e produzindo com veneno. Mas aqui, do que eu conheço aqui dentro, um pouco é a questão financeira, que todo mundo se endividou e se perdeu na gauchada, como diz o gaúcho, se perdeu na gauchada e chegou no fundo do poço que hoje não consegue mais se manter por um monte de fatores [...] o povo ficou sem o planejamento do lote e chegou nessa situação de não conseguir sair mais das dívidas. Teve que trabalhar de empregado ou arrendar o lote, arrendar ou fazer parceria, que seja, para poder sair dessa situação. Para nós chegarmos a uma conclusão, é preciso meio dia, um dia de conversa. (Assentado MG)

Os assentados, durante o tempo de labuta e desafios enfrentados nas duras batalhas nos acampamentos até serem assentados, interiorizaram o discurso da soberania alimentar e da agroecologia. Nessa ótica, as ações dos movimentos sociais se orientam por uma apropriação, por parte de seus integrantes, das suas formas de agir, de pensar e de desejar (MELUCCI, 2001). Isso demonstra uma vontade introjetada no assentado, porém, no seu cotidiano, não exerce os elementos norteadores da soberania alimentar, conforme os ideias da *La Via Campesina* e do MST. Diante disso, a fala do assentado MG, embora indagado sobre sua situação específica, expressou a realidade do assentamento como um todo, demonstrando que as famílias estão arrendando as suas unidades de produção familiar porque não conseguem produzir; por isso, saem para trabalhar fora do assentamento, na Cooperativa Agroindustrial Lar, a fim de obterem o sustento para as famílias.

Em nenhum momento, os assentados entrevistados falaram em produção agroecológica, que é a bandeira hasteada da soberania alimentar. Falaram poucas vezes em produção sustentável, mas sem dar ênfase em como seria essa produção. Scopinho (2007) destaca que, mesmo atribuindo sentidos contraditórios, os assentados procuram equacionar a diversidade de interesses e de experiências existentes e, ao mesmo tempo, atender às exigências para legalizar os assentamentos, tornando-os espaços sociais de enraizamento e de pertença, até por falta de alternativas, diante das realidades das comunidades.

Com essas observações nos discursos dos assentados, pudemos constatar que o MST tem construído esforços para concretizar o discurso da soberania alimentar/agroecologia, perante a sua base, mas está longe de ser uma realidade. Apesar disso, os assentados demonstraram a força que o MST tem de influenciar o discurso de sua base, mas pouco transforma a realidade e as decisões dos agricultores diante da agricultura do agronegócio. Essas problemáticas serão tema de outras pesquisas, no intuito de sanar as dicotomias existentes nos assentamentos de reforma agrária. Há muito a se pesquisar nesses espaços plurais acerca dos modos de vida existentes

nos assentamentos, considerados laboratórios diante das novas ruralidades emergentes do século XXI. Segundo Souza (2021) e Souza e Lazzaretti (2020), devemos pensar em novas práticas alimentares para reverter a atual conjectura do sistema agroalimentar que visa ao lucro e ao controle das cadeias produtivas. A atual forma de produzir alimentos está envenenando o solo, a biodiversidade os agricultores e os consumidores. A conscientização ambiental e a construção de uma nova relação entre o homem e a natureza se fazem necessárias para construir uma nova perspectiva social para futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS AINDA ABERTAS

A concretização do conceito de soberania alimentar nos anos 1990 foi um avanço para os movimentos sociais do campo, e principalmente para o MST. Exigiu-se da organização uma reformulação de seus métodos teóricos e práticos, a fim de se construir uma via diferente do atual modelo de agricultura apresentada pelos gestores do padrão convencional. Essa mudança rompeu com o paradigma produtivista, e o MST forjou novos valores e princípios para luta da reforma agrária.

A consolidação da *La Via Campesina* como movimento internacional, que representa os movimentos sociais do campo, consolidou-se como um avanço nas lutas contra os desmontes do Estado perante as políticas neoliberais. Essa bandeira se fortificou com a construção do conceito da soberania alimentar, em oposição ao modelo hegemônico dos impérios agroalimentares. Não obstante, há diversas críticas na condução e na consolidação das práticas a serem exercidas pelos agricultores. Notamos que essas questões são ocultadas pelos representantes da *La Via Campesina*, levando a imbróglis ideológicos sem efetividade nas práticas de produção de alimentos.

O MST tem se revelado um expoente no debate em torno da defesa da soberania alimentar nos assentamentos, com destaque aos seus discursos sobre a reorganização das práticas produtivas vinculadas à produção agroecológica. A ênfase na soberania alimentar vinculada à agroecologia não constitui uma das pautas prioritárias do MST, mas é uma das mais importantes.

A soberania alimentar é um elemento pujante da agroecologia, e, como destacado ao longo deste texto, já está sendo incorporada no discurso do MST, a partir de documentos e princípios que regem as pautas dos novos assentamentos do movimento desde meados dos anos 2000. Entretanto, a realidade das famílias assentadas indica que os discursos não se efetivaram na prática.

Os assentados respondentes demonstram conhecer os princípios básicos da soberania alimentar, mas há pouca capacidade para transformar os discursos em práticas efetivas, como a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos. As

famílias incorporaram o discurso do movimento, mas são raros os feitos para torná-lo uma realidade. Essas práticas tornam-se insuficientes para retransformar os *habitus* dos agricultores assentados em uma prática sustentável e revolucionária.

Diante da realidade, não cabe somente o movimento fazer a mudança nos hábitos dos assentados. Isso demanda um conjunto de fatores que ultrapassa as fronteiras de um movimento social do campo. Cabe ao Estado dar o suporte adequado para que o programa de produção agroecológica se torne eficaz, efetivando a noção de soberania alimentar. O que cabe ao MST é fazer seu papel de pressionar as instituições do Estado para estruturar políticas públicas de créditos adequados, visando fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para reconstruir caminhos, forjar novos mercados e formatar a comercialização.

De tal modo, a questão central em relação aos mercados deveria buscar problematizar a seguinte pergunta: produzir o *quê* e para *quem*? Neste ponto, está o fato de que todos os agricultores, de alguma forma, produzem excedentes e vendem; todavia, apenas uma parte – em geral os pequenos agricultores que não estão nas cadeias globais – produz e vende em canais de mercados mais locais e outros para mercados globais. Então, a questão deixa de ser produzir para vender e passa a ser produzir para *quem*. Portanto, não há contradição entre produção para a venda ou para os mercados e soberania alimentar. Deste modo, a soberania alimentar não nega os mercados, mas antes promove a formulação de políticas e práticas comerciais que atendem aos direitos dos agricultores a uma produção segura, saudável e ecologicamente sustentável.

Assim sendo, o que expusemos neste texto reforçou a dicotomia existente nos assentamentos entre a teoria e a prática. Avaliamos que, muitas vezes, fomenta-se a responsabilidade em se produzir a partir de modos alternativos e “agroecológicos”, mas sem conhecer a real condição dos sujeitos que estão na dura realidade da reforma agrária. Os agricultores assentados são guerreiros que estão na luta entre o ideal e o concreto dos projetos de reforma agrária do Estado brasileiro, sobrevivendo com as poucas possibilidades existentes do meio rural para os pequenos agricultores.

Outrossim, para os assentados, o termo soberania alimentar, muitas vezes, não passa diretamente pela produção agroecológica, mas em produzir alimentos para o sustento de suas famílias. Isso se torna esclarecedor, já que nos permite verificar os pontos falhos do projeto da *La Via Campesina*, em que a soberania alimentar emerge de um único vetor. Os próprios assentados, ao tentarem explicar o conceito/a noção de soberania alimentar, foram sucintos e, não raro, vagos, enfatizando a necessidade de novas articulações entre Estado, movimentos sociais do campo e arcabouços teóricos, a fim de se repensar o termo, não o tornando algo pesado no sentido de uma imposição aos agricultores.

Destarte, o processo histórico foi produtivo para o MST, pois acarretou uma mudança drástica do seu discurso produtivista para dimensões sustentáveis baseadas em produções agroecológicas. Há uma enorme luta de enfrentamentos entre a agricultura hegemônica e a construção de um projeto agroecológico visando à soberania alimentar das famílias de agricultores assentadas. Caberá aos sujeitos do campo refazer o curso da história de uma nova percepção de agricultura, estruturada com princípios de preservação do meio ambiente e de diversas formas e modos de vida existentes no planeta. Portanto, democratizar a terra é um caminho plausível para se iniciar essa caminhada para as próximas gerações. Nesse sentido, há necessidade de se reconstruir um projeto de reforma agrária para reformular novos regimes alimentares, democratizando os alimentos e a terra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. B. M. **A dinâmica eco-geopolítica da fome e as relações de poder na governança global da segurança alimentar: A soberania alimentar como resistência.** 2019. 305f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ALONSO-FRADEJAS, A. *et al.* Food sovereignty: convergence and contradictions, conditions and challenges, **Third World Quarterly**, n. 36, v. 3, p. 431-48, 2015. DOI: [10.1080 / 01436597.2015.1023567](https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1023567).

AQUINO, J. F.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 56, n. 1 p. 123-42, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>>. ISSN 1806-9479.

BARCELLOS, S. B. **A formação do discurso da agroecologia no MST.** 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

BERNSTEIN, Henry. Soberania alimentar: uma perspectiva cética. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 39, pág. 276-336, agosto de 2015.

BERNSTEIN, H. Unpacking ‘authoritarian populism’ and rural politics: some comments on ERPI. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, p. 1526-42, 2020.

BORGES, J. L. **MST: do produtivismo à agroecologia**. São Paulo: Terceira Margem/Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010.

BORRAS JR., S. M.; FRANCO, J. C. Global land grabbing and trajectories of Agrarian change: A preliminary analysis. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2012.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. O MST e a Edificação de uma Proposta de Reforma Agrária Baseada em Princípios Agroecológicos. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 2, p. 221-43, 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRENNEISEN, E.C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BURNETT, K.; MURPHY, S. What place for international trade in food sovereignty? **Journal of Peasant Studies**, n. 41, n. 6, p. 1065-84, 2014.

CLAEYS, P.; DUNCAN, J. Food sovereignty and convergence spaces. **Political Geography**, n.75, ed. 102045, 2019.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? *In*: ALIMONDA, H. **Ecologia política: natureza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: Clacso, 2003, p. 203-15.

DELGADO, A. Opening Up for Participation in Agro-Biodiversity Conservation: The Expert-Lay Interplay in a Brazilian Social Movement. **J Agric Environ Ethics**, v. 21, n. 559, 2008.

DESMARAIS, A. A. **La Vía Campesina: Globalization and the power of peasants**. Halifax: Fernwood, 2007.

DESMARAIS, A. A. Food sovereignty: Some initial thoughts and questions for research. *In*: SCHANBACHER, W. D. (ed.). **The global Food System: Issues and Solutions**. Santa Barbara: Praeger, 2014, p. 359-79.

DESMARAIS, A. A. The gift of food sovereignty. **Canadian Food Studies / La Revue Canadienne Des études Sur L'alimentation**, v. 2, n. 2, p. 154-63, 2015. Disponível em: <https://canadianfoodstudies.uwaterloo.ca/index.php/cfs/article/view/115>. Acesso em: 15 dez. 2020.

EDELMAN, M. *et al.* Introduction: critical perspectives on food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, n. 41, v. 6, p. 911-31, 2014.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem terra**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

FABRINI, J. E. Os movimentos camponeses e a soberania alimentar nacional. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 54-69, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13786/8986>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. Declaração de Nyéléni. Nyéléni, 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/DOWNLOADS/NyelniEN.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GALINDO, E. *et al.* Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, Berlim, n. 4, 2021.

HONNETH, A. Redistribution as Recognition: a response to Nancy Fraser. *In*: FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition: a politicalphilosophical exchange**. London/New York: Verso, 2003.

HOYOS, C. J.; D'AGOSTINI, A. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, n. 35, p. 174-98, 2017.

KARRIEM, A. The Rise and Transformation of the Brazilian Landless Movement into a Counter-Hegemonic Political Actor: A Gramscian Analysis. **Geoforum**, v. 40, p. 316-25.

LA VIA CAMPESINA. **Tlaxcala**: Declaração da Via Campesina. TlaxcalaVia Campesina, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/who-are-we-our-conferences/2-tlaxcala-1996/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

LAZZARETTI, A. M. Lênin, o campesinato e o MST. **Tempo da Ciência**, v. 14, n. 28, p. 131-142, 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/viewFile/1691/1375>. Acesso em: 15 dez. 2020.

LEITE, D. P.; BRUNO, R. (Orgs.). **O Rural Brasileiro na Perspectiva do Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

LEVIEN, M.; WATTS, M.; HAIRONG, Y. H. Agrarian Marxism, **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 5-6, p. 853-83, 2018.

MALUF, R. S.; BURLANDY, L.; ALEXANDRE, V.P. Pesquisas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: enfoques e conexões com as políticas públicas. In: PREISS, P.; SCHNEIDER, S.; SOUZA, G. C. (Orgs.). **A Contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Ediora da UFRGS, 2020, v. 1, p. 137-54.

MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-69, 2009.

MCMICHAEL, P. A comment on Henry Bernstein's way with peasants, and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 1, p. 193-204, 2014.

MCMICHAEL, P. Commentary: Food regime for thought. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 648-670, 2016. DOI: [10.1080/03066150.2016.1143816](https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1143816).

MELUCCI, A. **A invenção do presente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIGDAL, J. O estado na sociedade: uma abordagem para as lutas pela dominação. In: MIGDAL, J.; KOHLI, A.; SHUE, V. (Eds.). **State Power and Social Forces**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 7-36.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Reforma agrária**: por um Brasil sem latifúndio. São Paulo: MST, 2000.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Reforma Agrária do MST –

1995. In: STÉDILE, J.P. (org.) **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 187-210.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Carta do 5º Congresso nacional do MST. MST, 2007. **Repórter Brasil**, 18 de junho de 2007. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2007/06/carta-do-5-congresso-nacional-do-mst/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira. **MST**, 20 de maio de 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/05/20/nossa-proposta-de-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de Educação**: agroecologia, soberania alimentar e cooperação. São Paulo: MST, 2010.

PICOLOTTO, E.; PICCIN, M. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Extensão Rural**, n.16, p. 5-36, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5500>. Acesso em: 16 jan. 2021.

PLOEG, J. D. van. Peasant-driven agricultural growth and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 999-1030, 2014.

ROMAN-ALCALÁ, A. Broadening the Land Question in Food Sovereignty to Northern Settings: A Case of Occupy the Farm. **Globalizations**, v. 12, n. 4, p. 545-58, 2015.

SCHIAVONI, C. M. The contested terrain of food sovereignty construction: toward a historical, relational and interactive approach. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 1, p. 1-32, 2017.

SILVA, S. A. da; BALESTRIN, N. L.; BRANDENBURG, A. A agroecologia como um projeto em construção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 13, n. 24, p. 85-98, jan./jun. 2018.

SOPER, R. Da proteção dos meios de subsistência dos camponeses à essencialização da agricultura camponesa: tendências problemáticas no discurso da soberania alimentar. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, p. 265-85, 2019.

SOUZA, A. L. **Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST: entre o ideal e o concreto: estudo de caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante d' Oeste Paraná**. 2017. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

SOUZA, A. L. A construção das bases agroecológicas em assentamento de reforma agrária do MST: o desafio entre o ideal e o concreto. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 13, n. 24, p. 69-83, jan./jun. 2018.

SOUZA, A. L. RESENHA: NOVAS PRÁTICAS ALIMENTARES NO MERCADO GLOBAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, São Paulo, Ciências e Educação, 7(6), 788-93, 2021.

SOUZA, A. L.; LAZZARETTI, M. A. A falácia do Mercado Autorregulado: Institucionalização de liberdade e a comodificação da natureza em Karl Polanyi. **Brazilian Applied Science Review**, São José dos Pinhais, v. 4, n. 6, 2020.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. **EcoDebate**, 25 de março de 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TARDIN, J. M. *et al.* **Jornada de Agroecologia: 18 anos de construção e luta**. In: CARTILHADA JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ. 18ª Jornada da Agroecologia do Paraná, 29 de agosto a 01 de setembro de 2019, Curitiba, p. 5-16. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Cartilha-Jornada-2019-web.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

TRAUGER, A. Toward a political geography of food sovereignty: transforming territory, exchange and power in the liberal sovereign state, **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 1131-52, 2014.

WITTMAN, H. Interview: Paul Nicholson, La Via Campesina. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 3, p. 676-82, 2009.

XAVIER, L. P. *et al.* Soberania alimentar: proposta da via campesina para o sistema agroalimentar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 7, Edição Especial, p. 4454-66, 2018.

YE, J. *et al.* The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 1, p. 155-83, 2020.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Vol. 2: Fundamentos da sociologia. Brasília: Ed. Da UnB, 1999.